

RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2018

Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional



REPÚBLICA
PORTUGUESA

DEFESA NACIONAL

Ficha Técnica

Título – Relatório de Atividades 2018 da DGRDN

Data de finalização – março 2019

Coordenação – Gabinete de Assessoria Técnica

Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional

Av. Ilha da Madeira, 1

1400-204 Lisboa

Tel.: (21)3028500

Fax: (21)3027221

E-mail: dgrdn@defesa.pt

URL: <http://www.portugal.gov.pt>

INDICE

Nota de Apresentação do Relatório 2018 **6**

Missão, Visão e Valores **8**

Quadro de Avaliação e Responsabilidade (QUAR 2018), Objetivos Estratégicos e Operacionais **9**

Procedimentos para a elaboração do Relatório de Atividades e Relatório de Autoavaliação – Metodologia **10**

Glossário **12**

Relatório de Autoavaliação **13**

Nota introdutória **16**

Estrutura orgânica do serviço **17**

Metodologia adotada **22**

Autoavaliação (análise do QUAR, resultados alcançados, desvios, avaliação dos objetivos estratégicos e operacionais, recursos humanos e financeiros) **23**

Sistema de controlo interno **50**

Audição externa e interna **58**

Síntese do Balanço Social **66**

Apreciação dos objetivos específicos das unidades orgânicas **68**

Desenvolvimento de medidas para o esforço positivo do desempenho **69**

Comparação com o desempenho de serviços idênticos, no plano nacional e internacional que possam constituir padrão de comparação **70**

Menção de proposta pelo dirigente máximo do serviço - resultado da autoavaliação **70**

Avaliação dos Objetivos Operacionais (complementares) das Unidades Orgânicas **71**
(*vertente quantitativa do Relatório*)

Direção de Serviços dos Assuntos Estatutários, Ensino e Qualificação **72**

Direção de Serviços da Profissionalização do Serviço Militar **79**

Direção de Serviços de Saúde Militar e Assuntos Sociais **83**

Direção de Serviços de Armamento e Equipamento **89**

Direção de Serviços de Infraestruturas e Património **93**

Direção de Serviços de Qualidade e Ambiente	97
Direção de Serviços de Gestão Financeira e Apoio	103
Divisão de Análise Jurídica e Contratual	104
Gabinete de Assessoria Técnica ao Diretor	105

Listagem síntese de Programas e Ações	106
---	------------

Programas e Ações

(vertente qualitativa do Relatório – análise descritiva de Resultados)

01 Aperfeiçoar a Regulação do Sistema de RH	115
02 Promover o aumento das Qualificações dos RH da Defesa Nacional	127
03 Sistema de Incentivos e Reinserção Profissional	140
04 Recrutamento, Reserva e Efetivos Militares	145
05 Deveres Militares	152
06 Comunicação Integrada para o Serviço Militar	162
07 Promover o Aperfeiçoamento do Sistema de Saúde Militar	167
08 Fomentar o Bem-Estar Social dos RH, apoiar os Deficientes Militares e os Antigos Combatentes	180
09 Armamento e Equipamento (Planeamento e Programação)	187
10 Armamento e Equipamento (Indústria, Logística e Investigação e Desenvolvimento)	191
11 Infraestruturas	195
12 Património Imobiliário do Estado afeto à Defesa Nacional	201
13 Rentabilização do Património Imobiliário afeto à Defesa Nacional	205
14 Acordo Bilateral de Defesa Portugal – EUA (Comissão Técnica)	210
15 Turismo Militar	213
16 Qualidade e Ambiente (Alienação, Desmilitarização, Ambiente e Qualidade)	222

17	Qualidade e Ambiente (Normalização e Catalogação)	232
18	Gerir os Recursos Financeiros e Patrimoniais da DGRDN	238
19	Gerir os Recursos Humanos da DGRDN	244
20	Acompanhar, analisar e controlar os Sistemas de Informação da DGRDN	249
21	Análise Jurídica e Contratual no âmbito da DGRDN	253
22	Gestão de Ativos do Estado no âmbito da Defesa Nacional	256
23	Planeamento Estratégico no âmbito da DGRDN	259
24	Coordenar a elaboração dos instrumentos de gestão estratégica da DGRDN e execução de matérias no âmbito organizacional	260
25	Apoiar o Serviço de Assistência Religiosa (Forças Armadas e Segurança)	264
26	Fomentar a Educação Física e o Desporto Militar	266

Anexos

269

Execução orçamental 2018

Siglas/Acrónimos/Abreviaturas

Balanço Social 2018

NOTA DE APRESENTAÇÃO

Não só somos responsáveis pelo que fazemos, mas também pelo que não fazemos - Jean Molière (1622 -1673) – ator e dramaturgo

Nos termos do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 183/96, de 27 de setembro, o documento apresentado destina-se a identificar e avaliar o nível de realização dos objetivos, ações e projetos no decurso de 2018, considerando os programas e a estrutura orgânica atual. Constitui um instrumento de gestão fundamental para retrospectivamente estimar a estratégia desenvolvida para a obtenção das metas planeadas, observando aquilo que o Plano de Atividades na generalidade determinou (tendo em conta a extinção formal da Divisão de Incentivos e Reinserção Profissional¹, e a criação da Divisão de Gestão de Ativos do Estado).

A função social, obrigações e capacidades da Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional (DGRDN) decorrem do Decreto Regulamentar nº 8/2015, de 31 de julho (identifica a missão, as atribuições e o tipo de organização interna do serviço), da Portaria nº 283/2015, de 15 de setembro (delimita a estrutura nuclear e as competências das respetivas unidades orgânicas) e os despachos que definem e asseguram a estrutura flexível da DGRDN (criação de divisões e equipa multidisciplinar).

O Relatório de Atividades 2018 compreende ainda a vertente do comprometimento e exigência do serviço na apreciação do ciclo anual de gestão, através da inclusão do QUAR (Quadro de Avaliação e Responsabilização) bem como do Relatório de Autoavaliação (Decreto-Lei nº 66-B/2007 de 28 de dezembro).

Em termos gerais, afigurou-se certo e evidente que se procurou cumprir o planeamento previamente estabelecido, através da concretização das atividades previstas nos 26 programas, considerando também essencial dar resposta às ações/projetos não previstas de carácter extraordinário.

As áreas essenciais de atuação avaliadas quantitativa e qualitativamente da direção-geral destacam-se em seguida (estudos, propostas, procedimentos, produção e revisão legislativa):

- Assuntos Estatutários, Ensino e Qualificação;
- Profissionalização do Serviço Militar;
- Saúde Militar e Assuntos Sociais;

¹ As competências desta área transitaram para a Divisão de Ensino e Qualificação (Direção de Serviços dos Assuntos Estatutários, Ensino e Qualificação).

- Armamento e Equipamento;
- Infraestruturas, Património e Turismo Militar;
- Qualidade e Ambiente.

Avaliaram-se ainda outros serviços tais como a Assessoria Técnica à Direção, Equipa Multidisciplinar, Análise Jurídica e Contratual, Gestão de Ativos do Estado e o trabalho executado pela Direção de Serviços de Gestão Financeira e Apoio, que se destacam no planeamento, modernização, gestão de meios e organização interna.

Consideraram-se ainda relevantes as ações desenvolvidas no âmbito desta direção-geral, pelo Serviço de Assistência Religiosa das Forças Armadas e das Forças de Segurança, e Comissão de Educação Física e Desporto Militar.

A DGRDN, relativamente ao ano de 2018, apresenta uma execução orçamental no montante de 134.038.240,08 €, o que representa 89,79 % de execução do orçamento total aprovado, cujo detalhe se junta em anexo a este Relatório. No que diz respeito ao orçamento de funcionamento/atividades, verificou-se uma execução total da despesa, no montante de 9.197.192,13 €, dos quais, 7.561.447,54 € decorrem das Receitas Gerais e os restantes 1.635.744,59 € das Receitas Próprias.

Termino elogiando a participação e a cooperação dos dirigentes e trabalhadores da direção-geral, expressando o profissionalismo e espírito de colaboração de todos para que a direção-geral alcançasse os objetivos e metas propostas a atingir com determinação no ano em análise.

Lisboa, 27 de março de 2019



Alberto Rodrigues Coelho
Diretor-geral

(assinatura digitalizada)

MISSÃO

A DGRDN tem por missão conceber, desenvolver, coordenar e executar as políticas de recursos humanos, armamento, equipamentos, património e infraestruturas necessários à defesa nacional

VISÃO

A DGRDN regula-se por um código de conduta organizacional assente em valores institucionais que têm em vista melhorar a eficiência e eficácia dos serviços prestados, ser uma estrutura profissional e atuante. Constitui-se ainda como um serviço de excelência da Administração Pública na preparação e execução da política superiormente determinada no que respeita aos recursos humanos, armamento, equipamento, património e infraestruturas da defesa

VALORES

**Competência
Qualidade
Responsabilidade
Ética
Compromisso
Excelência
Renovação
Transparência
Isenção
Confiança**

QUAR 2018

Quadro de Avaliação e Responsabilização

ANO:2018

Ministério da Defesa Nacional - Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional

MISSÃO: A DGRDN tem por missão conceber, desenvolver, coordenar e executar as políticas de recursos humanos, armamento, equipamentos, património e infraestruturas necessários à defesa nacional.

Objectivos Estratégicos

DESIGNAÇÃO

META 2018

TAXA REALIZAÇÃO

OE1 - Contribuir para a definição de políticas no âmbito do armamento, bens, equipamentos, infraestruturas e investigação e desenvolvimento necessários às Forças Armadas e à Defesa Nacional, assim como, o planeamento, coordenação e execução dos processos que lhe são inerentes.

OE2 - Reforçar a eficiência da Gestão de Recursos Humanos, contribuindo para o desenvolvimento e sustentabilidade dos sistemas de formação e da profissionalização do serviço militar.

OE3 - Promover a divulgação do "Programa para a Prevenção dos Comportamentos Aditivos e Combate às Dependências nas Forças Armadas" a universo alargado de destinatários, principalmente a quem intervém no Programa (cargos de comando, direção ou chefia) tendo em vista assegurar o eficaz cumprimento da missão, mitigar os riscos para a segurança militar e promover a saúde individual e coletiva.

Eficácia

Peso

30%

OOP1 - (OE2) Conceber uma política de Defesa Nacional no âmbito da certificação da formação, para os militares em RV/RC de modo a obterem qualificação académica de nível Secundário ou nível 4 do QNQ.

Peso:

50%

INDICADORES	2017	META 2018	Tolerância	Valor crítico	PESO	Mês	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
Ind.1 - Apresentação, em dias, de proposta de criação de Conselho Setorial para a Qualificação da Defesa Nacional.	NA	275	90	135	50%		145	123,21%	Superou
Ind.2 - Apresentação, em dias, de proposta à tutela, da criação do Guia Militar para a Qualificação.	NA	275	90	135	50%		170	118,75%	Superou

OOP2 - (OE2) Alargar a rede de entidades formadoras protocoladas que permitam a obtenção de Títulos Profissionais por parte dos militares e ex-militares do RC.

Peso:

50%

INDICADORES	2017	META 2018	Tolerância	Valor crítico	PESO	Mês	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
Ind.3 - Número de protocolos celebrados com entidades formadoras certificadas.	NA	20	5	30	100%		12	80,00%	Não atingiu

Eficiência

Peso

30%

OOP3 - (OE1) Assegurar a emissão das licenças e os certificados inerentes à transmissão e circulação de produtos relacionados com a defesa e ao exercício das atividades de comércio e indústria.

Peso:

50%

INDICADORES	2017	META 2018	Tolerância	Valor crítico	PESO	Mês	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
Ind.4 - Percentagem de respostas a pedidos de licenças e certificados, num prazo não superior a 15 dias úteis face ao número total dos pedidos recebidos.	NA	95%	0%	100%	100%		100%	125,00%	Superou

OOP4 - (OE3) Participar em ações de formação, palestras ou sessões de outra natureza, que contribuam para informar e esclarecer o público alvo relativamente ao conteúdo e às implicações do Programa para a Prevenção dos Comportamentos Aditivos e Combate às Dependências nas Forças Armadas.

Peso:

50%

INDICADORES	2017	META 2018	Tolerância	Valor crítico	PESO	Mês	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
Ind.5 - Número de ações de participação.	NA	8	2	13	100%		11	115,00%	Superou

Qualidade

Peso

40%

OOP5 - (OE1) Garantir a qualidade da catalogação nacional.

Peso:

50%

INDICADORES	2017	META 2018	Tolerância	Valor crítico	PESO	Mês	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
Ind.6 - Número médio de dias de resposta a 75 % dos pedidos de catalogação nacionais e internacionais, não devolvidos e que se encontrem dentro dos parâmetros temporais definidos pelo comité OTAN/AC135 igual ou inferior a 10.	20	10	2	6	100%		10	100,00%	Atingiu

Quadro de Avaliação e Responsabilização

OOP6 - (OE1) Garantir a execução do plano de formação e sensibilização para as áreas de Qualidade e Ambiente.

Peso: 30%

INDICADORES	2017	META 2016	Tolerância	Valor crítico	PESO	Mês	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
Ind.7 - Percentagem da execução do Plano de Formação e Sensibilização 2017-2018.	NA	75%	5%	100%	100%		100%	125,00%	Superou

Recursos Humanos

DESIGNAÇÃO	PONTUAÇÃO	PLANEADOS	REALIZADOS	DESVIO
Dirigentes - Direcção Superior	20	60	65	5
Dirigentes - Direcção intermédia e chefes de equipa	16	384	368	-16
Técnico Superior - (inclui especialistas de informática)	12	1416	1396	-20
Coordenador Técnico - (inclui chefes de secção)	9	18	16	-2
Assistente Técnico - (inclui técnicos de informática)	8	624	631	7
Encarregado geral operacional	7			0
Encarregado operacional	6			0
Assistente operacional	5	170	159	-11
Total		2672	2635	-37

Recursos Financeiros

DESIGNAÇÃO	PLANEADOS	EXECUTADOS	DESVIO
Orçamento de funcionamento	8 686 056,00	9 508 567,86	-822512
Despesas c/Pessoal	7 653 149,00	8 134 103,81	-480 955
Aquisições de Bens e Serviços	852 907,00	1 141 921,38	-289014
Outras despesas correntes	180 000,00	232 542,67	-52543
PIDDAC	1 000 000,00	671 342,15	328658
Outros valores	134 872 741,00	123 858 330,07	11014411
TOTAL (OF+PIDDAC+Outros)	144 558 797,00	134 038 240,08	10520557

Indicadores _ Fonte de Verificação

- 1 - Proposta
- 2 - Proposta
- 3 - Relatório
- 4 - Relatório
- 5 - Relatório
- 6 - Relatório
- 7 - Documento em Excel + Relatório

Notas explicativas

Ind.4 - No segundo quadrimestre de 2018 registaram-se 568 pedidos de licenças e certificados, cuja resposta da DGRDN ocorreu no prazo não superior a 15 dias úteis. Logo, a percentagem de respostas foi de 100%.

Nos Recursos Humanos, atendendo aos dados registados no quadro, cumpre referir que os mesmos foram apurados sem ter sido encerrada a assiduidade do mês de agosto podendo este facto originar um enviesamento ligeiro na precisão.

Nos Recursos Financeiros, a LIM foi orçamentada no montante de 798 442 €, a quando da elaboração do OE 2018, posteriormente teve um reajustamento no valor de 4 640 156 €, de acordo com as transferências inscritas pela DGTF e de acordo com as orientações da DGO.

Desvios positivos e negativos

Ind. 3 – No que diz respeito a este indicador, apresentamos a justificação, de que foram enviados 41 e-mails a entidades formadoras no âmbito do programa «Defesa Qualifica» com propostas de protocolo; O programa «Defesa Qualifica» foi suspenso temporariamente por indisponibilidade financeira, aproveitando-se para revisão do regulamento. Com isso perdemos um argumento de negociação com as diversas Entidades, pois deixamos de participar a formação dos (ex-)militares no âmbito daquele programa; Apesar de haver expectativa de reabrir as candidaturas ao programa, durante o último quadrimestre, tal não se verificou por se manter o contexto indicado. Ocorreu uma fusão entre duas divisões sendo necessário fazer um balanço do trabalho efetuado. A equipa perdeu uma técnica responsável por dinamizar a comunicação com as entidades.

Quadro de Avaliação e Responsabilização

Ind.5 - A meta por nós indicada para 2018 deveu-se ao planeamento previsto para o ano, no seu conjunto, uma vez que houve ações cujas datas só foram conhecidas poucos meses antes da sua realização e, por outro lado, a concretização das ações dependeu sempre da disponibilidade dos nossos RH para o efeito. Em síntese, o momento da concretização deveu-se ao calendário definido (por outras entidades) para as ações, conciliado com a capacidade de resposta da DSSMAS/DSM. Assim, em função da calendarização das ações e da disponibilidade para empenhar os n/ RH, as ações a considerar foram as seguintes:

Março: 2 palestras no Curso de Operadores de Prevenção em Comportamentos Aditivos e Dependências (COPCAD), 1ª edição, na Escola do Serviço de Saúde Militar (ESSM);

Junho: Participação no Congresso do SICAD (Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e Dependências) e no workshop FNAS, ambos organizados pelo SICAD;

Novembro: 2 palestras no COPCAD, 2ª edição, na ESSM;

Dezembro: 3 palestras em Unidades do Exército (Tomar, Chaves e Lamego) em parceria com a UTITA (Unidade de Tratamento Intensivo de Toxicodependências e Alcoolismo), atento o calendário definido por esta entidade; 2 ações de formação em supervisão para aplicação do Programa "Eu e os Outros", no âmbito da intervenção em CAD no Colégio Militar e no Instituto Pupilos do Exército, cujo calendário foi definido entre o SICAD e estes estabelecimentos de ensino.

Avaliação Final

Eficácia	30,48
Conceber uma política de Defesa Nacional no âmbito da certificação da formação, para os militares em RV/RC de modo a obterem qualificação académica de nível Secundário ou nível 4 do QNQ.	61,60
Alargar a rede de entidades formadoras protocoladas que permitam a obtenção de Títulos Profissionais por parte dos militares e ex-militares do RC.	40,00
Eficiência	35,73
Assegurar a emissão das licenças e os certificados inerentes à transmissão e circulação de produtos relacionados com a defesa e ao exercício das atividades de comércio e indústria.	61,60
Participar em ações de formação, palestras ou sessões de outra natureza, que contribuam para informar e esclarecer o público alvo relativamente ao conteúdo e às implicações do Programa para a Prevenção dos Comportamentos Aditivos e Combate às Dependências nas Forças Armadas (PPCADCFA).	57,50
Qualidade	45,00
Garantir a qualidade da catalogação nacional	50,00
Garantir a execução do plano de formação e sensibilização para as áreas de Qualidade e Ambiente.	62,50

Taxa de Realização Final	Nota Final
111,21	Bom

**PROCEDIMENTOS PARA A ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO DE ATIVIDADES E
RELATÓRIO DE AUTOAVALIAÇÃO – METODOLOGIA**

O **Relatório de Atividades** tem por objetivo descrever o percurso feito pela organização e os desvios obtidos, bem como avaliar os resultados e estruturar a informação relevante daquilo que foi executado. Assim, em cumprimento do disposto no Decreto-Lei nº 183/96, de 27 de setembro e na Lei nº 66-B/2007, de 28 de dezembro na sua redação atual, elabora-se com a participação das unidades orgânicas o Relatório de Atividades (que integra o Relatório de Autoavaliação do serviço), e deverá estar concluído até 31 de março de cada ano, e submetido à aprovação da tutela.

Principais procedimentos

Preparação dos modelos de recolha de informação;

Criação de *ligação/acesso* para preenchimento dos ficheiros correspondentes às unidades orgânicas para avaliação das ações a constar no Relatório - descrição de resultados - bem como a avaliação de objetivos, iniciativas e indicadores;

Solicitação dos elementos às unidades orgânicas (via e-mail);

Recolha dos dados e produção progressiva da redação final do Relatório de Atividades até à sua conclusão (incluindo o Relatório de Autoavaliação e QUAR);

Apreciação e aprovação superior do documento a fim de ser remetido à tutela e Secretaria-Geral, e posterior distribuição interna.

O **Relatório de Autoavaliação** é um instrumento de gestão, que acompanha o Relatório de Atividades, por forma a dar cumprimento ao estabelecido no Artigo 15.º da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro, na sua redação atual. Este documento tem como objetivo fazer a autoavaliação da Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional, analisando o seu desempenho, tendo em consideração os resultados alcançados relativos aos objetivos operacionais estabelecidos no Quadro de Avaliação e Responsabilização (QUAR).

Tem ainda por base o cumprimento dos objetivos definidos nos QUAR, observação dos Recursos Humanos existentes e execução dos Recursos Financeiros envolvidos.

Neste sentido, com a finalidade de substanciar a elaboração deste tipo de relatório, é solicitada aos responsáveis das várias Unidades Orgânicas, envolvidas no cumprimento dos objetivos do QUAR, a apresentação de relatórios sobre o grau de cumprimento dos respetivos objetivos, assim como a justificação dos desvios.

Principais procedimentos

Preparação do modelo e disponibilização a todas as unidades orgânicas, no sentido de recolher contributos necessários para a elaboração do QUAR;

Solicitação aos responsáveis das várias unidades orgânicas envolvidas no cumprimento dos objetivos do QUAR, a apresentação de relatórios sobre o grau de cumprimento dos respetivos objetivos (resultados), a justificação dos desvios verificados, bem como elementos sobre as fontes de verificação, breve análise descritiva, síntese das atividades e recursos humanos envolvidos;

Sistematização e harmonização dos dados recolhidos, objeto de reanálise e correção pelas unidades orgânicas, sendo posteriormente elaborado o documento final que inclui a informação adicional referenciada no ponto anterior.

A colaboração, participação ativa e o empenhamento dos vários intervenientes e interlocutores com o seu comprometimento e rigor, viabilizaram a conceção, o desenho e o desenvolvimento de um processo de avaliação global de atividades/ações que se orientou pela realização de boas práticas, de acordo com o interesse estratégico desta Direção-geral.

GLOSSÁRIO*

Estratégia – meios e processos considerados pelo serviço para a prossecução dos objetivos definidos (orientações de gestão, recursos, distribuição de responsabilidades, campo de ação...).

Objetivos estratégicos – resultados globais a atingir pela DGRDN para o cumprimento da sua missão e no âmbito das suas atribuições, que se enquadram na avaliação de desempenho do serviço. Enunciados anualmente no QUAR e materializados no Plano através de Programas.

Objetivos operacionais – resultados fixados para a iniciativa/acção a desenvolver que contribuem para um ou mais objetivos estratégicos, suscetíveis de avaliação.

Programa – conjunto interdependente de ações (atividades e projetos) enquadrado nas atribuições do serviço e alinhado com as opções estratégicas superiormente planeadas e apresentadas.

Ação – procedimento ou processo de atuação/medida (concreto, pragmático) que integra os programas, através da realização de diversos tipos de atividades e/ou projetos. Enunciam-se para cada uma o objetivo a atingir e os resultados esperados a obter.

Natureza das principais ações utilizadas

AA – Avaliação e Análise; APL – Apoio Logístico; CAT – Conceção e Apoio Técnico; CII – Cooperação Institucional Internacional; CIN – Cooperação Institucional Nacional; CON – Consultadoria; DIV – Divulgação; ES – Estatutária; FOR – Formação

Atividade – conjunto de tarefas que concorrem articuladamente para a realização de um ou mais objetivos de cada serviço, que afeta recursos e possibilita identificar resultados.

Tipificação das atividades:

- Periódicas (cíclicas; sazonais);
- Correntes (rotineiras, de execução permanente e indispensáveis para a produção de serviços numa área pré determinada p. e. jurídica, pessoal, financeira...);
- Manutenção (de conservação e/ou apoio a serviços, equipamentos, programas informáticos e outros, concorrendo para o seu normal funcionamento).

Projeto – forma de ação ou processo organizativo temporário e delimitado no tempo (início/fim), que mobiliza recursos (humanos, financeiros, materiais), possui um núcleo responsável criado para o efeito (gestor/equipa) e procura uma solução concreta e específica para uma necessidade (objetivos). Os projetos distinguem-se normalmente das atividades (conforme anteriormente definidas) pela sua natureza, i. é., serem originados para um fim particular e possuírem um «ciclo de vida» (definição, conceção, planeamento, implementação, conclusão e avaliação). A complexidade dos projetos é em regra “proporcional” ao grau crescente de envolvimento de diversos fatores, nomeadamente: meios, duração prevista, organismos envolvidos, dificuldades de gestão e riscos previsíveis (bloqueios, constrangimentos, situações adversas).

Avaliação – processo de análise, apreciação e eventual valoração (qualitativa e/ou quantitativa) do grau de execução de objetivos e/ou ações, de acordo com os resultados esperados e critérios previamente enunciados.

QUAR – “O Quadro de Avaliação e Responsabilização (QUAR) é um quadro de referência na avaliação de desempenho dos serviços (missão), das suas decisões de ação (objetivos estratégicos), das metas a atingir, dos indicadores de desempenho e inerentes fontes de verificação, dos meios disponíveis (humanos e financeiros) e da aferição da sua realização e da identificação sumária dos desvios e respetivas causas averiguados no fim do ciclo de gestão” (AMA). O QUAR foi criado pela Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro, na sua redação atual (SIADAP 1). Anualmente procede-se a 3 monitorizações.

* Explicitação de conceitos aplicados nos Planos e Relatórios de Atividades da DGRDN

RELATÓRIO DE AUTOAVALIAÇÃO

Termos técnicos no âmbito do QUAR

Nos termos do artigo 4.º da Lei 66-B/2007, de 28 de dezembro, são consideradas as seguintes expressões:

Quadro 1 – Definições/conceitos

Competências	O parâmetro de avaliação que traduz o conjunto de conhecimentos, capacidades de ação e comportamentos necessários para o desempenho eficiente e eficaz, adequado ao exercício de funções por dirigente ou trabalhador.
Dirigentes máximos do serviço	Os titulares de cargos de direção superior do 1.º grau ou legalmente equiparado, outros dirigentes responsáveis pelo serviço dependente de membro do Governo ou os presidentes de órgão de direção colegial sob sua tutela ou superintendência.
Dirigentes superiores	Os dirigentes máximos dos serviços, os titulares de cargo de direção superior do 2.º grau ou legalmente equiparados e os vice – presidentes ou vogais de órgão de direção colegial.
Dirigentes intermédios	Os titulares de cargos de direção intermédia ou legalmente equiparados.
Indicadores de Desempenho	Medida de um objetivo que se pretende alcançar ou atingir, de um recurso mobilizado, de um efeito obtido, de um elemento de qualidade, de uma variável de contexto.
Objetivos	O parâmetro de avaliação que traduz a previsão dos resultados que se pretendem alcançar no tempo, em regra quantificáveis.
Serviço efetivo	O trabalho realmente prestado pelo trabalhador nos serviços.
Serviços	Os serviços da administração direta e indireta do Estado, da administração regional autónoma e da administração autárquica, incluindo os respetivos serviços desconcentrados ou periféricos e estabelecimentos públicos, com exceção das entidades públicas empresariais.
Trabalhadores	Os trabalhadores da Administração Pública que não exerçam cargos dirigentes ou equiparados, independentemente do título jurídico da relação de trabalho, desde que a respetiva vinculação seja por prazo igual ou superior a seis meses, incluindo pessoal integrado em carreira que não se encontrem em serviço de funções de direção ou equiparadas inerentes ao conteúdo funcional dessa carreira.
Unidades homogéneas	Os serviços desconcentrados ou periféricos da administração direta e indireta do Estado que desenvolvem o mesmo tipo de atividades ou fornecem o mesmo tipo de bens ou presta o mesmo tipo de serviços.
Unidades orgânicas	Os elementos estruturais da organização interna de um serviço quer obedeçam ao modelo de estrutura hierarquizada, matricial ou mista.

Utilizadores externos	Os cidadãos, as empresas e a sociedade civil.
Utilizadores internos	Os órgãos e serviços da administração direta e indireta do Estado e das administrações regional e autárquica, com exceção das entidades públicas empresariais.
Qualidade	Conjunto de atributos e características de uma entidade ou produto que determinam a sua aptidão para satisfazer necessidades e expectativas da sociedade.
Indicadores	Medida de um objetivo que se pretende alcançar ou atingir, de um recurso mobilizado, de um efeito obtido, de um elemento de qualidade, de uma variável de contexto. No entanto, são acima de tudo, instrumentos de informação com vista a apoiar os gestores a comunicar, a negociar ou a decidir. Representam uma grandeza, um número, uma cifra, um cálculo (n.º, % ou taxa) que permite objetivar o acontecimento ou uma situação e interpretá-los.
Eficácia	Traduzem a relação entre o planeado e o alcançado em matéria de realizações. Em regra, a eficácia é medida por unidades físicas (v.g. n.º de ocorrências) ou monetárias.
Eficiência	Relação entre os bens produzidos ou os serviços prestados e os recursos utilizados.

Nota Introdutória

Por forma a dar cumprimento ao estabelecido no Artigo 15.º da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro, na sua redação atual, o Relatório de Autoavaliação é um instrumento de gestão, que acompanha o Relatório de Atividades de 2018.

Este documento tem como objetivo fazer a autoavaliação da Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional, analisando o seu desempenho e refletindo as tarefas concretizadas, durante o ano de 2018, com o empenho e dedicação de cada um e de todos os trabalhadores que no seu dia-a-dia contribuíram para o cumprimento da missão e da execução das atribuições confiadas à DGRDN.

O mesmo, tem ainda por base a concretização dos objetivos operacionais definidos no Quadro de Avaliação e Responsabilização (QUAR) de 2018, bem como, a observação dos Recursos Humanos existentes e execução dos Recursos Financeiros envolvidos.

Neste sentido, com a finalidade de substanciar a elaboração deste relatório, foi solicitada aos responsáveis das várias Unidades Orgânicas envolvidas no cumprimento dos objetivos do QUAR, a apresentação de elementos sobre o respetivo grau de realização assim como a justificação dos desvios.

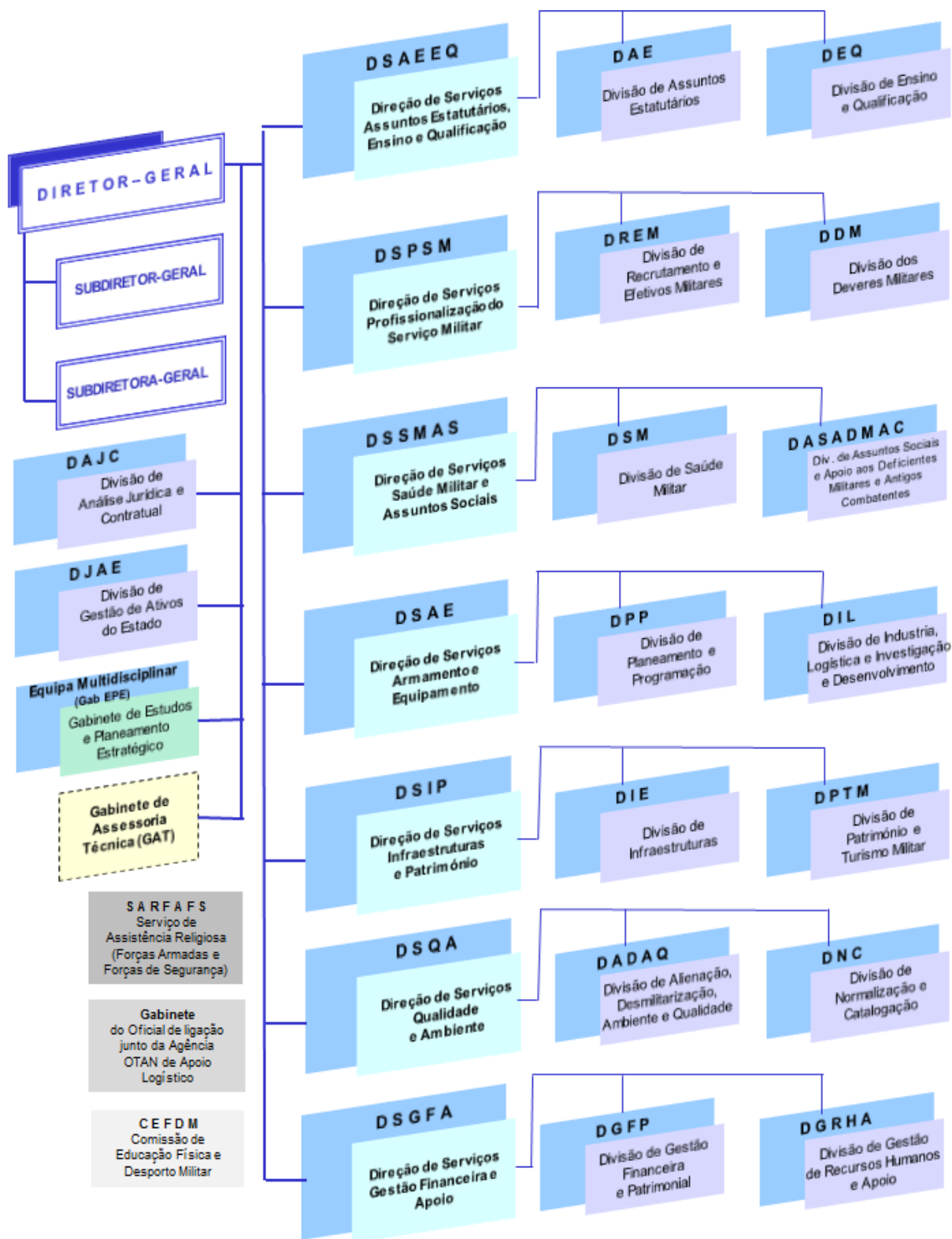
Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional (DGRDN)

Estrutura orgânica

De acordo com o Decreto-Lei nº 183/2014, de 29 de dezembro, diploma que criou a Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional conjugado com o Decreto-Regulamentar nº 8/2015, de 31 de julho, que define a missão e atribuições, a Portaria nº 283/2015, de 15 de setembro que cria as unidades orgânicas fixas e as multidisciplinares, conjugados ainda com os Despachos que criam as unidades orgânicas flexíveis.

A DGRDN integra sete unidades orgânicas nucleares, designadas por Direções de Serviço, sendo a estrutura flexível composta por dezasseis Divisões e uma Equipa multidisciplinar, com as seguintes designações no seguinte organograma:

Figura 1 – Organograma DGRDN



- **Direção de Serviços dos Assuntos Estatutários, Ensino e Qualificação**, (DSAEEQ), compreende a Divisão de Assuntos Estatutários (DAE) e a Divisão de Ensino e Qualificação (DEQ);
- **Direção de Serviços da Profissionalização do Serviço Militar** (DSPSM) compreende a Divisão de Recrutamento e Efetivos Militares (DREM) e a Divisão de Deveres Militares (DDM);
- **Direção de Serviços de Saúde Militar e Assuntos Sociais** (DSSMAS) compreende a Divisão de Saúde Militar (DSM) e a Divisão de Assuntos Sociais e Apoio aos Militares e Antigos Combatentes (DASADMAC);
- **Direção de Serviços de Armamento e Equipamento** (DSAE) compreende a Divisão de Planeamento e Programação (DPP) e a Divisão de Indústria, Logística e investigação e Desenvolvimento (DIL);
- **Direção de Serviços de Infraestruturas e Património** (DSIP) compreende a Divisão de Infraestruturas (DIE) e a Divisão Património e Turismo Militar (DPTM);
- **Direção de Serviços de Qualidade e Ambiente** (DSQA) compreende a Divisão de Alienação, Desmilitarização, Ambiente e Qualidade (DADAQ) e a Divisão de Normalização e Catalogação (DNC);
- **Direção de Serviços de Gestão Financeira e Apoio** (DSGFA) compreende a Divisão de Gestão Financeira e Patrimonial (DGFP) e a Divisão de Gestão de Recursos Humanos e Apoio (DGRHA);
- **Divisão de Análise Jurídica e Contratual** (DAJC);
- **Divisão de Gestão de Ativos do Estado** (DGAE)
- **Equipa Multidisciplinar** – Gabinete de Gestão e Planeamento Estratégico (GAB/GPE).

Missão

- **Conceber, desenvolver, coordenar e executar as políticas de recursos humanos, armamento, equipamentos, património e infraestruturas necessários à Defesa Nacional.**

Atribuições

- Estudar, propor e emitir pareceres e monitorizar a execução das medidas de política de recursos humanos — militares, militarizados e civis —, nomeadamente as relativas a estatutos, vínculos, carreiras e remunerações;
- Apoiar o Ministro da Defesa Nacional na direção da atividade interministerial de execução da política de defesa nacional e das Forças Armadas, em articulação com o Estado -Maior -General das Forças Armadas (EMGFA) e a Direção -Geral de Política de Defesa Nacional (DGPDN), nomeadamente quanto à mobilização e requisição;
- Exercer as competências de órgão central de recrutamento e divulgação, planeando, dirigindo e coordenando os processos estruturantes da profissionalização do serviço militar, nos termos da Lei do Serviço Militar, respetivo regulamento e demais legislação complementar;
- Planear, dirigir e coordenar as atividades relativas ao recenseamento militar e ao Dia da Defesa Nacional;
- Estudar, propor e monitorizar a execução de medidas de política de ensino, investigação e desenvolvimento e inovação, formação e qualificação profissional, assegurando a devida articulação com os sistemas nacionais;
- Estudar, propor e monitorizar a execução de medidas de política de saúde militar, assegurando a devida articulação com o sistema nacional;
- Estudar, propor e monitorizar a execução de medidas de política no âmbito do apoio social;
- Estudar, propor e monitorizar a execução de medidas de política de apoio e reabilitação dos deficientes militares, assegurando a devida articulação com o sistema nacional;
- Propor, avaliar e executar as políticas de apoio aos antigos combatentes;
- Conceber, desenvolver, coordenar e executar as políticas de armamento, bens, equipamentos, infraestruturas e investigação e desenvolvimento necessárias às Forças Armadas e à defesa nacional;
- Conceber, desenvolver, coordenar e executar a política ambiental da defesa nacional;
- Participar no processo de planeamento de forças e de edificação de capacidades militares, coordenando a formulação dos planos de armamento e de infraestruturas enquanto instrumentos de planeamento, com vista à elaboração das propostas de lei de programação militar;

Atribuições

- Participar no processo de planeamento de forças e de edificação de capacidades militares, coordenando a formulação dos planos de armamento e de infraestruturas enquanto instrumentos de planeamento, com vista à elaboração das propostas de lei de programação militar;
 - Coordenar a elaboração das propostas de lei de programação militar e de programação das infraestruturas militares, de acordo com o ciclo de planeamento de defesa, assegurando a respetiva execução e controlo;
 - Planear, coordenar e executar as atividades relativas à gestão do ciclo de vida logístico do armamento, bens e equipamentos, no que se refere aos processos de aquisição, manutenção, alienação e desmilitarização;
 - Propor a concessão de autorizações para acesso e exercício das atividades de indústria e ou comércio de bens e tecnologias militares e proceder à supervisão da atividade das empresas do setor da defesa e ao controlo das importações e exportações de bens e tecnologias militares;
 - Planear, coordenar e executar as atividades relativas à aquisição, arrendamento, construção, manutenção, disposição e rentabilização das infraestruturas e demais património imobiliário afeto à defesa nacional, assegurando, designadamente, as competências legais da Unidade de Gestão Patrimonial do Ministério da Defesa Nacional (MDN);
 - Participar, coordenando a posição do MDN, na definição e execução das políticas de ordenamento do território e urbanismo, garantindo a salvaguarda dos interesses da defesa nacional em sede de produção, alteração, revisão e execução dos instrumentos de gestão territorial;
 - Participar na preparação e execução de medidas que envolvam a requisição, aos particulares, de coisas ou serviços;
 - Assegurar, no âmbito das suas atribuições e em articulação com a DGPDN, a representação em organizações e entidades internacionais e nacionais, definindo, propondo, coordenando e desenvolvendo protocolos, projetos e outras atividades de cooperação nos domínios dos recursos humanos, do armamento, dos equipamentos, do património e das infraestruturas da defesa nacional;
 - Assegurar, no âmbito das suas atribuições, a representação em organizações e entidades nacionais e internacionais, propondo, coordenando e desenvolvendo atividades de cooperação internacional na execução das políticas de defesa no domínio do armamento, equipamentos, infraestruturas e património;
 - Planear, coordenar e monitorizar, em articulação com os serviços e organismos do MDN, os ramos das Forças Armadas e outras entidades, as atividades relativas ao turismo militar, assegurando uma visão integrada do património da defesa nacional, apresentando e executando propostas de carácter educativo e formativo que valorizem a história e cultura portuguesas.
- previstas no nº 2 do artigo 2º do Decreto-Regulamentar nº 8/2015, de 31 de julho

Metodologia adotada

A coordenação do processo e a elaboração do relatório foram da responsabilidade do GAT – Gabinete de Assessoria Técnica.

Foi pedido a todas as unidades orgânicas os contributos necessários para a elaboração do **QUAR 2018** (definição de objetivos, metas e indicadores de medida associados e fontes de verificação de cada objetivo).

As monitorizações realizaram-se quadrimestralmente (abril, agosto e dezembro), procedendo-se assim ao acompanhamento do grau de execução do QUAR, nomeadamente à identificação e análise dos desvios detetados.

De realçar ainda a aplicação do Sistema Integrado de Avaliação de Desempenho da Administração Pública (SIADAP), com base na Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro, que contribuiu para a melhoria do desempenho e qualidade dos serviços da Administração Pública, para a coerência e harmonia da ação dos serviços, dirigentes e demais trabalhadores e para a promoção da sua motivação profissional e desenvolvimento de competências.

A avaliação do desempenho, dos serviços e dos recursos humanos, integra-se no ciclo anual de gestão e assenta em parâmetros de eficácia, eficiência e qualidade.

O presente relatório contém a informação indicada no nº 1 do artigo 15º, da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro, bem como os dados adicionais previstos no nº 2 tendo a seguinte estrutura:

- Estrutura Orgânica;
- A autoavaliação do QUAR (Resultados alcançados e desvios verificados);
- A Avaliação do Sistema de Controlo Interno;
- Desenvolvimento de medidas para um reforço positivo de desenvolvimento;
- Avaliação Final

Autoavaliação

Resultados alcançados e desvios verificados

Foram definidos 3 **Objetivos Estratégicos** (OE) que se encontram diretamente relacionados com as áreas de intervenção acima referidas.

Objetivo estratégico 1

- Contribuir para a definição de políticas no âmbito do armamento, bens, equipamentos, infraestruturas e investigação e desenvolvimento necessários às Forças Armadas e à Defesa Nacional, assim como, o planeamento, coordenação e execução dos processos que lhe são inerentes.

Objetivo estratégico 2

- Reforçar a eficiência da Gestão de Recursos Humanos, contribuindo para o desenvolvimento e sustentabilidade dos sistemas de formação e da profissionalização do serviço militar.

Objetivo estratégico 3

- Promover a divulgação do "Programa para a Prevenção dos Comportamentos Aditivos e Combate às Dependências nas Forças Armadas" a universo alargado de destinatários, principalmente a quem intervém no Programa (cargos de comando, direção ou chefia) tendo em vista assegurar o eficaz cumprimento da missão, mitigar os riscos para a segurança militar e promover a saúde individual e coletiva.

Objetivos Operacionais

Na construção do QUAR de 2018, procurou-se dar particular atenção a objetivos relacionados com a missão da DGRDN, traduzida na eficiência dos serviços aos cidadãos, na modernização administrativa, valorização dos recursos e redução da despesa.

Importa salientar que os resultados do QUAR que agora se apresentam, revelam não só a capacidade do serviço em superar e cumprir os objetivos de eficácia (2), eficiência (2) e qualidade (2), que se propôs realizar em 2018, mas também a capacidade de organização que pela sua missão e competências de atribuição, vocacionada para o apoio à governação, nas respetivas áreas.

OE1 - Contribuir para a definição de políticas no âmbito do armamento, bens, equipamentos, infraestruturas e investigação e desenvolvimento necessários às Forças Armadas e à Defesa Nacional, assim como, o planeamento, coordenação e execução dos processos que lhe são inerentes.

- OP3 (OE1) (Eficiência) Assegurar a emissão das licenças e os certificados inerentes à transmissão e circulação de produtos relacionados com a defesa e ao exercício das atividades de comércio e indústria.
- OP5 - (OE1) (Qualidade) Garantir a qualidade da catalogação nacional.
- OP6 - (OE1) (Qualidade) Garantir a execução do plano de formação e sensibilização para as áreas de Qualidade e Ambiente.

OE2 - Reforçar a eficiência da Gestão de Recursos Humanos, contribuindo para o desenvolvimento e sustentabilidade dos sistemas de formação e da profissionalização do serviço militar.

- OP1 (OE2) - (Eficácia) Conceber uma política de Defesa Nacional no âmbito da certificação da formação, para os militares em RV/RC de modo a obterem qualificação académica de nível Secundário ou nível 4 do QNQ.
- OP2 (OE2) - (Eficácia) Alargar a rede de entidades formadoras protocoladas que permitam a obtenção de Títulos Profissionais por parte dos militares e ex-militares do RC.

OE3 Promover a divulgação do "Programa para a Prevenção dos Comportamentos Aditivos e Combate às Dependências nas Forças Armadas" a um universo alargado de destinatários, principalmente a quem intervém no Programa (cargos de comando, direção ou chefia) tendo em vista assegurar o eficaz cumprimento da missão, mitigar os riscos para a segurança militar e promover a saúde individual e coletiva.

- OP4 (OE3) (Eficiência) Participar em ações de formação, palestras ou sessões de outra natureza, que contribuam para informar e esclarecer o público alvo relativamente ao conteúdo e às implicações do Programa para a Prevenção dos Comportamentos Aditivos e Combate às Dependências nas Forças Armadas.

Cumprimento dos Objetivos Operacionais

De destacar os indicadores, que face aos 6 objetivos operacionais acima referidos evidenciam desvios positivos e por isso quase todos superados. Clareza das monitorizações trimestrais de objetivos e indicadores do QUAR, conjugados com os esforços e as iniciativas levadas a cabo por parte dos trabalhadores e das unidades orgânicas possibilitaram o alcance e realização dos mesmos.

Avaliação Global do Grau do Cumprimento dos Objetivos Operacionais

No mapa seguinte, apresenta-se um resumo da avaliação global relativa a 2018, indicando a taxa de realização de cada objetivo e indicador, bem como a taxa de realização por parâmetro (Eficácia, Eficiência e Qualidade) e avaliação final, tendo em conta as respetivas ponderações

Quadro 2 – Avaliação global do grau de cumprimento dos objetivos operacionais

Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional (DGRDN)																
Objetivos Estratégicos (OE)	OE1. Contribuir para a definição de políticas no âmbito do armamento, bens, equipamentos, infraestruturas e investigação e desenvolvimento necessários às Forças Armadas e à Defesa Nacional, assim como, o planeamento, coordenação e execução dos OE2. Reforçar a eficiência da Gestão de Recursos Humanos, contribuindo para o desenvolvimento e sustentabilidade dos sistemas de formação e da profissionalização do serviço militar. OE3 - Promover a divulgação do "Programa para a Prevenção dos Comportamentos Aditivos e Combate às Dependências nas Forças Armadas" a universo alargado de destinatários, principalmente a quem intervém no Programa (cargos de comando, direção ou chefia) tendo em vista assegurar o eficaz cumprimento da missão, mitigar os riscos para a segurança militar e promover a saúde individual e coletiva.															
	Objetivos operacionais (OOP)	Peso Parâmetros	Peso objetivos nos parâmetros	Peso indicadores	META 2018	Tolerância	Valor crítico	Resultados	Taxa realização do Indicador	Classificação	Desvio/indicador	Grau realização do OOP	Taxa execução dos parâmetros	Execução/peso do parâmetro	Taxa de Realização	
Eficácia	OOP1. (OE2) - Conceber uma política de Defesa Nacional no âmbito da certificação da formação para os militares em RV/RC de modo a obterem qualificação académica de nível Secundário ou nível 4 do QNQ	30%	50%									121%	100%	30%	111%	
	Ind.1 - Apresentação, em dias, de proposta de criação de Conselho Setorial para a Qualificação da Defesa Nacional.		50%	275	90	135	145	123,21%	Superou	23%						
			50%	275	90	135	170	118,75%	Superou	19%						
	OOP2. (OE2) - Alargar a rede de entidades formadoras protocoladas que permitam a obtenção de Títulos Profissionais por parte dos militares e ex-militares do RC		50%									80%				
	Ind.3 - Número de protocolos celebrados com entidades formadoras certificadas.		100%	20	5	30	12	80,00%	Não atingiu	-20%						
Eficiência	OOP3 - (OE1) Assegurar a emissão das licenças e os certificados inerentes à transmissão e circulação de produtos relacionados com a defesa e ao exercício das atividades de comércio e indústria.	30%	50%									125%	120%	36%		
	Ind.4 - Percentagem de respostas a pedidos de licenças e certificados, num prazo não superior a 15 dias úteis face ao numero total dos pedidos recebidos.		100%	95%	0%	100%	100%	125,00%	Superou	25%						
	OOP4 - (OE3) Participar em ações de formação, palestras ou sessões de outra natureza, que contribuam para informar e esclarecer o público alvo relativamente ao conteúdo e às implicações do Programa para a Prevenção dos Comportamentos Aditivos e Combate às Dependências nas Forças Armadas.		50%									115%				
	Ind.5 - Número de ações de participação.			100%	8	2	13	11	115,00%	Superou	15%					
	Qualidade	OOP5 - (OE1) Garantir a qualidade da catalogação nacional.	40%	50%									100%	113%	45%	
Ind.6 - Número médio de dias de resposta a 75 % dos pedidos de catalogação nacionais e internacionais, não devolvidos e que se encontrem dentro dos parâmetros temporais definidos pelo comité OTAN/AC135 igual ou inferior a 10.		100%		10	2	6	10	100,00%	Atingiu	0%						
OOP6 - (OE1) Garantir a execução do plano de formação e sensibilização para as áreas de Qualidade e Ambiente.		50%										125%				
Ind.7 - Percentagem da execução do Plano de Formação e Sensibilização 2017-2018.				100%	75%	5%	100%	100%	125,00%	Superou	25%					

Descrição da Concretização dos Objetivos Operacionais

Relatórios de concretização relacionados com cada objetivo operacional, apresentados pelos dirigentes de cada serviço a que foram atribuídos os objetivos do QUAR 2018.

Objetivos Operacionais de Eficácia

OOP1 - (OE2) Conceber uma política de Defesa Nacional no âmbito da certificação da formação, para os militares em RV/RC de modo a obterem qualificação académica de nível Secundário ou nível 4 do QNQ.

•Ind.1 - Apresentação, em dias, de proposta de criação de Conselho Setorial para a Qualificação da Defesa Nacional. .

Meta	Tolerância	Valor Critico	Resultado	Desvio	Taxa de Realização	Classificação
275	90	135	145	23%	123,21%	Superou

Fontes de Verificação:

Proposta.

Breve Análise:

Os Conselhos Setoriais para a Qualificação são grupos de trabalho técnico-consultivos, criados pela Agência Nacional para a Qualificação I.P. (ANQ), de acordo com o artigo 17º, do Decreto-Lei nº 396/2007, e constituem estruturas do Sistema Nacional de Qualificações.

Os Conselhos Setoriais têm como principal objetivo identificar, em permanência, as necessidades de atualização do Catálogo Nacional de Qualificações e colaborar com a Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional (ANQEP) nos trabalhos conducentes a essa atualização e desenvolvimento. Os Conselhos Setoriais têm uma função de cariz eminentemente estratégico e funcionam como uma primeira linha de um trabalho mais operacional que se pretende desenvolver numa lógica de rede e cooperação.

Compete aos Conselhos Setoriais para a Qualificação:

- Identificar, em permanência, as evoluções e alterações ocorridas nos diferentes setores da sociedade;
- Identificar as necessidades de qualificações e competências que respondam às alterações referidas na alínea anterior;
- Apresentar as propostas que entendam adequadas para a atualização e desenvolvimento do Catálogo Nacional de Qualificações (CNQ);
- Analisar e dar parecer sobre propostas de atualização e desenvolvimento do CNQ apresentadas por outras entidades;
- Apoiar o desenho das qualificações;
- Facilitar a articulação com entidades relevantes em cada setor de atividade, através de uma lógica de cooperação, co-responsabilizadora e mobilizadora de esforços, com o objetivo de potenciar o desenvolvimento de soluções inovadoras para a temática das competências e qualificações;
- Identificar competências técnicas e metodológicas para apoiar a ANQ nos processos de atualização e desenvolvimento do CNQ, designadamente na construção de perfis profissionais/referenciais de competências, referenciais de formação e referenciais de reconhecimento de competências profissionais.

Os Conselhos Setoriais para a Qualificação são constituídos e regulamentados por despacho do Presidente da ANQEP são presididos por um representante desta Agência, e devem integrar até dez membros designados para o efeito.

Síntese das Atividades:

Foram desenvolvidos esforços no sentido da criação do Conselho Sectorial para a Qualificação da Segurança e Defesa (CSQSD) que irá facilitar o processo de inscrição de unidades de formação no Catálogo Nacional de Qualificações (CNQ) de referenciais de formação cujos conteúdos são essencialmente úteis para as Forças Armadas e Forças de Segurança.

Os esforços para a sua implementação irão exigir o recenseamento dos referenciais de formação específicos das Forças Armadas capazes de se adequar às exigências do CNQ, identificação de áreas/unidades de formação transversais entre os Ramos ou não que possam vir a constituir uma área/unidade de formação do CNQ, sinergias com a construção do Guia Militar para a Qualificação (GMQ) - A 8 de outubro de 2018, esta DGRDN recebeu da ANQEP, ao abrigo do Ofício SAI-GER/2018/1275, o convite para

integrar este CSQSD tendo sido nomeados os representantes da DGRDN. Neste momento apenas falta a nomeação do representante da Polícia de Segurança Pública;

Justificação do desvio:

Difícil de prever a aceitação da criação do CSQ por parte da ANQEP e aconteceu antes do previsto.

Recursos Humanos envolvidos:

1 Chefe de Divisão e 2 Técnicos Superiores

OOP1 - (OE2) Conceber uma política de Defesa Nacional no âmbito da certificação da formação, para os militares em RV/RC de modo a obterem qualificação académica de nível Secundário ou nível 4 do QNQ.

•Ind.2 - Apresentação, em dias, de proposta à tutela, da criação do Guia Militar para a Qualificação.

Meta	Tolerância	Valor Crítico	Resultado	Desvio	Taxa de Realização	Classificação
275	90	135	170	19%	118,78%	Superou

Fontes de Verificação:

Proposta.

Breve Análise:

Pela análise dos 12 referenciais de formação inicial remetidas pelos Ramos (4 por cada Ramo), constata-se que apesar dos esforços desenvolvidos, apenas 1 referencial do Exército tem um percurso formativo completo e é de nível 2 («Operador de Equipamento Pesado de Engenharia» cujo percurso corresponde ao de «Condutor Manobrador de Movimentação de Terras»); todos os outros referenciais possuem UFCD de vários

referenciais correspondentes a diferentes percursos profissionais possíveis, de nível 2 ou 4, passíveis de serem completados ao longo do percurso do militar na instituição.

Dada a complexidade encontrada na transposição dos referenciais utilizados ao nível da formação inicial para os referenciais presentes no CNQ sugeriu-se a elaboração de um instrumento orientador (Guia Militar para a Qualificação - GMQ), dinâmico e que esteja em constante atualização, de modo a permitir a sustentação dos processos de tomada de decisão, por parte dos Ramos e dos militares em RV e em RC, com vista à construção de um percurso qualificante (de nível 2 ou 4) do CNQ.

Este instrumento irá permitir a organização das atividades e competências requeridas para cada especialidade militar, de modo a permitir aos militares a orientação e decisão sobre o seu percurso formativo e profissional, ajudando à compreensão do que é especificamente militar, de quais são as correspondências com o CNQ e quais as possibilidades de capitalização dos percursos formativos dentro e fora da instituição militar, finda a fase de instrução complementar. Este instrumento poderá ser utilizado ao nível do recrutamento (no âmbito da divulgação da profissão militar), para potenciar a retenção nas fileiras (ao apoiar a definição de percursos qualificantes de formação contínua) e no apoio à transição dos militares para a vida civil (na definição de mecanismos complementares de formação, qualificação e de reconversão profissional).

Síntese das Atividades:

A 19 de junho de 2018 foi remetido à consideração superior de SEXASEDN, através da N/Informação nº 1111, o Relatório de Certificação da Formação no sentido de divulgar o ponto de situação relativamente ao processo de certificação da formação profissional ministrada nas Forças Armadas e a apresentar o protótipo do Guia Militar para a Qualificação (ao abrigo do N/Ofício nº 4626, de 19 de junho de 2018).

Justificação do desvio:

Por solicitação do gabinete foram encetados esforços para se apresentar o estado da arte da certificação da formação e decorrente dos trabalhos de análise foi apresentado o Guia Militar para a Qualificação.

Recursos Humanos envolvidos:

1 Chefe de Divisão e 2 Técnicos Superiores

OOP2 - (OE2) Alargar a rede de entidades formadoras protocoladas que permitam a obtenção de Títulos Profissionais por parte dos militares e ex-militares do RC.

•Ind.3 - Número de protocolos celebrados com entidades formadoras certificadas.

Meta	Tolerância	Valor Crítico	Resultado	Desvio	Taxa de Realização	Classificação
20	5	30	12	-20%	80%	Não Atingiu

Fontes de Verificação:

Protocolos assinados.

Breve Análise:

O Defesa Qualifica é uma iniciativa do Ministério da Defesa Nacional que visa apoiar os militares e ex-militares do Regime de Contrato (RC) para:

- Obter ou completar o nível secundário de escolaridade e a respetiva certificação escolar e profissional de nível 4
- Obter um Certificado de Aptidão Profissional tendo em vista o desempenho de uma determinada profissão

Pretende-se assim promover uma cultura de formação contínua junto dos militares e ex-militares do RC e estabelecer um conjunto de parcerias de colaboração com escolas e

entidades formadoras que possam apoiar os militares e ex-militares do RC nos seus percursos de qualificação. A aplicação deste programa exige uma técnica-superior a tempo inteiro de forma a articular com as entidades formadoras e candidatos.

Síntese das Atividades:

Foram enviados 41 e-mails a entidades formadoras no âmbito do programa «Defesa Qualifica» com propostas de protocolo;

Justificação do desvio:

. O programa «Defesa Qualifica» foi suspenso temporariamente por indisponibilidade financeira, aproveitando-se para revisão do regulamento. Com isso perdemos um argumento de negociação com as diversas Entidades, pois deixamos de participar a formação dos (ex-)militares no âmbito daquele programa;

Apesar de haver expectativa de reabrir as candidaturas ao programa, durante o ultimo quadrimestre, tal não se verificou por se manter o contexto indicado.

Ocorreu uma fusão entre duas divisões sendo necessário fazer um balanço do trabalho efetuado e foram empenhados recursos na reorganização dos processos de trabalho. A equipa perdeu uma técnica responsável por dinamizar a comunicação com as entidades;

Recursos Humanos envolvidos:

1 Chefe de Divisão, 1 Técnico Superior e 1 Técnico Informática

Objetivos Operacionais de Eficiência

OOP3 - (OE1) Assegurar a emissão das licenças e os certificados inerentes à transmissão e circulação de produtos relacionados com a defesa e ao exercício das atividades de comércio e indústria.

- Ind.4 - Percentagem de respostas a pedidos de licenças e certificados, num prazo não superior a 15 dias úteis face ao numero total dos pedidos recebidos.

Meta	Tolerância	Valor Crítico	Resultado	Desvio	Taxa de Realização	Classificação
95%	0%	100%	100%	25%	125%	Superou

Fontes de Verificação:

Relatório.

Breve Análise:

No terceiro quadrimestre de 2018 registaram-se 579 pedidos de licenças e certificados, cuja resposta da DGRDN ocorreu no prazo não superior a 15 dias úteis. Logo, a percentagem de respostas foi de 100%.

Síntese das Atividades:

Para alcançar os resultados obtidos efetuou-se a análise dos pedidos de licenças e certificados, após análise e validação dos requisitos, submeteram-se a despacho. Depois de aprovadas, são emitidas as licenças e certificados com o respetivo registo na Base de Dados.

As empresas licenciadas e certificadas enviam a esta DG os comprovativos da sua utilização assim como os Certificados de Garantia de Entrega (CGE).

Justificação do desvio:

O desvio obtido deveu-se às melhorias introduzidas na Base de Dados que permitiu a consulta de informação mais célere e a otimização do tempo na análise dos pedidos

recebidos. Para além do referido, estas melhorias significativas permitem igualmente otimizar o tempo de resposta dos relatórios do COARM, Vassenar, ATT e relatório final no qual agrega toda a informação de todas as importações e exportações realizadas.

Recursos Humanos envolvidos:

1 Diretor de Serviços, 1 Chefe de Divisão e 1 Técnico Superior

Ações de melhoria adotadas:

Criação de novos campos na Base de Dados.

OOP4 - (OE3) Participar em ações de formação, palestras ou sessões de outra natureza, que contribuam para informar e esclarecer o público alvo relativamente ao conteúdo e às implicações do Programa para a Prevenção dos Comportamentos Aditivos e Combate às Dependências nas Forças Armadas.

•Ind.5 - Número de ações de participação.

Meta	Tolerância	Valor Crítico	Resultado	Desvio	Taxa de Realização	Classificação
8	2	13	11	15%	115%	Superado

Fontes de Verificação:

Relatórios de atividades de 2018 da Escola do Serviço de Saúde Militar, da DGRDN e do Programa para a Prevenção dos Comportamentos Aditivos e Combate às Dependências.

Breve Análise:

O caráter inovador do despacho sobre esta matéria, publicado em 2015, no que respeita a novas substâncias e a novos destinatários, recomendou a adoção de um plano de comunicação que permitisse sensibilizar sobre a problemática e esclarecer dúvidas. Volvidos três anos, os resultados da implementação do Programa mostram-se animadores, quer na componente da saúde, individual e coletiva, quer da segurança militar.

Síntese das Atividades:

Realização de duas palestras na 1.ª edição (março/2018) do Curso de Operadores de Prevenção em Comportamentos Aditivos e Dependências (COPCAD), na Escola do Serviço de Saúde Militar (ESSM) e de duas na 2.ª edição (novembro/2018);

Participação no Congresso do SICAD (Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências), em junho/2018;

Participação no workshop FNAS (Fórum Nacional Álcool e Saúde), em junho/2018;

Realização de três palestras em U/E/O do Exército (Tomar, Chaves e Lamego) em parceria com a UTITA (Unidade de Tratamento Intensivo de Toxicodependências e Alcoolismo), em dezembro/2018;

Participação em duas ações de formação em supervisão para aplicação do Programa “eu e os outros”, no âmbito da intervenção em CAD (Comportamentos Aditivos e Dependências) no Colégio Militar e no Instituto Pupilos do Exército.

Justificação do desvio:

No objetivo em apreço, a meta por nós indicada para 2018 deveu-se ao planeamento previsto para o ano, no seu conjunto, uma vez que houve ações cujas datas só foram conhecidas poucos meses antes da sua realização e, por outro lado, a concretização das ações dependeu sempre da disponibilidade dos nossos RH para o efeito. Em síntese, o momento da concretização deveu-se ao calendário definido (por outras entidades) para as ações, conciliado com a capacidade de resposta da DSSMAS/DSM.

Recursos Humanos envolvidos:

1 Diretor de Serviços, 2 Chefes de Divisão

Ações de melhoria adotadas:

Prévia articulação com a ESSM, com a UTITA, com o SICAD, com os Estabelecimentos Militares de Ensino e com as referidas U/E/O do Exército, que permitiu ações mais eficientes e profícuas.

Objetivos Operacionais de Qualidade

OOP5 - (OE1) Garantir a qualidade da catalogação nacional.

•Ind.6 - Número médio de dias de resposta a 75% dos pedidos de catalogação nacionais e internacionais, não devolvidos e que se encontrem dentro dos parâmetros temporais definidos pelo comité OTAN/AC135 igual ou inferior a 10.

Meta	Tolerância	Valor Crítico	Resultado	Desvio	Taxa de Realização	Classificação
10	2	6	10	0%	100%	Atingiu

Fontes de Verificação:

Relatório

Breve Análise:

O software de catalogação SPCAT II só permite calcular o tempo médio de resposta em intervalos de 10 dias (10, 20, 30, etc.). A meta de 10 dias foi atingida, no entanto, pode dizer-se que os objetivos foram ultrapassados, porquanto os 10 dias verificados dizem

respeito a 100% dos pedidos de catalogação recebidos (e não a 75% como nos tínhamos proposto).

Síntese das Atividades:

Catalogação de pedidos recebidos das Seções de Catalogação dos Ramos da Forças Armadas e de pedidos recebidos dos *National Codification Bureaux* dos países que compõem o Sistema OTAN de Catalogação.

Recursos Humanos envolvidos:

Chefe do CNC e Catalogadores

OOP6 - (OE1) Garantir a execução do plano de formação e sensibilização para as áreas de Qualidade e Ambiente.

•Ind.7 - Percentagem da execução do Plano de Formação e Sensibilização 2017-2018.

Meta	Tolerância	Valor Crítico	Resultado	Desvio	Taxa de Realização	Classificação
75%	5%	100%	100%	25%	125%	Superou

Fontes de Verificação:

Relatório.

Breve Análise:

No ano de 2018 demos continuidade ao trabalho desenvolvido no ano transato em matéria de formação nas áreas de Ambiente e Qualidade, uma vez que consideramos fundamental:

Dotar os técnicos das qualificações e competências adequadas à função a fim de poderem garantir o preceituado na legislação;

A participação nos grupos de trabalho da NATO e da EDA, assegurando que, sempre que for pertinente pelas matérias em causa, seja feita a divulgação das conclusões pelos respetivos Ramos e entidades;

A frequência dos cursos de formação, pelos técnicos da DADAQ, no âmbito dos organismos supracitados, de forma poder garantir a interoperabilidade e a abordagem integrada e multidimensional no âmbito do Ambiente e Qualidade;

A colaboração ou parceria com as entidades civis primariamente responsáveis pelas matérias no domínio do Ambiente, como sendo a APA e a ADENE, assegurando o cumprimento das políticas nacionais de ambiente pelas FAA no âmbito das suas responsabilidades.

Síntese das Atividades:

Consulta de mercado de entidades formadoras certificadas; Avaliação das propostas tendo em conta a otimização de recursos e objetivos das formações consideradas;

Seleção da melhor proposta; Divulgação das ações de formação junto dos Ramos e IASFA; Elaboração da lista de participantes de acordo com a formação pretendida; Concretização das ações de formação:

Justificação do desvio:

Para este objetivo foram consideradas em três áreas, que por sua vez estavam subdivididas em ações e participações concretas.

A cada uma destas ações e participações foi dada uma percentagem para a avaliação da sua execução. No entanto, para que num futuro próximo a Defesa tenha capacidade de atingir algumas das metas previstas no Plano Nacional de Ação para a Eficiência Energética – PNAEE, em outubro de 2018, surgiu a oportunidade de considerar no

objetivo proposto uma outra área de formação (alínea e.) com dois novos pontos, relacionadas com a Eficiência Energética.

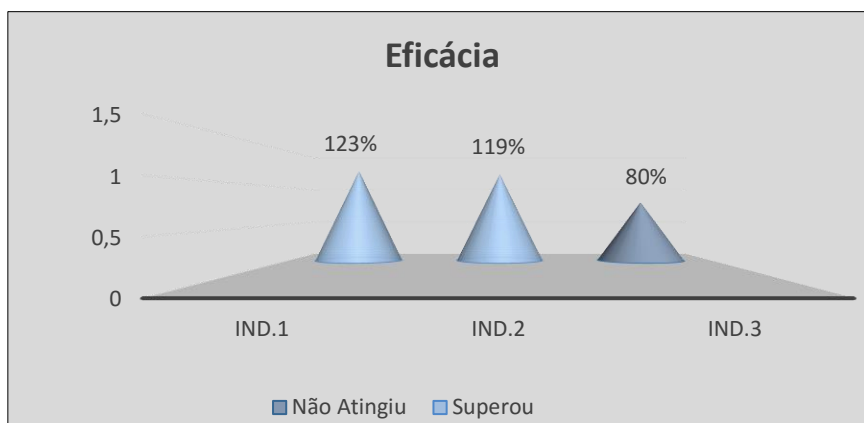
Recursos Humanos envolvidos:

1 Chefe de Divisão e 2 Técnicos Superiores

Gráficos com o grau de concretização por parâmetros

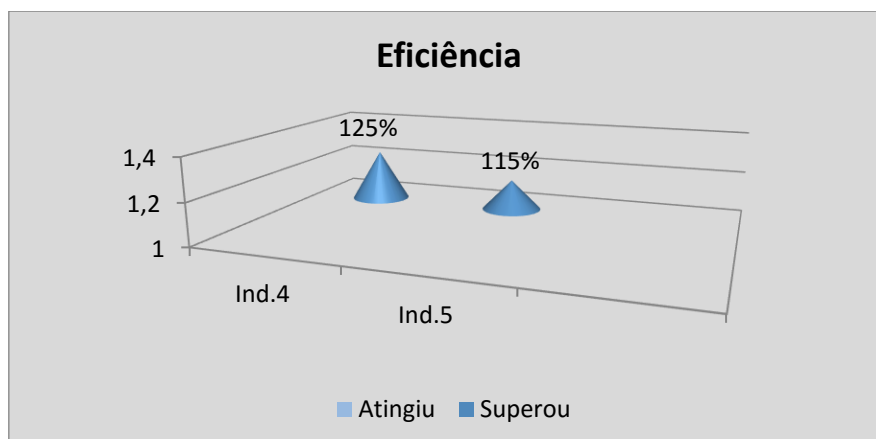
Eficácia

Gráfico 1 – Grau de concretização dos indicadores: Eficácia DGRDN



Eficiência

Gráfico 2 - Grau de concretização dos indicadores: Eficiência DGRDN



Qualidade

Gráfico 3 - Grau de concretização dos indicadores: Qualidade DGRDN

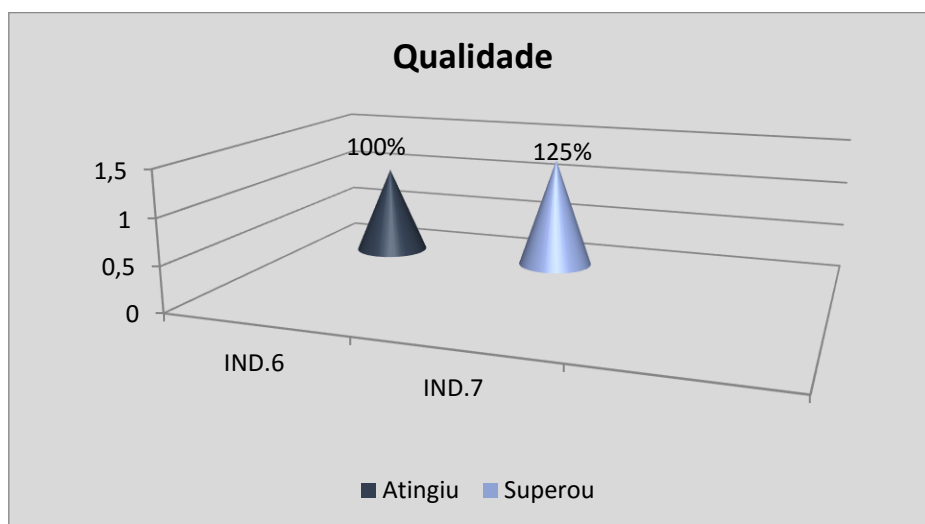


Gráfico 4 - Grau de concretização dos indicadores da DGRDN

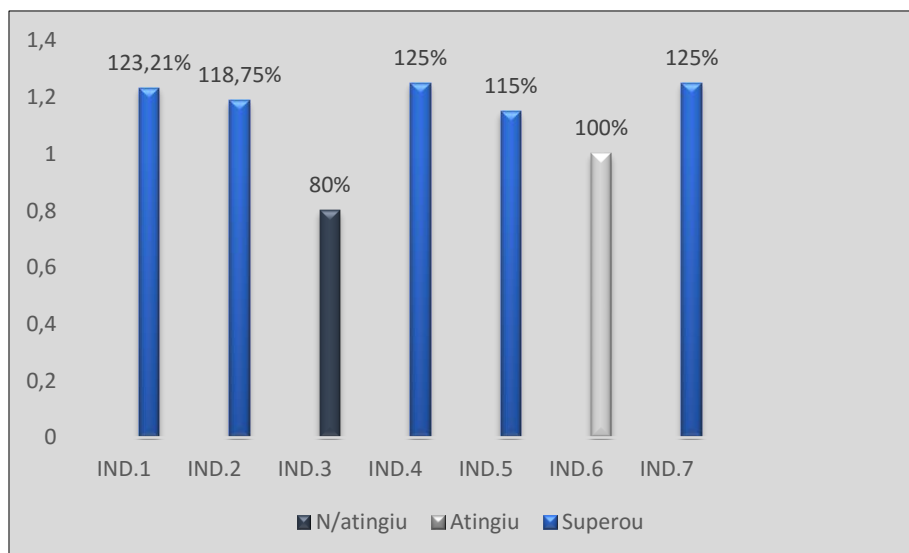
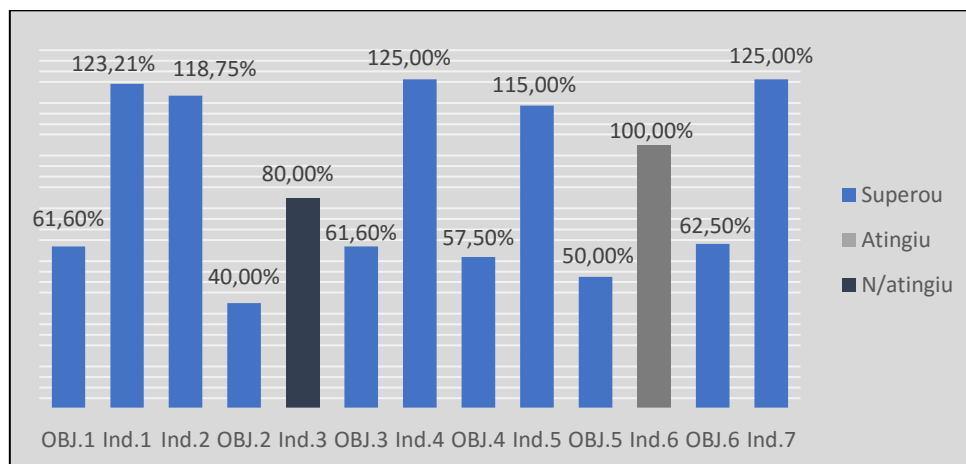


Gráfico 5 – Grau de concretização dos objetivos e indicadores DGRDN



Recursos Humanos da DGRDN

Para o apuramento da assiduidade foi elaborado um mapa onde se encontra refletido o somatório dos recursos humanos planeados – em 01 de janeiro de 2018 – e os executados – à data de 31 de dezembro de 2018 – e para o efeito contribuíram os registos de entradas e saídas de pessoal na DGRDN, bem como os dados de assiduidade fornecidos pela plataforma de gestão da assiduidade *SRH Plus*.

Através da apresentação destes cálculos é possível aferir a pontuação planeada e a pontuação executada por carreiras e, consequentemente obter informações relativas à assiduidade dos dirigentes e trabalhadores para o cumprimento da missão, bem como identificar o nível de absentismo.

Quadro 3 – Cálculo dos pontos dos Recursos Humanos executados no ano de 2018

RH	Pontuação	Planeados	Executados	Desvio	Taxa de utilização	Taxa Desvio
Dirigentes superiores	20	60	65	-5	108%	8%
Dirigentes Intermédios	16	384	368	16	96%	-4%
Técnicos Superiores	12	1416	1396	20	99%	-1%
Coordenadores Técnicos	9	18	16	-2	89%	-11%
Assistentes Técnicos	8	624	631	-7	101%	1%
Assistentes Operacionais	5	170	159	11	94%	-6%
Total		2672	2635	33	586%	-14%

Partindo da pontuação atribuída para cada dirigente ou carreira, foram planeados 2672 pontos de acordo com a natureza dos recursos humanos existentes nesta Direção-geral aquando da realização do QUAR 2018, calculando os dias úteis de trabalho efetivo previsíveis 228, sem contabilização dos dias de férias, fins-de-semana e feriados, destes foram executados 2635 pontos, o que significa um desvio de 33, inferior ao ano anterior.

Para esta redução na dimensão do desvio negativo contribuiu o facto de que muitos trabalhadores não gozaram na totalidade os períodos de férias que lhes foram atribuídos. Os desvios negativos, correspondentes às carreiras/categorias deveram-se sobretudo a ausências por doença, acidentes de serviço, seguidos de ausências por motivos de idas a consultas/exames e por motivos não imputáveis.

Para o cômputo das pontuações também contribuíram as entradas e saídas de pessoal das quais resultou, em 31 de Dezembro de 2018, um efetivo de 258 elementos na DGRDN, que se distribuem da seguinte forma:

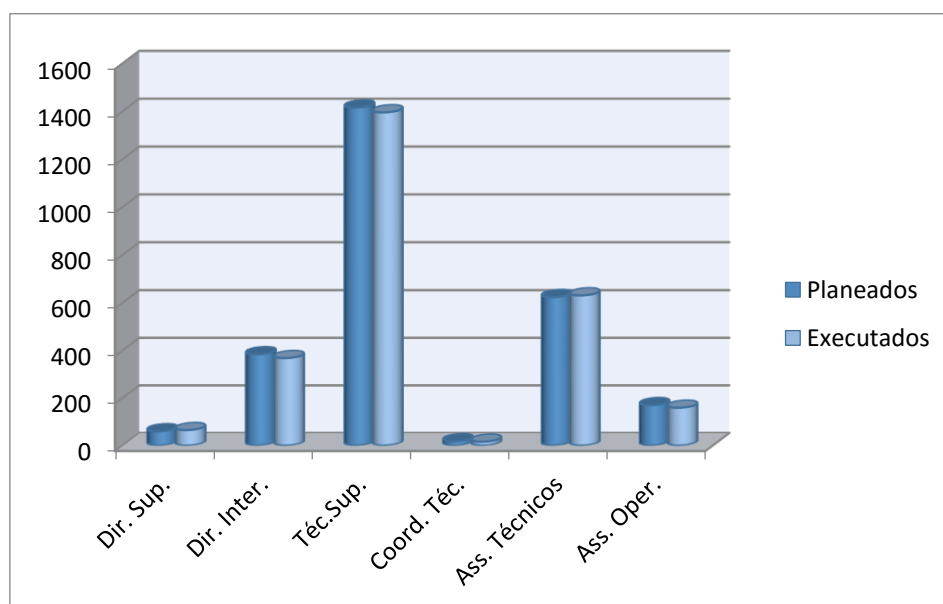
Quadro 4 – Distribuição dos trabalhadores por carreira/categoria

Carreira/Categoria	Quantidade
•Dirigentes - Direção Superior	3
•Dirigentes - Direção Intermédia	22
•Técnicos Superiores	114
•Pessoal Informático	7
•Assistentes Técnicos	80
•Assistentes Operacionais	32
•TOTAL	258

O total de trabalhadores encontravam-se distribuídos, na ótica da carreira/vínculo de origem, por dois grupos de pessoal, 130 civis e 128 militares, a que corresponde respetivamente a 50,4 % e 49,6 % do efetivo.

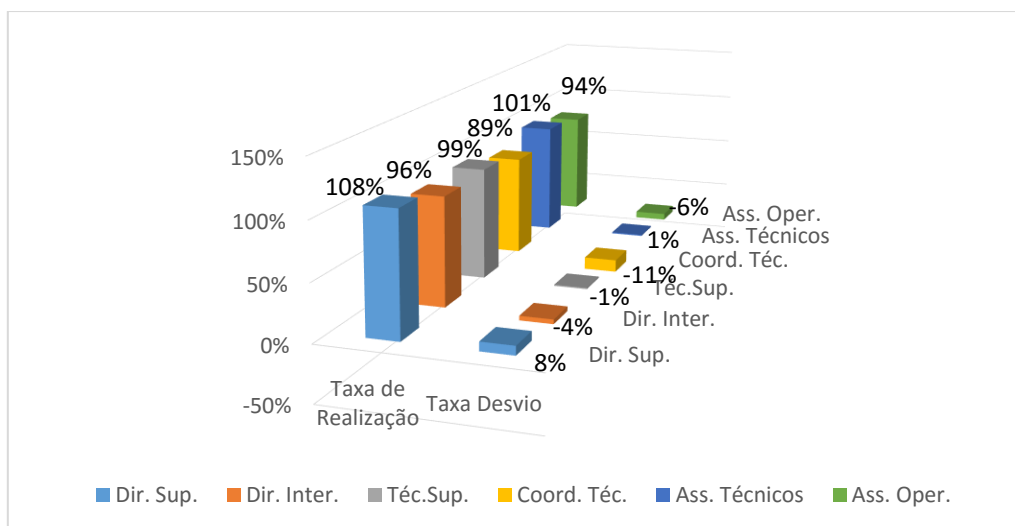
RH – Planeados e executados

Gráfico 6 – Pontuação dos Recursos Humanos planeados e executados em 2018



RH – Taxa de realização/desvios

Gráfico 7 – Taxa de realização/desvios do cálculo dos Recursos Humanos



Quadro 5 – Quadro resumo do cálculo da execução da pontuação dos Recursos Humanos em 2018

Planeados	Executados	Taxa de Execução%	Desvio%
2672	2635	99%	-1%

Quadro 6 – Quadro síntese do tipo de ausência ao serviço ocorridos em 2018

Tipo de Ausências	Homens		Mulheres		Total	
Casamento	15	100,0%	0	0,0%	15	1,1%
Parentalidade	114	54,3%	96	45,7%	210	15,2%
Falecimento de Familiar	11	61,1%	7	38,9%	18	1,3%
Doença/Doença prolongada	120	20,0%	480	80,0%	600	43,4%
Assistência a familiares	25	61,0%	16	39,0%	41	3,0%
Acidente serviço/Doença profissional	0	0,0%	312	100,0%	312	22,6%
Trabalhador estudante	35	45,5%	42	54,5%	77	5,6%
Com perda vencimento	20	100,0%	0	0,0%	20	1,4%
Outras	28,5	31,5%	62	68,5%	90,5	6,5%
Total de dias de Faltas [DF]	368,5	26,6%	1015	73,4%	1383,5	100,0%
Total de Trabalhadores [NT]	165	64,0%	93	36,0%	258	100,0%
Dias de Trabalho [DT] (NT*228)	37 620	64,0%	21 204	36,0%	58 824	100,0%
Taxa de Absentismo (DF/DT*100)	1,0%		4,8%		2,4%	

Análise da produtividade

O desempenho da DGRDN, no seu global, foi superior ao planeado, conforme ficou demonstrado pela taxa de execução do respetivo QUAR de 2018 de 111,21%, para uma taxa de utilização dos recursos humanos planeados, que se situou nos 99%, tendo em conta os desvios dos 6 indicadores alcançados.

Quadro 7 – Análise da produtividade da DGRDN em 2018

Índice	Fórmula de cálculo	Resultado
Taxa de concretização dos objetivos da DGRDN	Média Ponderada da realização dos objetivos de eficácia, eficiência e qualidade	111,21%
Taxa de realização dos Recursos Humanos	RH executados/RH planeados	99%
Índice de Produtividade	Taxa de concretização global dos objetivos/taxa de execução dos RH	112,33%

Recursos Financeiros

Em termos orçamentais, a DGRDN é constituída por 17 orçamentos/atividades distintas, distribuídas da seguinte forma:

1. Orçamento de Funcionamento, incluindo aqui não só as Receitas Gerais, resultante da atividade 256, bem como as Receitas Próprias, decorrentes das atividades 258 e 244; o Departamento dos Antigos Combatentes (DAAC), o Dia da Defesa Nacional (DDN), a Divulgação, os Incentivos, o CIOFE, os PALOP's, a Estação Ibéria NATO, o Polo NSPA, o Turismo Militar e a OCDR;
2. Orçamento da Lei de Programação Militar (LPM);
3. Orçamento da Lei de Infraestruturas Militares (LIM);
4. Orçamento da Receita Quotizações NATO;
5. E por último, integrando um capítulo diferente, os Projetos de Investimento, ex-PIDDAC.

Nos quadros abaixo, designadamente os quadros 8 e 10, foi considerada a dotação corrigida líquida de cativos, e não a dotação inicial aprovada, na medida em que corresponde à dotação orçamental inicial, abatida de cativos e corrigida com as alterações orçamentais que tenham dito lugar ao longo do ano, bem como os reforços decorrentes das atividades financiadas pela Lei de Serviço Militar e da receita arrecadada. Tendo tido uma cativação adicional no montante de 707 342 €, nos termos previstos do Decreto-Lei n.º 33/2018, de 15 de maio.

Quadro 8 – Orçamento da DGRDN – 1 janeiro a 31 de dezembro de 2018

Valores em euros (€)

Designação	Dotação Corrigida Líquida de Cativos	Executados	Taxa de Execução
Orçamento de funcionamento	9.995.506,00	9.508.567,86	95,13%
Despesas com o Pessoal	8.215.148,00	8.134.103,81	99,01%
Aquisição de bens e serviços	1.538.088,00	1.141.921,38	74,24%
Outras despesas correntes	242.270,00	232.542,67	95,98%
Ex-PIDDAC	719.883,00	671.342,15	93,26%
Outros valores	158.419.651,00	123.858.330,07	78,18%
Total (OF + PIDDAC + Outros)	169.135.040,00	134.038.240,08	79,25%

Quadro 9 – Resumo da execução dos Recursos Financeiros da DGRDN em 2018

Planeados	Corrigido Líquido de Cativos	Executados	Taxa de execução (%)	Desvio
149.281.866,00	169.135.040,00	134.038.240,08	89,79%	15.243.625,92

A DGRDN, relativamente ao ano de 2018 - apresenta uma execução orçamental no montante de 134 038 240,08 €, o que representa 89,79% de execução do orçamento total planeado/aprovado. No que diz respeito ao orçamento de funcionamento, verificou-se uma execução total da despesa, no montante de 9 197 192,13 €, dos quais, 7 561 447,54 € decorrem das Receitas Gerais e os restantes 1 635 744,59 € das Receitas Próprias. Em termos percentuais as Receitas Gerais representam 82,21 % da execução total da despesa

do orçamento de funcionamento e os restantes 17,79% são relativos da execução das Receitas Próprias. Esta baixa execução apresentada ao nível das Receitas Próprias justifica-se por não ter sido arrecadada a totalidade de receita planeada para 2018. A dotação corrigida apresenta um valor superior ao montante planeado devido ao reforço orçamental decorrente das atividades financiadas com recurso a verbas da Lei do Serviço Militar, autorizadas por Sua Excelência o Ministro da Defesa Nacional.

Quadro 10 - Orçamento da DGRDN por Orçamentos – 1 janeiro a 31 de dezembro de 2018

Valores em euros (€)			
Centro Financeiro	Dotação Corrigida Líquida de Cativos	Execução	Execução (%)
Atividades (DGRDN)	18.850.765,00	9.197.192,13	48,79%
DAAC	870.891,00	838.663,00	96,30%
DDN	956.754,00	763.888,64	79,84%
Divulgação	21.525,00	19.790,08	91,94%
CIOFE	210.666,00	204.895,88	97,26%
PALOP's	51.520,00	51.496,20	99,95%
EINATO	796.559,00	782.356,50	98,22%
POLO NSPA	250.823,00	242.111,19	96,53%
Turismo Militar	158.700,00	82.877,81	52,22%
OCRD	33.500,00	19.009,66	56,75%
LPM	115.988.315,00	97.431.600,57	84,00%
LIM	7.475.273,00	2.712.604,98	36,29%
Receita Quotizações NATO	22.749.866,00	21.020.411,29	92,40%
Ex-PIDDAC	719.883,00	671.342,15	93,26%
TOTAL	169.135.040,00	134.038.240,08	79,25%

A DGRDN em 2018, como se pode constatar da análise dos quadros expostos:

1. Teve uma execução orçamental total de 79,25% (face à dotação líquida de cativos).
2. As atividades decorrentes da Lei do Serviço Militar tiveram uma execução de aproximadamente 90%.
3. Saliente-se ainda o facto, das despesas decorrentes das atribuições consagradas na Lei do Serviço Militar, na Lei Orgânica do Ministério da Defesa Nacional, designadamente, os encargos referentes ao Recrutamento Militar, ao CIOFE, à organização e realização do DDN, bem como as verbas a atribuir de acordo com Regulamento de Incentivos à Prestação de Serviço Militar nos Regimes de Contrato e de Voluntariado, apoio prestado aos cidadãos Deficientes das Forças Armadas e dos cidadãos dos PALOP's, não se encontrarem, por decisão política, refletidas na proposta de orçamento aprovado. Todas as atividades que tem como fonte de financiamento as verbas da Lei do Serviço Militar foram realizadas.
4. A execução das atividades que decorrem do financiamento das verbas da Lei do Serviço Militar, designadamente, os encargos referentes à organização e realização do DDN totalizaram o montante de 763 888,64€, o CIOFE no valor de 204 895,88 €, bem como as verbas ao apoio prestado aos Cidadãos Deficientes das Forças Armadas e dos Cidadãos dos PALOP's no montante de 51 496,20 €.
5. O Departamento de Apoio aos Antigos Combatentes teve uma execução total de 838 663,00 €.
6. A Lei de Programação Militar (LPM) apresenta uma execução de 84,00%, esta execução diz respeito às rendas de locação do EH101, C-295 e à manutenção do contrato FISS e manutenção de motores do EH-101. Releva-se que no final do ano, procedeu-se a uma transição de saldos no montante de 10 945 878,38 €.
7. A Lei Orgânica n.º 6/2015 de 18 de maio, Lei de Infraestruturas Militares (LIM), estabelece as disposições sobre a gestão dos bens imóveis afetos

à Defesa Nacional disponibilizados para rentabilização, tendo em vista a aplicação dos resultados obtidos no financiamento dos projetos neles previstos, tendo apresentado em 2018 uma taxa de execução de 36,29%, na medida em que do total dos 7 475 273 €, foi efetuada uma previsão de Receita Própria de 4 640 156 €, a qual não chegou a ser arrecada.

8. Na Receita Quotizações NATO, foi programado um montante de 22M€, para fazer face às despesas inerentes aos projetos NATO em curso, as quais correram conforme o planeado, tendo-se verificado uma taxa de execução, na ordem dos 92,40%.

Análise “Custo-Eficácia”

Uma análise do custo – eficácia pretende avaliar em que medida o custo inerente ao desempenho global foi o menor possível. O desempenho da DGRDN foi ligeiramente superior ao planeado, conforme ficou demonstrado pela taxa de execução do QUAR de 111% em comparação com a taxa de utilização dos recursos financeiros (79%).

Sistema de Controlo Interno (SCI)

A Portaria nº 283/2015, de 15 de setembro, expõe de forma clara as competências de cada unidade orgânica a par do determinado na Carta de Missão, prevista no Decreto-Regulamentar nº 8/2015, de 31 de julho, constituindo a base de avaliação do Sistema de Controlo Interno (SCI).

O SCI dispõe de um conjunto de meios que permite efetuar o controlo da gestão interna do serviço particularmente pelo acompanhamento dos instrumentos de gestão (Planeamento de programas e ações através do Plano de Atividades, análise previsional de pessoal no Balanço Social, Relatório de Atividades e monitorizações do QUAR, bem como o recurso à lista de verificação disponibilizada.

Da análise da lista de verificação, verifica-se que a DGRDN cumpre grande parte dos requisitos enunciados, apesar de, formalmente, certos processos e instrumentos ainda não estejam totalmente implementados. A DGRDN desenvolveu e agilizou a normalização de circuitos, procedimentos e minutas relativas aos documentos de apoio, existindo uma plataforma interna de gestão documental.

As impressoras instaladas na DGRDN são comuns, pré-definidas com escala de cinza e impressão frente e verso, cujo acesso se faz através do cartão pessoal de cada trabalhador, ficando registado o número de fotocópias/trabalhador.

A Direção de Serviços de Gestão Financeira e Apoio (DSGFA), tem a seu cargo a *gestão do economato*. Existe uma aplicação, acedida pela rede interna, em que as unidades orgânicas solicitam os materiais de aprovisionamento, através de requisição de material, sendo entregue em dia fixo preestabelecido.

Na *gestão da assiduidade* está implementado o sistema de registo de assiduidade que se processa através da passagem do cartão pessoal, que regista a hora de entrada e saída de cada trabalhador, bem como o registo diário da situação em que cada trabalhador se encontra, no que se refere a ausências, nomeadamente, faltas e de licenças (sistema SRH PLUS).

Não se encontra implementado um sistema de controlo interno no âmbito da contratação pública ou norma interna que defina responsabilidades dos respetivos intervenientes neste âmbito.

Contudo, está instituído informalmente um mecanismo de controlo interno que garante uma adequada segregação de funções no que tange aos atos de autorização, aprovação, execução e controlo da despesa. Para além do facto, destacamos a intervenção da Secretaria-geral nesta matéria, como seja, nas fases do cabimento, compromisso e processamento de pagamento.

Quanto à elaboração do Plano de Gestão de Riscos, de Corrupção e Infrações Conexas para a DGRDN, foi elaborado um documento para apreciação sob a orientação da Direção de Serviços de Gestão Financeira e Apoio, estando neste momento a proceder-se à sua análise e viabilidade de aplicação, bem como, identificação dos riscos junto de todas as direções de serviço, com o objetivo de implementar medidas de prevenção.

Tem merecido da parte da DGRDN uma atenção especial o planeamento das necessidades de pessoal, dadas as restrições para contratação de novos elementos, apenas foram recrutados trabalhadores através da mobilidade interna.

Inquérito Sistema de Controlo Interno (SCI)

Procedimentos	Aplicado			Observações e fontes de informação (evidências)
	S	N	NA	
1 – Ambiente de controlo				
1.1 A fiscalização interna do sistema de controlo interno é regida por lei?		X		
1.2 Estão claramente definidas as especificações técnicas do sistema de controlo interno?		X		
1.3 Os elementos da equipa de controlo e auditoria possuem a habilitação necessária para o exercício da função?		X		Não existe equipa de controlo e auditoria autónoma
1.4 Estão claramente definidos valores éticos e de integridade que regem o serviço (ex. códigos de ética e de conduta, princípios de bom governo)?	X			Os valores éticos e de integridade que regem o serviços estão definidos no Estatuto Disciplinar dos Trabalhadores que Exercem Funções Públicas (Lei nº 58/2008, de 9 de setembro)
1.5 Existe uma política de formação do pessoal que garanta a adequação do mesmo às funções e complexidade das tarefas?	X			O acesso à formação processa-se de acordo com as necessidades do serviço e motivação pessoal. Em preparação um plano de formação para 2020.
1.6 Estão claramente definidos e estabelecidos contactos regulares entre a direção e os dirigentes das unidades orgânicas?	X			Realizam-se reuniões regulares de dirigentes e com despacho diário
1.7 O arquivo de documentos é organizado e permite a fácil localização?	X			A DGRDN dispõe de uma aplicação adquirida especificamente para a gestão documental.

2 – Estrutura organizacional				
2.1 - Existe um organograma legal da entidade? Corresponde ao organograma real?	X			Em atualização sempre que necessário e distribuição interna
2.2 - Existe uma definição clara de funções e responsabilidades por unidade orgânica e por cada dirigente e trabalhador?	X			As funções e atribuições de cada unidade correspondem rigorosamente àquelas que constam na legislação.
2.3 A estrutura organizacional estabelecida obedece às regras definidas legalmente?	X			<i>A missão, atribuições e competências</i> da Direção-Geral da DGRDN fundamentam-se no Decreto Regulamentar nº 8/2015, de 31 de julho (identifica a missão, as atribuições e o tipo de organização interna do serviço), na Portaria nº 283/2015, de 15 de setembro (circunscreve a estrutura nuclear e as competências das respetivas unidades orgânicas) e nos despachos que definem e implementam a estrutura flexível da DGRDN (criação de divisões e equipa multidisciplinar)
2.4 Os trabalhadores do serviço foram avaliados de acordo com o SIADAP 2 e 3?	X			SIADAP 2 e 3 – Entre janeiro e abril de 2019, desenvolvem-se todas as fases relativas ao processo de avaliação de desempenho referentes ao ciclo bienal 2017/2018 (auto-avaliação, harmonização das propostas de avaliação, reuniões de avaliação, validação e reconhecimento das avaliações, apreciação de avaliações pela Comissão Paritária, homologação). Despacho nº 20/DGRDN/2018, de 14 nov – Critérios de ponderação curricular. Despacho n.º 21/DGRDN/2018, de 28 nov – Planeamento e Orientações Gerais relativas aos Ciclo Bienal/SIADAP/2019/2020. Despacho nº 1/2019, de 7 jan – Constituição do Conselho Coordenador de Avaliação.

2.5 Qual a percentagem de trabalhadores do serviço que frequentam pelo menos uma ação de formação	X			Participou-se em 280 ações (externas) e 108 o nº de intervenientes (taxa de participação na formação - 41,8%)
2.6 – São elaborados Planos de Atividade?	X			São elaborados anualmente e sempre nos prazos legais estipulados para o efeito
2.7 – São elaborados Relatórios de Atividade?	X			São elaborados anualmente com elevado grau de detalhe e no cumprimento dos prazos legais estipulados
3 – Atividades e procedimentos de controlo administrativo implementados no serviço				
3.1 Existe manual de procedimentos interno e/ou de contabilidade?	X			Existe apenas manual de procedimento da aplicação do SIADAP
3.2 A competência para autorização da despesa está claramente definida e formalizada?	X			Direção
3.3 A realização de despesa ocorre sempre atendendo aos limites das dotações disponíveis?	X			Orçamento da DGRDN
3.4 É elaborado anualmente um plano de compras?	X			É elaborado um plano anual de compras, tendo em conta as necessidades por unidade orgânica e de acordo com o orçamento da DGRDN
3.5 Está implementado um sistema de rotação de funções entre trabalhadores?	X			Dentro da unidade orgânica e entre unidades orgânicas sempre que considerado adequado
3.6 Há descrição dos fluxos dos processos, centros de responsabilidade por cada etapa e dos padrões de qualidade mínimo?	X			Existe manual de viaturas e de fundo de manuseio funcional

3.7 Os circuitos dos documentos estão claramente definidos de forma a evitar redundâncias?	X			Existe um programa de gestão documental que recebe/envia os documentos dentro dos fluxos de informação inerentes às unidades orgânicas (GIIgenio)
3.8 Existe um plano de gestão de riscos de corrupção e infrações conexas?	X			Foi elaborado o Plano de Gestão de Riscos, de Corrupção e Infrações Conexas para a DGRDN. À data (março 2019) encontra-se em apreciação sob a orientação da Direção de Serviços de Gestão Financeira e Apoio, procedendo-se à sua posterior aplicação e com o objetivo de implementar medidas de prevenção.
3.9 O plano de gestão de riscos de corrupção e infrações conexas é executado e monitorizado?			X	Ver resposta anterior
4 – Fiabilidade dos sistemas de informação				
4.1 Existem aplicações informáticas de suporte ao processamento de dados, nomeadamente, nas áreas de contabilidade, gestão documental e tesouraria?	X			No âmbito das aplicações de gestão de recursos financeiros, a DGRDN utiliza a plataforma disponibilizada em modo partilhado pela SG/MDN e denominada SAP. A gestão documental possui aplicação adquirida no exterior. O controlo de assiduidade o SRH Plus. Outras áreas têm o suporte de aplicações produzidas internamente.
4.2 - As diferentes aplicações estão integradas permitindo o cruzamento de informação?		X		As aplicações produzidas internamente partilham um sistema integrado de credenciação, contudo, relativamente à manipulação dos dados, esta integração não se aplica pelo facto de tratarem informação díspar.
4.3 - Encontra-se instituído um mecanismo que garanta a fiabilidade, oportunidade e utilidade dos outputs dos sistemas?	X			Os mecanismos relativos à fiabilidade da informação encontram-se integrados nas aplicações sob a forma de procedimentos internos, contudo recorre-se igualmente à

				decomposição da informação e conferência dos dados.
4.4 - A informação extraída dos sistemas de informação é utilizada nos processos de decisão?	X			Através de relatórios
4.5 - Estão instituídos requisitos de segurança para o acesso de terceiros a informação ou ativos do serviço?	X			Os requisitos de segurança definidos internamente assentam sobre os princípios da confidencialidade, integridade, disponibilidade e controlo de acessos. Ligada a estas premissas, existe uma cuidada política de cópias de segurança.
4.6 - A segurança na troca de informações e software está garantida?	X			As aplicações encontram-se protegidas por mecanismos de autenticação, evitando desta forma o acesso por utilizadores não autorizados.
5 – Pessoal				
5.1 – Quem tem competência para autorizar e quais as formalidades a cumprir na admissão de novos trabalhadores?	X			Quem tem competência é o Diretor-geral e sempre através de concurso ou mobilidade interna
5.2 – Existe para cada trabalhador um processo individual? Estão atualizados?	X			Cada trabalhador e dirigente tem um processo individual, sempre atualizado, devidamente numerado e onde são arquivados todos os documentos relacionados com os mesmos. Tem-se procedido à sua digitalização
5.3 - Está controlado o acesso a estes processos?	X			Os processos encontram-se em armários de arquivo sempre fechados à chave
5.4 – Existe controlo de horários?	X			O controlo é efetuado através de cartão magnético que regista as entradas e as saídas, havendo controlo sobre as horas de

				presença e as horas trabalhadas (SRH PLUS)
5.5 – A realização de trabalho suplementar está previamente autorizada e enquadrada legalmente?	X			Anualmente é elaborada uma informação acompanhada de despacho do Diretor-geral com a previsão eventual da necessidade de se realizar trabalho suplementar, normalmente para o motorista e secretária.
5.6 – É efetuado anualmente o Balanço Social do Serviço?	X			Anualmente o Balanço Social é elaborado dentro dos prazos legais.

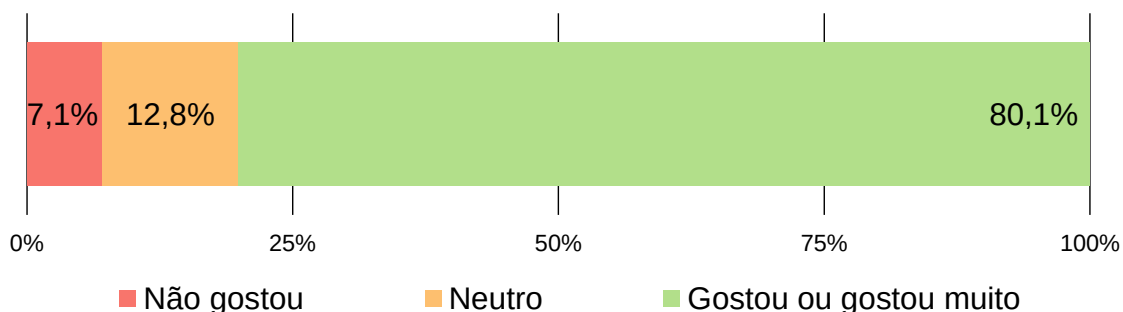
Legenda: S – sim; N – não; NA – Não aplicável

Audição Externa e Interna

Inquéritos externos

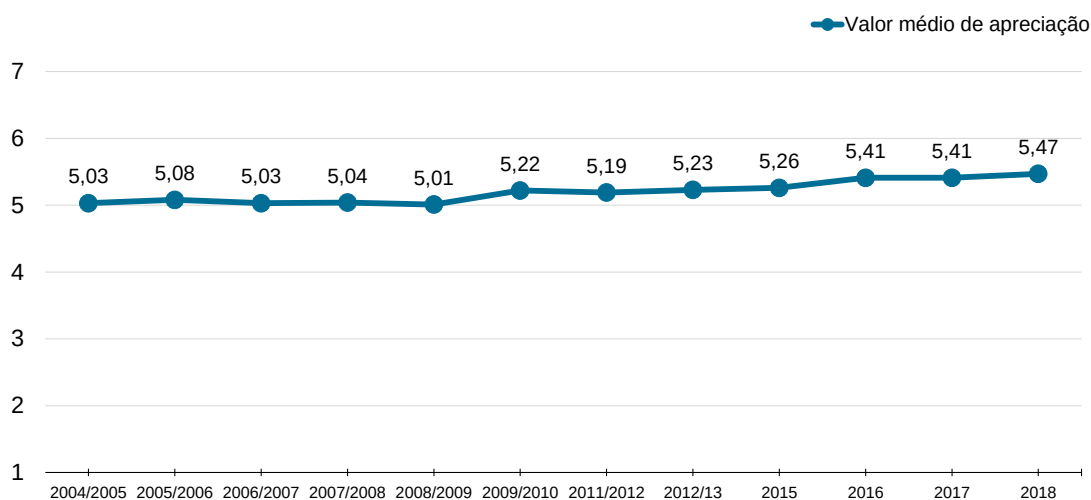
O **Dia da Defesa Nacional**, tanto pelos seus objetivos como pela abrangência associada à sua implementação, constitui-se como campo fundamental para recolha de informação passível de enformar uma análise sobre a relação dos jovens com as Forças Armadas. A edição de 2018 do Dia da Defesa Nacional configurou uma ótica de continuidade das práticas anteriores. Enquanto objeto de estudo e com vista a avaliar a forma como o Dia da Defesa Nacional é percecionado pelos jovens que nele participam, podemos dizer que os resultados gerais foram muito satisfatórios, uma vez que 80,1% dos jovens gostaram ou gostaram muito, e apenas 7,1% dos jovens formulam uma opinião negativa. Verifica-se assim um ligeiro aumento face ao ano transato.

Gráfico 8 - Dispersão da opinião geral sobre o DDN por parte dos inquiridos



Se enquadrarmos estes valores de apreciação nos mais de 11 anos de implementação do Dia da Defesa Nacional, percebemos que as alterações que foram introduzidas não baixaram a atratividade da iniciativa.

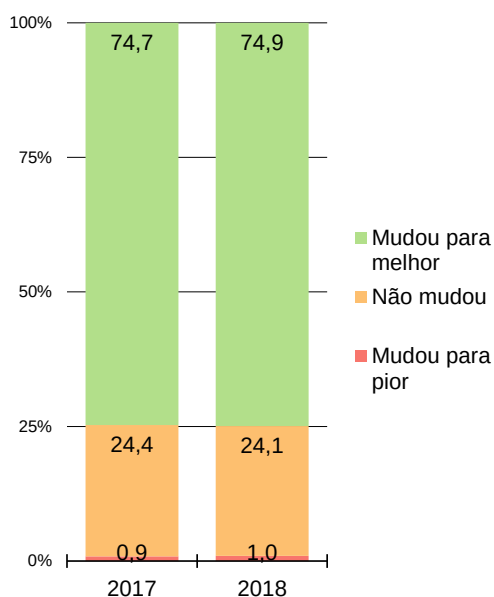
Gráfico 9 - Evolução média da apreciação do Dia da Defesa Nacional



Escala de 1 - Não gostou nada até 7 - Gostou muito

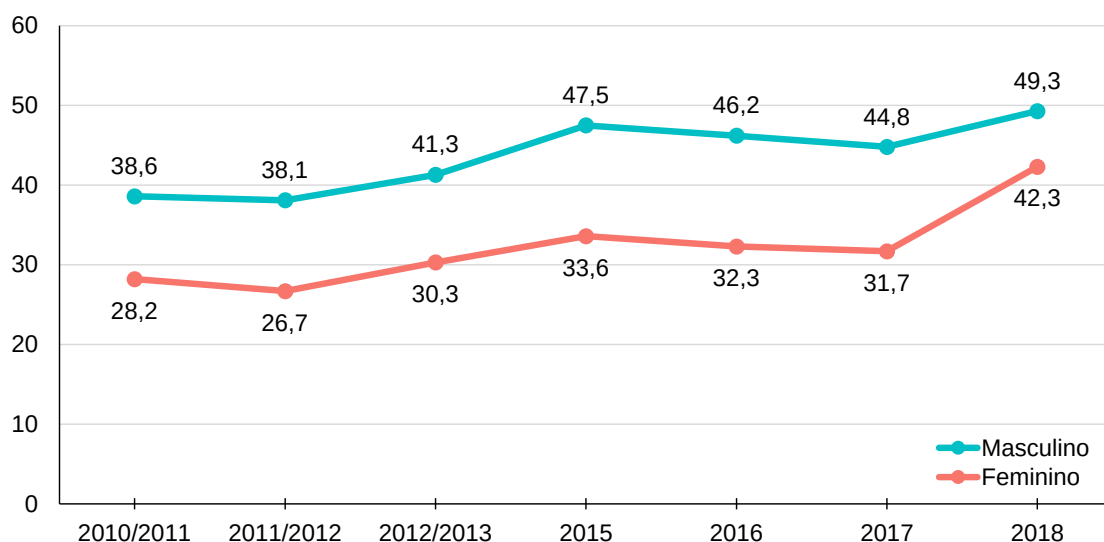
Relativamente à opinião dos jovens sobre as Forças Armadas após a participação no Dia da Defesa Nacional verifica-se que 74,9% dos jovens afirmam que a sua opinião mudou para melhor, ao passo que 1,0% dos jovens referem uma posição inversa. Estes dados demonstram, por isso, que o Dia da Defesa Nacional tem efeito positivo em matéria de estruturação de opiniões e representações sobre as Forças Armadas e deve ser valorizado enquanto tal.

Gráfico 10 - Opinião sobre as Forças Armadas após a participação no DDN (%)



No que respeita à predisposição dos jovens para ingressarem nas Forças Armadas, verifica-se que 41,0% dos jovens não manifestou interesse, 45,8% revelou predisposição para ingressar, enquanto 13,2% dos jovens não expressaram opinião.

Gráfico 11 - Evolução da predisposição para ingresso nas Forças Armadas, por género (%)



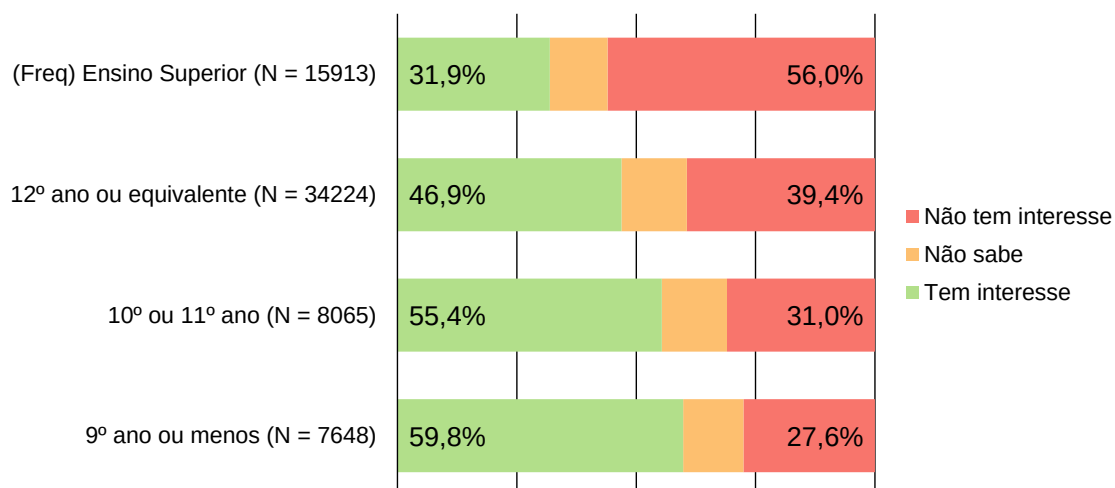
No que respeita a valores médios percentuais e por género verifica-se que as mulheres revelaram uma menor predisposição para ingressar (42,3%).

Analisando a variação da predisposição para ingresso nas Forças Armadas **em função da escolaridade**, podemos ver que, à semelhança de anos anteriores, a percentagem de jovens interessados em ingressar vai diminuindo à medida que a escolaridade aumenta.

Relevante é o facto de que 46,9% dos jovens que estão no 12º ano (e que são a maioria na população em estudo) equacionam a possibilidade deste ingresso, dado que permite olhar o futuro com algum otimismo.

No entanto, manifestar a intenção é diferente de a concretizar, pelo que caberá às Forças Armadas alguma ação potenciadora neste domínio.

Gráfico 12 - Predisposição para ingresso nas Forças Armadas, por nível de escolaridade

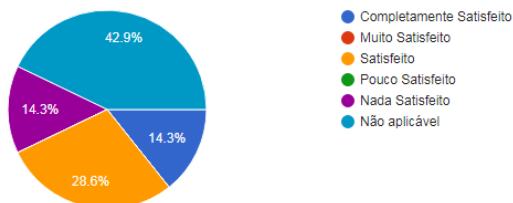


Em conclusão, é possível afirmar que em matéria de apreciação do Dia da Defesa Nacional, este foi avaliado de forma muito positiva, tendo os valores de 2018 suplantado em várias instâncias os valores obtidos no ano transato. Este facto permite dizer que a continuidade de atuação sobre a reconfiguração do modelo de implementação demonstra sustentabilidade.

No quadro das audições externas refere-se ainda o “Questionário de satisfação” aplicado às entidades no que respeita ao nível de qualidade do apoio prestado ao desenvolvimento dos contributos no domínio da **cooperação com a EDA (Agência Europeia de Defesa), NATO e a UE**. Apresentam-se os principais resultados obtidos no inquérito (escala 1 a 5):

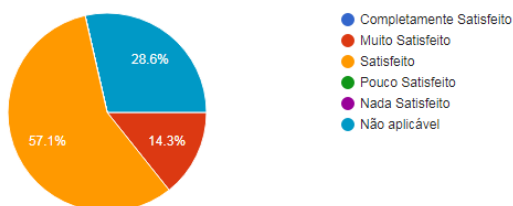
De que forma avalia a qualidade de contributos no domínio da
Cooperação com a União Europeia?

7 responses



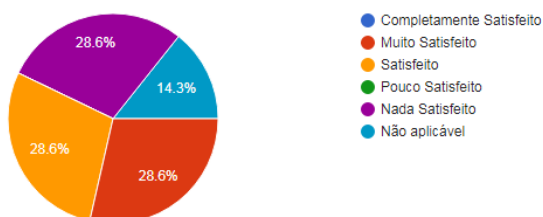
De que forma avalia a qualidade de contributos no domínio da
Cooperação com a EDA?

7 responses



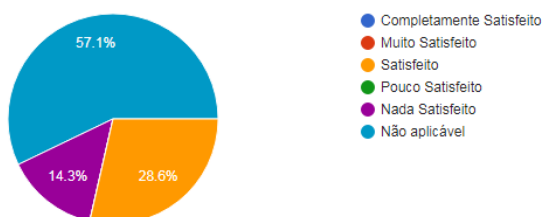
De que forma avalia a qualidade de contributos no domínio da
Cooperação com a NATO?

7 responses



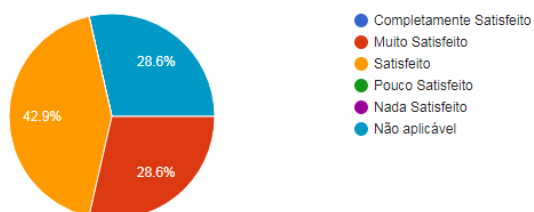
De que forma avalia a qualidade do apoio prestado ao desenvolvimento
dos projetos a decorrer no âmbito da UE?

7 responses



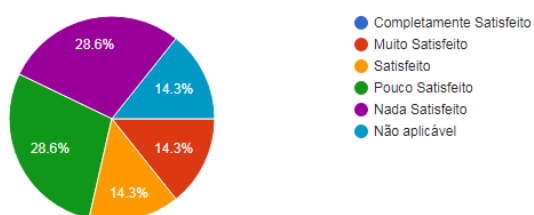
De que forma avalia a qualidade do apoio prestado ao desenvolvimento dos projetos a decorrer no âmbito da EDA?

7 responses



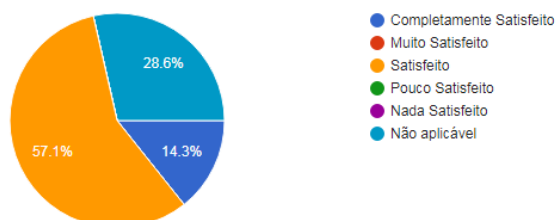
De que forma avalia a qualidade do apoio prestado ao desenvolvimento dos projetos a decorrer no âmbito da NATO?

7 responses



De que forma avalia a qualidade dos contributos e apoio prestado à tomada de decisão de S.Exa. o Ministro da Defesa Nacional no âmbito da EDA e/ou UE?

7 responses



Inquéritos internos

Para avaliação do grau de satisfação no serviço aplicou-se um questionário para acesso de todos os trabalhadores.

A escala contínua que mede o grau de satisfação é a seguinte: 1 (muito insatisfeito) a 6 (muito satisfeito).

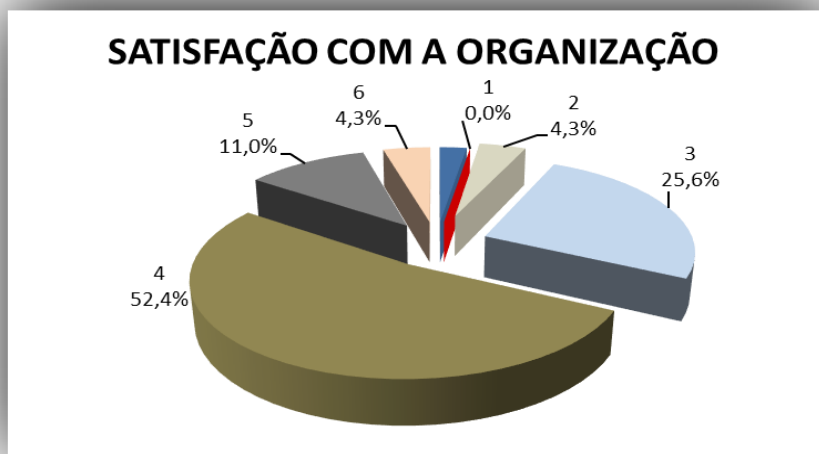
O “Questionário de satisfação para trabalhadores” apresentado *on-line*, valorou os seguintes aspetos de satisfação: perceção geral com a organização, gestão e sistemas de gestão, condições de trabalho, desenvolvimento da carreira, motivação, estilo de liderança, e, condições de higiene, segurança, equipamentos e serviços. O quadro seguinte resume os principais resultados percentuais obtidos.

Quadro 11 – Questionário interno (resultados)

Grau de satisfação/Questões	NR	1	2	3	4	5	6	VALOR MÉDIO DA QUESTÃO
COM A ORGANIZAÇÃO	2,4%	0,0%	4,3%	25,6%	52,4%	11,0%	4,3%	3,9
GESTÃO E SISTEMAS DE GESTÃO	2,6%	0,0%	2,1%	19,0%	54,0%	13,8%	8,5%	4,1
CONDIÇÕES DE TRABALHO	2,6%	0,7%	2,9%	15,4%	46,9%	19,4%	12,1%	4,2
DESENVOLVIMENTO DA CARREIRA	2,6%	1,1%	5,3%	26,3%	52,1%	8,9%	3,7%	3,8
MOTIVAÇÃO	2,7%	0,0%	2,7%	27,0%	48,0%	10,1%	9,5%	4,0
ESTILO DE LIDERANÇA (Dirigentes Superiores)	2,7%	2,4%	1,6%	16,8%	49,2%	15,4%	11,9%	4,1
ESTILO DE LIDERANÇA (Dirigentes Intermédios)	6,7%	6,7%	4,0%	32,7%	32,7%	4,0%	13,3%	3,7
Higiene, Segurança, equipamentos e serviços	26,5%	1,0%	2,6%	14,8%	39,8%	13,3%	2,0%	3,9
SATISFAÇÃO GLOBAL	6,1%	1,5%	3,2%	22,2%	46,9%	12,0%	8,2%	3,9

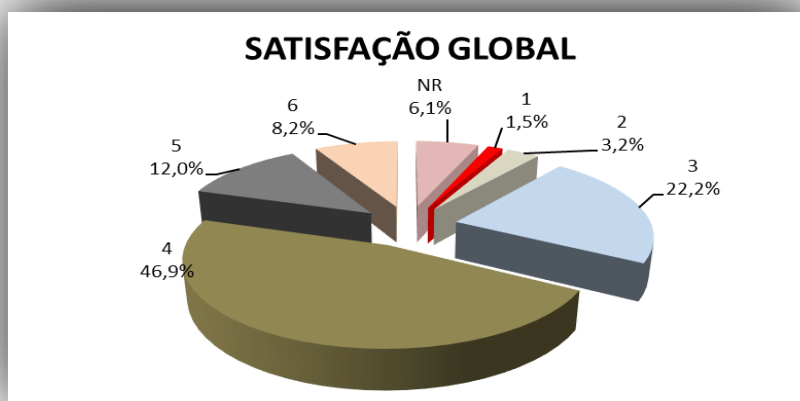
A resposta à questão “satisfação com a organização” que se apresenta no gráfico abaixo incide em sub-questões como a imagem da organização, seu desempenho global, nível de envolvimento das pessoas na organização e missão do serviço e envolvimento dos trabalhadores em atividades de melhoria.

Gráfico 13 – Satisfação com a Organização



O resultado atingido satisfaz considerando os valores dos graus 4, 5 e 6 (67,7%). Nas respostas a todas as questões base (8), os resultados de “satisfação global” são também assaz positivos para os mesmos graus acima referidos (67,1%).

Gráfico 14 – Satisfação Global



Balanço Social

A elaboração do Balanço Social como instrumento de gestão para todos os serviços da Administração Pública Central, Regional e Local que tenham um mínimo de 50 trabalhadores, foi determinado de forma inequívoca pelo Decreto-Lei nº. 190/96, de 9 de outubro.

Em cumprimento do referido diploma e sua execução, nomeadamente no apuramento dos dados estatísticos formais solicitados, o documento produzido/organizado pela DGRDN, serviço central do Ministério da Defesa Nacional criado pelo Decreto Regulamentar nº 8/2015, de 31 de julho, informa, analisa e compara dados sobre a sua situação socioprofissional, tendo em vista obter o melhoramento qualitativo das funções realizadas, quantitativos e estabelecer possíveis projeções.

Considerou-se sobretudo a:

- Melhoria das condições gerais de trabalho, mormente nas instalações e equipamentos;
- Valorização das pessoas atendendo ao acesso à formação profissional como incentivo e aumento da motivação;
- Gestão e racionalização eficiente dos encargos com pessoal, considerando as verdadeiras necessidades de funcionamento.

Em 31 de dezembro de 2018 o número de trabalhadores era de **258 efetivos**.

Síntese dos fatores diferenciadores da **representação profissional do pessoal da DGRDN**:

- Grupo de pessoal – civil (50,4%);
- Grupos profissionais (dominantes) – militar (46,5%) e técnico superior (25,6%);
- Tipo de funções exercidas (dominância) – técnicas (75,2%);
- Modalidade de vinculação – contrato de trabalho em Funções Públicas por tempo indeterminado – (43,8%);
- Colocação das pessoas pela estrutura orgânica – DSPSM (22,8%);
- Sexo – masculino (64%);
- Idade – média 47,2 anos;
(grupo etário dominante: 50 a 54 anos – 19%)
- Antiguidade na AP – 23 anos (média);
- Habilitações – formação superior (57%);

- Assiduidade – 5,3 dias/faltas (média absentismo/trabalhador);
- Formação profissional – 20,5 h (média horas de formação/trabalhador).

O Balanço Social da DG constitui um documento específico, já apresentado superiormente mas que se junta ao presente Relatório (vide Anexos).

Apreciação dos Objetivos Específicos das Unidades Orgânicas

Acrescentando uma análise adicional da avaliação detalhada do QUAR (objetivos estratégicos e consequentes objetivos operacionais) já apresentada, as unidades orgânicas da DGRDN definem complementarmente outros objetivos específicos/operacionais que procuram cumprir (desenvolvimento em detalhe neste Relatório de Atividades). Resumem-se os resultados obtidos.

Quadro 12 – Objetivos específicos das UO

Unidade orgânica	Nº objetivos definidos	Nº de iniciativas	Atingidas	Superadas	Não atingidas
DSAEQ	8	18	6	8	4
DSPSM	6	13	8	4	1
DSSMAS	8	20	3	16	1
DSAE	5	10	3	7	0
DSIP	5	10	4	2	4*
DSQA	8	17	9	5	3
DSGFA	2	2	0	1	1
DAJC	2	2	0	2	0
GAT	1	3	2	1	0
Totais	45	95	35	46	14

* 3 Iniciativas “Sem informação disponível”.

Atentando a todas as iniciativas planeadas, foram atingidas/superadas 85% o que se pode considerar um resultado significativamente positivo.

Desenvolvimento de medidas para o esforço positivo do desempenho

Ações de melhoria

Tendo como pilar principal a sua missão, o ano de 2018 para a DGRDN ficou marcado com a realização e conclusão de várias iniciativas/eventos consolidando o seu crescimento e desempenho.

Foi preocupação permanente a integração e otimização dos processos internos, numa lógica de orientação para a gestão por objetivos e para a melhoria contínua, através da introdução de modelos e ferramentas que potenciam a melhoria do desempenho da Direção-geral, bem como pela estabilização do seu quadro de recursos humanos.

A Direção-geral, por forma orientada através das suas unidades orgânicas foi alvo de implementação de medidas que permitissem o alinhamento de processos, funções e pessoas, nomeadamente no seguinte:

- Atualização e revisão de metodologias de trabalho e processos internos;
- Integração dos Sistemas de Informação existentes e implementação de novos processos assentes nas tecnologias de informação e comunicação;
- Implementação de medidas no sentido de criar sinergias e eliminar recursos duplicados, mediante a gestão da mudança com o menor impacto possível nas pessoas;
- Investimento na motivação e qualificação dos colaboradores, nomeadamente através do desenvolvimento de um plano de formação orientado para as diversas áreas de atividade da DGRDN;
- Normalização dos processos e das atividades de gestão financeira e orçamental;
- Otimização dos recursos internos, com base em critérios de eficácia e eficiência, numa lógica de maximização de resultados e contenção de custos na Administração Pública, em consonância com as medidas de consolidação orçamental;
- Racionalização dos planos de ocupação de imóveis através da agregação de serviços.

Comparação com o desempenho de serviços idênticos, no plano nacional e internacional que possam constituir padrão de comparação.

Na Administração Pública não existe outro organismo que prossiga os mesmos objetivos, portanto, não existem organismos homogêneos com os quais a DGRDN se possa comparar.

Menção de proposta pelo dirigente máximo do serviço como resultado da autoavaliação

Conforme disposto no artigo 18.º, n.º 3, da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de Dezembro, compete ao dirigente máximo do serviço propor, como resultado da autoavaliação, a menção respeitante à avaliação final do serviço.

De acordo com o exposto no presente relatório quanto à apreciação quantitativa dos resultados alcançados, a avaliação final da DGRDN no que respeita à concretização do QUAR é de 111,21%. Em termos qualitativos a DGRDN, dos objetivos operacionais constantes do seu QUAR, superou-os.

Quadro 13 – Autoavaliação da DGRDN

Objetivos	Eficácia	Eficiência	Qualidade
Ponderação	30%	30%	40%
Taxa de Realização	100%	120%	113%

Quadro 14 – Avaliação final quantitativa e qualitativa da DGRDN

Avaliação final do Serviço	Bom	Satisfatório	Insuficiente
Taxa Média de Realização	111%		

Assim, de acordo com o n.º 1 do artigo 18º da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro, conjugado com o n.º 2 do artigo 15.º do mesmo diploma legal, propõe-se a atribuição da menção de **Bom** para o desempenho da DGRDN, visto que superou/atingiu a quase totalidade dos objetivos.

Avaliação dos Objetivos Operacionais das Unidades Orgânicas

Unidade orgânica	<i>Direção de Serviços dos Assuntos Estatutários, Ensino e Qualificação</i>
-------------------------	---

Objetivo 1	Elaborar projetos de diplomas, acompanhar a respetiva aplicação, e elaborar pareceres técnicos na área de atribuições da Direção de Serviços de Assuntos Estatutários, Ensino e Qualificação
-------------------	--

INICIATIVA 1		
Elaboração de projetos de diploma no âmbito das competências da DSAEEQ/DAE		
Indicador		
Concluídos para decisão superior dentro do prazo estabelecido		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Antecipação do prazo estabelecido em 2 dias	Cumprir no prazo estabelecido	Ultrapassou o prazo estabelecido
X		

INICIATIVA 2		
Elaboração de pareceres técnicos e outros documentos de análise técnica no âmbito do EMFAR, da LSM e respetivo regulamento e do regime remuneratório		
Indicador		
N.º de documentos produzidos no tempo médio de 10 dias úteis, exceto casos de exceção de complexidade		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Menos 3 dias úteis	Cumprir no prazo de 10 dias úteis	Ultrapassou o prazo estabelecido
	X	

Objetivo 2	Efetivos Cíveis e Militarizados
-------------------	---------------------------------

INICIATIVA 1		
Recolha e tratamento dos dados reportados relativos ao pessoal civil e militarizado das Forças Armadas - Monitorização dos efetivos -		
Indicador		
Tratamento dos dados reportados no prazo de 10 dias úteis após a sua receção		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Conclusão do tratamento dos dados 2 dias antes do prazo	Conclusão do tratamento dos dados no prazo de 10 dias úteis	Conclusão do tratamento em tempo superior a 10 dias úteis
X		

INICIATIVA 2		
Monitorização do Sistema Retributivo - Pessoal Militar e Pessoal Militarizado -		
Indicador		
N.º de documentos técnicos produzidos no tempo médio de 10 dias úteis, exceto casos de excecional complexidade		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Menos de 3 dias úteis	Cumprir no prazo de 10 dias úteis	Ultrapassou os 10 dias úteis
	X	

Nota: Os resultados da Iniciativa 1 estão dependentes da colaboração de entidades externas através do cumprimento dos prazos por essas mesmas entidades e são suspensos desde a data do pedido de contributos até à data de receção dos mesmos.

Objetivo 3	Representação do MDN nas questões relativas à Igualdade de Género
-------------------	---

INICIATIVA 1		
Monitorização da/e execução das medidas constantes dos Planos Nacionais Participação em reuniões convocadas pela PCM, CIG ou Gabinete		
Indicador		
1. Elaboração das planificações setoriais para aprovação superior, 60 dias após publicação dos Planos Nacionais 2. Elaboração de notícias de reunião no prazo de 5 dias úteis		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
1. Antecipação em 15 dias úteis do prazo estabelecido 2. Menos de 3 dias úteis	Conclusão no prazo	Ultrapassou o prazo estabelecido
1 2	X	1 2

INICIATIVA 2		
Monitorização da execução das medidas constantes dos Planos Nacionais referentes ao MDN		
Indicador		
Elaboração dos Relatórios Semestral e Anual		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Antecipação em 2 dias do prazo estabelecido	Conclusão no prazo	Ultrapassou o prazo fixado
	X	

INICIATIVA 3		
Representação do MDN no NATO Committee on Gender Perspectives - Participação na reunião anual -		
Indicador		
Elaboração do Relatório Anual no prazo de 10 dias úteis após a realização da reunião		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Conclusão do relatório 2 dias antes do prazo fixado	Conclusão do relatório no prazo fixado	Conclusão do relatório depois do prazo fixado
X		

Nota: Os resultados das Iniciativas 1, 2 e 3 estão dependentes da colaboração de entidades externas através do cumprimento dos prazos por essas mesmas entidades e são suspensos desde a data do pedido de contributos até à data de receção dos mesmos. Relativamente ao ponto 3 o resultado está dependente do envio de documentação pelo NCGP

Objetivo 4	Aumentar a certificação da formação dos militares em RV/RC, alinhando os referenciais das Forças Armadas ao Catálogo Nacional de Qualificações
-------------------	--

INICIATIVA 1		
Implementação da política de Defesa Nacional ao nível da certificação da formação, de nível não superior, para os militares em RV/RC de modo a obterem o Ensino Secundário e o nível 4 QNQ		
Indicador		
Implementação e monitorização das ações constantes do plano de ação da certificação da formação profissional das Forças Armadas (Medida: Elaboração de relatórios de execução) Peso: 50%		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Apresentação de 4 relatórios	Apresentação de 3 relatórios	Apresentação de 2 relatórios
		X

Nota: A Área do Ensino e Qualificação foi reestruturada e a equipa foi empenhada na elaboração de um ponto de situação para a tutela o que implicou a elaboração de um Relatório da Certificação da Formação e o envio da proposta de elaboração do Guia Militar para a Qualificação (GMQ).

INICIATIVA 2		
Promover a criação e implementação de processos de certificação da formação profissional ministrada pela Defesa Nacional		
Indicador		
Realização de processos de RVCC Escolar e Profissional ou ações de Formação Profissional Peso: 50%		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Realização de duas ações	Realização de uma ação	Não realização de ações
X		

Objetivo 5	Consolidar e monitorizar a implementação da reforma Defesa 2020 no sistema de ensino superior militar
-------------------	---

INICIATIVA 1		
Conclusão do processo de regulamentação do IUM		
Indicador		
Resposta a solicitações de apreciação das propostas de diploma Peso 20%		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Elaboração de parecer até 3 dias após a solicitação	Elaboração de parecer até 5 dias após a solicitação	Elaboração de parecer mais de 5 dias após a solicitação
X		

INICIATIVA 2		
Regulamentação da Unidade de Ensino, Formação e Investigação da Saúde Militar		
Indicador		
Apresentação das propostas de diploma Peso 40%		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Apresentação até 15 de julho	Apresentação até 31 de julho	Apresentação depois de 31 de julho
X		

INICIATIVA 3		
Regulamentação do Curso de Formação de Sargentos de acordo com o novo modelo de ingresso na categoria de Sargentos		
Indicador		
Apresentação das propostas de diploma Peso 40%		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Apresentação até 15 de junho	Apresentação até 30 de junho	Apresentação depois de 30 de junho
	X	

Objetivo 6	Promover o desenvolvimento da oferta educativa do ensino básico e secundário de matriz militar desenvolvida no âmbito da Defesa Nacional
-------------------	--

INICIATIVA 1		
Criação do modelo de financiamento e do regime especial de avaliação dos EMEs		
Indicador		
Apresentação e discussão das propostas de diploma relativas ao modelo de financiamento e do regime especial de avaliação Peso 50%		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Apresentação até 15 de outubro	Apresentação até 31 de outubro	Apresentação depois de 31 de outubro
		X

Nota: Foi constituído um GT com a missão de elaborar as respetivas propostas de diploma onde foi definida a informação necessária à elaboração dos normativos. Uma vez que a informação não foi enviada não foi possível realizar as propostas de diploma.

INICIATIVA 2		
Monitorizar o desempenho académico dos alunos dos EMEs		
Indicador		
Apresentação de relatório comparativo entre o ano letivo 2015/2016, o ano letivo 2016/2017 e o ano letivo 2017/2018 e entre o CM e o IPE Peso 50%		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Apresentação de relatório até 30 outubro	Apresentação de relatório até 30 de novembro	Apresentação de relatório após 30 de novembro
		X

Nota: Não foi enviada a informação pertinente para a elaboração do relatório.

Objetivo 7	Reforçar a empregabilidade dos militares dos regimes de voluntariado e de contrato
-------------------	--

INICIATIVA 1		
Potenciar as qualificações dos militares e ex-militares para o mercado de trabalho		
Indicador		
N.º de horas de formação realizadas Peso – 60%		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Aumento em 5% face ao ano anterior	Mesmo n.º de horas face ao ano anterior	N.º de horas inferior face ao ano anterior
	X	

INICIATIVA 2		
Fomentar o empreendedorismo junto dos militares e ex-militares		
Indicador		
N.º de ações realizadas dedicadas ao empreendedorismo Peso – 40%		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Mais de 2 ações	1 ação	Nenhuma ação
X		

Objetivo 8	Dinamizar os serviços de apoio à transição na zona Norte do País
-------------------	--

INICIATIVA 1		
Aumentar o n.º de ações de divulgação e sessões de esclarecimento na zona norte do país		
Indicador		
N.º de ações Peso – 60%		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Mais 20% do que ano anterior	Mais 10% do que ano anterior	Menos ações que ano anterior
X		

INICIATIVA 2		
Aumentar o N.º de protocolos celebrados de apoio à qualificação		
Indicador		
N.º de protocolos Peso – 40%		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Mais 20% que ano anterior	Mais 10% do que ano anterior	Menos protocolos celebrados que ano anterior
		X

Nota: Apesar dos esforços desenvolvidos (foram propostos 45 protocolos a diversas entidades formadoras) não foi possível obter uma resposta positiva à maior parte das propostas. Foi possível concretizar 15 protocolos o que foi menos do que o ano passado. As razões prendem-se com a suspensão do Programa Qualifica e com a saída de uma Técnica-Superior responsável por esta área.

Unidade orgânica	<i>Direção de Serviços da Profissionalização do Serviço Militar</i>
-------------------------	---

Objetivo 1	Consolidação e desenvolvimento de um observatório da profissionalização do serviço militar
-------------------	--

INICIATIVA		
Configuração de plataforma temática (áreas de informação que integram observatório: efetivos; estudos; recrutamento)		
Indicador		
Ter a plataforma configurada e carregada em 300 dias		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Conclusão do tratamento 20 dias antes do prazo	Conclusão do tratamento dos dados no prazo	Conclusão do tratamento dos dados após o prazo
	X	

Objetivo 2	Desenvolvimento e consolidação do processo de monitorização dos efetivos e das autorizações das admissões
-------------------	---

INICIATIVA 1		
Assegurar a monitorização dos efetivos militares nos termos legalmente estabelecidos		
Indicador		
Tratamento dos dados reportados no prazo de 15 dias após a sua receção		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Conclusão do tratamento 2 dias antes do prazo	Conclusão do tratamento dos dados no prazo de 15 dias	Conclusão do tratamento dos dados após o prazo
	X	

INICIATIVA 2		
Assegurar a análise e tramitação dos pedidos de admissão de pessoal		
Indicador		
Emissão de parecer técnico		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Emissão do parecer 10 dias após a receção	Emissão do parecer 15 dias após a receção	Conclusão num período superior a 15 dias
X		

Objetivo 3	Desenvolvimento e consolidação dos processos de estudo/investigação no âmbito da sustentabilidade da profissionalização do serviço militar
-------------------	--

INICIATIVA 1		
Implementar o projeto de estudo profissionalização 360º		
Indicador		
Lançamento dos inquéritos até final de 2018 (incorporação e saída)		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Lançamento de 3 inquéritos	Lançamento de 2 inquéritos	Lançamento de menos de 2 inquéritos
		X

Nota: Os inquéritos foram concebidos, mas ainda não foi possível criar as condições técnicas para serem implementados nos Ramos.

INICIATIVA 2		
Desenvolvimento do estudo de monitorização do Dia da Defesa Nacional e aferição do potencial de recrutamento		
Indicador		
Apresentação de relatório final e parcelares		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Desenvolvimento de todos os relatórios de centro e do relatório final até final do ano	Realização de 80% dos relatórios de centro e análise de dados do processo global	Apenas análise de dados global
X		

Objetivo 4	Promover a harmonização e eficiência dos processos de recrutamento militar
-------------------	--

INICIATIVA 1		
Desenvolvimento de conteúdos tendo em vista a divulgação da profissão militar		
Indicador		
Elaboração do manual das profissões militares (funções/formação/requisitos)		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Realizar em 250 dias	Realizar em 300 dias	Não conseguir realizar no prazo definido
	X	

INICIATIVA 2		
Apresentação de proposta integrada de Portal do Recrutamento Militar		
Indicador		
Apresentação de proposta de: • Estrutura e conteúdos; • Tipo e configuração de serviços/funcionalidades; • Layout		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Apresentar proposta em 200 dias	Apresentar proposta em 220 dias	Não conseguir realizar no prazo definido
	X	

Objetivo 5	Promover o modelo de Comunicação Integrada para o Serviço Militar
-------------------	---

INICIATIVA 1		
Promover campanha de divulgação junto dos jovens em idade escolar		
Indicador		
Apresentação de propostas (peças da campanha) Peso – 40%		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Apresentar 2 propostas em 150 dias	Apresentar 2 propostas em 180 dias	Não conseguir realizar no prazo definido
	X	

INICIATIVA 2		
Revisão e implementação de novas funcionalidades da Plataforma de Comunicação Integrada para o Serviço Militar		
Indicador		
Prazo de conclusão Peso – 40%		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Concluída até 30set18	Concluída até 30dez18	Após 30 dez
	X	

INICIATIVA 3		
Propostas de edições gráficas no âmbito da Comunicação Integrada para 2018		
Indicador		
Prazo de conclusão Peso – 20%		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Concluídas 4 até 30set18	Concluídas 4 até 30dez18	Após 30 dez
X		

Objetivo 6	Desenvolver o conhecimento da população portuguesa acerca das várias vertentes da Defesa Nacional, do papel das Forças Armadas e do Serviço Militar
-------------------	---

INICIATIVA 1		
Atualização dos Programas das jornadas para a 15.ª edição (2019) do DDN		
Indicador		
Prazo de conclusão Peso – 50%		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Concluída até 30 out18	Concluída até 30 nov18	Após 30 nov
X		

INICIATIVA 2		
Participação em eventos de dimensão nacional nas áreas da juventude, da formação e do emprego		
Indicador		
N.º de Participações Peso – 20%		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Mais de 2	1	0
	X	

INICIATIVA 3		
Produção de série de pequenos vídeos (10") sobre várias especialidades militares nos 3 ramos (título: "Eu sou"), para inserção nas redes sociais		
Indicador		
N.º de vídeos Peso – 30%		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Mais de 10	7	Menos de 5
	X	

Unidade orgânica	<i>Direção de Serviços de Saúde Militar e Assuntos Sociais</i>
-------------------------	--

Objetivo 1	Apoiar o Sistema de Saúde Militar
-------------------	-----------------------------------

INICIATIVA 1		
Realizar e colaborar na realização de estudos no âmbito do Sistema de Saúde Militar		
Indicador		
N.º de estudos realizados Peso: 50%		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
> 4	1 - 4	0
X		

INICIATIVA 2		
Monitorizar a execução do Protocolo celebrado entre o MDN e o Min. da Saúde para acesso e frequência do internato médico		
Indicador		
N.º de ações realizadas Peso: 50%		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
> 10	8 - 10	< 8
X		

Objetivo 2	Apoiar a Comissão Nacional de Acompanhamento (CNA) da Rede Nacional de Apoio (RNA) aos antigos combatentes portadores de stress pós-traumático
-------------------	--

INICIATIVA 1		
Preparação e prestação de apoio técnico às reuniões e elaboração de documentos de apoio		
Indicador		
N.º de ações realizadas		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
> 5	3 - 5	< 3
X		

INICIATIVA 2		
Análise das Propostas de Orçamento das ONGs no âmbito da RNA		
Indicador		
Elaboração de informação		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Até 1 mês após a sua receção	Entre 1 e 2 meses após a sua receção	Após 2 meses depois da sua receção
	X	

INICIATIVA 3		
Estudo do normativo e avaliação de alterações normativas		
Indicador		
Informação realizada no final do trabalho		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Elaborada até 31set2018	Elaborada entre 31set2018 e 31dez2018	Informação não elaborada em 2018
	X	

Objetivo 3	Coordenar e monitorizar o Programa para a Prevenção dos Comportamentos Aditivos e Combate às Dependências nas Forças Armadas (PPCACDFA)
-------------------	---

INICIATIVA 1		
Realização de reuniões ordinárias do GC/PPCACDFA		
Indicador		
N.º de reuniões ordinárias Peso: 20%		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
> 4	1 - 4	0
X		

INICIATIVA 2		
Elaboração do Relatório Atividades/2017 no âmbito do PPCACDFA		
Indicador		
Relatório de Atividades/2017 Peso: 20%		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Elaborado até 31mai2018	Elaborado entre 31mai18 e 31dez2018	Iniciativa não realizada em 2018
X		

INICIATIVA 3		
Elaboração do Plano de Atividades/2019 no âmbito do PPCACDFA		
Indicador		
Plano de Atividades/2019 Peso: 20%		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Elaborado até 15dez2018	Elaborado entre 15dez2018 e 31dez2018	Iniciativa não realizada em 2018
		X

Nota: Esta iniciativa não foi atingida em 2018, uma vez que a informação remetida pelos ramos para efeitos de elaboração do PA/2019 só chegou a esta Direção-geral no decurso de 2019.

INICIATIVA 4		
Ações de divulgação estratégica do PPCACDFA		
Indicador		
N.º de ações realizadas Peso: 15%		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
>2	1	0
X		

INICIATIVA 5		
Ações de divulgação do PPCACDFA nos Cursos de Operadores de Prevenção de Alcoolismo e Toxicodependências		
Indicador		
N.º de ações realizadas Peso: 15%		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
> 2	1 - 2	0
X		

INICIATIVA 6		
Promover a cooperação com entidades parceiras no âmbito da Prevenção de Comportamentos Aditivos e Combate às Dependências		
Indicador		
N.º de atividades de cooperação desenvolvidas Peso: 10%		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
> 2	1 - 2	0
X		

Objetivo 4	Promover a cooperação com os Países da CPLP no âmbito da Saúde Militar
-------------------	--

INICIATIVA 1		
Organização do Fórum de Saúde Militar CPLP/ 2018		
Indicador		
Organização da V Edição do Fórum Peso: 50%		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
N/A	Realizado	Não realizado
	X	

INICIATIVA 2		
Coordenar e monitorizar o Plano de Formação do Programa de Intercâmbio do FSM/CPLP		
Indicador		
N.º de ações realizadas Peso: 50%		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
> 10	7 - 10	< 3
X		

Objetivo 5	Garantir a atualização permanente dos dados de caracterização dos deficientes militares, tendo em conta os indicadores de incapacidade e deficiência definidos no âmbito da OCDE
-------------------	--

INICIATIVA		
Assegurar, em articulação com as entidades fornecedoras de dados, o sistema de informação de suporte à base de dados dos deficientes militares		
Indicador		
Data de entrega do Relatório Anual		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
30nov2018	31dez2018	Após 31dez2018
X		

Objetivo 6	Propor medidas que contribuam para a melhoria das condições de vida dos Deficientes Militares
-------------------	---

INICIATIVA		
Monitorizar e avaliar a execução do Plano de Ação para Apoio aos Deficientes Militares (PADM)		
Indicador		
Nº de iniciativas desenvolvidas Peso: 50%		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
8	6	< 6
X		

Objetivo 7	Melhorar o padrão de serviço – áreas da saúde e assuntos sociais
-------------------	--

INICIATIVA 1		
Atingir um padrão de serviço que possibilite fixar um período razoável para elaboração de projetos de medidas legislativas, bem como de informações e pareceres (comum)		
Indicador		
Demora média Peso: 25%		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
< 6 dias úteis	>=6<10 dias úteis	>=10 dias úteis
X		

INICIATIVA 2		
Reduzir tempo de resposta a solicitações institucionais e a particulares (comum)		
Indicador		
Prazo de elaboração de respostas a solicitações institucionais e a particulares Peso: 25%		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
< 5 dias úteis	>=5<8 dias úteis	>=8 dias úteis
X		

INICIATIVA 3		
Incrementar a frequência de ações de formação especializada (comum)		
Indicador		
Nº de ações de formação especializada frequentadas Peso: 10%		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
2	1	0
X		

INICIATIVA 4		
Elaborar conteúdos para divulgação das iniciativas e temáticas da Saúde Militar e dos Assuntos Sociais, quer na Intranet quer na Internet do MDN no Portal da DGRDN		
Indicador		
Número de propostas de conteúdo Peso: 40%		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
4	2 - 3	< 2
X		

Objetivo 8	Reduzir a pendência processual dos processos com vista à qualificação como Deficiente das Forças Armadas (DFA)
-------------------	--

INICIATIVA		
Reduzir o número de processos pendentes		
Indicador		
Nº de processos concluídos e devolvidos aos ramos das FA		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
≥ 90% do nº de processos pendentes	≥ 75% do nº de processos pendentes	≤74% do nº de processos pendentes
X		

Unidade orgânica	<i>Direção de Serviços de Armamento e Equipamento</i>
-------------------------	---

Objetivo 1	Coordenar e executar as políticas de armamento e equipamento necessárias às Forças Armadas e à Defesa Nacional, atento o previsto na Lei de Programação Militar
-------------------	---

INICIATIVA 1		
Atualização dos projetos dos Serviços Centrais na ferramenta de Gestão de Projetos (EPM)		
Indicador		
Taxa de projetos atualizados no EPM		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Mais de 61% dos projetos atualizados no quadrimestre	Entre 40% e 60% dos projetos atualizados no quadrimestre	Menos de 39% dos projetos atualizados no quadrimestre
X		

INICIATIVA 2		
Otimização da coordenação e execução da Lei de Programação Militar (LPM)		
Indicador		
Nº de pareceres, pontos de situação, informações e relatórios elaborados em apoio à coordenação e execução da LPM		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Elaborados mais do que 10 documentos no quadrimestre	Elaborados entre 6 e 9 documentos no quadrimestre	Elaborados menos do que 5 documentos no quadrimestre
X		

Objetivo 2	Implementar os processos mais adequados para a aquisição e manutenção do armamento e equipamentos
-------------------	---

INICIATIVA 1		
Elaborar pareceres técnicos, relatórios, estudos, informações no âmbito das tecnologias militares/produtos relacionados com a defesa		
Indicador		
Nº de pareceres, pontos de situação, informações e relatórios elaborados no ano de 2018		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
X > 12	X = 12	X < 12
X		

INICIATIVA 2		
Elaborar pareceres técnicos, relatórios, estudos, informações no âmbito dos programas em curso nas agências internacionais		
Indicador		
Nº de pareceres, informações e relatórios elaborados no ano de 2018		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
X > 12	X = 12	X < 12
X		

Objetivo 3	Desenvolver os protocolos, projetos e outras atividades de cooperação nos domínios do armamento e dos equipamentos da Defesa Nacional com Entidades Internacionais
-------------------	--

INICIATIVA 1		
Avaliação do nível de qualidade do apoio prestado ao desenvolvimento dos contributos no domínio da cooperação com a EDA (Agência Europeia de Defesa) e a UE		
Indicador		
Nível de satisfação dos utilizadores internos e externos		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Nível de satisfação > 4	Nível de satisfação entre 3 e 4	Nível de satisfação < 3
X		

INICIATIVA 2		
Avaliação do nível de qualidade do apoio prestado ao desenvolvimento dos contributos no domínio da cooperação com a NATO		
Indicador		
Nível de satisfação dos utilizadores internos e externos		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Nível de satisfação > 4	Nível de satisfação entre 3 e 4	Nível de satisfação < 3
	X	

Objetivo 4	Emitir as licenças e os certificados inerentes à transmissão e circulação de produtos relacionados com a defesa e ao exercício das atividades de comércio e indústria
-------------------	---

INICIATIVA 1		
Emissão de licenças e certificados inerentes à transmissão e circulação de produtos relacionados com a defesa e ao exercício das atividades de comércio e indústria		
Indicador		
% de licenças e certificados emitidos face aos pedidos de licenças e certificados aprovados		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
> 95 %	Entre 90 % e 95 %	< 90 %
X		

INICIATIVA 2		
Emissão de licenças e certificados inerentes à transmissão e circulação de produtos relacionados com a defesa e ao exercício das atividades de comércio e indústria cumprindo os prazos legais		
Indicador		
N.º de dias para a emissão de licenças e certificados		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
< 14	Entre 14 e 45	> 45
X		

Objetivo 5	Promover e coordenar, em cooperação com as FA e, no aplicável, com o Ministério da Administração Interna, em estreita colaboração com a idD, os planos e projetos de investigação e desenvolvimento nas áreas tecnológicas de interesse para a Defesa Nacional
-------------------	--

INICIATIVA 1		
Avaliação do nível de qualidade do apoio prestado ao desenvolvimento dos projetos de i&D nacionais		
Indicador		
Nível de satisfação dos stakeholders		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Nível de satisfação > 4	Nível de satisfação entre 3 e 4	Nível de satisfação < 3
	X	

INICIATIVA 2		
Avaliação do nível de qualidade do apoio prestado ao desenvolvimento dos projetos de i&D internacionais		
Indicador		
Nível de satisfação dos stakeholders		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Nível de satisfação > 4	Nível de satisfação entre 3 e 4	Nível de satisfação < 3
	X	

Unidade orgânica	<i>Direção de Serviços de Infraestruturas e Património</i>
-------------------------	--

Objetivo 1	Transferência para Portugal da Escola NATO de Comunicações e Sistemas de Informação (NCISS)
-------------------	---

INICIATIVA		
Cumprimento pelo empreiteiro do plano de trabalhos da empreitada de construção do edifício da Escola no Reduto Gomes Freire		
Indicador		
% de cumprimento		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Cumpriu a 100%	Cumpriu a 80%	Não foi cumprido o planeado

Nota: Sem informação disponível

Objetivo 2	Gestão das infraestruturas NATO
-------------------	---------------------------------

INICIATIVA 1		
Proceder ao levantamento das necessidades urgentes		
Indicador		
Data de execução		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Até final do 1º quadrimestre 2018	Até final do 1º semestre 2018	Até final de 2018

Nota: Sem informação disponível

INICIATIVA 2		
Proceder ao suprimento das necessidades identificadas		
Indicador		
Taxa de execução ao nível da realização física = (n.º de atividades realizadas / n.º de atividades planeadas) x 100		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Realização >= 90%	Realização >= 75%	Realização < 25%

Nota: Sem informação disponível

Objetivo 3	Unidade de Gestão Patrimonial
-------------------	-------------------------------

INICIATIVA 1		
Recolha e tratamento de dados junto das entidades tuteladas pelo MDN respeitante aos imóveis afetos à Defesa Nacional		
Indicador		
Apresentação da informação quando solicitada		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Apresentação em prazo inferior a 1 dia	Apresentação no prazo de 1 dia	Apresentação em prazo superior a 1 dia
	X	

INICIATIVA 2		
Esclarecer as dúvidas e os procedimentos quanto ao cumprimento das disposições legais sobre o pagamento de rendas pela ocupação de património imobiliário do Estado		
Indicador		
Esclarecimentos prestados no prazo de 2 dias		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Esclarecimentos prestados no prazo inferior a 2 dias	Esclarecimentos prestados no prazo de 2 dias	Esclarecimentos prestados no prazo superior a 2 dias
	X	

Objetivo 4	Salvaguarda dos interesses da Defesa Nacional nos instrumentos de gestão territorial
-------------------	--

INICIATIVA 1		
Elaboração de pareceres sobre os projetos apresentados		
Indicador		
Pareceres concluídos dentro do prazo estabelecido por entidades externas		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Concluiu antes do prazo estabelecido	Concluiu dentro do prazo estabelecido	Concluiu após o prazo estabelecido
	X	

INICIATIVA 2		
Participar nas reuniões de concertação		
Indicador		
N.º de reuniões de concertação em que participou com parecer vinculativo do MDN		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Participou em 100% das reuniões	Participou em 90% das reuniões	Participou em menos de 90% das reuniões
X		

Objetivo 5	Satisfação dos requisitos legais necessários à prévia rentabilização de imóveis
-------------------	---

INICIATIVA 1		
Promover a avaliação de imóveis e enviar para homologação da Direção-geral do Tesouro e Finanças (DGTF)		
Indicador		
Avaliações homologadas		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
100% de avaliações homologadas	90% de avaliações homologadas	Menos de 90% das avaliações homologadas
		X

Nota: A homologação de avaliações depende da DGTF que nos vem informando de excesso de trabalho

INICIATIVA 2		
Promover a regularização jurídico-cadastral dos imóveis disponíveis para rentabilização		
Indicador		
Tempo de preparação do processo		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Preparação do processo num prazo inferior a 3 dias	Preparação do processo no prazo de 3 dias	Preparação do processo num prazo superior a 3 dias
	X	

INICIATIVA 3		
Promover a certificação energética dos imóveis a rentabilizar		
Indicador		
Número médio de dias que o processo está com o técnico		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
O processo está com o Técnico durante uma média de um dia	O processo está com o Técnico durante uma média de dois dias	O processo está com o Técnico durante uma média superior a dois dias
X		

Unidade orgânica	<i>Direção de Serviços de Qualidade e Ambiente</i>
-------------------------	--

Objetivo 1	Atualizar (rever) a Diretiva Ambiental da Defesa Nacional e materializar os objetivos operacionais e específicos através do Plano de Ação Ambiental
-------------------	---

INICIATIVA 1		
Elaboração da “Diretiva Ambiental para a Defesa Nacional”		
Indicador		
Proposta apresentada		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Antes do 4º trimestre de 2018	Até final do 4º trimestre de 2018	Após 4º trimestre de 2018
		X

Nota: Projeto adiado na sequência da saída de Recursos Humanos da Divisão inviabilizou a finalização desta ação

INICIATIVA 2		
Elaborar um Plano de Ação Ambiental		
Indicador		
Proposta apresentada		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Antes do 4º trimestre de 2018	Até final do 4º trimestre de 2018	Após 4º trimestre de 2018
		X

Nota: Dado que esta ação decorre da anterior não foi possível a sua concretização.

Objetivo 2	Criar uma Estrutura Coordenadora para a Qualidade e plano de ação
-------------------	---

INICIATIVA 1		
Elaborar proposta de despacho para “Estrutura Coordenadora para a Qualidade”		
Indicador		
Proposta apresentada		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Antes do 3º trimestre de 2018	Até final do 3º trimestre de 2018	Após 3º trimestre de 2018
	X	

INICIATIVA 2		
Elaborar o plano para as ações da responsabilidade da Autoridade para a Garantia Governamental da Qualidade		
Indicador		
Proposta apresentada		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Antes do 3º trimestre de 2018	Até final do 3º trimestre de 2018	Após 3º trimestre de 2018
	X	

Objetivo 3	Promover a gestão dos recursos energéticos na Defesa Nacional
-------------------	---

INICIATIVA 1		
Elaborar um plano de educação e sensibilização para a eficiência energética		
Indicador		
Proposta apresentada		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Antes do 1º semestre de 2018	Até final do 1º semestre de 2018	Após 1º semestre de 2018
X		

INICIATIVA 2		
Identificar e implementar ações para a monitorização e análise dos consumos energéticos na Defesa Nacional		
Indicador		
Proposta apresentada		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Antes do 1º semestre de 2018	Até final do 1º semestre de 2018	Após 1º semestre de 2018
	X	

INICIATIVA 3		
Elaborar um plano de ação com a identificação de oportunidades de melhoria energéticas		
Indicador		
Proposta apresentada		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Antes do 2º semestre de 2018	Até final do 2º semestre de 2018	Após 2º semestre de 2018
	X	

INICIATIVA 4		
Apresentar projetos que conduzam a uma utilização eficiente da energia		
Indicador		
Proposta apresentada		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Antes do 2º semestre de 2018	Até final do 2º semestre de 2018	Após 2º semestre de 2018
	X	

Objetivo 4	Identificar lacunas entre os processos e procedimentos da Qualidade da Defesa Nacional no sentido de os uniformizar com a EDA e com a OTAN
-------------------	--

INICIATIVA 1		
Elaborar um relatório que permita avaliar lacunas na área da Qualidade		
Indicador		
Proposta apresentada		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Antes do 2º semestre de 2018	Até final do 2º semestre de 2018	Após 2º semestre de 2018
		X

Nota: Presentemente não existem lacunas entre os procedimentos da EDA e a OTAN, uma vez que a EDA, no âmbito da Qualidade, foi autorizada pela OTAN a adotar os seus processos, procedimentos e formulários.

INICIATIVA 2		
Elaborar o plano para a mitigação das lacunas identificadas na área da Qualidade		
Indicador		
Proposta apresentada		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Antes do 2º semestre de 2018	Até final do 2º semestre de 2018	Após 2º semestre de 2018
	X	

Objetivo 5	Elaboração dos processos de alienação e desmilitarização de material de guerra
-------------------	--

INICIATIVA 1		
Elaboração do contrato para desmilitarização de material explosivo oriundo das FA		
Indicador		
Proposta apresentada		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Antes de 31 de janeiro de 2018	Até 15 de abril de 2018	Após 15 de abril de 2018
	X	

INICIATIVA 2		
Elaboração e execução dos projetos de alienação de material de guerra em colaboração com os Ramos das FA		
Indicador		
Propostas apresentadas		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Processos executados e concluídos	Processos em execução	Processos não se iniciaram
	X	

Objetivo 6	Elaboração de Processos de Ratificação. Coordenar e gerir o sistema de normalização de Defesa Nacional, fomentar a normalização dos sistemas, equipamentos, produtos e infraestruturas de interesse para as Forças Armadas nos domínios técnico, administrativo, logístico e operacional, perseguindo objetivos de interoperabilidade
-------------------	---

INICIATIVA		
Contribuir para a elaboração dos Processos de Ratificação		
Indicador		
Propostas externas / Propostas ratificadas		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Taxa de execução do plano anual plena	Taxa de execução do plano anual Externos 90%	Taxa de execução do plano anual Externos <90%
X		

Objetivo 7	Ao nível internacional (NATO & EDA), coordenar e gerir o sistema de normalização de Defesa Nacional, fomentar a normalização dos sistemas, equipamentos, produtos e infraestruturas de interesse para as Forças Armadas nos domínios técnico, administrativo, logístico e operacional, perseguindo objetivos de interoperabilidade
-------------------	--

INICIATIVA 1		
Participar nas reuniões do Committee for Standardization (CS) e dos Grupos de Trabalho - Materiel Standardization Group (MSG), Materiel Standardization and Harmonization Team (MSHT)		
Indicador		
N.º de reuniões convocadas (CS, MSG e MSHT) / N.º de reuniões participadas		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Participação em todas as reuniões	Participação em 50% das reuniões	Participação em menos de 50% das reuniões
X		

INICIATIVA 2		
Assegurar a resposta nacional aos documentos solicitados pelos grupos de trabalho MSG/MSHT		
Indicador		
Documentos solicitados pelo MSG/MSHT		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Envio dos documentos antes do prazo fixado pelo MSG/MSHT	Envio dos documentos no prazo fixado pelo MSG/MSHT	Envio dos documentos fora do prazo fixado pelo MSG/MSHT
X		

Objetivo 8	Garantir a qualidade da Catalogação nacional
-------------------	--

INICIATIVA 1		
Proceder à catalogação dos pedidos nacionais e internacionais dentro dos parâmetros temporais definidos pelo Comité OTAN AC/135		
Indicador		
Número médio de dias de resposta a 75% dos pedidos de catalogação		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
< 10 dias	10 dias	> 10 dias
	X	

INICIATIVA 2		
Proceder à catalogação dos pedidos internacionais dentro dos parâmetros de qualidade definidos pelo Comité OTAN AC/135		
Indicador		
Percentagem de rejeições dos pedidos de catalogação internacionais		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
< 20%	20%	> 20%
X		

Unidade orgânica	<i>Direção de Serviços de Gestão Financeira e Apoio</i>
-------------------------	---

Objetivo 1	Otimizar o sistema de apoio à gestão financeira e controlo interno
-------------------	--

INICIATIVA		
Criar um sistema de informação e controlo interno da receita/despesa das verbas da Lei das Infraestruturas Militares (LIM)		
Indicador		
Data de criação de um sistema de controlo interno da receita/despesa das verbas da Lei das Infraestruturas Militares (LIM)		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
<30-11-2018	[30-11-2018 a 31-12-2018]	>31-12-2018
X		

Objetivo 2	Melhorar a qualificação dos trabalhadores
-------------------	---

INICIATIVA		
Satisfazer as necessidades formativas dos trabalhadores da DGRDN com a execução de um Plano de Formação		
Indicador		
% de execução do Plano de Formação aprovado		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
> 50%	[50% a 30%]	< 30%
		X

Nota: O desvio verificado justifica-se com o facto do plano de formação não ter sido aprovado devido a constrangimentos orçamentais e procedimentais. No entanto, e apesar de não existir plano aprovado, foram identificadas algumas necessidades específicas das unidades orgânicas da DGRDN e salvaguardadas, dentro da oferta de formação não planeada que foi ocorrendo ao longo do ano, as necessidades formativas dos colaboradores, tendo-se realizado um número significativo de ações de formação.

Unidade orgânica	<i>Divisão de Análise Jurídica e Contratual</i>
-------------------------	---

Objetivo 1	Assegurar o apoio técnico-jurídico a todos os assuntos submetidos pela Direção
-------------------	--

INICIATIVA		
Elaboração de estudos, informações e pareceres técnico-jurídico		
Indicador		
Tempo Médio de Resposta (TMR) ² de 14 dias úteis ³ , exceto casos de elevada complexidade		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
TMR < 14 dias	TMR = 14 dias	TMR > 14 dias
X		

Objetivo 2	Assegurar a conformidade legal e regularidade financeira dos contratos e atos geradores de despesa pública
-------------------	--

INICIATIVA		
Instrução e remessa dos atos e contratos ao Tribunal de Contas para fiscalização prévia		
Indicador		
75% dos contratos ou outros instrumentos geradores de despesa visados pelo TC ⁴		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
> 75% contratos visados pelo TC	75% contratos visados pelo TC	< 75% contratos visados pelo TC
X		

² TMR = somatório tempos resposta / n.º total de estudos/informações/pareceres produzidos.

³ A contagem do prazo interrompe-se sempre que for solicitada intervenção de um órgão ou serviço externo à DAJC.

⁴ N.º de contratos e atos visados / N.º de contratos e atos remetidos ao TC para fiscalização prévia. Aplicável aos contratos e atos cujo procedimento de formação tenha sido assegurado ou apoiado pela DAJC.

Gabinete de Assessoria Técnica ao Diretor-geral

Objetivo 1	Manter atualizados e otimizados os principais instrumentos de gestão e apoio à decisão da Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional (Plano de Atividades, Relatório de Atividades e Balanço Social)
-------------------	--

INICIATIVA 1		
Elaborar o Plano de Atividades 2019		
Indicador		
Apresentar o Plano no prazo previsto		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Até 30 outubro 2018	Até 15 novembro 2018	Após 15 novembro 2018
	X	

INICIATIVA 2		
Elaborar o Relatório de Atividades 2017		
Indicador		
Apresentar o Relatório no prazo legalmente previsto		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Até 15 de março 2018	Até 31 março 2018	Após 31 março 2018
	X	

INICIATIVA 3		
Elaborar o Balanço Social 2017		
Indicador		
Apresentar o Balanço Social no prazo legalmente previsto		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Até 15 de março 2018	Até 31 março 2018	Após 31 março 2018
X		

Listagem síntese de Programas e Ações

LISTAGEM SÍNTESE DE PROGRAMAS E AÇÕES

Programa 01

Aperfeiçoar a Regulação do Sistema de RH

Direção de Serviços de Assuntos Estatutários, Ensino e Qualificação/Divisão de Assuntos Estatutários

Ações

01-01	Estatuto dos Militares das Forças Armadas (EMFAR)
01-02	Regime Estatutário do Pessoal Militarizado
01-03	Regimes Retributivos
01-04	Suplementos, Subsídios, Gratificações e outros Abonos
01-05	Diplomas de enquadramento superior da estrutura das Forças Armadas
01-06	Lei do Serviço Militar
01-07	Representação do MDN na Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (CIG)
01-08	Representação do MDN no âmbito da RCSNU 1325
01-09	NATO Committee on Gender Perspectives (NCGP)
01-10	Apoio à elaboração de Legislação no âmbito dos RH
01-11	Apoio à elaboração de Legislação Orgânica e outros diplomas legais
01-12	Representação do MDN no âmbito das competências da DAE
01-13	Audição das Associações Socioprofissionais
01-14	Assessorias Exteriores
01-15	Regulamentação de Uniformes de Empresas de Segurança Privada
01-16	Assistência Religiosa das Forças Armadas
01-17	Consultadoria

Programa 02

Promover o aumento das Qualificações dos Recursos Humanos da Defesa Nacional

Direção de Serviços de Assuntos Estatutários, Ensino e Qualificação/Divisão de Ensino e Qualificação

Ações

02-01	Certificação da Formação dos militares em RV/RC
02-02	Sistema de Gestão da Qualidade da Formação da Defesa Nacional
02-03	Ensino Superior Público Militar
02-04	Coordenação nacional da iniciativa "Erasmus Militar"
02-05	Unidade de Ensino, Formação e Investigação da Saúde Militar (UEFISM)
02-06	Ensino não Superior ministrado nas Forças Armadas
02-07	Profissões regulamentadas no âmbito da Defesa Nacional
02-08	Representação da Defesa nos Conselhos Setoriais para a Qualificação
02-09	Representação nacional em Organismos e Instituições nacionais e internacionais no âmbito do Ensino e Qualificação
02-10	Reconfiguração do Regulamento de Incentivos à Prestação do Serviço Militar (RIPSM)
02-11	Subsidio para Pagamento de Propinas
02-12	Formação em organismos NATO
02-13	Estudos Relativos à Defesa Nacional
02-14	Assessoria Técnica
02-13	Organização de Conferências, Seminários e Colóquios

Programa 03

Sistema de Incentivos e Reinserção Profissional

Direção de Serviços de Assuntos Estatutários, Ensino e Qualificação/Divisão de Ensino e Qualificação

Ações

03-01	Adequação dinâmica do sistema de incentivos à realidade conjuntural
03-02	Potencialização das qualificações dos militares e ex-militares do Regime de Contrato
03-03	Implementação dos novos serviços do CIOFE decorrentes da sua promoção a Centro Qualifica
03-04	Fomento do empreendedorismo junto dos militares e ex-militares

03-05	Cooperação no âmbito da Reinserção Profissional com organizações e entidades nacionais e internacionais
03-06	Consultadoria

Programa 04

Recrutamento, Reservas e Efetivos Militares

Direção de Serviços de Profissionalização do Serviço Militar/Divisão de Recrutamento e Efetivos Militares

Ações

04-01	Consolidar o desenvolvimento e implementação de uma política integrada de recrutamento militar
04-02	Promover o desenvolvimento da atratividade da profissão militar, tendo em vista a satisfação das necessidades das FA (através do Recrutamento Normal)
04-03	Recrutamento Especial
04-04	Recrutamento Excecional
04-05	Reserva de Recrutamento
04-06	Reserva de Disponibilidade
04-07	Monitorização dos Efetivos Militares
04-08	Planeamento das Forças no âmbito da NATO
04-09	Promover o funcionamento e divulgação de um Observatório da Profissionalização do Serviço Militar
04-10	Consultadoria

Programa 05

Deveres Militares

Direção de Serviços de Profissionalização do Serviço Militar/Divisão dos Deveres Militares

Ações

05-01	Gestão operacional do Dia da Defesa Nacional
05-02	Gestão do processo de Convocação
05-03	Gestão do Sistema de Transportes
05-04	Administração dos recursos humanos alocados às Equipas de Divulgação
05-05	Gestão dos Centros e Núcleos de Divulgação
05-06	Monitorização e supervisão do Programa do DDN
05-07	Estabelecimento de Parcerias
05-08	Controlo do cumprimento do dever militar de comparência ao DDN
05-09	Gestão da situação militar dos cidadãos
05-10	Gestão do sistema de atendimento no âmbito dos deveres militares
05-11	Simplificação de procedimentos e desmaterialização de processos no âmbito do DDN
05-12	Cooperação no âmbito do DDN com organizações e entidades nacionais e internacionais
05-13	Consultadoria

Programa 06

Comunicação Integrada para o Serviço Militar

Direção de Serviços de Profissionalização do Serviço Militar

Ações

06-01	Estruturação da Comunicação Integrada para o Serviço Militar
06-02	Criação do Repositório Estruturado de Informação
06-03	Criação da Identidade Visual para o Serviço Militar
06-04	Comunicação Externa – Canal Web
06-05	Comunicação Interna/Externa – Corporate TV do Serviço Militar e DDN
06-06	Comunicação Interna/Externa – Boletim informativo eletrónico
06-07	Cooperação no âmbito da Comunicação integrada para o Serviço Militar com organizações e entidades nacionais e internacionais
06-08	Consultadoria

Programa 07

Promover o Aperfeiçoamento do Sistema de Saúde Militar

Direção de Serviços de Saúde Militar e Assuntos Sociais/Divisão de Saúde Militar

Ações

07-01	Consolidação do novo Sistema de Saúde Militar
07-02	Vigilância Epidemiológica
07-03	Divulgação de informação sobre a Saúde Militar
07-04	Grupo OTAN/Saúde
07-05	Normalização na área da Saúde
07-06	Quadros Especiais das áreas da Saúde
07-07	Representação da SM a nível internacional fora do âmbito da OTAN
07-08	Participar em Comissões e GT no âmbito da Saúde Militar
07-09	Saúde Mental
07-10	Coordenação do Programa para a Prevenção dos Comportamentos Aditivos e Combate às Dependências nas FA
07-11	Saúde, Higiene e Segurança no Trabalho (SHST)
07-12	Consultadoria

Programa 08

Fomentar o Bem-Estar Social dos RH, apoiar os Deficientes Militares e os Antigos Combatentes

Direção de Serviços de Saúde Militar e Assuntos Sociais/Divisão de Assuntos Sociais e Apoio aos Deficientes Militares e Antigos Combatentes

Ações

08-01	Medidas de política de proteção social
08-02	Ação Social Complementar e assistência na doença aos deficientes militares
08-03	Reabilitação dos deficientes militares
08-04	Qualificação de deficientes das Forças Armadas
08-05	Participação em Comissões e GT no âmbito dos Assuntos Sociais
08-06	Consultadoria

Programa 09

Armamento e Equipamento (Planeamento e Programação)

Direção de Serviços de Armamento e Equipamento/Divisão de Planeamento e Programação

Ações

09-01	Cooperação internacional
09-02	Planos de Edificação de Capacidades Militares
09-03	Lei de Programação Militar
09-04	Apoio à Gestão de Projetos

Programa 10

Armamento e Equipamento (Indústria, Logística e Investigação e Desenvolvimento)

Direção de Serviços de Armamento e Equipamento/Divisão de Indústria, Logística e Investigação e Desenvolvimento

Ações

10-01	Licenciamento
10-02	Controlo
10-03	Estratégia de I&D
10-04	Gestão de Projetos em I&D

Programa 11

Infraestruturas

Direção de Serviços de Infraestruturas e Património/Divisão de Infraestruturas

Ações

11-01	Transferência para Portugal da Escola NATO de Comunicações e Sistemas de Informação (NCISS)
11-02	Gestão das Infraestruturas NATO em Portugal
11-03	Manutenção/Construção de infraestruturas
11-04	Preparação do ciclo de planeamento NATO
11-05	Construção de infraestruturas
11-06	Consultadoria

Programa 12

Património imobiliário do Estado afeto à Defesa Nacional

Direção de Serviços de Infraestruturas e Património/Divisão de Património e Turismo Militar

Ações

12-01	Cumprir as competências da Unidade de Gestão Patrimonial
12-02	Representar o MDN na elaboração dos instrumentos de gestão territorial
12-03	Representar o MDN na secção especializada permanente do Património Arqueológico e Arquitetónico do Conselho Nacional de Cultura
12-04	Cartografia e Cadastro

Programa 13

Rentabilização do Património imobiliário afeto à Defesa Nacional

Direção de Serviços de Infraestruturas e Património/Divisão de Património e Turismo Militar

Ações

13-01	Identificar os imóveis excedentários e assegurar a sua rentabilização
13-02	Satisfazer os requisitos legais necessários à prévia rentabilização de imóveis
13-03	Informação
13-04	Protocolos
13-05	Receitas da Lei de Infraestruturas Militares
13-06	Consultadoria

Programa 14

Acordo Bilateral de Defesa Portugal – Estados Unidos da América (Comissão Técnica)

Direção de Serviços de Infraestruturas e Património/Divisão de Património e Turismo Militar

Ações

14-01	Reuniões da Comissão Técnica
14-02	Projetos de infraestruturas
14-03	Comissão Bilateral Permanente
14-04	Infraestruturas de uso partilhado ou de uso comum
14-05	Ambiente

Programa 15

Turismo Militar

Direção de Serviços de Infraestruturas e Património/Divisão de Património e Turismo Militar

Ações

15-01	Colaborar com os estabelecimentos de ensino, centros de investigação e empresas, na produção e consolidação de conhecimento, aquisição de novas competências, e estabilização de um quadro conceptual que permita ao Ministério da Defesa definir o seu paradigma de intervenção na área do Turismo Militar (TM)
15-02	Valorizar e divulgar a cultura e o património histórico-militar material e imaterial português, nacional e internacionalmente para que estes se possam transformar em recursos passíveis de utilização ao nível do TM
15-03	Estabilizar e divulgar o conceito de TM
15-04	Diversificar a oferta turística, estruturando, articulando e qualificando os recursos de índole histórico-militar, promovendo a qualidade e a competitividade
15-05	Promover a racionalização de recursos implementando um sistema de funcionamento em rede para o TM
15-06	Contribuir para o reforço da imagem das Forças Armadas, divulgando os seus valores e capacidades
15-07	Implementar a estratégia nacional para o Turismo Militar

Programa 16

Qualidade e Ambiente (Alienação, Desmilitarização, Ambiente e Qualidade)

Direção de Serviços de Qualidade e Ambiente/Divisão de Alienação, Desmilitarização, Ambiente e Qualidade

Ações

16-01	Inventariação dos edifícios, infraestruturas e equipamentos do MDN com amianto
16-02	Implementação de Sistemas de Gestão Ambiental
16-03	Cooperação institucional nacional e internacional no âmbito do ambiente
16-04	Coordenação do Prémio Defesa Nacional e Ambiente
16-05	Atualização da Diretiva Ambiental
16-06	Coordenação do Plano de Ação Ambiental da Diretiva Ambiental
16-07	Aplicação do regulamento REACH na Defesa Nacional
16-08	Apoio ao cumprimento da legislação ambiental aplicável à Defesa Nacional
16-09	Integração de critérios ambientais nos processos aquisitivos
16-10	Implementação de medidas de eficiência energética e a utilização de renováveis em edifícios, infraestruturas e equipamentos do MDN
16-11	Coordenação dos Processos da Qualidade na Defesa Nacional
16-12	Exercício da Garantia Governamental da Qualidade (GGQ)
16-13	Certificação de Sistemas de Gestão da Qualidade enquadrados com as Normas NATO/AQAP
16-14	Implementação de técnicas LEAN na DSQA
16-15	Representação nos fora nacionais e internacionais da Qualidade
16-16	Desmilitarização de munições e explosivos oriundos das Forças Armadas
16-17	Alienação de material de guerra das Forças Armadas

Programa 17

Qualidade e Ambiente (Normalização e Catalogação)

Direção de Serviços de Qualidade e Ambiente/Divisão de Normalização e Catalogação

Ações

17-01	Elaboração dos Processos de Ratificação
17-02	Representação do MDN no âmbito das competências do Materiel Standardization Group (MSG), Materiel Standardization and Harmonization Team (MSHT) e do Joint Maintenance Committee (JMC)
17-03	Representação do MDN no âmbito das competências do Committee for Standardization (CS) da NATO e do Standardization Management Group (SMG)
17-04	Assegurar a resposta aos documentos no âmbito dos grupos de trabalho MSG e MSHT
17-05	Garantir a qualidade da Catalogação nacional (1)
17-06	Garantir a qualidade da Catalogação nacional (2)

17-07	Garantir a atribuição dos Códigos de Organização (CORG)
17-08	Garantir os carregamentos SIG/DN
17-09	Traduzir para língua portuguesa o Manual de Catalogação OTAN

Programa 18

Gerir os Recursos Financeiros e Patrimoniais da DGRDN

Direção de Serviços de Gestão Financeira e Apoio/Divisão de Gestão Financeira e Patrimonial

Ações

18-01	Gerir os recursos financeiros da DG
18-02	Gerir os recursos patrimoniais da DG
18-03	Análise e Controlo da execução orçamental
18-04	Reportes Financeiros
18-05	Gestão de economato
18-06	Consultadoria

Programa 19

Gerir os Recursos Humanos da DGRDN

Direção de Serviços de Gestão Financeira e Apoio/Divisão de Gestão de Recursos Humanos e Apoio

Ações

19-01	Gerir os Recursos Humanos afetos à DG
19-02	Contribuir para o desenvolvimento e motivação dos trabalhadores da DGRDN
19-03	Sistema Integrado de Avaliação de Desempenho na Administração Pública (SIADAP)
19-04	Modernização e simplificação administrativa da DGRDN
19-05	Prestar as informações que sejam solicitadas pelos diversos Serviços Centrais do MDN e Serviços da A.P.
19-06	Consultadoria

Programa 20

Acompanhar, analisar e controlar os Sistemas de Informação da DGRDN

Direção de Serviços de Gestão Financeira e Apoio/Divisão de Gestão de Recursos Humanos e Apoio

Ações

20-01	Gestão e Controlo de Pessoal
20-02	Sistema de Gestão de Documentos
20-03	SIADAP (Informatização)
20-04	Base de Dados do Sistema de Informação de Organização do Estado (SIOE)
20-05	Gestão das Bases de Dados
20-06	Desenvolvimento de soluções informáticas
20-07	Gestão dos Sistemas de Informação

Programa 21

Análise Jurídica e Contratual no âmbito da DGRDN

Divisão de Análise Jurídica e Contratual

Ações

21-01	Contratação Pública no âmbito da Defesa
21-02	Legislação e Regulamentos em matérias específicas
21-03	Consultadoria

Programa 22

Gestão de Ativos do Estado no âmbito da Defesa Nacional

Divisão de Gestão de Ativos do Estado

Ações

22-01	Gestão, conservação e segurança do património imobiliário no âmbito da DN
22-02	Gestão da propriedade intelectual e industrial, detidos pelo Estado, no âmbito da DN
22-03	Assessoria Técnica e Consultadoria

Programa 23

Estudos e Planeamento Estratégico no âmbito da DGRDN

Gabinete de Estudos e Planeamento Estratégico (Equipa Multidisciplinar)

Ações

23-01	Assessoria Técnica e Consultadoria
-------	------------------------------------

Programa 24

Coordenar a elaboração dos instrumentos de gestão estratégica da DGRDN e execução de matérias no âmbito organizacional

Gabinete de Assessoria Técnica ao Diretor-geral

Ações

24-01	Controlo de execução da atividade da DGRDN
24-02	Divulgar e produzir informação de interesse da DGRDN
24-03	Estrutura de Pilotagem e Técnica no âmbito da Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária

Programa 25

Apoiar o Serviço de Assistência Religiosa (Forças Armadas e de Segurança)

Serviço de Assistência Religiosa das Forças Armadas e das Forças de Segurança

Ações

25-01	Atividades do SARFAFS em Portugal
25-02	Atividade internacional do SARFAFS
25-03	Atividades editoriais da SARFAFS

Programa 26

Fomentar a Educação Física e Desporto Militar

Comissão de Educação Física e Desporto Militar

Ações

26-01	Competições Desportivas Nacionais Militares
26-02	Política Desportiva Militar
26-03	Competições Desportivas Mundiais de Desporto Militar
26-04	Conselho Internacional de Desporto Militar (CISM)

Atividades executadas (resultados)

Programa 01



Aperfeiçoar a Regulação do Sistema de Recursos Humanos	
Unidade orgânica	<i>Direção de Serviços dos Assuntos Estatutários, Ensino e Qualificação/Divisão de Assuntos Estatutários</i>

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
01-01	Estatuto dos Militares das Forças Armadas (EMFAR)	Realizar estudos, emitir pareceres e participar na preparação de projetos de diploma de desenvolvimento do EMFAR, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 90/2015, de 29 de maio	Regulamentação do EMFAR	
Subações		Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
1.	Elaboração de diplomas regulamentares	Projeto	ES	GabMDN/EMGFA/Ramos
2.	Elaboração de pareceres no âmbito do EMFAR			

RESULTADOS

Elaboração de projeto de decreto-lei que regulamenta a Lei n.º 28/2018, de 16 de julho - revisão da situação de militares e ex-militares ao abrigo do Decreto-Lei n.º 173/74, de 26 de abril, e emissão de pareceres durante o processo legislativo;

Pareceres sobre a nomeação de militares em órgãos e serviços do MDN;

Parecer sobre promoção de oficial à categoria de oficial general;

Parecer sobre o Despacho relativo ao Programa de Modernização de meia-vida das Fragatas da classe "Bartolomeu Dias";

Análise do histórico do regime legal de aposentação dos militares das Forças Armadas;

Conselho de classes na Marinha – Proposta de alteração do Decreto-Lei n.º 29/2016, de 24 de junho, que define a composição, as competências, o funcionamento e o processo eleitoral dos Conselhos de Classes na Marinha;

Pareceres sobre pedidos de promoção e revisão de Carreira Militar.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
01-02	Regime Estatutário do pessoal militarizado	Estudar, propor e monitorizar medidas no âmbito da aplicação do regime estatutário do pessoal militarizado da Marinha e da Polícia Marítima	Revisão do Estatuto harmonizando o com a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP)	
Subações		Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
1.	Promover e coordenar estudos sobre a configuração e desenvolvimento das carreiras do pessoal militarizado	Atividade corrente	ES	GabMDN/EMGFA/Ramos
2.	Emitir pareceres sobre os mapas de pessoal militarizado			

RESULTADOS

Parecer sobre procedimento concursal para tripulantes das embarcações salva-vidas do Instituto de Socorros a Náufragos (ISN) – colocação em comissão especial;

Reapreciação da proposta de promoção por distinção a título póstumo do agente de 1.ª classe da Polícia Marítima;

Parecer sobre o concurso para ingresso de pessoal no curso de formação de agentes da Polícia Marítima;

Parecer sobre as admissões de pessoal para o quadro de pessoal militarizado da Marinha para o ano de 2018;

Programa de provas de conhecimentos para utilização em concursos de ingresso na Polícia Marítima – Projeto de alteração ao Despacho n.º 3283/2005, de 22 de outubro, do Ministro da Defesa Nacional;

Parecer sobre as instruções para concursos de ingresso no Grupo 5 do Quadro de Pessoal Militarizado da Marinha – Práticos da Costa do Algarve;

Enquadramento do Modelador Naval - mapa de pessoal civil da Marinha- Pessoal operário - operário qualificado e semiquualificado;

Parecer sobre o Recrutamento de 42 trabalhadores para a Arsenal do Alfeite, S.A – Pedido de Parecer Prévio – Artigo 123.º do Decreto-Lei n.º 25/2017, de 3 de março.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
01-03	Regimes Retributivos	Elaborar propostas e projetos relativos aos sistemas retributivos do pessoal militar, militarizado e civil das Forças Armadas e monitorizar a respetiva aplicação	Adequação das remunerações ao regime jurídico enquadrador

Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
	Atividade corrente	ES	GabMDN/EMGFA/ Ramos

RESULTADOS

Análise comparativa das remunerações nas Forças Armadas, GNR e PSP;

Parecer sobre desbloqueamento de escalões. Aplicação do Decreto-Lei n.º 57/90, de 14 de fevereiro. Situações remuneratórias;

Tripulantes das embarcações salva-vidas do ISN – Descongelamentos salariais;

Informação sobre Descongelamento de Carreiras na Arsenal do Alfeite, S.A. – Despacho Prévio;

Carreiras Especiais - Análise comparativa do regime remuneratório da Inspeção da Autoridade da Segurança Alimentar e Económica (ASAE) versus Inspeção-Geral da Defesa Nacional (IGDN);

Parecer sobre os efeitos remuneratórios decorrentes do grau de consultor dos médicos civis em funções no âmbito do Ministério da Defesa Nacional – Transição- Projeto de despacho conjunto que permite a efetivação dos efeitos remuneratórios resultantes da integração na categoria superior de assistente graduado, por parte dos médicos dos mapas de pessoal civil do HFAR e dos Ramos das Forças Armadas, sendo a efetivação do posicionamento remuneratório idêntica à dos médicos do Serviço Nacional de Saúde;

Tempo de serviço militar e descontos para efeitos de reforma.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
01-04	Suplementos, Subsídios, Gratificações e outros Abonos	Desenvolver e participar nos estudos relativos à revisão dos suplementos remuneratórios e abonos gerais e específicos atinentes à condição militar, adequando-os aos princípios consagrados na LTFP	Adequação do regime ao enquadramento legal em vigor, aplicando os princípios da LTFP e reduzindo o número de suplementos atribuídos

Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
Adaptação da atribuição de suplementos dos militares aos princípios consagrados no Decreto-Lei n.º 25/2015, de 06 de fevereiro	Atividade corrente	ES	

RESULTADOS

Sem desenvolvimentos.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
01-05	Diplomas de enquadramento superior da estrutura das Forças Armadas	Colaborar na elaboração de propostas e projetos regulamentares	Harmonização legislativa
Subações		Tipo	Natureza
Elaborar um projeto de diploma que altere o regime de capacidade eleitoral passiva harmonizando-o com as alterações introduzidas pela Lei Orgânica n.º 5/2015, de 29 de agosto, ao art.º 33.º da Lei de Defesa Nacional		Projeto	CAT
			Parceiros intervenientes
			GabMDN/CCEM/Ramos/Outras entidades

RESULTADOS

Projeto de diploma concluído e remetido à tutela.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
01-06	Lei do Serviço Militar	Apreciar e elaborar propostas de alteração e aperfeiçoamento da Lei do Serviço Militar (LSM), respetivo Regulamento e demais legislação complementar	Aperfeiçoamento legislativo
Subações		Tipo	Natureza
		Atividade corrente	ES
			Parceiros intervenientes
			GabMDN/EMGFA/Ramos

RESULTADOS

Nada a referir no âmbito da Divisão de Assuntos Estatutários.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
01-07	Representação do MDN na Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (CIG)	Assegurar a representação do MDN no Conselho Consultivo da CIG	Acompanhar a execução do VI Plano Nacional para a Igualdade de Género, Cidadania e Não-Discriminação (2018-2021), VI Plano Nacional de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e de Género (2018-2021) e IV

Plano Nacional de Prevenção e Combate ao Tráfico de Seres Humanos (2018-2021), no âmbito do MDN. Contribuir para a igualdade efetiva das mulheres e dos homens. Harmonização legislativa

Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
1. Acompanhar a implementação dos Planos Nacionais pelos organismos que integram a Equipa Interdepartamental para a Igualdade de Género do MDN	Atividade corrente	CIN	GabMDN/CIG/ Equipa Interdepartamental para a Igualdade de Género e várias entidades
2. Monitorizar o Plano Sectorial de Ação para a Igualdade do MDN			

RESULTADOS

Participação nas reuniões do Conselho Consultivo da CIG;

Participação nas reuniões da Comissão de Acompanhamento do ENIND e nas reuniões das Comissões Técnicas de Acompanhamento dos Planos de ação para a igualdade entre mulheres e homens, para a prevenção e o combate à violência contra as mulheres e à violência doméstica e combate à discriminação em razão da orientação sexual, identidade e expressão de género e características sexuais (todos com vigência de 2018 a 2021);

Monitorização dos Planos e elaboração dos relatórios anuais;

Realização de reuniões com a Equipa interdepartamental do MDN;

Elaboração de respostas a pedidos de informação da tutela;

Visita das alunas australianas que frequentam o curso de Pós-graduação "Empowering Women in the 21st Century" do ISCTE;

Representação do MDN no Seminário realizado em Roma, no âmbito da Iniciativa 5+5 "Egalité des Chances et Perspective de Genre dans la Défense".

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
01-08	Representação do MDN no âmbito da Resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas n.º 1325 (RCSNU)	Coordenar, no âmbito do MDN, a operacionalização do II Plano Nacional de Ação para a Implementação da Resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas n.º 1325 (2000) sobre Mulheres, Paz e Segurança (2014-2018)	Contribuir para a implementação de medidas referentes às questões de género nas operações militares

Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
1. Representar o MDN no âmbito II PNA 1325, aprovado pela RCM n.º 50/2014, de 26 de agosto	Atividade corrente	CIN	GabMDN/CIG/ Equipa Interdepartamental para a Igualdade de Género/PNA 1325 e várias entidades
2. Participar nas reuniões do GT interministerial			
3. Acompanhar a implementação do Plano pelo EMGFA, ramos e demais serviços envolvidos. Monitorização do Plano Setorial do MDN, aprovado por Despacho de 03Out.2014, de S. Ex.ª a Secretária de Estado Adjunta e da Defesa Nacional			
4. Colaboração com o Gabinete			

RESULTADOS

Participação nas reuniões do GT interministerial para a implantação do II PNA;

Monitorização e elaboração do relatório anual de execução 2018;

Realização de reuniões com a Equipa Interdepartamental do MDN;

Colaboração na elaboração do III PNA;

Elaboração de respostas a pedidos de informação da tutela.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
01-09	NATO Committee on Gender Perspectives (NCGP)	Assegurar a representação do MDN no Comité sobre Perspetiva de Género da Organização do Tratado do Atlântico Norte	Colaborar com os representantes dos países da NATO nas medidas que visam permitir a integração da perspetiva de género nas FA Participar na Reunião Anual a realizar no Quartel-General da Nato em Bruxelas

Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
1. Responder às solicitações do NCGP e dos países-membros	Atividade corrente	CII	GabMDN/NATO/ EMGFA e Ramos
2. Preparação e envio do relatório anual			

RESULTADOS

Realização de reuniões com o EMGFA e ramos para a elaboração do relatório anual e preparação da reunião anual em Bruxelas;

Participação na reunião anual;

Elaboração do relatório da reunião.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
01-10	Apoio à elaboração de Legislação no âmbito dos RH	Colaborar na produção legislativa no âmbito dos recursos humanos da Defesa Nacional	Consagração ou aperfeiçoamento do regime jurídico aplicável aos recursos humanos da DN	
Subações		Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
Elaboração de um projeto de DL que visa aprovar o regime jurídico dos adidos militares, dos cargos internacionais e das missões militares		Atividade corrente	CAT	EMGFA/Ramos/SGMDN/DGPDN

RESULTADOS

Despacho do Ministro da Defesa Nacional que define a Diretiva de Ação Externa:

- Conção de Contributos para o novo regime do Adido;
- Conção de Contributos para o novo regime de Cooperação no domínio da Defesa;
- Conção de Contributos para o novo regime das Forças Nacionais Destacadas.

Análise do projeto de revisão do novo regime de Representação Externa da Defesa Nacional;

Análise do projeto de Decreto-Lei relativo à cooperação técnico-militar – contratação de cidadãos locais dos países parceiros;

Parecer sobre o projeto de diploma - a Ação Externa da Defesa, no que respeita aos artigos respeitantes ao regime de pensão, aos acidentes em serviço, à assistência médica e ao seguro de vida;

Análise da Legislação referente ao Estatuto da Carreira diplomática no âmbito do Anteprojeto de Decreto-Lei que pretende definir o regime jurídico dos adidos e do pessoal dos respetivos gabinetes nas representações diplomáticas, do pessoal das missões militares no estrangeiro e do pessoal militar nomeado para cargos internacionais.

Contributos para a Iniciativa Revoga + enquadrada no Programa Simplex – listagem de diplomas a revogar dos anos de 1981 a 1985.

Análise da legislação atual e revogada dos órgãos e serviços centrais do MDN e dos diplomas da área de defesa e segurança.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
01-11	Apoio à elaboração de Legislação Orgânica e outros diplomas legais	Apoio aos Ramos, aos Órgãos e Serviços Centrais e aos organismos tutelados pelo MDN na elaboração e aperfeiçoamento da sua legislação orgânica e outros diplomas legais	Colaborar, mediante solicitação, com as várias entidades e organismos na elaboração e aperfeiçoamento de diplomas legais

Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
	Atividade corrente	CAT	GabMDN/EMGFA/ Serviços Centrais MDN/Ramos

RESULTADOS

Parecer sobre o Projeto de Decreto-Lei que altera a estrutura, organização, competências e funcionamento dos órgãos e serviços da Autoridade Marítima Nacional;

Parecer sobre o Projeto de Decreto-Lei que altera a estrutura, organização, competências e funcionamento dos órgãos e serviços da Direção-Geral da Autoridade Marítima;

Parecer sobre o Projeto de Decreto-Lei que altera a organização, estrutura e competências da Polícia Marítima (PM);

Parecer sobre o Projeto que altera o Decreto-Lei n.º 22/2006, de 2 de fevereiro, que consolida institucionalmente o Serviço de Proteção da Natureza e do Ambiente e cria o Grupo de Intervenção de Proteção e Socorro no âmbito orgânico da Guarda Nacional Republicana;

Parecer sobre o Projeto que altera o Decreto-Lei n.º 247/2015, de 23 de outubro, que procedeu à alteração da denominação da carreira florestal, do quadro de pessoal civil da GNR, em funções no SEPNA, e que passou a designar-se carreira de guarda-florestal e aprovou o seu estatuto;

Parecer sobre o Projeto que altera o Decreto-Lei n.º 166/2018, que estabelece o regime da carreira especial de inspeção da Autoridade de Segurança Alimentar e Económica;

Parecer sobre a Proposta de Lei do Orçamento do Estado para 2019;

Parecer sobre o Projeto de Decreto-Lei n.º 481/2018 que prevê a possibilidade de trabalhar na Administração Pública após os 70 anos de idade;

Parecer sobre o Projeto de Decreto-Regulamentar n.º 478/2018, que prevê o regime de pré-aposentação na Administração Pública;

Parecer sobre o Projeto de Decreto-Lei que clarifica aspetos respeitantes à transferência de património mobiliário e imobiliário da EPMC e do FORPESCAS para o FOR-MAR, bem como os procedimentos a observar na afetação do respetivo pessoal ao referido Centro -MTSSS -(Reg. DL 391/2018);

Parecer sobre o Projeto de Decreto-Lei que altera o Decreto-Lei n.º 251/98 de 1 agosto, aplicável aos transportes públicos de aluguer em veículos automóveis ligeiros de passageiros, dando a possibilidade de suspensão do exercício da atividade por parte de detentores de licença de táxi por um período de um ano e sendo clarificada a possibilidade de colocação do taxímetro no espelho retrovisor -MATE - (Reg. DL 402/2018);

Análise do projeto de Decreto-Lei que aprova o Regulamento do Exercício de Atividades de Docência Universitária por militares no Instituto Universitário Militar;

Análise da Proposta de Alteração aos Estatutos do IASFA. I.P;

Parecer sobre a Lei n.º 70/2018 - Diário da República n.º 251/2018, Série I de 2018-12-31, da **Assembleia da República**, Grandes Opções do Plano para 2019;

Análise do Projeto de DL n.º 154/2018, de 18.04.2018, -disposições necessárias à execução do O.E para 2018 - Ponto IV-1 da Reunião do Conselho de Ministros (militarizados).

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
01-12	Representação do MDN no âmbito das competências da DSAEEQ/DAE	Assegurar a representação do MDN em comissões, grupos de trabalho e outros, no âmbito das suas competências específicas	Participar nas reuniões propostas
Subações		Tipo	Natureza
		Atividade corrente	CIN
			Parceiros intervenientes

RESULTADOS

Representação do MDN na defesa do 1º Relatório Nacional de Implementação da Convenção Internacional para a Proteção de Todas as Pessoas Contra os Desaparecimentos Forçados (Nações Unidas) realizada em Genebra;

Desenvolvimento das atividades inerentes à coordenação da delegação portuguesa na Comissão Laboral – Acordo de Cooperação com os EUA.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
01-13	Audição das associações socioprofissionais	Participar em processos de audição das associações de militares e de militarizados em matérias relativas aos respetivos estatutos profissionais	Auscultar as preocupações das associações em sede própria e dar conhecimento das mesmas à tutela
Subações		Tipo	Natureza
			Parceiros intervenientes
1.	Realização de reuniões	Atividade corrente	ES
2.	Elaboração de notas de reunião e de relatórios		GabMDN/EMGFA/Ramos
3.	Atualização e divulgação dos dados relativos às Associações		

no portal da DGRDN e
comunicação dos mesmos ao
EMGFA e aos ramos

RESULTADOS

Em 2018 não se realizaram reuniões na DGRDN.

Registo das Associações Profissionais de Militares - Comunicação anual dos dados relativos ao número de associados ao Gab. CEMGFA e aos Ramos, com conhecimento ao Gab. MDN e SEDN, nos termos do estatuído no n.º 1 do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 295/2007, de 22 de agosto, diploma que aprova o Estatuto dos Dirigentes Associativos das Associações Profissionais de Militares;

Apontamento genérico sobre cada uma das associações profissionais de militares (Associação de Oficiais das Forças Armadas, Associação Nacional de Sargentos, Associação de Praças, Associação de Militares na Reserva e na Reforma e Associação Nacional de Contratados do Exército).

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
01-14	Assessorias exteriores	Participar em ações inseridas no âmbito da cooperação bilateral instituída com países terceiros, no domínio das competências atribuídas à DSAEEQ	Assegurar a representação da DSAEEQ no âmbito das relações bilaterais
	Subações	Tipo	Natureza
		Atividade corrente	CII
			Parceiros intervenientes
			DGPDN

RESULTADOS

Elaboração de respostas a questionários por solicitação de Organizações Internacionais:

- National Human Rights Law;
- Questionário OSCE sobre direitos humanos nas Forças Armadas.

Resenha Histórica da Defesa Nacional - A orgânica da criação das Direções-Gerais e as relações de Autoridade entre militares e civis (Interação e Liderança entre militares e civis no MDN) – elaboração de resposta para um trabalho de investigação a solicitação de um docente brasileiro;

Contributos para o Programa das Comemorações dos 70 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos e dos 40 anos da adesão de Portugal à Convenção Europeia dos Direitos Humanos.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
01-15	Regulamentação de Uniformes de Empresas de Segurança Privada	Dar parecer no âmbito do procedimento de aprovação dos modelos de uniforme das entidades autorizadas a prestar serviços de segurança privada	Harmonização de procedimentos. Inconfundibilidade com os uniformes das Forças Armadas
Subações		Tipo	Natureza
		Atividade corrente	CAT
			Parceiros intervenientes
			MAI/Ramos

RESULTADOS

Pareceres sobre os pedidos de aprovação de modelos de uniforme de empresas de segurança e/ou junção de peças aos respetivos modelos, nos termos do n.º 2 do artigo 35.º da Portaria n.º 273/2013, de 20 de agosto.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
01-16	Assistência Religiosa das Forças Armadas <i>Nota – Dependente de articulação com o MAI</i>	Reestruturação do Serviço de Assistência Religiosa das Forças Armadas e de Segurança (RCM n.º 26/2013) e respetivo acompanhamento	Aprovação do diploma que procede à reestruturação do Serviço de Assistência Religiosa e acompanhamento da respetiva implementação
Subações		Tipo	Natureza
1. Prestar apoio técnico-jurídico ao Serviço de Assistência Religiosa das Forças Armadas e Forças de Segurança		Atividade corrente	ES
2. Secretariar as reuniões do Conselho Consultivo de Assistência Religiosa			Parceiros intervenientes
			GabMDN/SEDN, EMGFA, Ramos e MAI

RESULTADOS

Prestação de apoio jurídico à tutela no âmbito da nomeação do novo Capelão-chefe do Serviço de Assistência Religiosa.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
01-17	Consultadoria	Apreciar requerimentos e exposições dos cidadãos em sede de procedimento administrativo no âmbito da área de atribuições da DSAEEQ/DAE	Responder aos requerimentos e exposições nas matérias que caibam no âmbito de atribuições da DSAEEQ/DAE

Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
	Atividade corrente	CON	Ramos e várias entidades

RESULTADOS

Pareceres vários sobre pedidos de consolidação relativos a processos de mobilidade intercarreiras e de cedência de interesse público;

Parecer sobre pedidos de esclarecimento – consolidação das mobilidades intercarreiras dos técnicos superiores;

Parecer relativo a pedido de autorização para a contratação na Plataforma das Industrias da Defesa

Parecer sobre questões remetidas pelo Adido de Defesa da Embaixada do Reino de Espanha em Lisboa, ao Gabinete do CEMGFA, no âmbito da parentalidade – Conciliação Pessoal e Familiar nas F.A;

Esclarecimentos sobre procedimentos concursais.

Legenda

Tipo de ação – atividade corrente; atividade de manutenção; atividade periódica; projeto

Natureza das ações

AA – Avaliação e Análise; APL – Apoio Logístico; CAT – Conceção e Apoio Técnico; CII – Cooperação Institucional Internacional; CIN – Cooperação Institucional Nacional; CON – Consultadoria; DIV – Divulgação; ES – Estatutária; FOR – Formação.

Programa 02



Promover o aumento das Qualificações dos Recursos Humanos da Defesa Nacional

**Unidade
orgânica**

*Direção de Serviços dos Assuntos Estatutários,
Ensino e Qualificação/Divisão de Ensino e
Qualificação*

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
02-01	Certificação da Formação dos Militares em RV e RC	Potenciar a certificação da formação dos militares em RV/RC, alinhando os referenciais das Forças Armadas (FA) ao Catálogo Nacional de Qualificações (CNQ)	Aumento do índice de certificação da formação dos militares das FA com o Ensino Secundário e/ou Nível 4 de Qualificação

Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
1. Assegurar a definição e implementação do processo de certificação da formação nos Ramos (enquanto entidade coordenadora da equipa técnica)	Projeto	CAT/AA/ CIN/FOR	EMGFA, Ramos, Entidades certificadoras e formadoras, ANQEP e IEFP
2. Proceder à revisão ou criação de referenciais que promovam a formação comum nas FA e que potenciem a formação específica de cada Ramo, em articulação com o Sistema Nacional de Qualificações (SNQ)			
3. Rever os instrumentos legais que dão suporte à formação profissional (por exemplo: Lei do Serviço Militar e Regulamento da Lei do Serviço Militar, Regulamento de Incentivos à Prestação de Serviço Militar)			
4. Emitir pareceres técnicos sobre diplomas de alteração nos sistemas formativos nacionais			

RESULTADOS

A 19 de junho de 2018 foi remetido à consideração superior de SEXASEDN, através da N/Informação nº 1111, o Relatório de Certificação da Formação no sentido de divulgar o ponto de situação relativamente ao processo de certificação da formação profissional ministrada nas Forças Armadas e a apresentar o protótipo do Guia Militar para a Qualificação (ao abrigo do N/Ofício nº 4626, de 19 de junho de 2018).

Foram desenvolvidos esforços no sentido da criação do **Conselho Sectorial para a Qualificação da Segurança e Defesa** (CSQSD) que irá facilitar o processo de inscrição de unidades de formação no Catálogo Nacional de Qualificações (CNQ) de referenciais de formação cujos conteúdos são essencialmente úteis para as Forças Armadas e Forças de Segurança. A 8 de outubro de 2018, esta DGRDN recebeu da ANQEP, ao abrigo do Ofício SAI-GER/2018/1275, o convite para integrar este CSQSD tendo sido nomeados os representantes da DGRDN. Neste momento apenas falta a nomeação do representante da Polícia de Segurança Pública;

Ao abrigo do Ofício nº 1779 do Gabinete de Sua Excelência o Chefe do Estado-Maior da Armada, foi remetido a esta Direção-Geral o projeto de dossier de certificação contendo evidências da adequação da formação ministrada nos CFP da Marinha no que se refere ao cumprimento dos requisitos definidos no âmbito da Convenção STWC, no sentido de se encetar esforços junto da entidade certificadora para esta área, a DGRM (Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos) para reconhecer aos militares da categoria de praças que serviram nas Forças Armadas, em regime de contrato, a formação frequentada, os estágios, as horas de embarque, o percurso profissional ligado ao mar, entre outras, contribuindo para colmatar a necessidade de marítimos capazes e, desta forma, aumentar as perspetivas de empregabilidade destes cidadãos.

Complementarmente e aproveitando o facto de a proposta de lei n.º 291/2018 (que visa estabelecer os requisitos de acesso à profissão da atividade profissional dos marítimos, definir os critérios de equiparação com outros profissionais do setor do mar e, ainda, definir regras quanto à nacionalidade dos tripulantes a bordo dos navios ou embarcações sujeitos ao regime da atividade profissional dos marítimos), se encontrar em circuito legislativo, esta DGRDN remeteu a 3/08/2018, os contributos entendidos como adequados e necessários de modo a acautelar a situação dos profissionais que desempenham funções na Marinha (militares e militarizados); No dia 17 de outubro, ocorreu novamente uma reunião na DGRM, com representantes desta DGRDN, da DGRM e da Marinha, no sentido de dar continuidade aos trabalhos levados a cabo no âmbito deste processo.

Foi efetuada uma reunião no Ministério da Educação tendo em vista a revisão do Acordo de Cooperação Interministerial nas áreas de educação e formação no âmbito da Defesa Nacional tendo em vista, entre outras, criar as condições que possibilitem aos militares em RV e RC, aquando do final do período máximo de prestação de serviço, concluir o ensino secundário (12.º ano de escolaridade), quer através do ensino geral, ensino secundário recorrente a distância ou das ofertas formativas de dupla certificação integradas no CNQ que conferem nível 4 de qualificação, quer através da implementação de processos de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (RVCC);

Entretanto foram visitadas as Escolas que têm sedeados os projetos do Ensino Recorrente a Distância (EsRad) e de Ensino a Distância (EA) procurando perceber as suas potencialidades e aplicabilidade para a instituição militar. Foi efetuada a divulgação do EsRad através do portal CIOFE e feita a articulação entre as escolas que implementam esta modalidade de ensino e algumas U/E/O.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
02-02	Sistema de Gestão da Qualidade da Formação da Defesa Nacional	Conceber e implementar um sistema de gestão da qualidade da formação no âmbito da Defesa Nacional	Promoção da qualidade e da credibilização externa da formação ministrada no âmbito da Defesa Nacional para efeitos da certificação da formação
	Subações	Tipo	Natureza
			Parceiros intervenientes
	1. Assegurar a certificação das entidades formadoras e dos formadores dos Ramos das FA	Projeto	CAT/CIN
	2. Criar uma bolsa de formadores certificados ao nível das FA		Ramos, ANQEP, DGERT e IEF

3. Criar um sistema de gestão da qualidade da formação ministrada no âmbito da Defesa Nacional de forma a garantir os critérios de qualidade por parte das entidades formadoras das FA e a monitorização e reconhecimento da qualidade da formação desenvolvida pelas mesmas
4. Desenvolver os trabalhos necessários à implementação e monitorização da Gestão da Qualidade nas entidades formadoras da Defesa Nacional

RESULTADOS

Não foram efetuados trabalhos neste tópico.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado		
02-03	Ensino Superior Público Militar	Consolidar o sistema de ensino superior militar	Contribuir para a adequação dos modelos de ensino às necessidades das Forças Armadas, e a respetiva acreditação junto da A3ES		
Subações		Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes	
1.	Emitir informações e pareceres técnicos sobre o edifício legislativo e funcionamento do IUM e respetivas unidades orgânicas de ensino e ID&I	Atividade corrente	CAT/AA	EMGFA, MCTES, DGES e A3ES	
2.	Apoiar técnico-jurídico na configuração do IUM				
3.	Apoiar técnico-jurídico na regulamentação nas matérias do ensino superior militar decorrentes da revisão do EMFAR				
4.	Monitorizar a efetiva implementação das linhas de ação do processo de Bolonha no sistema de ensino do IUM				
5.	Acompanhar o processo de acreditação dos ciclos de estudos em funcionamento no IUM e nas respetivas Unidades Orgânicas Autónomas				

6. Assegurar o apoio técnico ao Conselho do Ensino Superior Militar
7. Regulamentar o Programa “Defesa Qualifica +”

RESULTADOS

Remetemos ao GabMDN ofício n.º 7722, de 22 de outubro de 2018, relativo à alteração da legislação referente ao Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas no sentido da integração do Instituto Universitário Militar (IUM);

Análise dos *Drafts* de propostas de Decretos regulamentares das Unidades Orgânicas Autónomas (Escola Naval, Academia Militar e Academia da Força Aérea) de natureza universitária do IUM), que visam a aprovação da orgânica destas UOA, apresentadas pelo GabCEMGFA – ofícios e informações remetidos ao GabMDN a 31 de janeiro de 2018 e a 18 de dezembro de 2018;

Análise do *Draft* de proposta de alteração do Decreto-lei n.º 249/2015 que procedeu à aprovação da orgânica do Ensino Superior Militar (ESM), à consagração das suas especificidades no contexto do ensino superior, bem como à aprovação do Estatuto do IUM, apresentada pelo GabCEMGFA - ofício e informação remetidos ao GabMDN a 27 de agosto de 2018;

Através desta informação demos conta de algumas das eventuais consequências da publicação da 5ª alteração ao Regime dos Graus Académicos e Diplomas do Ensino Superior e a necessidade de harmonização com o edifício legislativo do Ensino Superior Militar;

Publicação do Decreto-Lei n.º 17/2019, de 22 de janeiro que regula a Unidade Politécnica Militar (UPM) e consagra as especificidades da componente politécnica do ensino superior militar, no contexto do ensino superior politécnico;

Adequação do projeto de Portaria que regulamenta a atribuição do nível 5 de qualificação aos sargentos ao Decreto-Lei n.º 17/2019, de 22 de janeiro remetido ao GabMDN através de email de 21 de janeiro de 2019;

Através de ofício n.º 1901, de 13 de março de 2018, remetido ao GabEMGFA, a DGRDN solicitou a nomeação de POC's do IUM e das suas UOA para proceder ao envio de um ficheiro em *Excel* relativo à monitorização do ESM, mas não obteve resposta até ao momento;

Acompanhamento das reuniões do CESM e prestação de todo o apoio necessário;

Análise da proposta decreto-lei que aprova o regulamento do exercício da atividade de docência universitária e da proposta de portaria que procede à alteração dos Regulamentos de avaliação do Mérito dos Militares das Forças Armadas e da GNR de A DGRDN – ofício e informação remetidos ao GabMDN a 18 de janeiro de 2019.

Foi elaborado o Regulamento de Candidatura ao Subsídio para Pagamento de Propinas e remetido ao Gabinete de SEXASEDN sendo publicado no DR n.º 14 de 21 de janeiro de 2019 (Despacho n.º 795/2019).

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
02-04	Coordenação nacional da iniciativa "Erasmus Militar"	Assegurar o desenvolvimento dos princípios da iniciativa e garantir a participação e coordenação dos subsequentes trabalhos de implementação a nível nacional	Garantir, a nível nacional, a conceção e apoio técnico na divulgação, defesa e implementação da iniciativa. Assegurar a representação nacional nas instâncias internacionais

Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
1. Assegurar a participação nacional nas reuniões da iniciativa	Projeto	CII/CIN	EMGFA, Ramos, DGPDN, MNE, MCTES e DGES
2. Conceber e implementar ações de intercâmbio de oficiais alunos durante o seu período de formação militar inicial			

RESULTADOS

Foram desenvolvidas duas reuniões com o IUM e os Ramos no sentido de se fazer um ponto de situação sobre as iniciativas desenvolvidas pela Escola Naval e Academia Militar. A Força Aérea e o IUM deram início ao processo de solicitação da carta Erasmus tendo em vista o desenvolvimento de iniciativas futuras. Foi ainda assegurada a representação nacional nas reuniões do Grupo de Implementação, elaboração de Atas e de Informações sobre a Iniciativa.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
02-05	Unidade de Ensino, Formação e Investigação da Saúde Militar (UEFISM)	Apoiar técnico-juridicamente o processo de conceção e configuração da UEFISM	Contribuir para a criação e regulamentação da UEFISM

Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
1. Apoiar técnico-juridicamente a criação e configuração da UEFISM	Projeto	CAT	EMGFA
2. Apoiar técnico-juridicamente o processo de regulamentação dos conteúdos decorrentes da alteração orgânica do EMGFA			

RESULTADOS

A Comissão Instaladora da UEFISM, criada pelo Despacho n.º 16/MDN/2018, de 29 de março e composta por representantes do EMGFA, dos ramos e da DGRDN, apresentou uma nova versão de programa funcional, que mereceu o despacho de homologação de Sua Excelência o Ministro da Defesa Nacional em 22.05.2018 e vem propor a localização para a entrada em funcionamento, a breve prazo, desta unidade formadora.

Não se afigurando exequível, no curto prazo⁵, a instalação da UEFISM (nem do Centro de Simulação Biomédica de *per se*), no *Campus* de Saúde Militar, por implicar necessariamente a realização de obras

⁵ O Despacho de homologação do programa funcional da UEFISM determinava que “seja apresentado, num prazo de 30 dias uma proposta de cronograma de ação e estimativa de custos inerentes à entrada em funcionamento da UEFISM nas instalações da ESSM, bem como à transição de infraestruturas para o *Campus* de Saúde Militar”.

e a identificação da(s) fonte(s) de financiamento, nem nas atuais instalações da ESSM, em Campo de Ourique, por necessitar, igualmente, da realização de obras com um custo demasiado avultado para uma solução provisória, atento o teor do relatório objeto de parecer e respetivos anexos, os ramos foram questionados relativamente à eventual disponibilização de instalações para o efeito, provisoriamente, numa Unidade da região de Lisboa, até serem criadas no *Campus* de Saúde Militar as instalações que permitam acolher a UEFISM, a título definitivo.

Em resposta, a Marinha identificou a Escola de Tecnologias Navais (ETNA), situada na Base Naval de Lisboa, no Alfeite; o Exército indicou as atuais instalações da ESSM, em Campo de Ourique, Lisboa; e a Força Aérea identificou duas Unidades: o Centro de Formação Militar e Técnica da Força Aérea (CFMTFA), na Ota e o Depósito Geral de Material da Força Aérea (DGMFA), em Alverca. Da análise custo-benefício realizada pela Comissão Instaladora, resultou a proposta constante do Relatório Final em apreciação, que consiste, nos termos aí expostos, na implementação da UEFISM na Escola de Tecnologias Navais.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
02-06	Ensino não Superior ministrado nas Forças Armadas	Acompanhar e monitorizar a consolidação da reforma do ensino não superior ministrado nas Forças Armadas	Consolidar os projetos pedagógicos dos EMEs	
Subações		Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
1.	Acompanhar e providenciar o apoio técnico-jurídico ao processo de regulamentação dos EMEs (estatutos e regulamentos)	Atividade corrente	CAT/AA	EMGFA, Ramos, MEdu, ANQEP e outras entidades
2.	Acompanhar e monitorizar o funcionamento do ensino militar não superior			
3.	Uniformizar o modelo pedagógico dos EMEs			
4.	Monitorizar os resultados académicos dos alunos dos EMEs			
5.	Harmonizar e potenciar a qualidade do ensino e dos respetivos resultados académicos			

RESULTADOS

Foi reiterado através do Ofício 1798 de 08MAR18 para o IGEF a solicitação de obtenção dos Manuais Escolares gratuitos para os EME. Não houve qualquer resposta até ao momento.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
02-07	Profissões Regulamentadas no âmbito da Defesa Nacional	Assegurar a implementação e consolidação das políticas sectoriais para as Profissões Regulamentadas	Garantir a implementação das políticas e diretivas sectoriais europeias no âmbito das Profissões Regulamentadas.	
Subações		Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
1.	Assegurar a representação nas Comissões Técnicas para o Mergulho Profissional e Nadador-Salvador	Atividade corrente	CAT/AA	AMN, ISN e outras entidades
2.	Acompanhar e providenciar o apoio técnico-jurídico na regulamentação do regime legal enquadrador			
3.	Acompanhar a implementação e monitorização no âmbito das Profissões Regulamentadas da Defesa Nacional			

RESULTADOS

Nadador-Salvador

Participação na reunião da CTSA a 13 de dezembro de 2018;
Elaboração de um documento de apoio para preparação da próxima reunião acerca do impacto da publicação da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, que aprovou a lei-quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e o Decreto-Lei n.º 97/2018, de 27 de novembro, que concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais no domínio das praias marítimas, fluviais e lacustres, remetido ao Diretor do ISN através de email de 31 de janeiro de 2019.

Mergulhadores Profissionais

Análise do *draft* de **Regime de acreditação das entidades promotoras da atividade de mergulho profissional** (artigo 46.º do regulamento do mergulho profissional) apresentado pelo GabCEMA - ofício e informação remetidos ao GabMDN a 1 de agosto de 2018;
Análise do *draft* de **Portaria que visa regulamentar o artigo 19.º do regulamento do mergulho profissional** apresentado pelo Gabinete do Almirante Autoridade Marítima Nacional (AMN) - ofício e informação remetidos ao GabMDN a 29 de setembro de 2017;
Análise do *draft* do **Projeto de alteração da Lei n.º 70/2014, de 1 de setembro**, que aprova o regulamento do mergulho profissional apresentado pelo GabAMN - ofício e informação remetidos ao GabMDN a 14 de agosto de 2017;
Análise do *draft* de **Regulamento interno da comissão técnica para o mergulho profissional** apresentado pelo GabAMN - ofício e informação remetidos ao GabMDN a 26 de julho de 2017.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado		
02-08	Representação da Defesa nos Conselhos Setoriais para a Qualificação	Assegurar a representação da Defesa Nacional, junto da ANQEP, nos Conselhos Setoriais para a Qualificação considerados estratégicos para o EMGFA e Ramos	Identificar as necessidades de qualificações e a compatibilidade com os perfis profissionais e os correspondentes referenciais de formação e de RVCC		
Subações		Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes	
1.	Assegurar a representação do MDN nos grupos de trabalho técnico-consultivos com responsabilidades ao nível da identificação das evoluções ocorridas nos correspondentes setores de atividade	Atividade corrente	CAT	EMGFA, ANQEP e Ramos	
2.	Analisar todas as propostas que são objeto de discussão/aprovação em conselho				
3.	Desenvolver e apresentar propostas no âmbito da Defesa Nacional				

RESULTADOS

2 Técnicos participaram nos seguintes Conselhos Setoriais para a Qualificação:

CSQ Saúde e Serviços à Comunidade:

Na integração da qualificação de “Bombeiro/a” de nível 4;
Na exclusão da qualificação de “Bombeiro/a” de nível 2.

CSQ Agroalimentar:

Reestruturação da qualificação “Sapador/a Florestal” de nível 2;
Reestruturação da qualificação “ Motosserrista” de nível 2.

CSQ Transportes e Logística & CSQ Metalurgia e Metalomecânica:

Integração da qualificação de “Mecânico de Aeronaves e Material de Voo” de nível 4;
Integração da qualificação de “Técnico de Produção Aeronáutica – Qualidade e Controlo Industrial” de nível 4;
Atualização da qualificação de “Técnico de Produção Aeronáutica – Produção e Transformação de Compósitos” de nível 4;
Atualização da qualificação de “Técnico de Produção Aeronáutica – Maquinação CNC” de nível 4;
Atualização da qualificação de “Técnico de Produção Aeronáutica – Processos Especiais” de nível 4;
Atualização da qualificação de “Técnico de Produção Aeronáutica – Montagem de Estruturas” de nível 4;

Adicionalmente, também foram dados contributos à integração e/ou reestruturação de outras qualificações e/ou UFCD no CNQ.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
02-09	Representação Nacional em Organismos e Instituições nacionais e internacionais no âmbito do Ensino e Qualificação	Assegurar a representação do MDN em comissões, grupos de trabalho e outros, no âmbito das suas competências específicas	Assunção de responsabilidades decorrentes da qualidade de país membro da UE, OTAN e outras instituições internacionais, reforçando a presença nacional nas instituições internacionais no âmbito do Ensino e Qualificação. Representação nas reuniões propostas e consequente desenvolvimento dos trabalhos.
	Subações	Tipo	Natureza
		Atividade corrente	CIN/CII
			Parceiros intervenientes
			EMGFA e Ramos

Fóruns de interesse identificados (Informação 1387-DEQ de 5 de agosto de 2016)

1. NATO e-Learning
2. NATO Education & Training
3. Lifelong Learning Programme
4. Open Education Europe
5. Elearning Platform for Adult Learning in Europe
6. Observatório Panorama e-learning em Portugal

RESULTADOS

1 Técnica participou em 2 reuniões relativo ao Projeto Doctoral School em Bruxelas - Colégio Europeu de Segurança e Defesa (CESD) que visa a criação de uma pool de experts em Política Europeia de Segurança e Defesa - sendo elaborada as respetivas atas e informações.

1 Técnica participou em 3 reuniões relativo ao grupo de trabalho do Projeto Sectoral Qualifications Framework for the Military Officer Profession (SQF-MILOF) para a definição do Perfil do Oficial Militar Europeu em Bruxelas - CESD sendo elaboradas as respetivas atas e informações e promovendo-se uma reunião a nível nacional com os representantes do IUM e Ramos.

2 Técnicos participaram na elaboração do Plano Nacional para a Juventude e fazem parte da equipa de monitorização.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
02-10	Reconfiguração do Regulamento de Incentivos à Prestação de Serviço Militar (RIPSM)	Apoiar técnico-juridicamente no processo de reconfiguração do RIPSM	Contribuir para o processo de revisão do RIPSM de forma a assegurar, em especial, a promoção e desenvolvimento dos incentivos relativos à formação e qualificação

Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
1. Apoiar técnico-juridicamente no processo de revisão do RIPSM, em especial, dos conteúdos relativos à formação e qualificação	Projeto	CAT	EMGFA e ramos
2. Acompanhar o processo de revisão do RIPSM			

RESULTADOS

Regulamento de Incentivos

Foi dado todo o apoio ao Gabinete no âmbito dos processos visando a aprovação do novo RIPSM que foi publicado através do Decreto-Lei n.º 76/2018 de 11 de outubro;

Foi elaborado um documento com as FAQ sobre o novo regulamento;

Efetuada proposta de regulamentação dos apoios à contratação previstos no artigo 2 do DL 76/2018 de 11 de outubro (prazo de 180 dias) - Remetida proposta de despacho a coberto do Ofício n.º 8853 de 27/11/2018 para o Gabinete de SEXASEDN;

Tem sido prestado apoio ao CIOFE no pedido de pareceres sobre a aplicação do RIPSM.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
02-11	Subsídio para Pagamento de Propinas	Proceder à gestão do processo de concessão de subsídio para pagamento de propinas	Apoiar os militares e ex-militares do RC na obtenção de qualificações de nível superior
Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
1. Efetuar a gestão corrente dos pedidos de concessão e renovação do subsídio	Atividade corrente	AA/DIV/ APL	Militares e Ex-Militares
2. Aumentar a eficiência do processo de concessão de subsídio para pagamento de propinas			
3. Concretizar o processo de desmaterialização, por recurso a uma plataforma informática de gestão académica			

4. Elaborar proposta para cabimentação da verba para o pagamento dos subsídios
5. Desenvolver um estudo de avaliação da execução do processo

RESULTADOS

Foram recolhidas 98 candidaturas para o Subsídio para Pagamento de Propinas e foram validadas 71 com a entrega do comprovativo de matrícula. Quanto aos processos de renovação houve 106 subsidiados que cumpriram os critérios de aproveitamento.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
02-12	Formação em organismos NATO	Proceder à divulgação de cursos promovidos pelas escolas de formação da NATO	Gerir eficientemente os pedidos de cativação de vagas por parte das entidades intervenientes	
Subações		Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
1.	Elaborar o Plano Anual de Formação	Atividade corrente	DIV/APL	EMGFA, Ramos, SG-MDN, DGPDN, ANPC
2.	Efetuar a gestão corrente dos pedidos de formação			
3.	Concretizar o processo de desmaterialização, por recurso a uma plataforma informática de gestão académica			
4.	Elaborar um relatório anual de avaliação da execução do processo			

RESULTADOS

Em 2018 o plano de formação Escola da NATO de Oberammergau (NSO) apresentava 244 cursos, tendo sido solicitadas a DGRDN a cativação de cento e noventa (190) vagas.

Das cento e noventa (190) vagas solicitadas apenas foram atribuídas cento e sessenta e oito (168) vagas que foram distribuídas pelas diversas entidades (EMGFA, Marinha, Exército e Força Aérea e a DGRDN). Derivados a várias situações e impedimentos foram pedidos o cancelamento de 63 vagas, distribuídas da seguinte forma receptivamente três (3) pela DGRDN, vinte e uma (21) pelo EMGFA, três (3) pela Marinha e trinta e seis (36) pela Força Aérea.

Em suma no ano 2018 foram realizados um total de (95) noventa e cinco cursos, dos quais trinta e nove (39) pelo EMGFA, catorze (14) cursos pela Marinha, dezanove (19) pelo Exército, treze (13) Força Aérea e dez (10) pela DGRDN.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
02-13	Estudos relativos à Defesa Nacional	Conceber e concretizar estudos ao nível sociodemográfico, jurídico e das ciências da educação, relativos aos domínios da educação, formação e ID&I (Investigação, Desenvolvimento e Inovação) da Defesa Nacional	Caracterizar os domínios definidos para cada projeto
Subações		Tipo	Natureza
			Parceiros intervenientes
1.	Definir o projeto de estudo, incluindo a problemática, enquadramento sociológico, definição de metodologias de investigação e plano de trabalhos	Projeto	CAT/CIN/CII
2.	Conceber os instrumentos de recolha de informação		Ramos das Forças Armadas e outras entidades
3.	Recolher, tratar e analisar os dados		
4.	Elaborar o relatório		

Estudos em curso ou em fase de implementação

1. Integração das mulheres nas missões internacionais de apoio e manutenção de paz.
2. Modelos de ensino e formação respeitantes à realidade da DN.
3. Custos do Sistema Educativo.

RESULTADOS

Foi efetuado o Relatório com a Caraterização funcional do divulgador e diagnóstico de necessidades de formação relativa à atividade do Dia da Defesa Nacional.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
02-14	Assessoria Técnica	Elaborar informações, estudos e pareceres, preparar respostas a requerimentos, exposições e pedidos de informação, no âmbito do Ensino, Qualificação e Formação, Certificação Profissional e ID&I	Apoio técnico que contribua para a adoção de soluções eficientes. Aproximação da Administração Pública aos cidadãos
Subações		Tipo	Natureza
			Parceiros intervenientes

Atividade corrente

CON/
CAT/AA

Entidades que
solicitem

RESULTADOS

Através de ofício n.º 1901, de 13 de março de 2018, remetido ao GabEMGFA, a DGRDN solicitou a nomeação de POC's do IUM e das suas UOA para proceder ao envio de um ficheiro em Excel relativo à monitorização do ESM, mas não obteve resposta até ao momento.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
02-15	Organização de Conferências, Seminários e Colóquios	Propor, organizar e conduzir conferências, seminários e colóquios subordinados às temáticas afetas à Divisão de Ensino e Qualificação	Divulgar e sensibilizar nos domínios específicos de cada temática
	Subações	Tipo	Natureza
		Projeto	CIN/CII/ DIV/CAT
			Parceiros intervenientes
			Entidades relevantes consoante a temática

Ações de interesse identificadas

1. Seminário sobre "Certificação da Formação Profissional" de modo a sensibilizar os cidadãos em geral e os militares em particular para a importância dos mecanismos e processos de certificação.
2. Seminário sobre o panorama do *e-learning* a nível nacional e internacional de modo a sensibilizar os cidadãos em geral e os militares em particular para a importância das novas tecnologias da informação e comunicação no ensino e formação profissional.

RESULTADOS

Sem desenvolvimento.

Legenda

Tipo de ação – atividade corrente; atividade de manutenção; atividade periódica; projeto

Natureza das ações

AA – Avaliação e Análise; APL – Apoio Logístico; CAT – Conceção e Apoio Técnico; CII – Cooperação Institucional Internacional; CIN – Cooperação Institucional Nacional; CON – Consultadoria; DIV – Divulgação; ES – Estatutária; FOR – Formação.

Programa 03



Sistema de Incentivos e Reinserção Profissional

**Unidade
orgânica**

*Direção de Serviços dos Assuntos Estatutários,
Ensino e Qualificação/Divisão de Ensino e
Qualificação*

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
03-01	Adequação dinâmica do sistema de incentivos à realidade conjuntural	Monitorizar a aplicação do Regulamento de Incentivos, assegurando a sua adequação às características do seu público-alvo e a toda a legislação com que se inter-relaciona	Exequibilidade e utilidade dos diferentes incentivos legalmente previstos

Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
1. Analisar os impactes no Regulamento de Incentivos das alterações legislativas que ocorram em matérias com ele conexas	Atividade corrente	CAT	DGRDN/DSAEQ; Ramos das FA; Entidades Formadoras; Entidades Empregadoras;
2. Promover ações de divulgação dos incentivos junto do público-alvo			Organizações não-governamentais; Consultoras; IEFP;
3. Divulgar Normas de Orientação Técnica relativamente à aplicação do Regulamento de Incentivos junto dos Ramos das FA			ANQEP; Ramos; Ministério da Educação; Ministério da Economia e
4. Desenvolver ações de (in)formação sobre os incentivos em U/E/O militares			Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social

RESULTADOS

Efetuada 56 palestras sobre o Regulamento de Incentivos em Unidades Militares da Marinha (7), Exército (38), Força Aérea (9) e no CIOFE (2);

Preparado um documento com as Questões Frequentes relativas ao novo Regulamento de Incentivos;

Atualizado o portal do CIOFE relativamente ao novo RIPSMM;

Elaborada uma norma técnica tendo em vista definir o alcance e os efeitos do artigo 42.º do DL 76/2018 de 11 de outubro;

Emitidas 559 declarações de equiparação ao abrigo do artigo 24.º do RIPSMM.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
03-02	Potenciação das qualificações dos militares e ex-militares do Regime de Contrato	Contribuir para que a formação adquirida pelos militares na formação inicial, ao longo do seu percurso profissional ou no final da prestação do serviço militar seja rentabilizada	Aumentar o número de militares com a formação certificada necessária à potenciação da sua empregabilidade no acesso ao mercado de trabalho civil

Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
1. Garantir o acesso dos militares e ex-militares do RC a ações de formação certificada pertencentes ao Sistema Nacional de Qualificações, assentes em Unidades de Formação de Curta Duração disponibilizadas por entidades parceiras que recorrem aos Fundos Sociais Europeus	Atividade corrente	CAT	DGRDN/DSAEQ, Entidades Formadoras; Entidades Empregadoras; Organizações não-governamentais; Consultoras; IEFP; ANQEP; Ramos; Ministério da Educação; Ministério da Economia e Trabalho, Solidariedade e Segurança Social
2. Garantir o acesso a formações especializadas que conferem acesso a certificações para o desenvolvimento de determinadas atividades profissionais (profissões regulamentadas)			
3. Organização de formação comportamental que permita potenciar a empregabilidade			
4. Divulgar os apoios à obtenção de habilitações académicas			
5. Protocolar com entidades formadoras e instituições de ensino superior, condições mais vantajosas no acesso a formação			

RESULTADOS

Realizadas 4 UFCDs totalizando 175 horas;

Realizados 2 cursos de Formação Pedagógica Inicial de Formadores (Lisboa e Porto) num total de 186 horas;

Recolhidas 55 candidaturas ao Programa «Defesa Qualifica»; no entanto, este foi suspenso por indisponibilidade financeira e o regulamento foi revisto pela área sendo enviado para a área financeira para análise;

Passadas 32 declarações tendo em vista o acesso dos militares a condições mais vantajosas da rede protocolada do programa «Defesa Qualifica» e «Defesa Qualifica+»;

Celebrados mais 15 protocolos;

Organizadas 6 ações de esclarecimento com entidades externas (Adecco, Msearch, Vector Syberg, CIEJD, ESEGUR, entre outras);

Realizados 6 processos de orientação profissional;

Divulgadas 5464 ofertas de emprego público e 40 ofertas de emprego privado.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
03-03	Implementação dos novos serviços do CIOFE decorrentes da sua promoção a Centro Qualifica	Alargar a atividade do CIOFE à área de Reconhecimento, Validação e Certificação de competências	Cumprimento dos resultados anuais definidos para os Centros Qualifica pela ANQEP, I.P., no âmbito da qualificação e certificação dos militares e ex-militares do RV/RC	
	Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
1.	Contratação de Recursos Humanos da área de Psicologia	Projeto	CAT	DGRDN/DSAEQ; Ramos das FA; Entidades Formadoras; Entidades Empregadoras; Organizações não-governamentais; Consultoras; IEFP; ANQEP; Ministério da Educação; Ministério da Economia e Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social
2.	Formação dos novos reforços da equipa CIOFE de forma a garantir o cumprimento dos resultados estipulados pela ANQEP			
3.	Contratação de professores tendo em vista o desenvolvimento do reconhecimento de competências			
4.	Divulgação do CIOFE enquanto Centro Qualifica junto dos ramos das FA			

RESULTADOS

A Direção-Geral solicitou junto da ANQEP a extinção do seu Centro Qualifica, centrando os seus recursos no desenvolvimento de programas que melhor vão ao encontro das necessidades do seu público-alvo;

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
03-04	Fomento do empreendedorismo junto dos militares e ex-militares	Incentivar o autoemprego como estratégia de apoio à fase de transição	Reduzir a dependência dos militares e ex-militares do subsídio de desemprego e potenciar a criação do auto-emprego

Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
1. Implementação da Quarta Edição do programa <i>Defesa Empreende</i>	Atividade corrente	CAT	Ramos das FA; Entidades Formadoras; Entidades Empregadoras; Organizações não-governamentais, Consultoras; IEPF; ANQEP; Ministério da Educação; Ministério da Economia e Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social
2. Alargamento do programa <i>Defesa Empreende</i> a outras entidades parceiras			

RESULTADOS

Efetuados 8 atendimentos no âmbito da HoraD! - Serviço de Apoio ao Empreendedor.

Não foi possível desenvolver o programa «Defesa Empreende» por indisponibilidade financeira.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
03-05	Cooperação no âmbito da Reinserção Profissional com organizações e entidades nacionais e internacionais	Representação da DGRDN em ações de cooperação no âmbito dos processos relacionados com a Reinserção Profissional	Estreitamento dos laços, aquisição e troca de conhecimentos e experiências nos processos atinentes à Reinserção Profissional

Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
	Atividade corrente	CII e CIN	Ramos das FA e demais entidades com intervenção direta no macroprocesso Reinserção Profissional previstas no Quadro de Gestão Estratégica do OCRD

RESULTADOS

Sem desenvolvimento.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
03-06	Consultadoria	Elaborar informações, estudos e pareceres, bem como preparar respostas a requerimentos, exposições e pedidos de informação, no âmbito da Reinserção Profissional, quando solicitados	Esclarecimento de dúvidas. Esclarecimento do direito aplicável. Proposta de soluções para casos particulares. Promoção da igualdade, justiça e imparcialidade. Aproximação da Administração aos cidadãos
Subações		Tipo	Natureza
		Atividade corrente	CON
			Parceiros intervenientes

RESULTADOS

Sem desenvolvimento.

Legenda

Tipo de ação – atividade corrente; atividade de manutenção; atividade periódica; projeto

Natureza das ações

AA – Avaliação e Análise; APL – Apoio Logístico; CAT – Conceção e Apoio Técnico; CII – Cooperação Institucional Internacional; CIN – Cooperação Institucional Nacional; CON – Consultadoria; DIV – Divulgação; ES – Estatutária; FOR – Formação.

Programa 04



Recrutamento, Reservas e Efetivos Militares

**Unidade
orgânica**

*Direção de Serviços da Profissionalização do
Serviço Militar/Divisão de Recrutamento e
Efetivos Militares*

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
04-01	Consolidar o desenvolvimento e implementação de uma política integrada de recrutamento militar	Promover a harmonização e eficiência dos processos de recrutamento militar, da consolidação do funcionamento do Órgão Central de Recrutamento e Divulgação	Melhorar a informação sobre o recrutamento; potenciar a eficiência dos processos	
Subações		Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
1.	Apoiar a implementação do plano de atividades da Comissão de Planeamento e Coordenação do Recrutamento Militar	Atividade corrente	CAT	Ramos das FA e Centro de Dados da Defesa
2.	Apoiar o desenvolvimento de uma política integrada de comunicação do serviço militar (vertente recrutamento: análise de conteúdo da atual mensagem de recrutamento);			
3.	Desenvolver uma proposta de Portal do Recrutamento Militar			

RESULTADOS

Desenvolvida uma proposta de estrutura do Portal de Recrutamento Militar.

Recolhidos e carregados os conteúdos do portal.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
04-02	Promover o desenvolvimento da atratividade da profissão militar, tendo em vista a satisfação das necessidades das Forças Armadas	Potenciar a obtenção de efetivos militares para o regime de voluntariado e de contrato	Contribuir para a satisfação das necessidades das Forças Armadas em termos de efetivos RV/RC

(através do
recrutamento
normal)

Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
1. Assegurar a atualização dos dados sobre o potencial de atividade de cada ramo em termos profissionais (no âmbito da participação dos jovens no DDN)	Atividade corrente	CAT	Ramos das FA
2. Promover a comparabilidade da informação recolhida nas diversas fases do recrutamento (da candidatura à incorporação), para a caracterização dos candidatos, avaliação de processos e aferição de expectativas			
3. Assegurar o funcionamento dos processos de recurso das provas de classificação e seleção			
4. Emissão de pareceres técnicos relativos às propostas de admissão para o regime de voluntariado e de contrato			
5. Promover a divulgação da profissão militar junto dos jovens em idade escolar			

RESULTADOS

Atualizado o estudo sobre potencial de recrutamento das Forças Armadas (segmentação de públicos; caracterização de representações);

Monitorizado todo o processo de recrutamento de 2018 (recolha de informação);

Identificados conteúdos para campanha de divulgação da profissão militar em escolas (que não avançou por constrangimentos orçamentais e operacionais);

Desenvolvido um plano de recomendações de intervenção, na sequência do estudo de caracterização dos RV/RC

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
04-03	Recrutamento Especial	Contribuir para a melhoria do processo de recrutamento especial	Harmonizar procedimentos; otimizar processos de análise de perfis de candidatos/incorporados

Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
1. Desenvolver a configuração do processo de autorização das admissões	Atividade corrente	CAT	DGRDN/DSAEQ, ramos das FA e outras entidades
2. Colaborar na apreciação das propostas dos Chefes de Estado Maior de cada ramo das FA relativas ao número de vagas para admissão aos cursos, tirocínios ou estágios para ingresso nas várias categorias dos QP			
3. Tratar a divulgação do recrutamento especial no âmbito do portal de recrutamento			

RESULTADOS

Operacionalizados os processos/pareceres referentes às admissões 2018.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
04-04	Recrutamento Excecional	Estabelecer as linhas de orientação geral a adotar em caso de Recrutamento Excecional	Elaborar proposta relativa a procedimentos gerais em caso de convocação, mobilização e requisição
Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
1. Consolidar a definição dos conceitos e dos processos que lhe estão associados	Atividade corrente	CAT	Ramos das FA e demais entidades com intervenção direta e indireta no Recrutamento Excecional
2. Conceber proposta de sistema de gestão da informação			

RESULTADOS

Desenvolvida proposta de configuração de sistema de dados e identificadas entidades intervenientes.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
04-05	Reserva de Recrutamento	Garantir o estudo dos dados da reserva de recrutamento e promover a sua atualização	Utilizar a informação para sustentar políticas de recrutamento

Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
Manter atualizado o estudo sobre a reserva de recrutamento (configuração quantitativa e qualitativa)	Atividade corrente	CAT	Centro de Dados da Defesa; Ramos das FA; outros ministérios

RESULTADOS

Não foi desenvolvido por falta de condições técnicas. Transita para 2019.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
04-06	Reserva de Disponibilidade	Conceber e gerir um sistema de informação sobre a reserva de disponibilidade com base nos dados fornecidos pelos ramos das Forças Armadas	Obter a caracterização da Reserva de Disponibilidade através da integração de dados cedidos pelos ramos das FA e avaliação do percurso profissional desenvolvido nas FA

Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
1. Identificar a informação (e as fontes da mesma) necessária à gestão da reserva de recrutamento e promover a sua integração e atualização	Atividade corrente	CAT	Ramos das FA; Centro de Dados da Defesa
2. Promover a atualização dos estudos de caracterização da reserva de recrutamento (configuração qualitativa e quantitativa)			
3. Conceber proposta de sistema de gestão da informação			

RESULTADOS

Desenvolvida proposta de configuração de sistema de dados e identificadas entidades intervenientes.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
04-07	Monitorização dos Efetivos Militares	Promover a atualização permanente do registo de efetivos do pessoal das Forças Armadas, nos diferentes regimes, situações e formas de prestação de serviço. Comparar os efetivos autorizados através de	Fundamentar as propostas de redimensionamento dos efetivos militares e sustentar os processos que exigem parecer do MF Acompanhar a evolução dos efetivos face aos critérios fixados na «Reforma Defesa 2020»

diploma legal com os efetivos existentes. Proceder à análise estatística dos efetivos militares

Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
1. Assegurar a existência de procedimentos de monitorização dos efetivos militares	Atividade corrente	CAT	EMGFA e Ramos
2. Desenvolvimento de estudos situacionais e evolutivos sobre os efetivos militares que contribuam para o diagnóstico de necessidades de admissão			
3. Assegurar o funcionamento de uma plataforma integrada de gestão, tratamento e divulgação da informação sobre efetivos militares			

RESULTADOS

Os dados referentes a 2018 foram devidamente monitorizados. Foram desenvolvidos estudos evolutivos dos efetivos das Forças Armadas. Consolidado o novo modelo de dados (e plataforma) que estará em funcionamento em 2019. Assegurados todos os processos relativos a admissões (QP/RV_RC) e autorizações de prestação de serviço fora do ramo.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
04-08	Planeamento das Forças no âmbito da NATO	Colaborar com a DGPDN, EMGFA e Ramos no âmbito do ciclo de planeamento das forças, nomeadamente através da participação nas respetivas reuniões de trabalho	Contribuição para a articulação legal e institucional

Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
Representação da DGRDN nas atividades relacionadas com a NATO Annual Defense Review - Defence Planning Review Questionnaire	Atividade corrente	CAT	DGPDN, EMGFA e Ramos

RESULTADOS

Asseguradas todas as atividades relativas à monitorização de efetivos militares.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
04-09	Promover o funcionamento e divulgação de um Observatório da Profissionalização do Serviço Militar	Contribuir para a sustentabilidade do modelo de profissionalização do serviço militar	Assegurar a interligação entre informação e propostas de melhoria	
Subações		Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
1.	Promover a divulgação e utilização da informação recolhida no âmbito dos estudos sobre a profissionalização	Atividade corrente	CON	Ramos; entidades académicas externas; outras unidades orgânicas da DGRDN
2.	Promover a integração da informação associada ao recrutamento, efetivos e reservas			
3.	Potenciar a capacidade de monitorização do funcionamento do modelo de profissionalização			

RESULTADOS

A componente de efetivos militares já tem dashboards configurados;

Os dados associados aos jovens (recolhidos no DDN 2018) não estão acessíveis para inserir nesta funcionalidade;

Foram identificadas parcerias (instituições de ensino superior/investigação) que podem integrar o Observatório.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
04-10	Consultadoria	Elaborar informações, estudos e pareceres, bem como preparar respostas a requerimentos, exposições e pedidos de informação, no âmbito do Recrutamento Militar, quando solicitados	Esclarecimento de dúvidas. Esclarecimento do direito aplicável. Proposta de soluções para casos particulares. Promoção da igualdade, justiça e imparcialidade. Aproximação da Administração aos cidadãos	
Subações		Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
		Atividade corrente	CON	

RESULTADOS

Analizados todos os pedidos de parecer técnico (efetivos, incentivos; recrutamento) que foram colocados à divisão).

Assegurados todos os apoios técnicos pedidos pela tutela nas áreas de efetivos e recrutamento.

Realizada a avaliação (resultados dos inquéritos) do DDN 2018, tanto em termos globais como para cada um dos CDDN.

Atividades e Projetos não previstos

Participação na campanha "We are NATO", através da construção de um inquérito e respetiva análise de dados.

Apoio ao desenvolvimento de vários projetos de investigação no âmbito do IUM.

Legenda

Tipo de ação – atividade corrente; atividade de manutenção; atividade periódica; projeto

Natureza das ações

AA – Avaliação e Análise; APL – Apoio Logístico; CAT – Conceção e Apoio Técnico; CII – Cooperação Institucional Internacional; CIN – Cooperação Institucional Nacional; CON – Consultadoria; DIV – Divulgação; ES – Estatutária; FOR – Formação.

Programa 05



Deveres Militares	
Unidade orgânica	<i>Direção de Serviços da Profissionalização do Serviço Militar/Divisão dos Deveres Militares</i>

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
05-01	Gestão operacional do Dia da Defesa Nacional (DDN)	Assegurar a concretização das medidas de política no âmbito dos Deveres Militares Otimizar o modelo do Dia da Defesa Nacional	Otimização da 14. ^a Edição, em sintonia com o Despacho Nº155/MDN/2013 do MDN e o Despacho n.º 2063/2014 de SEXA MDN

Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
1. Supervisão e coordenação da 14. ^a edição do DDN	Atividade corrente	CAT	Comissão para o Planeamento e Conceção do Dia da Defesa Nacional
2. Planeamento da 15. ^a edição do DDN			
3. Apoio técnico e administrativo-logístico à Comissão para o Planeamento e Conceção do DDN			
4. Supervisionamento da execução do DDN			

RESULTADOS

Realizada uma reunião da Comissão para o Planeamento e Conceção do DDN e foi organizada uma Reunião de Coordenação com os Comandantes das Unidades onde estão sediados os Centros de Divulgação do DDN, em paralelo com os representantes das parcerias institucionais na área dos conteúdos. Foi elaborado o planeamento da 15.^a edição do DDN, que terá lugar em 30 locais de Portugal Continental e Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, iniciando-se a 09 de janeiro e termino a 06 de dezembro, envolvendo 141 794 cidadãos e 30 unidades militares dos 3 Ramos das Forças Armadas.

No âmbito da supervisão da execução do DDN foram realizadas 35 visitas aos diferentes Centros de Divulgação do DDN.

Realizada a 12 de junho de 2018 o DDN Comunidades, realizado em Boston (EUA) para os cidadãos portugueses residentes nesta cidade estrangeira.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado		
05-02	Gestão do processo de Convocação	Assegurar a gestão do processo de convocação dos cidadãos para o DDN	Publicação dos Editais (até final de novembro) Envio das cartas recordatórias por lotes trimestrais (jan/abr/jul/nov) Aumentar a taxa de presenças de cidadãos no DDN		
Subações		Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes	
1.	Preparação e envio para o Centro de Dados da Defesa dos dados necessários para a edição dos Editais de Convocação	Atividade corrente	CAT	Ramos das FA e demais entidades previstas na Matriz dos Stakeholders do Órgão Central de Recrutamento e Divulgação (OCRD)	
2.	Envio dos Editais de Convocação para afixação nos locais legalmente previstos				
3.	Publicação online dos Editais de Convocação e sua atualização				
4.	Disponibilização digital das Requisições de Transporte				
5.	Produção e envio via correio das cartas recordatórias				

RESULTADOS

Com base nos dados de identificação e registo civil procedeu-se ao recenseamento de 141 794 cidadãos nascidos em 2000 (114 mil residentes no continente, 7 mil nas ilhas e 20 mil no estrangeiro, sendo 73 mil masculinos e 68 mil femininos) e que foram convocados para cumprir o dever militar de comparência ao Dia da Defesa Nacional na 15.ª Edição.

Para a preparação da 15.ª Edição do DDN não foram impressos Editais de Convocação, tendo estes sido gerados em formato PDF por uma aplicação criada para o efeito que os enviou, por correio eletrónico, para cada um dos 308 municípios, salvaguardando-se assim a desmaterialização de procedimentos prevista no âmbito do Plano Funcional do OCRD. Concomitantemente, os editais foram disponibilizados *online* (conforme previsto), tendo sido consolidado a disponibilização dos editais *online* dinâmicos e interativos. No ano de 2018 relativo à 14.ª edição do DDN, foram impressas e enviadas 119 699 cartas recordatórias.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado		
05-03	Gestão do Sistema de Transportes	Assegurar o transporte para o DDN	Assegurar o transporte de acordo com o planeado e contratualizado		
Subações		Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes	
1.	Supervisionamento do Sistema de Transportes	Atividade corrente	CAT	Secretaria-Geral do MDN, ramos das FA e outras entidades	
2.	Colaboração no preparo de eventual procedimento de ajuste				

- direto ou concursal para a contratualização de serviços de transporte
- 3. Coordenação da implementação do sistema de requisição de transporte digital
- 4. Elaboração do Plano de Transportes para o DDN 2018

RESULTADOS

No âmbito do planeamento para a 14.ª edição do DDN promoveu-se uma racionalização do sistema de transportes tendo como foco uma gestão mais sustentável acomodando as diretivas do Roteiro Nacional de Baixo Carbono (RNBC), conforme determinadas pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 93/2010, de 26 de novembro, seguindo a orientação estratégica Europeia na sequência da elaboração do Roteiro Europeu de Baixo Carbono. No mesmo sentido, procurou-se promover a mobilidade sustentável, em particular através do uso do transporte público afeto às redes rodoviárias e ferroviárias locais mediante a utilização da Requisição de Transporte (introduzida na 10.ª Edição).

Desta forma, 24% dos 119 699 cidadãos convocados passaram a apresentar-se diretamente nos Centros de Divulgação, 40% passaram a ter direito a requisição de transporte e apenas 36% foram transportados de autocarro da sede do município para o local de convocação através de operadora contratada centralmente pela DGRDN.

A implementação da Requisição de Transporte tornou necessária a articulação com várias transportadoras de âmbito nacional e local, designadamente, Área Metropolitana de Lisboa, Porto e Braga, Zona do Algarve, Instituto de Mobilidade Terrestre, ANTROP e ARP.

Dado o sucesso desta iniciativa e procurando promover a desmaterialização da Requisição de Transporte, obviando a necessidade de envio desta ao cidadão junto com a carta recordatória, numa estratégia de redução de custos, foi consolidada a aplicação *online* capaz de mediante a solicitação do cidadão, gerar as Requisições de Transporte em PDF, e enviá-las para o correio eletrónico do cidadão. Este sistema entrou em funcionamento na 11.ª edição do DDN.

Em termos de execução orçamental a implementação das Requisições de Transporte correspondeu a 37 000,00€ e o sistema de transporte baseado em autocarro 354 000,00€.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
05-04	Administração dos recursos humanos alocados às Equipas de Divulgação	Enquadrar e gerir os recursos humanos alocados às Equipas de Divulgação	Assegurar o enquadramento e gestão dos recursos humanos alocados às Equipas de Divulgação	
Subações		Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
1.	Gestão dos divulgadores no âmbito das jornadas do DDN	Atividade corrente	CAT	Ramos das FA
2.	Gestão da formação dos divulgadores			

3. Apoio administrativo-logístico aos divulgadores

RESULTADOS

Foram constituídas 5+2 Equipas de Divulgação que dinamizaram as jornadas nos 5+2 circuitos criados para a 14ª Edição (Alfa, Bravo, Charlie, Delta, Echo + Foxtrot 1 e Foxtrot 2). Durante toda a atividade foi garantido o apoio administrativo-logístico aos divulgadores.

No mês de dezembro foi dada formação aos divulgadores nas áreas comportamentais e conteúdos.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado		
05-05	Gestão dos Centros e Núcleos de Divulgação	Planear, coordenar e supervisionar o processo administrativo-logístico dos locais de divulgação	O funcionamento dos locais de divulgação, no suporte às atividades programadas para a jornada, decorre em conformidade com o planeado em sede da Comissão para o Planeamento e Conceção do DDN		
Subações		Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes	
1.	Coordenação e monitorização do apoio logístico das U/E/O às atividades do DDN	Atividade corrente	CAT	Ramos das FA	
2.	Coordenação e supervisão do apoio logístico das U/E/O aos divulgadores				
3.	Gestão dos bens e serviços necessários ao funcionamento dos locais de divulgação				

RESULTADOS

Garantida a coordenação e monitorização efetiva do apoio logístico das U/E/O às atividades do DDN. Garantida a coordenação e supervisão efetiva do apoio logístico das U/E/O aos divulgadores. Em todo o tempo foi garantido o apoio em bens e serviços necessários ao funcionamento dos locais de divulgação.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
05-06	Monitorização e supervisão do Programa do DDN	Promover a atualização dinâmica do Programa do DDN, bem como a sua supervisão pedagógica	Viabilizar a avaliação do estado e adequação de execução do programa do DDN na edição em curso, bem como as medidas de correção e melhoria necessárias numa ótica de implementação imediata ou transponível para a edição seguinte

Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
1. Monitorização dos instrumentos de recolha de informação, especialmente os suportados na utilização da plataforma tecnológica em uso no DDN (tablets), que permitam em tempo útil conhecer e avaliar o modo diário de funcionamento das jornadas, bem como as incidências e ocorrências verificadas	Atividade corrente	CAT e outras	Ramos das FA e demais entidades previstas na Matriz dos <i>Stakeholders</i> do OCRD – Parceiros institucionais
2. Supervisão pedagógica da edição em curso, presencialmente e remotamente através das ferramentas indicadas em 1.			
3. Estudo, planeamento e proposta de um Plano de Melhorias em conformidade com o sistema de qualidade a implementar			

RESULTADOS

Consolidada a aplicação que permite recolher um conjunto de indicadores relativamente ao decurso das atividades do DDN. No final do dia estes indicadores são enviados para a DGRDN, sendo depois objeto de análise pela DSPSM para posterior envio para os ramos das FA's e demais parceiros institucionais.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
05-07	Estabelecimento de Parcerias	Potenciar a participação de entidades e instituições não-militares no âmbito da Defesa Nacional nas jornadas do DDN Promover a adesão à participação económica e/ou financeira de parceiros exteriores ao âmbito da Defesa Nacional na ótica de uma redução de custo e otimização dos resultados	Assegurar a obtenção de parcerias adicionais para as jornadas do DDN

Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
1. Conceção e produção de um portfolio com informação sobre as atividades do DDN, dirigido às parcerias não-militares no âmbito da Defesa Nacional	Atividade corrente	CAT	Ramos das FA e demais entidades previstas na Matriz dos <i>Stakeholders</i> do OCRD –

2. Conceção e produção de uma brochura contendo os indicadores principais (estatística do universo abrangido, experiências anteriores e casos de sucesso, etc.) com relevo para parceiros externos, bem como um "caderno de encargos" tipo relativo à sua participação
3. Promoção e negociação da participação das entidades referidas

Parceiros
Institucionais

RESULTADOS

Durante o ano de 2018 não foi formalizado nenhum protocolo.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
05-08	Controlo do cumprimento do dever militar de comparência ao DDN	Assegurar o processo de controlo do cumprimento do dever militar de comparência ao DDN	Certificação do cumprimento do dever militar Relatório Estatístico da participação dos cidadãos no DDN
	Subações	Tipo	Natureza
	Controlo das presenças ao DDN	Atividade corrente	Execução
			Parceiros intervenientes
			Ramos das FA

RESULTADOS

No que respeita à taxa de cumprimento da 14.ª edição do DDN, levando em consideração que foram recenseados 138 084 estiveram presentes ao DDN 102 919 cidadãos (74%), foram dispensados 6 607 (5%) e isentos 543 (0.39%) a taxa de cumprimento foi de 79%. Foram ainda emitidas 63 422 Cédulas Militares desmaterializadas em 2018.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
05-09	Gestão da situação militar dos cidadãos	Assegurar a tramitação dos processos de adiamento, dispensa e isenção à comparência no DDN em conformidade com o estipulado na Lei do Serviço Militar, respetivo regulamento e demais legislação complementar	Prestação ao cliente dos serviços relativos aos processos de adiamento e de dispensa de comparência ao DDN, na observância de critérios de eficiência operacional Registo e controlo dos processos de atribuição do estatuto de objetor de consciência

Relatório Estatístico dos processos de adiamento, dispensa e isenção

Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
1. Gestão dos pedidos de adiamento ao DDN	Atividade corrente	Execução	Ramos das FA e Comissão Nacional dos Objetoires de Consciência
2. Gestão dos pedidos de dispensa do DDN			
3. Acompanhamento dos pedidos de atribuição do estatuto de objetor de consciência			
4. Gestão dos cidadãos faltosos assegurando a análise dos motivos apresentados e marcação de novas datas			
5. Atualização dos dados dos cidadãos sujeitos aos deveres militares			

RESULTADOS

Em 2018, ao nível do BackOffice foram tratados 17 185 processos relativos à 14.^a edição do DDN, de acordo com a seguinte distribuição:

Processos de Dispensa: 6 607

Processos de Adiamentos: 10 035

Processos de Isenção de Deveres Militares: 543

O Call-Center do Balcão Único da Defesa/DDN cumpriu a sua missão de atendimento telefónico e presencial:

11 257 chamadas atendidas

1 367 atendimentos presenciais

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
05-10	Gestão do sistema de atendimento no âmbito dos deveres militares	Assegurar a uniformização de procedimentos no âmbito do atendimento relacionado com os deveres militares em conformidade com o estipulado na Lei do Serviço Militar, respetivo regulamento, demais legislação e normas técnicas em vigor	Garantir a harmonização de procedimentos entre os diferentes intervenientes relativamente às situações de atendimento no âmbito dos deveres militares

Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
----------	------	----------	--------------------------

1. Garantir a atualização das Normas Técnicas no âmbito do atendimento relativo aos deveres militares	Atividade corrente	Execução	Ramos das FA; Instituto Português do Desporto e da Juventude; Comissão Nacional dos Objetoires de Consciência
2. Divulgação das Normas Técnicas			
3. Solicitar ao Centro de Dados da Defesa a atribuição de permissões de acesso ao SIPORG			
4. Propor atualizações ao SIPORG no âmbito dos deveres militares			
5. Implementação de atualizações ao nível dos procedimentos eletrónicos no âmbito do atendimento dos deveres militares			

RESULTADOS

Durante 2018 foi supervisionada a atividade de atendimento ao público efetuada ao nível do Balcão Único da Defesa, sendo emanadas um conjunto de diretivas por email com o intuito de uniformizar o atendimento.

Foram efetuados os pedidos de permissão de acesso ao SIPORG necessários mediante requerimento da DGRDN e por necessidades de serviço interno ou por solicitação do Centro de Recrutamento da Armada, do Exército, e Força Aérea.

Por indefinição do SI a vigorar (SIPORG VS SIGRHV) não foi efetuada qualquer atualização às Normas Técnicas, nem qualquer divulgação das mesmas.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
05-11	Simplificação de procedimentos e desmaterialização de processos no âmbito do DDN	Melhorar a qualidade de serviços prestados ao cliente nos processos atinentes ao DDN	Implementação do novo modelo de cédula militar (desmaterialização da emissão da cédula militar/ declaração da situação militar) Simplificação do processo de solicitação dos diferentes pedidos atinentes ao Dia da Defesa Nacional (Adiamentos e Dispensas)

Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
	Projeto	CAT	Ramos das FA e demais entidades previstas na Matriz dos <i>Stakeholders</i> do OCRD

RESULTADOS

Ao nível do atendimento manteve-se a desmaterialização do processo de registo e arquivo de correspondência, passando esta a ser registada e tratada através da Gestão Documental:

- Registada no NPA – 4 694
- Registada na DDM (resultante de email) – 5 437

Ao nível do atendimento manteve-se a desmaterialização do processo de emissão das Requisições de Transporte e o processo de emissão e envio dos Editais de Convocação para os Municípios.

A medida Simplex para desmaterialização da Cédula Militar entrou em vigor a 01jan2017. Desde a implementação da medida foram emitidas 119.176 cédulas digitais sendo que, não existindo a medida ter-se-iam emitido 203.286 cédulas em cartão plástico (100.367 em 2017 e 102.919 em 2018, para todos os cidadãos presentes ao Dia da Defesa Nacional), o que se traduz numa poupança aproximada de 77000€ em dois anos.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
05-12	Cooperação no âmbito do Dia da Defesa Nacional com organizações e entidades nacionais e internacionais	Representação da DGRDN em ações de cooperação no âmbito dos processos relacionados com os deveres militares	Estreitamento dos laços, aquisição e troca de conhecimentos e experiências nos processos atinentes às várias dimensões dos deveres militares
	Subações	Tipo	Natureza
		Atividade corrente	CII e CIN
			Parceiros intervenientes
			Ramos das FA e demais entidades com intervenção direta nos macroprocessos do Serviço Militar no Quadro de Gestão Estratégica do OCRD

RESULTADOS

A DSPSM participou em reuniões com os Adidos Militares sempre que solicitado.

Em 12 de junho de 2018 foi realizado o Dia da Defesa Nacional Comunidades em Boston (EUA) com a colaboração do Consulado-Geral de Portugal em Boston e da Sociedade Filarmónica de Santo António de Cambridge.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
05-13	Consultadoria	Elaborar informações, estudos e pareceres, bem como preparar respostas a requerimentos, exposições e pedidos de informação, no	Esclarecimento de dúvidas. Esclarecimento do direito aplicável. Proposta de soluções para casos particulares. Promoção da igualdade, justiça e imparcialidade.

âmbito do DDN, quando solicitados		Aproximação da Administração aos cidadãos	
Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
	Atividade corrente	CON	

RESULTADOS

Neste ano foi prestada toda a colaboração, sempre que solicitado, nas áreas transversais a esta Direção-Geral.

Legenda

Tipo de ação – atividade corrente; atividade de manutenção; atividade periódica; projeto

Natureza das ações

AA – Avaliação e Análise; APL – Apoio Logístico; CAT – Conceção e Apoio Técnico; CII – Cooperação Institucional Internacional; CIN – Cooperação Institucional Nacional; CON – Consultadoria; DIV – Divulgação; ES – Estatutária; FOR – Formação.

Programa 06



Comunicação Integrada para o Serviço Militar

**Unidade
orgânica**

*Direção de Serviços da Profissionalização do
Serviço Militar*

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
06-01	Estruturação da Comunicação Integrada para o Serviço Militar	Estruturar e inserir organicamente o estudo, planeamento, coordenação e execução da promoção e divulgação da temática da Defesa Nacional, das Forças Armadas e do Serviço Militar segundo uma ótica de comunicação integrada	Estabelecimento da base orgânica e funcional da Comunicação Integrada para o Serviço Militar. Operacionalização de iniciativas de comunicação interna, externa e institucional de base estruturante

Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
1. Revisão parcelar do Plano de Comunicação integrada para o Serviço Militar	Projeto	CAT e outras	Ramos das FA e demais entidades previstas na Matriz dos Stakeholders do OCRD
2. Atualização anual do subplano de comunicação para o Dia da Defesa Nacional – componente Programas e Conteúdos			

RESULTADOS

Revistos e atualizados o Plano e Subplano

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
06-02	Criação do Repositório Estruturado de Informação	Conceber a estrutura, e estabelecer através de estudo, as formas de operacionalização de um repositório estruturado de informação sobre o serviço militar que permita apoiar e documentar as atividades de comunicação relativas ao serviço militar, contribuindo em extensão para o apoio à decisão	Disponibilização <i>online</i> (internet) de conteúdos do Repositório

Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
Desenvolvimento de aplicações e funcionalidades nas áreas do DDN e Serviço Militar	Projeto	CAT e outras	Ramos das FA e demais entidades previstas na Matriz dos <i>Stakeholders</i> do OCRD

RESULTADOS

Disponibilização online (em regime de testes) de conteúdos do Repositório AV da CISM.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
06-03	Criação da Identidade Visual (IV) para o Serviço Militar (SM)	Aumentar a visibilidade do Serviço Militar caracterizando-o, positivamente junto aos públicos-alvo, num contexto de coerência transversal aos seus intervenientes institucionais	Construção de componentes da Identidade Visual para o Serviço Militar

Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
Estudo e conceção da base cromática e aplicações gráficas da Identidade Visual do Serviço Militar	Projeto	CAT e outras	Ramos das FA e demais entidades previstas na Matriz dos <i>Stakeholders</i> do OCRD

RESULTADOS

Conclusão do estudo da base cromática da IV do SM, inclusão em manual de normas de componentes (logotipo SM).

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
06-04	Comunicação Externa – Canais Web	Potenciar a visibilidade e o conhecimento sobre o Serviço Militar, através de informação direcionada aos públicos-alvo no domínio externo, disponibilizando cumulativamente novos serviços, em canais de comunicação suportados na utilização da internet	Construção de componentes para canais web do DDN e Serviço Militar

Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
- Design do layout e produção em diversos formatos AV para o portal do Recrutamento Militar - Produção da página DDN na rede social Facebook - Testes finais e entrada em produção da página Serviço Militar na rede social Facebook - Conceção e Design do layout geral e interfaces do Portal do Recrutamento Militar	Projeto	CAT e outras	Ramos das FA e demais entidades previstas na Matriz dos <i>Stakeholders</i> do OCRD, público em geral

RESULTADOS

Produção da página DDN da rede social Facebook. Números 1,3 e 4, responsabilidade transitada para a Divisão de Recrutamento e Efetivos Militares.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
06-05	Comunicação Interna/externa – Corporate TV do Serviço Militar	Promover e potenciar o conhecimento interno dos macroprocessos do Serviço Militar no Quadro de Gestão Estratégica do OCRD	Corporate TV do Serviço Militar

Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
- Conceção dos layouts - Desenvolvimento e produção de formatos para emissão - Emissão web de canal do Serviço Militar	Projeto	CAT e outras	Ramos das FA e demais entidades com intervenção direta nos macroprocessos do Serviço Militar no Quadro de Gestão Estratégica do OCRD

RESULTADOS

Concluída a conceção de layouts para o primeiro semestre de 2019. Adaptação dos formatos e conteúdos. Nº 3: responsabilidade transitada para a Divisão de Recrutamento e Efetivos Militares.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
06-06	Comunicação interna/externa –	Promover e potenciar o conhecimento interno e externo dos processos na	Produção de informação eletrónica para apoio às áreas do Serviço

Boletim informativo eletrónico	área, ou relacionados com Serviço Militar	Militar e dirigentes da DGRDN, bem como outras entidades a determinar		
Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes	
Conceção, edição e produção de boletim informativo sob formato eletrónico, sem periodicidade definida	Projeto	CAT e outras	Ramos das FA e demais entidades com intervenção direta nos macroprocessos do Serviço Militar no Quadro de Gestão Estratégica do OCRD, público em geral	

RESULTADOS

Produção de “piloto” da webletter do DDN.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
06-07	Cooperação no âmbito da Comunicação Integrada para o Serviço Militar com organizações e entidades nacionais e internacionais	Representação da DGRDN em ações de cooperação no âmbito da Comunicação Integrada para o Serviço Militar	Estreitamento dos laços, aquisição de conhecimentos e experiências nos processos atinentes aos vários domínios da comunicação integrada no âmbito Serviço Militar

Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
	Atividade corrente	CII e CIN	Ramos das FA e demais entidades com intervenção direta nos macroprocessos do Serviço Militar no Quadro de Gestão Estratégica do OCRD

RESULTADOS

Participação na campanha da NATO-STRATCOM “We are NATO”, com inclusão de peças no Dia da Defesa Nacional.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
06-08	Consultadoria	Elaborar informações, estudos e pareceres no âmbito da Comunicação Integrada para o Serviço Militar, quando solicitados	Aprofundamento, aproximação e disponibilização de conhecimento e informação sobre o Serviço Militar, nas suas várias vertentes, aos cidadãos, stakeholders e parcerias
Subações		Tipo	Natureza
		Atividade corrente	CON
			Parceiros intervenientes
			Ramos das FA e demais entidades com intervenção direta nos macroprocessos do Serviço Militar no Quadro de Gestão Estratégica do OCRD

RESULTADOS

Produção do projeto de integração da divulgação das unidades museológicas das Força Armadas no âmbito do Dia da Defesa Nacional.

Legenda

Tipo de ação – atividade corrente; atividade de manutenção; atividade periódica; projeto

Natureza das ações

AA – Avaliação e Análise; APL – Apoio Logístico; CAT – Conceção e Apoio Técnico; CII – Cooperação Institucional Internacional; CIN – Cooperação Institucional Nacional; CON – Consultadoria; DIV – Divulgação; ES – Estatutária; FOR – Formação.

Programa 07



Promover o Aperfeiçoamento do Sistema de Saúde Militar	
Unidade orgânica	<i>Direção de Serviços de Saúde Militar e Assuntos Sociais/Divisão de Saúde Militar</i>

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
07-01	Consolidação do novo Sistema de Saúde Militar	Participar, colaborar e desenvolver os estudos necessários à reestruturação da Saúde Militar	Adotar as medidas de racionalização da Saúde Militar. Adequar os recursos humanos e materiais da Saúde Militar às necessidades funcionais	
Subações		Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
1.	Participar no estudo de medidas de política de Saúde Militar e acompanhar a respetiva implementação	Projeto	CAT	EMGFA (DIRSAM/HFAR), Ramos, DSAEEQ
2.	Conceber e implementar o Sistema de Informação da Saúde Militar, designadamente no âmbito do Anuário Estatístico da Defesa Nacional	Atividade Corrente	CAT	MDN e Ramos
3.	Monitorizar as atividades desenvolvidas pelas várias estruturas que integram o Sistema de Saúde Militar (SSM)			
4.	Assegurar continuamente a caracterização quantitativa e qualitativa dos recursos da Saúde Militar, através do Sistema de Informação da Saúde Militar			
5.	Apoiar o Conselho da Saúde Militar (COSM)	Atividade periódica	CAT	EMGFA, Ramos, Min. Saúde, Min. Finanças
6.	Acompanhar a aplicação do Protocolo celebrado entre o MDN e o MS relativamente ao internato médico, desenvolvendo as atividades cometidas neste âmbito ao MDN	Atividade corrente	CAT	EMGFA, Ramos, Min. Saúde, Min. Finanças

7.	Promover a articulação entre SSM e o Serviço Nacional de Saúde, bem como com entidades públicas e privadas no âmbito da saúde	Atividade periódica	CON	EMGFA, Ramos, Min. Saúde, Min. Finanças
8.	Participar no processo de criação da Unidade de Ensino, Formação e Investigação em Saúde Militar			
9.	Coordenar a Plataforma do Sistema de Saúde Militar, criada pelo Despacho de SEXAMDN n.º 9490/2018, de 04.08 (Nova subação)	Projeto	CAT	EMGFA (DIRSAM/HFAR), Ramos

RESULTADOS

Acompanhamento da aplicação do Protocolo celebrado entre o MDN e o MS relativamente ao acesso e frequência do internato médico por médicos militares, designadamente através da Comissão Técnica de Acompanhamento do Internato Médico, criada por Despacho de SEXASEDN, de 11 de maio de 2018, desenvolvendo as atividades cometidas neste âmbito ao MDN, designadamente no que concerne à avaliação das necessidades formativas, mudanças de áreas de especialização, reafecção de estabelecimentos de colocação e de suspensão do internato médico para satisfação de necessidades de âmbito operacional.

Participação em reuniões do Conselho Nacional do Internato Médico.

Elaboração de ofícios entre o EMGFA e o Ministério da Saúde a comunicar as necessidades formativas.

Elaboração de respostas a exposições efetuadas por interessados no âmbito do protocolo relativo ao internato médico.

Coordenação, representação da DGRDN e participação nos trabalhos da Plataforma do Sistema de Saúde Militar, criada por Despacho n.º 9490/2018, de 04.08, designadamente na proposta de despacho de revogação do Despacho n.º 511/2015, de 19.01, na definição de indicadores de monitorização do SSM e na ligação entre os sistemas de informação das várias entidades do SSM.

Participação nas reuniões da Mesa Negocial do Acordo Coletivo de Empregador Público aplicável aos médicos civis do Hospital das Forças Armadas (HFAR).

Participação nos trabalhos da Comissão Instaladora da Unidade de Ensino, Formação e Investigação da Saúde Militar (UEFISM), criada pelo Despacho n.º 16/MDN/2018, de 29.03.

Organização das “II Jornadas Defesa + Saúde: Medicina de Catástrofe”.

Organização em parceria com o Exército, do Exercício “EPIDEMEX”.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
07-02	Vigilância Epidemiológica	Cooperação Civil-Militar em matéria de Saúde Pública, com vista ao conhecimento, prevenção, deteção e controlo de doenças que, pelas características	Articular eficazmente com as entidades civis e militares na área da saúde, visando a intervenção expedita em caso de crise ou catástrofe

epidemiológicas, constituem sérios riscos para o pessoal das FA e dos Serviços e demais estruturas do MDN, podendo comprometer a missão

Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
1. Acompanhar o SINAVE (Sistema Nacional de Vigilância Epidemiológica)	Atividade corrente	CIN	INEM, DGS, IPST, INFARMED, SNPC, CVP, ANPC, RAutónomas, EMGFA
2. Cooperar e promover a cooperação com entidades parceiras em situações de pandemia			(DIRSAM/HFAR), Ramos

RESULTADOS

Nada a referir (sem desenvolvimento)

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
07-03	Divulgação de informação sobre a Saúde Militar	Assegurar a divulgação de informação no domínio da saúde militar e respetiva atualização no Portal da DGRDN	Informação dos profissionais e utilizadores dos Serviços de Saúde Militar

Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
1. Divulgar informação remetida por entidades internacionais pelos diversos interessados	Atividade corrente	DIV	
2. Atualizar conteúdos no domínio da Saúde Militar no Portal da DGRDN			
3. Clipping de informação noticiosa acerca da Saúde Militar	Atividade corrente	DIV	
4. Assegurar a recolha e a sistematização da informação relativa aos recursos humanos, infraestruturas e atividade hospitalar no âmbito do Anuário Estatístico da Defesa Nacional	Atividade periódica	DIV	
	Atividade corrente	DIV	

RESULTADOS

Validação dos dados sobre os Recursos Humanos e atividade hospitalar, previamente enviados pelos ramos na plataforma SAP/Anuário Estatístico da Defesa Nacional.

Atualização da informação relativa ao IV FSM/CPLP constante do link Saúde Militar do sítio do SPAD/DGPDN.

Criação de um Portal no BUD para divulgação dos eventos da Saúde Militar, nomeadamente as Jornadas Defesa + Saúde e o Encontro de Saúde Militar da CPLP.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
07-04	Grupo OTAN/Saúde	Acompanhar a doutrina da OTAN imposta pelo novo conceito estratégico da Aliança com base na experiência e conhecimento adquiridos através da participação nos vários Grupos de Trabalho da OTAN no âmbito da Saúde Militar	Alinhamento da Saúde Militar pelos parâmetros da OTAN no âmbito da uniformização e racionalização de material e equipamentos, organização e procedimentos

	Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
1.	Representação da SM no Committee of the Chiefs of Military Medical Services (COMEDS) Steering Group	Atividade corrente	CIN	EMGFA/DIRSAM, Ramos
2.	Assegurar a representação da SM no COMEDS Future Advisory Board			
3.	Assegurar a representação da SM no Medical Standardization Working Group			
4.	Assegurar a representação da SM no Health Information Systems and Technology Working Group			
5.	Assegurar a representação da SM noutros Grupos de Trabalho e Painéis			
6.	Assegurar a representação da SM no âmbito da Cooperação Civil-militar			

RESULTADOS

Acompanhamento da doutrina OTAN no domínio da Saúde Militar, através da sistematização da informação, e da representação portuguesa no Committee of the Chiefs of Military Medical Services (COMEDS) Steering Group, no COMEDS Future Advisory Board, no Medical Standardization Working Group e no Health Information Systems and Technology Working Group.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
07-05	Normalização na área da Saúde	Participar no processo de ratificação e acompanhamento da implementação dos STANAG's da área da Saúde Militar	Implementação eficaz dos STANAG's

Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
1. Participar, no âmbito da Estrutura de Normalização da Defesa Nacional, no processo de consulta e proposta dos acordos de normalização (STANAG) no domínio da Saúde Militar	Atividade corrente	CIN	EMGFA/DIRSAM, Ramos
2. Acompanhar a e implementação dos STANAG's no domínio da Saúde Militar			

RESULTADOS

Elaboração de pedidos de parecer a enviar aos Ramos e EMGFA e preparação dos processos para ratificação do DGRDN, através da elaboração de notas internas.

Em 2018: 31 STANAGS ratificados (e publicados em DR).

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
07-06	Quadros Especiais das áreas da Saúde	Desenvolver e participar em estudos com vista a regulamentar o regime dos quadros especiais das áreas da saúde, nomeadamente no que respeita ao recrutamento, ensino e formação nas áreas da Saúde Militar	Elaboração de propostas de diplomas legais relativos ao regime dos quadros especiais da área da Saúde das Forças Armadas

Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
Participar no estudo para a regulamentação das carreiras dos quadros especiais das áreas de Saúde nas Forças Armadas	Projeto	CAT	EMGFA, Ramos, DGRDN/DSAEQ

RESULTADOS

Nada a referir (sem desenvolvimento)

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
07-07	Representação da SM a nível internacional fora do âmbito da OTAN	Colaborar na definição das políticas da Saúde Militar fora do âmbito da OTAN	Intercambio com os países da CPLP e outros no âmbito da Saúde Militar	
	Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
1.	Organizar o V Fórum de Saúde Militar da CPLP	Atividade corrente	CII	DGPDN, EMGFA, Ramos das FA
2.	Coordenar o Programa de Intercâmbio de Militares para Formação e Investigação em Saúde Militar, fomentando a oferta formativa das FAs Portuguesas, assim como a participação dos militares portugueses nas ações de formação promovidas pelos restantes Estados-membros	Atividade corrente	CII	DGRDN, EMGFA
3.	Organizar/participar noutros Eventos de Saúde Militar da CPLP	Atividade periódica		DGPDN, EMGFA, Ramos das FA
4.	Colaborar em ações de cooperação técnico-militar no domínio da saúde			
5.	Acompanhar, em articulação com a Direção de Saúde Militar do EMGFA, a atividade do CIMM (Comité Internacional da Medicina Militar)			

RESULTADOS

Organização e participação no V Fórum de Saúde Militar da CPLP e coordenação da atividade desenvolvida por este Fórum.

Preparação e realização da visita dos delegados do FSM/CPLP ao Agrupamento Sanitário do Exército, em Tancos.

Elaboração do Plano de Formação para 2018, no âmbito do Programa de Intercâmbio de Militares para Formação e Investigação em Saúde Militar, em articulação com o EMGFA/DIRSAM e respetiva operacionalização.

Análise das candidaturas recebidas no âmbito do Plano de Formação e prestação de apoio administrativo durante o processo.

Organização do XVIII Encontro de Saúde Militar da CPLP.

Prestação de contributos no domínio da Saúde Militar no âmbito das relações bilaterais.

Participação nos trabalhos preparatórios conducentes à disponibilização do equipamento hospitalar excedentário às Forças Armadas de Cabo Verde e de S. Tomé e Príncipe, em articulação com o EMGFA e com a DGPDN.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
07-08	Participar em Comissões e GT no âmbito da Saúde Militar	Participar nas reuniões e atividades decorrentes de diferentes Comissões e Grupos de Trabalho (GT) em representação do MDN ou DGRDN/MDN, designadamente: - Conselho Supremo da Cruz Vermelha Portuguesa - Grupo Interministerial para a Saúde Global - Estrutura Coordenadora de Assuntos Ambientais - Grupo Multisectorial VIH/SIDA - Conselho Nacional do Internato Médico - Conselho Nacional para a Infecção VIH/SIDA - Coordenação Nacional para a Infecção VIH/SIDA - Comissão Técnica de Acompanhamento da Reforma da Saúde Mental - Comissão Técnica do Conselho Interministerial para os Problemas das Drogas, das Toxicodependências e do Uso Nocivo do Alcool e Subcomissões - Fórum Nacional Alcool e Saúde	Acompanhar e contribuir para o desenvolvimento das atividades dessas entidades
Subações		Tipo	Natureza
		Atividade corrente	CIN
			Parceiros intervenientes

RESULTADOS

Participação nas reuniões e demais atividades das comissões e grupos de trabalho acima identificados, em representação do MDN ou da DGRDN.

Participação na elaboração e acompanhamento do “Plano de Ação para a Saúde Global 2018/2019”

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
07-09	Saúde Mental	Estudar e propor medidas de política de saúde mental. Colaborar na definição das políticas de apoio aos portadores de stress pós-traumático de guerra Acompanhar a execução dos protocolos celebrados entre o MDN e as ONGs no âmbito da RNA. Participar no Projeto de “Redesenho do Processo de Qualificação como DFA” Participar na implementação de um “Centro de Recursos de Stress em Contexto Militar (CRSCM)”	Articulação eficaz com as entidades civis e militares na vertente da saúde mental; funcionamento mais eficaz da RNA; bem-estar dos utentes da RNA; redesenho do Processo de Qualificação como Deficiente das Forças Armadas (DFA), tendo em vista a eliminação de pendências processuais e funcionamento eficaz do Centro de Recursos de Stress em Contexto Militar

	Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
1.	Participar nas reuniões das Comissões atinentes à Saúde Mental	Atividade corrente	CIN	Ramos e entidades civis
2.	Continuação do acompanhamento dos trabalhos da “Equipa de Projeto para o Redesenho do Processo de Qualificação como DFA”	Atividade corrente/Projeto	CAT	Ramos, EMGFA, Secretaria-Geral
3.	Acompanhamento dos trabalhos e estudos desenvolvidos pelo “Centro de Recursos de Stress em Contexto Militar”, no âmbito do seu plano de trabalhos	Atividade corrente/Projeto	CAT	Ramos e entidades civis
4.	Acompanhar a atividade da Rede Nacional de Apoio (RNA) aos portadores de perturbação psicológica crónica resultante da exposição a fatores traumáticos de stress durante a vida militar e prestar apoio técnico à CNA	Atividade corrente	AA	ONG, CNA
5.	Acompanhar a execução dos protocolos celebrados entre o MDN e as ONGs (Ass. de Antigos Combatentes) no âmbito da RNA e propor eventuais alterações		AA APL CAT	ONG, CNA
6.	Acompanhar a implementação da Reforma da Saúde Mental	Atividade de Manutenção	CAT AA	ONG, CNA
7.	Rever a metodologia de acompanhamento dos protocolos com as ONG’s com vista à implementação de procedimentos comuns no preenchimento da Proposta de Orçamento e dos Relatórios de Atividades	Atividade de Manutenção	APL	ONG, CNA

8. Rever as ferramentas informáticas de suporte às Propostas de Orçamento e Relatórios de Atividade das ONGs protocoladas

RESULTADOS

Acompanhamento da atividade da Rede Nacional de Apoio (RNA) aos cidadãos portadores de perturbação psicológica crónica resultante da exposição a fatores traumáticos de stress durante a prestação de serviço militar.

Acompanhamento da execução dos protocolos celebrados entre o MDN e as ONGs no âmbito da RNA, elaboração de informações e prestação de apoio técnico-jurídico à Presidente da CNA.

Análise de pedidos de autorizações provisórias para acesso à RNA.

Elaboração dos documentos a enviar às ONG com as respetivas autorizações.

Análise das Propostas de Orçamento enviadas anualmente pelas ONGs.

Elaboração das informações/pareceres a submeter a S.EX^a SEDN para pagamento das subvenções protocoladas com as ONGs.

Elaboração de respostas e esclarecimentos vários às ONG,s.

Reuniões de trabalho com vista ao acompanhamento dos trabalhos interdisciplinares em curso, decorrentes do plano de estudos aprovado.

Continuação de reuniões, em sede de Comissão científica, com vista à avaliação da necessidade de redefinição do Plano de Estudos do Centro de Recursos de Stress em Contexto Militar (CRSCM), face às orientações políticas nesta matéria.

Acompanhamento da implementação da Reforma da Saúde Mental – Plano Nacional de Saúde Mental, nomeadamente através da participação nas reuniões da Comissão Técnica de Acompanhamento.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
07-10	Coordenação do Programa para a Prevenção dos Comportamentos Aditivos e Combate às Dependências nas Forças Armadas	Presidir e coordenar o Grupo Coordenador para a Prevenção dos Comportamentos Aditivos e Combate às Dependências nas Forças Armadas	Assegurar o desenvolvimento nas FA de um programa coerente e adequado, sobretudo, ao meio laboral militar, no que respeita a prevenção primária, secundária e terciária dos comportamentos aditivos e dependências, que contribua para a sua redução
	Subações	Tipo	Natureza
			Parceiros intervenientes
1.	Apoiar a coordenação do Programa para a Prevenção dos Comportamentos Aditivos e Combate às Dependências nas Forças Armadas (PPCACDFA)	Atividade corrente	ES
			Ramos/PJM, EMGFA (CISMIL, DIRSAM, HFAR, UTITA, UMT),

2.	Desenvolver trabalhos atinentes à implementação do PPCACDFA	Atividade corrente	CAT	ESSM/UEFISM, MS/SICAD
3.	Elaborar e apresentar superiormente o PA e RA anuais e assegurar a monitorização das respetivas atividades	Atividade corrente	CAT	Ramos/PJM, EMGFA (CISMIL, DIRSAM, HFAR, UTITA, UMT), ESSM/UEFISM
4.	No âmbito do Plano de comunicação, realização, em diferentes Unidades Militares, de diversas ações de divulgação estratégica do Programa	Atividade periódica	CAT	
5.	Participar em ações de formação			
6.	Dinamizar ações de formação e promover e propor ações de investigação que determinem a evolução técnica e científica do PPCACDFA	Atividade corrente	CAT	
		Atividade corrente	CAT	
7.	Realizar informações, estudos, propostas e pareceres técnicos e jurídicos no âmbito dos Comportamentos Aditivos e Combate às Dependências nas FFAA			
8.	Desenvolvimento de um Manual de Procedimentos que uniformize os procedimentos relacionados com a prevenção dos comportamentos aditivos e combate às dependências, nos três ramos.	Atividade corrente	CAT	Ramos/PJM, EMGFA (CISMIL, DIRSAM, HFAR, UTITA, UMT), ESSM/UEFISM, MS/SICAD
9.	Promover o intercâmbio e a cooperação com organismos institucionais responsáveis pela definição de políticas no âmbito da Prevenção dos Comportamentos Aditivos e Combate às Dependências	Atividade corrente	CAT	
10.	Acompanhar as iniciativas no âmbito do Fórum Nacional Álcool e Saúde, nomeadamente as assumidas na sequência da assinatura da Carta de Compromisso	Atividade corrente	CAT	
11.	Desenvolvimento e implementação de projeto de ação preventiva nos Estabelecimentos Militares de Ensino (EMES)	Projeto	CAT	MDN/MS-SICAD, Exército

RESULTADOS

Elaboração do Plano de Atividades e Relatório de Atividades do PPCACDFA.

Apoio ao Grupo Coordenador do novo Programa para a Prevenção dos Comportamentos Aditivos e Combate às Dependências nas Forças Armadas (PPCACDFA), nomeadamente nas reuniões.

Desenvolvimento de um normativo comum aos ramos para aplicação do PPCACDFA.

Implementação de programa de intervenção preventiva, no âmbito dos CAD, destinados a alunos do Ensino básico (2º e 3º ciclo) e secundário dos estabelecimentos Militares de Ensino – Colégio Militar e Instituto Pupilos do Exército, com realização de reuniões preparatórias e de coordenação, sessões de formação a técnicos e professores e ações de supervisão.

Realização de ações de divulgação do PPCACDFA nas diferentes estruturas das Forças Armadas no âmbito do Plano de Comunicação do PPCACDFA.

Elaboração e atualização de material de divulgação do PPCACDFA.

Reestruturação dos conteúdos programáticos do Curso de Operadores de Prevenção de Comportamentos Aditivos e Dependências (COPCAD).

Participação em ações de formação sobre comportamentos aditivos no SICAD.

Cooperação com organismos responsáveis pela definição de políticas no âmbito da Prevenção dos Comportamentos Aditivos e Combate às Dependências, designadamente com o SICAD, através de reuniões.

Acompanhamento das iniciativas no âmbito do Fórum Nacional Álcool e Saúde, nomeadamente as assumidas na sequência da assinatura da Carta de Compromisso, bem como apresentação de dois compromissos para o ciclo 2018-2020 (“Curso de Operadores de Prevenção” e “Intervenção nos Estabelecimentos Militares de Ensino”).

Participação no III Congresso SICAD e workshop FNAS.

Participação em reuniões e nos trabalhos conducentes ao Protocolo com o SICAD para a cedência de substâncias para adestramento de cães.

Participação na elaboração do Manual de Procedimentos para cedência de substâncias para adestramento de cães nas Forças Armadas.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
07-11	Saúde, Higiene e Segurança no Trabalho (SHST)	Colaborar com a SG/MDN na definição, organização e implementação de um serviço de SHST destinadas à prevenção de riscos profissionais e à promoção da saúde dos trabalhadores da DGRDN, enquadrado na legislação em vigor	Sujeição dos trabalhadores da DGRDN ao normativo em vigor sobre a matéria

Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
Participar na organização das atividades de SHST destinadas aos trabalhadores da DGRDN	Atividade corrente	CAT	SG/MDN

RESULTADOS

Nada a referir (sem desenvolvimento)

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
07-12	Consultadoria	Consultadoria técnica e jurídica em matéria de saúde militar	Apoio à decisão superior em matéria de Saúde Militar, através de informações, estudos, propostas e pareceres técnicos e jurídicos

Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
1. Emissão de pareceres/informações de âmbito variado no concernente à área da saúde;	Atividade corrente	COM	EMGFA, RAMOS, Ministérios da Saúde e das Finanças
2. Análise e contributos a propostas e projetos legislativos;	Atividade corrente	CON	EMGFA, RAMOS, Ministérios da Saúde e das Finanças

RESULTADOS

Análise e parecer sobre pedidos de cedência de interesse público para movimentação de médicos de hospitais EPE do SNS para o HFAR.

Análise e parecer acerca de proposta e projetos legislativos, bem como emissão de parecer relativamente à revogação de legislação que já se encontra sem aplicabilidade.

Análise e prestação de contributos relativamente à PL do Orçamento do Estado para 2019.

Análise do relatório do GT Interministerial da Defesa e Saúde para a produção de medicamentos no Laboratório Militar de Produtos Químicos e Farmacêuticos (LMPQF) e elaboração de parecer.

Análise das implicações para a Defesa do parecer do Conselho consultivo da PGR relativamente aos custos a suportar pelo SNS quanto a cuidados de saúde prestados a utentes de subsistemas públicos em estabelecimentos do SNS.

Análise da Proposta de Lei 359/2018 – Lei de Bases da Saúde (duas versões).

Análise de diversos projetos de diplomas relativos a matérias inseridas nas competências da DSM.

Esclarecimento do Direito aplicável e promoção da igualdade, justiça e imparcialidade.

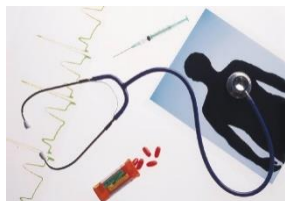
Legenda

Tipo de ação – atividade corrente; atividade de manutenção; atividade periódica; projeto

Natureza das ações

AA – Avaliação e Análise; APL – Apoio Logístico; CAT – Conceção e Apoio Técnico; CII – Cooperação Institucional Internacional; CIN – Cooperação Institucional Nacional; CON – Consultadoria; DIV – Divulgação; ES – Estatutária; FOR – Formação.

Programa 08



Fomentar o Bem-Estar Social dos RH, apoiar os Deficientes Militares e os Antigos Combatentes

Unidade orgânica

Direção de Serviços de Saúde Militar e Assuntos Sociais/Divisão de Assuntos Sociais e Apoio aos Deficientes Militares e Antigos Combatentes

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
08-01	Medidas de política de proteção social	Estudar, conceber e propor as medidas de política de proteção social dirigidas aos militares das FA e avaliar os respetivos impactos	Melhoria das condições de vida dos militares e suas famílias
	Subações	Tipo	Natureza
	Acompanhar as alterações legislativas na área da proteção social	Atividade corrente	CAT
			Parceiros intervenientes
			MFinanças / Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social/ Ramos

RESULTADOS

Elaboração de Informações no sentido de ser proposto superiormente o Estatuto do Antigo Combatente:

-Informação n.º 439/DSSMAS/DASADMAC, de 07.03.2018;
-Informação n.º 1653/DSSMAS/DASADMAC, de 25.10.2018;

Reunião (no início do mês de Dezembro) com Sexa.SEDN e respetiva equipa, Diretor-Geral da DGRND, Diretora de Serviços e elementos desta Divisão, para discutir a proposta de Estatuto do Antigo Combatente apresentada na n/Informação n.º 1653;

Análise da proposta de legislação para os Antigos Combatentes apresentada pela Liga de Combatentes – Informação n.º 2057/DASADMAC, de 23.11.2018.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
08-02	Ação Social Complementar e assistência na doença aos deficientes militares	Conceber e propor medidas, no âmbito dos regimes da segurança social, da ação social complementar que contribuam para a melhoria das condições de vida dos deficientes militares	Melhoria e adequação contínua da ação social complementar disponibilizada aos respetivos beneficiários, atentos, designadamente, os novos modelos de organização familiar

Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
	Atividade corrente	CON	IASFA/Ramos

RESULTADOS

Tratamento quantitativo de beneficiários da Portaria n.º 1034/2009: universo e despesas de saúde;

Redefinição de Protocolos/Convenções da ADM em Moçambique;

Avaliação das regras de desconto para o subsistema ADM, relativas a deficientes militares aposentados;

Apreciação crítica dos Relatórios de Auditoria da IGDN ao IASFA, I.P. – Auditoria /45/2017/EXT;

Apreciação crítica do Relatório de Auditoria à DSADM do IASFA, I.P., realizada pela Your Audit, Salgueiro & Martins, SROC, Lda;

Elaboração de Nota, respeitante a “Responsabilidade financeira pelos beneficiários familiares de deficientes militares BT da ADM;

Participação em reunião no GABMDN, conducente à identificação de plano de ação relativo à calendarização das medidas a executar pelo IASFA, I.P., com vista à regularização das suas contas e consequente certificação pelo Fiscal Único;

Apreciação crítica da Auditoria de resultados ao IASFA, I.P., elaborada pelo Tribunal de Contas;

Apreciação do PDL n.º 513/2018, que clarifica a responsabilidade financeira da ADSE e dos demais subsistemas públicos de saúde, por remissão do regime legal;

Apreciação crítica do Relatório de Atividades/2018, bem como do Plano de Atividades/2019, do IASFA, I.P.;

Elaboração de Nota, respeitante a “Medidas equacionadas para mitigação da situação financeira do IASFA, I.P. ;

Apreciação crítica da proposta de revisão do Acordo ADM com o HCVP.

Análise da proposta de alteração dos Estatutos do IASFA, I.P. – Informação n.º 680/DASADMAC, de 16.04.2018.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
08-03	Reabilitação dos deficientes militares	Estudar, conceber e propor as políticas de reabilitação dos deficientes das Forças Armadas (DFA) e avaliar os respetivos impactos; assegurar a atualização permanente dos dados de caracterização dos deficientes militares, tendo em conta os indicadores de incapacidade e	Melhorar o apoio aos deficientes militares

deficiência definidos no âmbito
da OCDE

Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
1. Monitorização do Plano de Ação para Apoio aos Deficientes Militares (PADM)	Atividade corrente	ES	EMGFA/HFAR, Ramos, IASFA/ADM, Lar Militar/CVP, CRPG, ADFA
2. Coordenação do GT para criação do Sistema de Atribuição de Produtos de Apoio aos Deficientes Militares	Projeto		
3. Assegurar, em articulação com as entidades fornecedoras de dados (Ramos; IASFA, I.P./ADM CGA), o sistema de informação de suporte à base de dados dos deficientes militares			
4. Coordenar o processo de monitorização das medidas inscritas na “Estratégia e Guidelines para a Deficiência 2015-2020” (ENDEF), da responsabilidade do MDN			

RESULTADOS

PADM:

Atendimento e esclarecimento das questões colocadas por deficientes militares ou respetivos familiares, no âmbito da LADM. Sinalização e encaminhamento de deficientes militares para os técnicos de serviço social;

Finalização do Manual de Informação e Procedimentos no âmbito do PADM;

Elaboração do Relatório final do GT para criação o Sistema de Atribuição de Produtos de Apoio aos Deficientes Militares – SAPADM, incluindo o respetivo projeto de diploma;

Apreciação crítica de enquadramento no PADM de acompanhantes de deficientes alojados no LMCVP; “Participação nas III Jornadas de trabalho da equipa de implementação do PADM”, realizadas no Porto em 11 e 12 de junho 2018;

Participação nas reuniões técnicas de coordenação do PADM e elaboração das respetivas atas.

Consultadoria específica:

Apreciação das questões colocadas pela Comissão de Residentes do LMCVP;

Apreciação da Proposta de Lei n.º 156/XIII/4.^a (Orçamento de Estado para 2019), que visa a eliminação da redução da pensão de preço de sangue resultante de falecimento de Deficiente das Forças Armadas, e ainda, de outras propostas de alteração legal a promover no âmbito do OE, como seja, a alteração ao DL n.º 167/2005, de 23 de setembro, no que respeita ao desconto para a ADM por beneficiários titulares isentos, por conta de beneficiário associado (cônjuge) – elaboração de proposta de alteração ao artigo 13.º do DL n.º 167/2005;

Revisão e atualização regular do «Tableau de bord», que congrega o Caderno Reivindicativo da ADFA – Questões Prioritárias;

Apreciação crítica do regime legal respeitante aos Deficientes Civis das Forças Armadas (Milícias);

Apreciação crítica respeitante à ADFAPM – natureza jurídica e apoio financeiro;

Elaboração de parecer sobre questões integrantes de Memorandos da ADFA: Reposição do cálculo do Abono Suplementar de Invalidez e da Prestação Suplementar de Invalidez pela Remuneração Mínima Mensal Garantida; Ampliação do prazo para efeitos de revisão do processo por agravamento das lesões/deficiência;

Apreciação crítica do Projeto de Lei n.º 456/XIII/2.^a, do CDS-PP, que Cria o Regime Excecional de Indexação das Prestações Sociais dos DFA;

Elaboração de parecer respeitante aos constrangimentos decorrentes da aplicação do DL n.º 503/99, de 20 de novembro, aos deficientes militares;

Elaboração de projeto de diploma que visa ampliar o prazo para efeitos de revisão de processos de deficientes militares por agravamento das lesões/deficiência;

Apreciação crítica da petição da ADFA-PM, dirigida ao MDN;

Apreciação do pedido de legalização da Associação dos Ex-Combatentes Deficientes das Forças Armadas Portuguesas na Guiné-Bissau;

Apreciação do PDL n.º 293/2017, que define e regulamenta a proteção na eventualidade de encargos no domínio da deficiência no âmbito do subsistema de proteção familiar e do subsistema de solidariedade.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
08-04	Qualificação de deficientes das Forças Armadas	Apreciar e elaborar as propostas de decisão dos processos instruídos com fundamento em qualquer dos factos previstos no n.º 2 do artigo 1.º do Decreto -Lei n.º 43/76, de 20 de janeiro	Melhorar o apoio aos deficientes das Forças Armadas
	Subações	Tipo	Natureza
		Atividade corrente	CON
			Parceiros intervenientes
			Ramos/HFAR

RESULTADOS

Concluídos 116 processos (decisão final) e analisados 212.

Atendimento de 3423 chamadas telefónicas de ex-militares (deficientes militares) e com processo para qualificação como DFA em curso.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
08-05	Participação em Comissões e GT no âmbito dos Assuntos Sociais	Participar nas reuniões e atividades das diversas Comissões e GT, em representação do MDN ou DGRDN, bem como coordenar as da sua responsabilidade	Acompanhar e contribuir para o desenvolvimento das atividades dessas entidades	
	Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
1.	Conselho Consultivo do IASFA	Atividade corrente	CIN	Diversas entidades
2.	Conselho Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência (CNRIPD)			
3.	Grupo de Implementação, Monitorização e Avaliação da Estratégia Nacional para a Integração das Pessoas Sem-Abrigo (GIMAE/ENIPSSA)			
4.	Conselho Consultivo para os Assuntos dos Deficientes das Forças Armadas (CCADFA)			
5.	Conselho Consultivo de Apoio aos Antigos Combatentes (CCAAC)			

RESULTADOS

Participação nas reuniões do Conselho Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência (CNRIPD);

Participação nas reuniões do Conselho Consultivo do IASFA;

Participação nas reuniões da Equipa de Projeto para o Redesenho do Processo de Qualificação como DFA e elaboração das respetivas atas;

Participação nas reuniões da Comissão Científica do Centro de Recursos de Stress (em contexto) Militar – CRSCM;

Participação nas reuniões da ENIPSSA (GIMAE) e apreciação crítica do Plano de Ação 2019-2020;

Reunião com o GT MAC, realizada no dia 10.05.2018;

Reunião do CCAAC, realizada no dia 24.05.2018.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
08-06	Consultadoria	Consultadoria geral e jurídica, nomeadamente ao nível da elaboração de estudos e pareceres sobre projetos de diploma e resposta a exposições e reclamações relativas a pensões (reforma, aposentação e sobrevivência, entre outras), assistência na doença (comparticipação medicamentosa, inscrição de beneficiários, etc.), propinas, complementos de pensão e outras prestações sociais	Esclarecimento de dúvidas Esclarecimento do direito aplicável Proposta de soluções para casos particulares Promoção da igualdade, justiça e imparcialidade Aproximação da Administração aos cidadãos
Subações		Tipo	Natureza
		Atividade corrente	CON
			Parceiros intervenientes
			Ramos/CGA/Outros

RESULTADOS

Análise e preparação de respostas a solicitações institucionais e de particulares versando, designadamente, questões relativas ao Fundo de Pensões dos Militares das Forças Armadas e complementos de pensão, regime de aposentação e reforma, pensões de invalidez e de preço de sangue, outras prestações sociais, regime jurídico dos GDSen (benefícios sociais e financeiros), contagens de tempo de serviço, atrasos no processamento de participações ADM, entre outras questões;

Apreciação de projetos de alteração aos regimes jurídicos de proteção social aplicáveis aos trabalhadores independentes;

Apreciação do PDR n.º 113/2018, que promove a regulamentação do regime de atualização extraordinária das pensões;

Apreciação crítica de propostas de medidas legislativas, nomeadamente, DR n.º 419/2018, que visa regulamentar a produção de efeitos dos artigos 44.º e 45.º do DL n.º 126-A/2017, de 6 de outubro (alarga o âmbito pessoal do complemento social para idosos aos pensionistas de invalidez que não sejam titulares da prestação social para a inclusão); PDL n.º 425/2018, que visa aprovar um regime especial de aposentação para os sapadores bombeiros;

Apreciação crítica da PLOE2019, designadamente, no âmbito das disposições relativas à Administração Pública;

Apreciação crítica do PDL n.º 257/2018, que altera o DL n.º 26/2008, de 22 de fevereiro, promovendo, entre outros ajustamentos, a possibilidade das entidades empregadoras poderem contribuir para o Fundo dos Certificados de Reforma, em benefício dos seus trabalhadores;

Resposta às solicitações colocadas por escrito, telefonicamente ou presencialmente por militares, ex-militares, familiares, representantes legais a questões sobre processos de qualificação como DFA, GDFA, GDSen, deficientes militares, no âmbito do DL 503/99 (superando os prazos estabelecidos);

Resposta e encaminhamento de questões para outras entidades (ex. CGA, Segurança Social, Ramos das Forças Armadas, IASFA, I.P., etc);

Resolução de problemas de teor jurídico relacionadas com questões de Antigos Combatentes;

Continuação do trabalho desenvolvido acerca dos problemas de aplicação do DL 503/99 pela CGA e reiteração de proposta de constituição de GT com MTSSS;

Reiteração para o Gab SEDN e CGA sobre a questão dos ex-cabos RD – Timor-Leste- artigo 54.º da LOE2018;

Elaboração de Informação sobre proposta apresentada por Antigos Combatentes para substituição do suplemento especial de pensão pela antecipação da idade de reforma – Informação n.º 265/DASADMAC, de 09.02.2018;

Apreciação da Proposta de Lei de Bases da Saúde PL359/2018, Nota enviada por e-mail de 11.10.2018; Análise do Anteprojeto de Diploma referente à ação externa da Defesa Nacional – Nota enviada por e-mail de 16.08.2018.

Atividades e Projetos não previstos

Participação no Subgrupo de Trabalho da Plataforma do Sistema da Saúde Militar (impacto orçamental).

Legenda

Tipo de ação – atividade corrente; atividade de manutenção; atividade periódica; projeto

Natureza das ações

AA – Avaliação e Análise; APL – Apoio Logístico; CAT – Conceção e Apoio Técnico; CII – Cooperação Institucional Internacional; CIN – Cooperação Institucional Nacional; CON – Consultadoria; DIV – Divulgação; ES – Estatutária; FOR – Formação.

Programa 09



**Armamento e Equipamento
(Planeamento e Programação)**

**Unidade
orgânica**

*Direção de Serviços de Armamento e
Equipamento/Divisão de Planeamento e
Programação*

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
09-01	Cooperação Internacional	Desenvolver os protocolos, projetos e outras atividades de cooperação nos domínios do armamento e dos equipamentos da Defesa Nacional com Entidades Internacionais	Contribuir para o desenvolvimento de protocolos, projetos e demais atividades de cooperação internacional nos domínios do armamento e edificação de capacidades.	
Subações		Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
1.	Assegurar, no âmbito das suas competências, a participação em organizações, entidades e grupos de trabalho nacionais e internacionais de âmbito bilateral e multilateral	Atividade corrente	CAT/CII	GabMDN, SG/MDN, DGPDN, EMGFA, Marinha, Exército, Força Aérea, REPER EU e DEL NATO
2.	Propor e desenvolver, no âmbito das suas competências, protocolos, programas, projetos e atividades de cooperação de âmbito nacional e internacional			

RESULTADOS

Em 2018, no âmbito das suas atribuições, a DSAE participou e representou PRT nos Capability Development Plan Team (CDP-T) Meetings da EDA, os quais tiveram como principal objetivo em 2018 a revisão do CDP com vista ao estabelecimento de prioridades de edificação de capacidades militares da União Europeia e identificação de tendências futuras das mesmas.

No âmbito da NATO, a DSAE preparou e apoiou a participação do SubDiretor da DGRDN nas reuniões plenárias da Conference of National Armaments Director (CNAD) e Resource Policy and Planning Board (RPPB).

No âmbito da Agência Europeia de Defesa (EDA) a DSAE participou e assegurou a representação de PRT nas várias reuniões nos diversos fóruns de decisão da Agência Europeia de Defesa, Comitês Diretores de Capacidades e Armamento, bem como nos fóruns estratégicos e técnicos no âmbito da cooperação internacional. Foi igualmente assegurada a presença e a participação nas iniciativas europeias relacionadas com a edificação das capacidades, nomeadamente no que respeita ao financiamento europeu e Cooperação Estruturada Permanente. A DSAE contribuiu para o desenvolvimento de protocolos, projetos

e demais atividades do âmbito bilateral, multilateral, nacional e internacional em coordenação com todos os parceiros intervenientes.

Assegurou a divulgação de todas as iniciativas no âmbito da EDA.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
09-02	Planos de Edificação de Capacidades Militares	Acompanhar a execução dos programas relativos ao reequipamento das FA, contribuindo para a elaboração e revisão dos respetivos planos	Potenciar a execução dos Programas de reequipamento associados à edificação de capacidades militares

Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
1. Elaborar, propor e atualizar, com a colaboração das FA, os planos decorrentes da análise das necessidades previstas nas capacidades militares e acompanhar a respetiva execução	Atividade corrente	AA/CAT/CII	GabMDN, DGPDN, EMGFA, Marinha, Exército, Força Aérea
2. Participar nas atividades de programação inerentes ao ciclo de planeamento de forças e desenvolvimento de capacidades militares de âmbito nacional e internacional			
3. Acompanhar a execução dos programas relativos ao reequipamento das FA contribuindo para a elaboração e revisão dos respetivos planos			

RESULTADOS

Em 2018 foram ainda realizados diversos pareceres técnicos e apresentadas propostas para aquisição de diversos equipamentos das entidades executantes da LPM.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
09-03	Lei de Programação Militar (LPM)	Contribuir para a eficiente coordenação e execução das políticas de armamento e equipamentos necessárias às Forças Armadas e à defesa nacional, atento o previsto na Lei de Programação Militar	Otimização da execução das políticas de armamento e equipamentos necessárias às Forças Armadas e à defesa nacional, atento o previsto na Lei de Programação Militar

Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
1. Acompanhar a execução dos programas relativos ao reequipamento das FA contribuindo para a elaboração e revisão dos respetivos planos	Atividade corrente	CAT	GabMDN, SG/MDN, DGPDN, EMGFA, Marinha, Exército, Força Aérea
2. Assegurar a execução (projetos dos Serviços Centrais), monitorização e controlo da execução da Lei de Programação Militar (LPM)			
3. Assegurar o apoio técnico e a emissão de pareceres e propostas de procedimentos de contratação pública relativos à aquisição de armamento e equipamento, em articulação com o EMGFA e as FA			

RESULTADOS

Em 2018 a DSAE, no âmbito das suas competências e atribuições, coordenou o processo de revisão da LPM. Assegurou igualmente a monitorização e o controlo da execução da LPM, pareceres quando solicitados relativamente a projetos de edificação de capacidades propostos pelas entidades executantes.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
09-04	Apoio à Gestão de Projetos	Promover e coordenar o planeamento e execução, em cooperação com o EMGFA, os ramos das FA e outras entidades intervenientes, os projetos no âmbito do armamento, equipamentos e sistemas de defesa	Garantir a máxima utilização do <i>Enterprise Project Management</i> (EPM) no planeamento e controlo da execução dos projetos no âmbito do armamento, equipamentos e sistemas de defesa

Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
1. Apoiar, enquanto entidade coordenadora da LPM, as entidades que executam os projetos de armamento, equipamentos e sistemas de defesa previstos na lei.	Atividade corrente	CAT	SG/MDN, EMGFA, Marinha, Exército e Força Aérea
2. Promover ações de formação, na ferramenta de Gestão de Projetos EPM			

RESULTADOS

Em 2018 foram efetuadas diversas reuniões de trabalho com vista à automatização e extração do Relatório da LPM via MS EPM. Os trabalhos não foram concluídos por motivos do processo de revisão da LPM tendo os mesmos transitado para o ano de 2019.

Foi efetuado um trabalho de análise pormenorizada ao conteúdo dos projetos das várias entidades executantes da LPM, em execução em 2018, com vista à melhoria da qualidade da informação contida nos mesmos bem como à atualização das tarefas. O resultado da análise foi enviado às entidades executantes por forma a procederem à devida correção e melhoria da informação inscrita em sistema. Para além do referido, a monitorização da informação financeira obtida via interface SIG-EPM foi sempre acautelado, garantido o alinhamento e coerência entre sistemas.

Por motivos da revisão da LPM foi prestado apoio técnico no que respeita à criação de projetos no MS EPM, análise da informação inscrita; análises de portfólio testando vários cenários possíveis. Durante o ano de 2018 foram realizadas três ações de formação certificada assim como realizados trabalhos de apoio direto e “*on job training*” aos gestores de projeto.

Legenda

Tipo de ação – atividade corrente; atividade de manutenção; atividade periódica; projeto

Natureza das ações

AA – Avaliação e Análise; APL – Apoio Logístico; CAT – Conceção e Apoio Técnico; CII – Cooperação Institucional Internacional; CIN – Cooperação Institucional Nacional; CON – Consultadoria; DIV – Divulgação; ES – Estatutária; FOR – Formação.

Programa 10



**Armamento e Equipamento
(Indústria, Logística e Investigação e Desenvolvimento)**

**Unidade
orgânica**

*Direção de Serviços de Armamento e
Equipamento/Divisão de Indústria, Logística e
Investigação e Desenvolvimento*

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
10-01	Licenciamento	Desenvolver ações de atualização de normas e procedimentos relativos à transmissão e circulação de produtos relacionados com a defesa e ao exercício das atividades	Contribuir para o desenvolvimento e atualização das normas e procedimentos relativos à transmissão e circulação de produtos relacionados com a defesa e ao exercício das atividades

Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
1. No âmbito das suas competências, a atualização das normas e procedimentos relativos à transmissão e circulação de produtos relacionados com a defesa e ao exercício das atividades, através da transposição de legislação comunitária	Atividade corrente	CAT/CIN /CII/DIV	GabMDN, DGPDN, Marinha, Exército, Força Aérea, COARM, AT DGPE/MNE
2. Assegurar, no âmbito das suas competências, a participação em organizações, entidades e grupos de trabalho nacionais e internacionais sobre a transmissão e circulação de produtos relacionados com a defesa			
3. Organização de ações de divulgação junto dos operadores económicos			

RESULTADOS

Através do DL n.º 9/2018, de 12 de fevereiro, foi transposta para a ordem jurídica interna a Diretiva (UE) 2017/2054, da Comissão, de 8 de novembro de 2017, procedendo a uma atualização à Lista de Produtos Relacionados com a Defesa, que constituiu a sétima alteração ao anexo I à Lei n.º 37/2011, de 22 de junho.

Foi assegurada a participação na única reunião, realizada em 2018, do grupo de trabalho da Comissão Europeia sobre a harmonização da implementação da Diretiva 2009/43/CE.

Foram efetuadas várias ações de sensibilização junto de operadores económicos.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
10-02	Controlo	Zelar pelo cumprimento da legislação relativa à transmissão e circulação de produtos relacionados com a defesa e ao exercício das atividades	Garantir o cumprimento da legislação relativa à transmissão e circulação de produtos relacionados com a defesa e ao exercício das atividades, por parte dos operadores económicos autorizados

Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
1. Gerir os processos relativos à transmissão e circulação de produtos relacionados com a defesa e emitir as respetivas licenças e certificados	Atividade corrente	CAT/CIN /CII/DIV	GabMDN, DGPE/MNE, AT, DGPDN, Marinha, Exército, Força Aérea, Operadores económicos, COARM
2. Elaborar e propor, em articulação com os ministérios competentes, a legislação referente ao controlo da atividade de indústria e comércio de produtos relacionados com a defesa			
3. Proceder a ações de auditoria junto dos operadores económicos autorizados			

RESULTADOS

No âmbito da Lei n.º 49/2009, de 5 de agosto, foram licenciadas/registadas 6 empresas para o exercício das atividades de comércio e indústria de bens e tecnologias militares.

Relativamente à circulação de produtos relacionados com a defesa, foram emitidas 14 licenças globais, 381 licenças individuais de exportação/transferência, 228 certificados internacionais de importação, 205 certificados de garantia de entrega, 43 certificados de destino final, 802 certificados para equipamento militar, 1 certificado de conformidade de empresa destinatária e 1 licença de trânsito.

Foi efetuada uma auditoria junto do operador económico no âmbito do processo de certificação.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
10-03	Estratégia de I&D	Estudar e propor, em articulação com os centros de investigação e desenvolvimento dos ramos, as medidas de política de investigação, desenvolvimento e inovação da Defesa Nacional	Contribuir para a definição e implementação da política de investigação, desenvolvimento e inovação da Defesa Nacional

Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
1. Elaborar e propor a atualização, no âmbito das suas competências, do documento da estratégia de investigação, desenvolvimento e inovação da defesa nacional	Atividade corrente	CAT/CIN /CII	DGPDN, EMGFA, Marinha, Exército, Força Aérea, EU, NATO, EDA, SCTN, BTID, IUM, Industrias de Defesa (idD)
2. Proceder a ações de divulgação junto das FA, do IUM, SCTN (Sistema Científico e Tecnológico Nacional) e BTID (Base Tecnológica e Industrial de Defesa)			

RESULTADOS

Coorganização na realização dos seguintes eventos de âmbito internacional (CII):

- Reunião do painel técnico CBRN da EDA em Lisboa, em JUN18;
- Reunião do painel técnico LAND da EDA em Lisboa, em JUN18;
- Conferência internacional "AUXDEFENSE" em Lisboa, em 3 e 4SET18.

Participação no "Workshop on autonomous land vehicles and their dual-use technologies", em 19-20NOV18.

Coorganização na realização dos seguintes eventos de âmbito nacional (CIN):

- Reunião do painel técnico IST da NATO/STO em Lisboa, em OUT18;
- Fórum Inovação e Defesa 2018 (FID2018), no CINAMIL, em MAI18.

Participação nos seguintes eventos de âmbito nacional (CIN):

- Palestra no "Workshop Defense & Security", no IST, em 21NOV18;
- Conferências sobre os projetos de investimento e I&D da Defesa ao Curso de Estado-Maior Conjunto no IUM em 14NOV18;
- Palestra ao III Encontro de Estudantes da AFCEA em Portugal, realizado no dia 25 de maio, na Escola Naval.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
10-04	Gestão de Projetos em I&D	Promover e coordenar, em cooperação com as FA, os planos e projetos de investigação e desenvolvimento nas áreas tecnológicas de interesse para a Defesa Nacional	Garantir o cumprimento da eficiente execução dos projetos de investigação e desenvolvimento nas áreas tecnológicas de interesse para a Defesa Nacional
Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes

1. Promover reuniões de acompanhamento junto das entidades dos consórcios;	Atividade corrente e projeto	CAT/CIN /CII/ CON	MAI, DGPDN, EMGFA, Marinha, Exército, Força Aérea, EU, NATO, EDA, SCTN, BTID, IUM, idD
2. Promover reuniões das “Comissões de Gestão e Acompanhamento” (CGA) dos projetos;			
3. Controlar o efetivo cumprimento da execução do planeamento do projeto através da análise dos relatórios produzidos pelos respetivos consórcios			

RESULTADOS

Realizadas as seguintes reuniões de acompanhamento da execução dos projetos de I&D nacionais (AA):

- Projeto SUBECO em 13DEZ18;
- Projeto GAMMAEX em 145FEV18;
- Projeto ANDRÓMEDA em 19FEV18 e 25JUL18;
- Projeto FIREND em 14FEV18;
- Projeto THEMIS em 10SET18 e 22NOV18;
- Projeto TROANTE em 24JUL18;
- Projeto BMS-EMM em 27JUL18;
- Projeto AUXDEFENSE em 15MAR18.

Legenda

Tipo de ação – atividade corrente; atividade de manutenção; atividade periódica; projeto

Natureza das ações

AA – Avaliação e Análise; APL – Apoio Logístico; CAT – Conceção e Apoio Técnico; CII – Cooperação Institucional Internacional; CIN – Cooperação Institucional Nacional; CON – Consultadoria; DIV – Divulgação; ES – Estatutária; FOR – Formação.

Programa 11



Infraestruturas	
Unidade orgânica	<i>Direção de Serviços de Infraestruturas e Património/Divisão de Infraestruturas</i>

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
11-01	Transferência para Portugal da Escola NATO de Comunicações e Sistemas de Informação (NCISS)	Cumprir a decisão NATO, aprovada pela Capability Package 9C0101, que aprovou a realocação da NCISS de Latina - Itália para Oeiras-Portugal	Continuidade da empreitada de construção do edifício da escola bem como dos arranjos exteriores para conclusão no último trimestre de 2018

Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
1. Apresentação de relatórios periódicos, no âmbito do comité de acompanhamento das novas estruturas de comando NATO (CANEC), sobre o ponto de situação do desenvolvimento deste projeto NATO	Projeto	AA/CAT	Empresas de projeto e empreitada contratadas
2. Representação da DGRDN no "Steering Committee" criado pela Agência NATO NCI para acompanhamento da transferência da Escola			
3. Representação da DGRDN, enquanto Gestora de Projeto, no Academy Program Management Board onde está representada a NCIA, através do Project Manager, e o EMGFA			
4. Preparação/execução de vistorias da empreitada de remodelação da Messe (parte do projeto)			
5. Coordenação/gestão da fiscalização e da coordenação de saúde em obra para o desenvolvimento da empreitada de construção do edifício da Escola			

6. Coordenação/gestão com todas as entidades externas necessárias tendentes à implementação do edifício (CMO/EMGFA/ANACOM/EDP)
7. Integração do grupo da NCIA que trata da abrangência da reformulação da Agência no que diz respeito ao ponto de situação da implementação do projeto no âmbito da implementação do projeto da Escola
8. Apoio técnico ao EMGFA no âmbito de alguns projetos relativos ao “Host Nation Support” para apoio à Escola

RESULTADOS

Sem informação disponível.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
11-02	Gestão das infraestruturas NATO em Portugal	Manter as infraestruturas dentro dos parâmetros operacionais e de segurança, para os quais foram designados pela NATO, com programas de manutenção anual geridos através do orçamento das receitas com IE NATO	Efetuar o cumprimento do programa anual de manutenção para cada infraestrutura NATO	
Subações		Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
1.	Preparação e acompanhamento das inspeções NATO em território nacional	Atividade corrente/projeto	AA/CAT	NATO, Ramos
2.	Elaboração de cadernos de encargos para projetos e obras dentro dos programas de manutenção estabelecidos para cada infraestrutura			
3.	Elaboração de procedimentos pré-contratuais de empreitada/serviços			

4. Fiscalização direta da implementação dos projetos de manutenção nas diversas infraestruturas NATO
5. Gestão dos contratos de armazenamento da capacidade sobrança das Infraestruturas NATO

RESULTADOS

Sem informação disponível.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
11-03	Manutenção/ Construção de infraestruturas	Cumprir decisões de implementação de projetos de construção de infraestruturas transversais à Defesa (serviços centrais do MDN/EMGFA/Ramos e outros)	Dar resposta às diversas solicitações técnicas anuais, ou continuidade de resposta quando se trate de programas plurianuais, no âmbito da preparação de Cadernos de Encargos, procedimento pré-contratuais e empreitadas	
Subações		Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
1.	Operacionalização de intervenções em infraestruturas da DGRDN (DDN/BUD/outros)	Atividade de manutenção/projeto	AA/CAT	Adjudicatários/ outras entidades da Defesa
2.	Operacionalização de intervenções em infraestruturas por solicitação do EMGFA/ Ramos e outros			
3.	Operacionalização de intervenções Base das Lajes (BA4)			
4.	Operacionalização de intervenções nos Ramos relativas a processos de descontaminação em infraestruturas			
5.	Colaboração com a área financeira no acompanhamento do controlo financeiro dos projetos NATO			

RESULTADOS

Sem informação disponível.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
11-04	Preparação do ciclo de planeamento NATO	Planeamento/Elaboração de novos projetos a submeter à NATO, atualização do inventário das infraestruturas NATO em Portugal, bem como elaboração de pareceres/respostas a diversa documentação NATO no âmbito do NSIP	Planeamento adequado de modo a possibilitar a submissão de novos projetos à NATO (Minor works/urgent requirements), bem como emissão de pareceres/respostas atempadas no âmbito do NSIP, recebidas através da Delegação Portuguesa na NATO

Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
1. Preparar e submeter a aprovação NATO "Minor Work" para Reposição da plataforma do Cais NATO de Ponta Delgada	Atividade corrente	AA	EMGFA/Ramos
2. Preparar e submeter a aprovação NATO "Minor Work" para alteração da casa das bombas de combustível no Depósito POL NATO de Ponta Delgada			
3. Preparar e submeter a aprovação NATO "Minor Work" para Reposição do sistema de combate a incêndios no POL NATO de Lisboa			
4. Aguardar aprovação NATO de "Minor Work" submetidos para sua operacionalização com elaboração de projeto e preparação de empreitada para as seguintes infraestruturas NATO: Base Naval, Porto Santo			

RESULTADOS

Sem informação disponível.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
11-05	Construção de infraestruturas	Cumprir decisões de implementação de projetos de âmbito NATO	Dar resposta aos projetos aprovados no NSIP (NATO Security Investment Program)	
Subações		Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
1.	Conclusão das deficiências da empreitada de Beneficiação da Estação de Tratamento de Águas de Lastro no Depósito POL NATO de Ponta Delgada (DPNPD)	Atividade de manutenção/projeto	AA/CAT	Adjudicatários/ outras entidades da Defesa
2.	Execução da empreitada de alteração do oleoduto aéreo no DPNPD			
3.	Execução da empreitada de recuperação do cais NATO de Ponta Delgada			
4.	Implementação da empreitada de recuperação do cais NATO de Ponta Delgada			
5.	Submeter à NATO o ante-projeto (TBCE) referente à placa de estacionamento na Base Aérea de Beja			
6.	Lançamento de procedimento pré-contratual para a empreitada de alargamento do "taxiway" da Base Aérea de Beja ("Minor Work" aprovado)			
7.	Lançamento de procedimento pré-contratual para a elaboração de projeto de reparação do cais do Portinho da Costa- DMNL ("Minor Work" aprovado)			
8.	Coordenação da elaboração do projeto em 6			
9.	Fiscalização das empreitadas em 2. e 3.			
10.	Acompanhar a aprovação NATO quanto ao ponto 5. Após o que será desenvolvido o projeto de execução			

RESULTADOS

Sem informação disponível.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
11-06	Consultadoria	Elaboração de informações, estudos e pareceres no âmbito do projeto, construção e manutenção de infraestruturas	Providenciar resposta técnica que melhor contribua para a decisão sobre os assuntos apresentados	
Subações		Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
Consultadoria no âmbito da elaboração de Plano Diretor para o Quartel da Medrosa		Atividade corrente	AA/CAT	EMGFA/Serviços Centrais do MDN

RESULTADOS

Sem informação disponível.

Legenda

Tipo de ação – atividade corrente; atividade de manutenção; atividade periódica; projeto

Natureza das ações

AA – Avaliação e Análise; APL – Apoio Logístico; CAT – Conceção e Apoio Técnico; CII – Cooperação Institucional Internacional; CIN – Cooperação Institucional Nacional; CON – Consultadoria; DIV – Divulgação; ES – Estatutária; FOR – Formação.

Programa 12



Património imobiliário do Estado afeto à Defesa Nacional

**Unidade
orgânica**

*Direção de Serviços de Infraestruturas e
Património/Divisão de Património e Turismo Militar*

Nº	Designação da Ação	Objetivo (1)	Resultado esperado	
12-01	Cumprir as competências da Unidade de Gestão Patrimonial	Assegurar que o inventário dos imóveis afetos à defesa nacional se encontra devidamente atualizado	Possibilidade de disponibilizar em tempo real informação sobre os imóveis afetos à defesa nacional	
	Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
		Atividade de manutenção	AA	Todas as entidades tuteladas pelo MDN

RESULTADOS

Concretizado.

Objetivo (2)		Resultado esperado		
Prosseguir com o preenchimento no SIIE de valências com informação que até agora não têm estado a ser incluída, designadamente quanto à melhor especificação da caracterização física dos imóveis		Consolidação e ampliação das bases de trabalho de gestão patrimonial		
Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes	
	Projeto	CAT, CIN		

RESULTADOS

Não concretizado.

Objetivo (3)		Resultado esperado	
Assegurar o cumprimento das disposições legais relativamente à obediência ao princípio da onerosidade		Esclarecer as dúvidas e os procedimentos quanto ao cumprimento das disposições legais sobre o pagamento de rendas pelos serviços públicos. Providenciar para que deixem de existir situações de cobrança excessiva	
Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
	Atividade de manutenção	CAT	

RESULTADOS

Foi assegurado o esclarecimento das dúvidas apresentadas pelos serviços e organismos que se encontram abrangidos pelo princípio da onerosidade.

Nº	Designação da Ação	Objetivo (1)	Resultado esperado
12-02	Representar o Ministério da Defesa Nacional na elaboração dos instrumentos de gestão territorial	Garantir que nos instrumentos de gestão territorial fiquem salvaguardados todos os interesses e condicionantes essenciais para garante da segurança de pessoas e bens	Instrumentos de gestão territorial (Planos Diretores, de Urbanização e de Pormenor) consentâneos com o dispositivo territorial das Forças Armadas, não só nas vertentes de implantação e acessos como também na inclusão dos diversos tipos de servidão terrestre, aeronáutica e radioelétrica
Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
	Atividade corrente	AA	Ramos das FA

RESULTADOS

Concretizado em todas as situações que foram dadas a conhecer a esta DPTM.

Objetivo (2)	Resultado esperado
Assegurar a eficiência na emissão de pareceres sobre a possibilidade de intervenção em território sujeito a servidão militar	Garantir o cumprimento das restrições impostas em zonas de servidão militar

Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
	Atividade corrente	AA	Ramos das FA

RESULTADOS

Concretizado.

Objetivo (3)		Resultado esperado	
Promover a consulta pública e propor a emissão de instrumentos constitutivos ou modificativos de servidões militares		Assegurar que os diplomas de servidão militar estão conforme as reais necessidades operacionais dos Ramos	
Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
	Projeto	AA	Ramos das FA e EMGFA

RESULTADOS

Concretizado.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
12-03	Representar o MDN na secção especializada permanente do Património Arqueológico e Arquitetónico do Conselho Nacional de Cultura	Contribuir para a emissão de pareceres e formulação de propostas por solicitação do Diretor-Geral do Património Cultural, no âmbito do património arqueológico e arquitetónico	Garantia de salvaguarda dos interesses da defesa nacional nas disposições emanadas do membro do Governo responsável pela área da Cultura
Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
	Atividade corrente	AA	

RESULTADOS

Foi assegurada a participação nas reuniões previstas e concretizada a elaboração e posterior aprovação dos pareceres requeridos sobre classificação de imóveis.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
12-04	Cartografia e Cadastro	Implementar estrutura de sistemas de informação geográfica e serviços de cartografia	Aperfeiçoar e complementar o conjunto de instrumentos base de gestão patrimonial, compatibilizando com a legislação mais recente
	Subações	Tipo	Natureza
		Projeto	AA

RESULTADOS

Não concretizado.

Legenda

Tipo de ação – atividade corrente; atividade de manutenção; atividade periódica; projeto

Natureza das ações

AA – Avaliação e Análise; APL – Apoio Logístico; CAT – Conceção e Apoio Técnico; CII – Cooperação Institucional Internacional; CIN – Cooperação Institucional Nacional; CON – Consultadoria; DIV – Divulgação; ES – Estatutária; FOR – Formação.

Programa 13



Rentabilização do património imobiliário afeto à Defesa Nacional

Unidade orgânica

Direção de Serviços de Infraestruturas e Património/Divisão de Património e Turismo Militar

Nº	Designação da Ação	Objetivo (1)	Resultado esperado
13-01	Identificar os imóveis excedentários e assegurar a sua rentabilização	Elencar os imóveis suscetíveis de rentabilização através da Lei de Infraestruturas Militares (LIM)	Coordenar e controlar os imóveis que, em cada altura, serão objeto de despacho para integração na LIM, disponibilizando oportunamente a informação adequada
	Subações	Tipo	Natureza
		Atividade corrente	AA
			Parceiros intervenientes
			Ramos das FA

RESULTADOS

Concretizado.

Objetivo (2)	Resultado esperado
Assegurar a elaboração dos instrumentos legais para autorização das operações de rentabilização de cada imóvel	Desafetação do domínio público militar e autorização para as operações de rentabilização de cada imóvel
Subações	Tipo
	Natureza
	Parceiros intervenientes
	Atividade corrente
	AA

RESULTADOS

Concretizado para todas as situações requeridas.

Nº	Designação da Ação	Objetivo (1)	Resultado esperado
13-02	Satisfazer os requisitos legais necessários à prévia rentabilização de imóveis	Promover a avaliação dos imóveis suscetíveis de rentabilização	Promoção de relatórios de avaliação e respetiva submissão a homologação pela DGTF, determinando o valor/ base a considerar na rentabilização
	Subações	Tipo	Natureza
		Atividade corrente	AA

RESULTADOS

Promovidas todas as avaliações necessárias e requeridas no período em causa.

Objetivo (2)	Resultado esperado
Promover e atualizar a inscrição matricial e registo predial dos imóveis disponibilizados	Exercer, mediante credencial própria, competências da DGTF no sentido de registar os imóveis que transitam para o domínio privado do Estado, ação indispensável para a respetiva rentabilização. Assegurar a classificação junto da Direção-Geral do Território
Subações	Tipo
	Natureza
	Parceiros intervenientes
	Atividade corrente
	CAT
	DGTF, DGT, Repartições de Finanças e Conservatórias do Registo Predial

RESULTADOS

Concretizada nalgumas situações. A dependência de ações da responsabilidade de outras entidades condicionou significativamente esta atividade.

Objetivo (3)	Resultado esperado
Promover a emissão de Certificações Energéticas	Disponibilização de elemento essencial para a transação imobiliária

Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
	Atividade corrente	CAT	

RESULTADOS

Concretizado para todas as situações do período em causa em que tal foi necessário.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
13-03	Informação	Disponibilizar a entidades externas informação sobre os imóveis a rentabilizar	Promover e acompanhar visitas aos imóveis, organizar o conjunto adequado de elementos caracterizadores da infraestrutura em rentabilização e responder às questões que, sobre o assunto, são colocadas através de diversos meios

Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
	Atividade corrente	DIV	

RESULTADOS

Concretizado para as necessidades do período em causa. É uma atividade contínua.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
13-04	Protocolos	Análise e parecer sobre propostas de utilização por terceiros de infraestruturas afetas à Defesa Nacional	Conformidade legal dos protocolos de utilização por terceiros de infraestruturas afetas à Defesa Nacional

Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
	Atividade corrente	AA	

RESULTADOS

Foram analisadas e redigidas todas as situações que foram solicitadas no período em causa.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
13-05	Receitas da Lei de Infraestruturas Militares	Coordenar a proposta de aplicação de receitas e controlar a sua execução	Proposta de aplicação de receitas decorrente da análise de prioridades indicada pelo EMGFA e Ramos e de orientações da tutela
	Subações	Tipo	Natureza
		Atividade corrente	CAT
			Parceiros intervenientes
			EMGFA e Ramos

RESULTADOS

Foi elaborada e apresentada a despacho a proposta de aplicação de receitas da LIM.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
13-06	Consultadoria	Elaborar informações, estudos e pareceres, preparar respostas a exposições e pedidos de informação no âmbito da gestão, utilização e rentabilização das infraestruturas afetas à Defesa Nacional	Providenciar resposta técnica que melhor contribua para a resolução dos assuntos apresentados
	Subações	Tipo	Natureza
		Atividade corrente	CON
			Parceiros intervenientes

RESULTADOS

Atividade contínua e corrente que resultou num significativo conjunto documental o qual, na generalidade, contribuiu para o andamento e resolução de processos de gestão patrimonial.

Legenda

Tipo de ação – atividade corrente; atividade de manutenção; atividade periódica; projeto

Natureza das ações

AA – Avaliação e Análise; APL – Apoio Logístico; CAT – Conceção e Apoio Técnico; CII – Cooperação Institucional Internacional; CIN – Cooperação Institucional Nacional; CON – Consultadoria; DIV – Divulgação; ES – Estatutária; FOR – Formação.

Programa 14



Acordo Bilateral de Defesa Portugal – Estados Unidos da América (Comissão Técnica)

Unidade orgânica

Direção de Serviços de Infraestruturas e Património/Divisão de Património e Turismo Militar

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
14-01	Reuniões da Comissão Técnica	Coordenar a delegação portuguesa	Convocar as reuniões, coordenar a delegação portuguesa e presidir às reuniões preparatórias da Comissão Técnica, pelo menos duas vezes por ano Elaborar as atas em conjunto com o coordenador da delegação dos EUA
Subações		Tipo	Natureza
		Atividade corrente	AA
Parceiros intervenientes			

RESULTADOS

Sem informação disponível.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
14-02	Projetos de infraestruturas	Analisar e emitir parecer sobre anteprojetos de infraestruturas a implementar ao abrigo do Acordo de Cooperação e Defesa	Com base na análise efetuada, e após discussão em sede de Comissão Técnica, submeter anteprojetos a autorização do Ministro da Defesa Nacional
Subações		Tipo	Natureza
		Atividade corrente	AA
Parceiros intervenientes			

RESULTADOS

Sem informação disponível.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
14-03	Comissão Bilateral Permanente	Reporte interministerial no âmbito de reuniões bi-anuais entre Portugal e os Estados Unidos da América do ponto de situação dos trabalhos da Comissão Técnica	Procurar em conjunto com o coordenador da delegação norte-americana a elaboração de uma declaração conjunta
Subações		Tipo	Natureza
		Atividade corrente	AA
			Parceiros intervenientes
			DGPDN

RESULTADOS

Sem informação disponível.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
14-04	Infraestruturas de uso partilhado ou de uso comum	Assegurar a disponibilização de dados sobre infraestruturas	Promover a atualização do registo de infraestruturas de uso comum ou de uso partilhado entre Portugal e os Estados Unidos da América, designadamente após conclusão das intervenções aprovadas em Comissão Técnica
Subações		Tipo	Natureza
		Atividade corrente	CAT
			Parceiros intervenientes
			ZAA

RESULTADOS

Sem informação disponível.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
14-05	Ambiente	Conhecer a situação ambiental e promover ações de remediação quando necessárias	Organização e acompanhamento das ações decorrentes do relatório n.º 375/2016 do LNEC sobre a contaminação de solos nas Lajes Promoção de diligências para ações de remediação do derrame de combustível no PIT 18
Subações		Tipo	Natureza
		Projeto	AA
			Parceiros intervenientes
			LNEC

RESULTADOS

Sem informação disponível.

Legenda

Tipo de ação – atividade corrente; atividade de manutenção; atividade periódica; projeto

Natureza das ações

AA – Avaliação e Análise; APL – Apoio Logístico; CAT – Conceção e Apoio Técnico; CII – Cooperação Institucional Internacional; CIN – Cooperação Institucional Nacional; CON – Consultadoria; DIV – Divulgação; ES – Estatutária; FOR – Formação.

Programa 15



Turismo Militar - Valorizar e divulgar a cultura e o património histórico-militar material e imaterial português, nacional e internacionalmente

**Unidade
orgânica**

*Direção de Serviços de Infraestruturas e
Património/Divisão de Património e Turismo Militar*

Nº	Designação da Ação	Objetivo (1)	Resultado esperado
15-01	Colaborar com os estabelecimentos de ensino, centros de investigação e empresas, na produção e consolidação de conhecimento, aquisição de novas competências, e estabilização de um quadro conceptual que permita ao Ministério da Defesa definir o seu paradigma de intervenção na área do Turismo Militar (TM)	Produzir um documento orientador que consubstancie uma definição operacionalizada de TM, tendo por base uma ampla revisão do conhecimento e identificação de boas práticas mundiais, e que operacionalizem os Quadros e Modelos de intervenção definidos ao nível estratégico	Realização de workshops temáticos em unidades produtoras de conhecimento e em centros empresariais e organizacionais que permitam dotar a estratégia de TM da horizontalidade e nível de consensualização adequada
Subações		Tipo	Natureza
		Projeto	CII
			Parceiros intervenientes

RESULTADOS

Ver Despacho do Sr. DG de 22-1-2018, enviado ao GabSEDN pelo Ofício n.º 537, da mesma data.

Objetivo (2)	Resultado esperado
Desenvolver e implementar políticas públicas no âmbito da estratégia para o TM visando o crescimento sustentado da economia nacional, particularmente das regiões do interior	Concretização da Rede de Turismo Militar - RETURMIL

Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
	Projeto	CAT	Exército, Câmaras Municipais; Turismo de Portugal

RESULTADOS

Ver Despacho do Sr. DG de 22-1-2018, enviado ao GabSEDN pelo Ofício n.º 537, da mesma data.

Nº	Designação da Ação	Objetivo (1)	Resultado esperado
15-02	Valorizar e divulgar a cultura e o património histórico-militar material e imaterial português, nacional e internacionalmente, para que estes se possam transformar em recursos passíveis de utilização ao nível do TM	Estabelecer o conjunto de propostas de valor da marca TM, afirmando o seu potencial e a sua simbologia nos contextos da segmentação (padrões de consumo) e posicionamento de mercado (estratégia para a diferenciação do produto)	Apresentação das propostas de valor para a marca TM

Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
	Projeto	CAT	

RESULTADOS

Ver Despacho do Sr. DG de 22-1-2018, enviado ao GabSEDN pelo Ofício n.º 537, da mesma data.

Objetivo (2)	Resultado esperado
Definir a campanha promocional para o TM, considerando as motivações, perceção e satisfação dos consumidores e os mecanismos de ligação à marca, sobretudo aos níveis simbólico e experiencial, particularmente relevantes no contexto histórico-militar	Apresentação da campanha promocional para o TM

Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
	Projeto	CAT	

RESULTADOS

Ver Despacho do Sr. DG de 22-1-2018, enviado ao GabSEDN pelo Ofício n.º 537, da mesma data.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
15-03	Estabilizar e divulgar o conceito de TM	Consolidação do segmento de oferta turística especializada – “Turismo Militar”	Military Tourism World Summit 2018

Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
	Projeto	CAT	C. M. de Elvas; Ramos; Secretaria de Estado do Turismo; Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior; Ministério da Cultura; Turismo de Portugal

RESULTADOS

Ver Despacho do Sr. DG de 22-1-2018, enviado ao GabSEDN pelo Ofício n.º 537, da mesma data.

Nº	Designação da Ação	Objetivo (1)	Resultado esperado
15-04	Diversificar a oferta turística, estruturando, articulando e qualificando os recursos de índole histórico-militar, promovendo a qualidade e a competitividade	Criação de uma matriz de avaliação e certificação que permita hierarquizar o património histórico-militar material e imaterial passível de integrar uma oferta estruturada de produtos de TM, que providencie informação relevante para apoio à decisão, identificando os fatores de atração e os fatores de sustentabilidade	Implementação da matriz de avaliação e certificação patrimonial

Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
	Projeto	CAT	

RESULTADOS

Ver Despacho do Sr. DG de 22-1-2018, enviado ao GabSEDN pelo Ofício n.º 537, da mesma data.

Objetivo (2)	Resultado esperado
Estruturação e qualificação da oferta	Realização de um seminário dedicado à recriação histórica e outras atividades de TM com os órgãos de cultura das Forças Armadas, as autarquias e as empresas do setor para debate e promoção de boas práticas (a ter lugar na Military Tourism World Summit 2018)

Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
	Atividade corrente	CAT	

RESULTADOS

Ver Despacho do Sr. DG de 22-1-2018, enviado ao GabSEDN pelo Ofício n.º 537, da mesma data.

Nº	Designação da Ação	Objetivo (1)	Resultado esperado
15-05	Promover a racionalização de recursos implementando um sistema de funcionamento em rede para o TM	Construção de um sistema de informação para o TM, desenvolvendo uma estrutura semiótica em rede, visando o estabelecimento de sinergias e a complementaridade de recursos entre as diferentes entidades envolvidas	Apresentação da rede

Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
	Projeto	CAT	

RESULTADOS

Ver Despacho do Sr. DG de 22-1-2018, enviado ao GabSEDN pelo Ofício n.º 537, da mesma data.

Objetivo (2)		Resultado esperado	
Construção de um sítio (online), com conteúdos institucionais de referência sobre TM, para divulgação nacional e internacional		Ativação do sítio do TM	
Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
	Projeto	CAT	

RESULTADOS

Ver Despacho do Sr. DG de 22-1-2018, enviado ao GabSEDN pelo Ofício n.º 537, da mesma data.

Objetivo (3)		Resultado esperado	
Desenvolvimento de conexões funcionais interministeriais que garantam maior flexibilidade para a realização e promoção dos produtos de TM		Articulação interministerial efetiva	
Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
	Atividade corrente	CAT	

RESULTADOS

Ver Despacho do Sr. DG de 22-1-2018, enviado ao GabSEDN pelo Ofício n.º 537, da mesma data.

Nº	Designação da Ação	Objetivo (1)	Resultado esperado
15-06	Contribuir para o reforço da imagem das Forças Armadas, divulgando os seus valores e capacidades	Reforçar o papel das Forças Armadas e da sua rede de museus na estratégia nacional para o TM, designadamente na ativação turística do seu património relevante para a visitação	Colaboração com os órgãos de cultura dos Ramos na programação temática, e no relacionamento com a Rede Portuguesa de Museus
Subações		Tipo	Natureza
		Atividade corrente	CIN

RESULTADOS

Ver Despacho do Sr. DG de 22-1-2018, enviado ao GabSEDN pelo Ofício n.º 537, da mesma data.

Objetivo (2)	Resultado esperado
Promover práticas, em cooperação com os ramos das Forças Armadas, que estimulem a descoberta e interação com a cultura militar por parte dos jovens e que contribuam para a melhoria dos índices de recrutamento	Descentralização dos campeonatos desportivos militares para infraestruturas públicas exteriores aos aquartelamentos garantindo maior visibilidade a estas iniciativas
Subações	Tipo
	Natureza
	Parceiros intervenientes
	Atividade corrente
	CIN

RESULTADOS

Ver Despacho do Sr. DG de 22-1-2018, enviado ao GabSEDN pelo Ofício n.º 537, da mesma data.

Objetivo (3)	Resultado esperado
Desenvolver rotas regionais alicerçadas em património histórico-militar e religioso relevante	Desenvolvimento das rotas de TM apoiadas no dispositivo territorial das Forças Armadas, valorizando as suas coleções visitáveis, em

colaboração com as autarquias locais

Estabelecimento e implementação da "Rota dos Monumentos aos Combatentes" com a Liga dos Combatentes, e articulação das rotas de TM com património religioso relevante com o Secretariado Nacional para os Bens Culturais da Igreja

Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
	Projeto	CAT	

RESULTADOS

Ver Despacho do Sr. DG de 22-1-2018, enviado ao GabSEDN pelo Ofício n.º 537, da mesma data.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
15-07	Implementar a estratégia nacional para o Turismo Militar	Desenvolver e aplicar as recomendações do Grupo de Trabalho Interministerial para o Turismo Militar	Em função das recomendações, a apresentar em novembro 2017

Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
	Projeto	CAT/CIN	

RESULTADOS

Ver Despacho do Sr. DG de 22-1-2018, enviado ao GabSEDN pelo Ofício n.º 537, da mesma data.

Atividades e Projetos não previstos

Ver Despacho do Sr. DG de 22-1-2018, enviado ao GabSEDN pelo Ofício n.º 537, da mesma data.

AÇÕES NÃO PREVISTAS NO PLANO DE ATIVIDADES PARA 2018

Linha de Apoio à Valorização Turística do Interior - Turismo Militar

Por determinação de S. Exa. o (então) Secretário de Estado da Defesa Nacional transmitida à Sr.ª Subdiretora-Geral, Mestre Catarina Figueiredo Cardoso, a partir de julho de 2018 a DGRDN participou em

diversas reuniões destinadas à concretização de projetos de Turismo Militar no âmbito da Linha de Apoio à Valorização Turística do Interior, conhecida como Valorizar.

Com efeito, o Aviso para apresentação de candidaturas que decorreu entre 1 de julho e 30 de setembro de 2018, disponibilizou um orçamento de cinco milhões de euros para projetos que contribuam para, nomeadamente, o desenvolvimento de novos serviços turísticos, no contexto específico do Turismo Militar (<http://business.turismodeportugal.pt/pt/noticias/Paginas/alteracao-linha-de-apoio-valorizacao-turistica-do-interior.aspx>).

Foram apresentadas diversas candidaturas no âmbito do Turismo Militar, nos eixos temáticos Templários em Portugal e Invasões Francesas, cuja avaliação pela DGRDN e o Turismo de Portugal se prolongou pelo início de 2019 e cujos resultados são aguardados para o início de março de 2019.

Despacho conjunto de S. Exa. o (então) Secretário de Estado da Defesa Nacional e de S. Exa. a Secretária de Estado do Turismo

Pela mesma determinação de S. Exa. o (então) Secretário de Estado da Defesa Nacional transmitida à Sr.^a Subdiretora-Geral, esta ficou encarregada de dar cumprimento ao Despacho de SExaSEDN, datado de 11 de maio de 2018.

Nos termos desse despacho, foi desenvolvido um relacionamento com o Turismo de Portugal e o gabinete de S. Exa a (então e agora) Secretária de Estado do Turismo, destinado à elaboração de um despacho conjunto dos dois Secretários de Estado e outros projetos com o Turismo de Portugal.

As principais ações projetadas com o Turismo de Portugal, destinadas a constar do despacho conjunto, foram as seguintes:

A. Centro de competência para o Turismo Militar

Criação um centro de competência para o Turismo Militar, para estimular a cooperação civil e militar, agregar os trabalhos produzidos, nacional e internacionalmente, e acompanhar projetos turísticos no âmbito do Turismo Militar. O centro de competência potenciará a transferência de conhecimento na área do Turismo Militar com o Centro de Inovação do Turismo, promovendo a ligação entre a academia e o mundo empresarial, disponibilizando às empresas novos modelos e componentes tecnológicas que reforcem a sua competitividade neste sector.

O centro de competência contribui para a operacionalização da ET27, em especial nas linhas de atuação “Potenciar o Conhecimento” e “Projetar Portugal”, e com os objetivos específicos de reforçar a identidade nacional e a imagem das Forças Armadas.

O centro de competência é estabelecido por protocolo entre o Exército Português e o Departamento de Economia, Gestão, Engenharia Industrial e Turismo da Universidade de Aveiro.

O centro de competência assegurará:

- O desenvolvimento de conteúdos narrativos com base histórica para fruição turística destinados aos suportes a desenvolver pelos eixos temáticos.
- Desenvolvimento da plataforma de promoção agregadora dos quatro Eixos Temáticos.
- Apoio e acompanhamento dos projetos em curso, nomeadamente dos projetos apresentado no âmbito do Programa Valorizar do Turismo de Portugal.

B. Rede nacional de Turismo Militar

O centro de conhecimento coordenará a Rede de Turismo Militar prevista na ET27.

O património, material e imaterial, histórico ou contemporâneo, com relevância militar, é um ativo diferenciador do Turismo Militar, disseminado pelo território nacional, e pode ainda ser encontrado em todos os continentes. Este património encontra-se, presentemente, atribuído às mais diversas tutelas, sendo as Forças Armadas detentoras de uma grande variedade de unidades, estabelecimentos e órgãos, assim como de um vasto e singular conjunto de bens patrimoniais e acervos museológicos e documentais. Tal património, mediante um modelo de visita turística que atenda às especificidades institucionais e

operacionais da respetiva instituição, será objeto de ações de estruturação da oferta turística em torno de roteiros e itinerários temáticos com vocação turística de âmbito histórico-cultural, numa rede de Turismo Militar, um projeto prioritário no âmbito da ET27 para valorizar o território e as comunidades.

C. Linha de Apoio a Projetos de Turismo Militar

De acordo com o mesmo Despacho de S. Exa. o (então) Secretário de Estado da Defesa Nacional, foi determinado o estabelecimento de uma linha de apoio a projetos de turismo militar, com uma dotação de 1,5 milhões de euros, repartidos pelo quinquénio 2019-2023 em montantes de 300.000€. Ainda neste Despacho, foi determinado que a DGRDN deveria estabelecer ligação com o Turismo de Portugal para operacionalizar os financiamentos e o plano de ação para o Turismo Militar.

A proposta elaborada pela DGRDN e o Turismo de Portugal previa que a linha de financiamento de 1,5 milhões poderia apoiar projetos já financiados pelo Turismo de Portugal, ou projetos apresentados à DGRDN, e que em ambos os casos os projetos deveriam obter parecer favorável das duas entidades.

Legenda

Tipo de ação – atividade corrente; atividade de manutenção; atividade periódica; projeto

Natureza das ações

AA – Avaliação e Análise; APL – Apoio Logístico; CAT – Conceção e Apoio Técnico; CII – Cooperação Institucional Internacional; CIN – Cooperação Institucional Nacional; CON – Consultadoria; DIV – Divulgação; ES – Estatutária; FOR – Formação.

Programa 16



**Qualidade e Ambiente
(Alienação, Desmilitarização, Ambiente e Qualidade)**

**Unidade
orgânica**

*Direção de Serviços de Qualidade e
Ambiente/Divisão de Alienação, Desmilitarização,
Ambiente e Qualidade*

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
16-01	Inventariação dos edifícios, infraestruturas e equipamentos do MDN com amianto	Atualizar com a informação recebida anualmente os parâmetros do inventário de amianto do MDN no Sistema de Informação de Imóveis do Estado (SIIE)	Até ao final do ano obter o inventário de amianto atualizado com os dados mais recentes transmitidos pelas entidades da Defesa Nacional
Subações		Tipo	Natureza
		Atividade de manutenção	AA
			Parceiros intervenientes
			Ramos das Forças Armadas, IDN, IASFA, IGDN e Serviços Centrais

RESULTADOS

A inventariação dos edifícios com amianto é feita semestralmente.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
16-02	Implementação de Sistemas de Gestão Ambiental	Assegurar a manutenção da certificação dos sistemas de gestão ambiental das unidades certificadas, através da realização de auditorias e promover a implementação de novos sistemas (ISO14001 e EMAS)	Até ao final do ano realizar pelo menos uma auditoria a um sistema de gestão ambiental de uma das unidades certificadas
Subações		Tipo	Natureza
Realização de auditorias		Atividade de manutenção	AA
			Parceiros intervenientes
			Unidades das Forças Armadas

RESULTADOS

Durante o ano de 2018 a Estação Radar Nº 2 implementou o sistema de gestão ambiental EMAS, está em processo de certificação. A DADAQ acompanhou as duas fases da auditoria de certificação, nos períodos de 21-22 de julho e 24-25 de setembro de 2018, tendo apoiado a unidade neste processo.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
16-03	Cooperação institucional nacional e internacional no âmbito do ambiente	Promover a cooperação institucional nacional e internacional da DGRDN no âmbito do ambiente	Assegurar a representação e participação em grupos de trabalho internacionais relativos ao domínio ambiental e responder às solicitações apresentadas pelas entidades nacionais e internacionais
	Subações	Tipo	Natureza
		Atividade corrente	CII/CIN
			Parceiros intervenientes
			EDA, NATO, APA, UNL-FCT

RESULTADOS

A DADAQ participou nas 3 reuniões anuais do *Energy and Environment Working Group* (Março, Julho e Dezembro), foram acompanhadas as comunicações da DEFNET e do *Environment Protection Working Group* da NATO, e foi dada resposta às solicitações da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa no âmbito de um trabalho de mestrado sobre o curso de ambiente no Colégio Europeu de Defesa.

Foi ainda assegurada a participação nos grupos de trabalho da economia circular e dos plásticos. No âmbito do Programa de Eficiência Energética para a Administração Pública participamos em inúmeras reuniões, nomeadamente no que se prende com o Barómetro.

Participámos ainda em vários fóruns promovidos pela APA, nomeadamente no “Programa LIFE”.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
16-04	Coordenação do Prémio Defesa Nacional e Ambiente	Promover as boas práticas ambientais das unidades, estabelecimentos ou órgãos das Forças Armadas	Coordenar os trabalhos de divulgação da edição dos prémios, efetuar a abertura de concurso, proceder à análise das candidaturas apresentadas, compilar os resultados e presidir à reunião do júri de atribuição do prémio
	Subações	Tipo	Natureza
	1. Solicitar à SG/MDN a conceção da imagem da edição do prémio	Atividade periódica	CAT
			Parceiros intervenientes
			Estrutura Coordenadora dos Assuntos

- | | |
|---|---|
| <ol style="list-style-type: none"> 2. Efetuar a proposta de divulgação do prémio nas páginas de internet e intranet 3. Atualizar os conteúdos da página do prémio com as candidaturas, regulamento e matriz de votação 4. Analisar candidaturas recebidas 5. Presidir à reunião do júri para a atribuição do prémio | <p>Ambientais do
Ministério da
Defesa Nacional
(ECAA – Despacho
n.º 10447/2012, de
3 de agosto)</p> |
|---|---|

RESULTADOS

Desenvolvemos todas as ações conducentes à realização da 25ª edição do PDNA, que culminaram com a atribuição do prémio à Brigada Mecanizada do Campo Militar de Santa Margarida através do Despacho Conjunto n.º 692/2019, de 30 de novembro de 2018.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
16-05	Atualização da Diretiva Ambiental	Efetuar uma proposta de revisão dos objetivos da Diretiva Ambiental para a Defesa Nacional	Coordenar o processo de atualização da Diretiva Ambiental junto da Estrutura Coordenadora de Assuntos Ambientais e apresentar uma proposta de revisão

Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
1. Efetuar uma proposta de revisão dos objetivos da Diretiva Ambiental para a Defesa Nacional	Projeto	CAT	Estrutura Coordenadora dos Assuntos Ambientais do Ministério da Defesa Nacional (ECAA – Despacho n.º 10447/2012, de 3 de agosto)
2. Apresentar um conjunto de indicadores associados aos objetivos para validação			
3. Analisar o feedback e contributos das entidades representadas na ECAA			

RESULTADOS

Projeto adiado na sequência da saída de Recursos Humanos da Divisão inviabilizou a finalização desta ação.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
16-06	Coordenação do Plano de Ação	Promover a consecução dos objetivos estratégicos da	Coordenar o processo de elaboração do Plano de Ação

Ambiental (PAA) da Diretiva Ambiental		Diretiva Ambiental para a Defesa Nacional através da elaboração do PAA	Ambiental junto da Estrutura Coordenadora de Assuntos Ambientais e apresentar uma proposta do PAA	
Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes	
1. Analisar o feedback e contributos das entidades representadas na ECAA	Projeto	CAT	Estrutura Coordenadora dos Assuntos Ambientais do Ministério da Defesa Nacional (ECAA – Despacho n.º 10447/2012, de 3 de agosto)	
2. Efetuar proposta do plano				

RESULTADOS

Dado que esta ação decorre da anterior não foi possível a sua concretização.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
16-07	Aplicação do regulamento REACH (Registo, Avaliação e Autorização de Substâncias Químicas) na Defesa Nacional	Promover a definição de um procedimento para a atribuição de isenções de defesa do REACH através da colaboração com as entidades competentes REACH e da participação no grupo especialistas REACH da EDA (Agência Europeia de Defesa)	Ao longo de 2018, participar nas reuniões do grupo de especialista REACH da EDA e reunir com as entidades competentes com o objetivo de se obter uma proposta para um procedimento de isenções de defesa ao regulamento REACH
Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
	Projeto	CAT	Forças Armadas; APA; DGAE e DGS

RESULTADOS

Foram acompanhadas as comunicações do grupo de especialista REACH da Agência Europeia e Defesa e foram apoiadas as iniciativas do *REACH Roadmap* relativas a ações de investigação e desenvolvimento com vista a encontrar substitutos para substâncias e artigos críticos para a defesa que sejam sujeitos às maiores restrições do REACH (registo, autorização, restrições de utilização, etc). A nível interno foi realizado um novo inventário de substâncias utilizadas das Forças Armadas sujeitas ao REACH, para efeitos de monitorização, mas em 2018 não foi possível voltar a reunir com as autoridades competentes.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
16-08	Apoio ao cumprimento da legislação ambiental aplicável à Defesa Nacional	Assegurar o apoio às Forças Armadas no cumprimento dos requisitos legais aplicáveis	Prestar apoio no cumprimento dos requisitos legais aplicáveis, nomeadamente, o reporte do uso crítico de halons nas Forças Armadas, o inventário nacional de PCB e registo de resíduos
	Subações	Tipo	Natureza
		Atividade periódica	AA
			Parceiros intervenientes
			Forças Armadas

RESULTADOS

Foram enviados os ofícios aos ramos e EMGFA sobre os prazos para comunicação à Agência Portuguesa do Ambiente referentes ao Mapa Integrado de Registo de Resíduos, Halons e Gases Fluorados, foram prestados esclarecimentos relativo à aplicação de legislação (por exemplo em auditorias) e foi dado a conhecer, através da Estrutura Coordenadora de Assuntos Ambientais, novas alterações legislativas com impacto na Defesa relativas ao domínio do ambiente.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
16-09	Integração de critérios ambientais nos processos aquisitivos	Promover a integração de critérios ambientais nos processos aquisitivos através da apresentação de proposta	Prestar apoio técnico na inclusão de critérios ambientais nos contratos referentes a processos aquisitivos
	Subações	Tipo	Natureza
		Atividade periódica	CAT
			Parceiros intervenientes
			Estrutura Coordenadora dos Assuntos Ambientais do Ministério da Defesa Nacional (ECAA – Despacho n.º 10447/2012, de 3 de agosto)

RESULTADOS

Esta ação decorre da atualização da Diretiva Ambiental que não foi possível concretizar pelos motivos expostos na ação 16-05.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
16-10	Implementação de medidas de eficiência energética e a utilização de renováveis em edifícios, infraestruturas e equipamentos do MDN	Promover a implementação de medidas de eficiência energética e a utilização de renováveis através da apresentação de propostas, do acompanhamento de projetos e da indicação de possíveis fontes de financiamento	Apresentar pelo menos um projeto de implementação de medidas de eficiência energética com a indicação de fonte de financiamento

Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
	Atividade periódica/Projeto	CAT	Unidades das Forças Armadas

RESULTADOS

No âmbito da gestão energética apoiamos os Ramos e o IASFA na concretização de algumas medidas.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
16-11	Coordenação dos Processos da Qualidade na Defesa Nacional	Definir as políticas da Qualidade na Defesa Nacional nos setores aplicáveis e coordenar as medidas definidas em sede da Estrutura Coordenadora da Qualidade para a Defesa Nacional	Identificação das áreas da Defesa Nacional sobre as quais incidem as políticas da Qualidade. Elaboração das políticas de implementação, revisão e divulgação da Qualidade. Coordenação das medidas a implementar

Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
	Projeto	CIN	Entidades intervenientes na Estrutura Coordenadora da Qualidade para a Defesa Nacional (ECQDN)

RESULTADOS

Elaborada a informação nº 2086 de 28 de novembro de 2018 “Criação de uma estrutura e definição das competências da Autoridade para o Exercício da Garantia Governamental da Qualidade”.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
16-12	Exercício da Garantia Governamental da Qualidade (GGQ)	Coordenar as ações necessárias ao cumprimento dos compromissos assumidos por Portugal resultantes da ratificação do STANAG 4107, bem como coordenar os pedidos de Portugal a outros Estados membro da OTAN para acompanhamento de contratos da Defesa Nacional no âmbito da GGQ e realizar atividades como “ <i>Governmental Quality Assurance Representative</i> ” (GQAR)	Coordenar o acompanhamento, no âmbito da GGQ, de contratos colocados na Indústria de Defesa Nacional. Coordenar e solicitar o acompanhamento, no âmbito da GGQ, de contratos da Defesa Nacional colocados em indústrias nacionais e em indústrias de países membros da OTAN. Exercer a atividade técnica GQAR de acompanhamento de contratos, no âmbito da GGQ
	Subações	Tipo	Natureza
		Atividade de manutenção e periódica	CII/CIN
			Parceiros intervenientes
			Estados membro da OTAN, Marinha, Exército e Força Aérea

RESULTADOS

Todos os pedidos recebidos no âmbito da GGQ, de contratos da Defesa Nacional colocados nas indústrias nacionais foram analisados, respondidos e submetidos a acompanhamento técnico.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
16-13	Certificação de Sistemas de Gestão da Qualidade enquadrados com as Normas NATO/AQAP	Proporcionar à Indústria de Defesa Nacional a igualdade competitiva perante as Indústrias de Defesa de outros Estados membro da OTAN em sede de Certificação dos seus Sistemas de Gestão da Qualidade enquadrados nas normas da Qualidade NATO/AQAP	Proporcionar a obtenção, manutenção e revisão da Certificação dos seus Sistemas de Gestão da Qualidade enquadrados nas normas da Qualidade NATO/AQAP, quando solicitado pelas Indústrias de Defesa nacionais

Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
	Atividade periódica	CIN	Empresas da Indústria de Defesa

RESULTADOS

Foram auditadas todas as empresas que solicitaram a renovação da certificação para o novo referencial AQAP alinhado com a ISO9001:2015.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
16-14	Implementação de técnicas LEAN na DSQA	Prosseguir a adoção das melhores práticas de melhoria contínua e de eliminação de desperdício na DSQA visando uma otimização de serviços e obtenção da melhor eficiência da nossa atuação	Formalização e constituição do "Lean Office" da DSQA a fim de poderem ser promovidas as melhores iniciativas no âmbito da aplicação das técnicas LEAN

Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
	Projeto	CAT	

RESULTADOS

Após a realização da formação de técnicas LEAN, foi dada continuidade na DSQA à aplicação das boas práticas aprendidas.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
16-15	Representação nos fora nacionais e internacionais da Qualidade	Assegurar a representação nacional nos fora da Qualidade em território nacional e no estrangeiro a fim de defender a posição da Defesa Nacional e recolher informação pertinente para a tomada de decisão neste âmbito	Transmitir a posição da Defesa Nacional nas reuniões e grupos de trabalho da Qualidade e recolher informação sobre as posições e interesses de terceiros que possam influenciar o rumo de atuação no âmbito da Qualidade

Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
	Atividade corrente	CAT	

RESULTADOS

No âmbito das suas competências a DADAQ fez-se representar no âmbito do AC/327 nos respetivos grupos de trabalho nacionais e internacionais.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
16-16	Desmilitarização de munições e explosivos oriundos das Forças Armadas	Assegurar a desmilitarização das munições e explosivos obsoletos, oriundos dos ramos das Forças Armadas, através da execução de um contrato com empresa certificada e qualificada para o efeito	Assegurar a desmilitarização das munições e explosivos mais prioritários (que representam maior risco para a segurança) face à sua validade ou estado de deterioração

Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
	Atividade corrente	APL	Ramos das Forças Armadas

RESULTADOS

O contrato de desmilitarização de munições e explosivos de 2018 foi concluído na sua totalidade. As verbas realizadas com a venda das sucatas provenientes das ações de desmilitarização foram aplicadas na desmilitarização adicional dos itens mais prioritários.

Foi dado início à preparação do contrato de desmilitarização para 2019.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
16-17	Alienação de material de guerra das Forças Armadas	Instruir e executar, em estreita colaboração com os ramos das Forças Armadas, os processos de alienação de material de guerra das Forças Armadas, garantidos que estejam todos os preceitos legais	Garantir para a Defesa Nacional o maior encaixe financeiro possível resultante dos projetos de alienação de material de guerra através de Procedimento de Contratação Pública. Rentabilizar armamento que esteja classificado como menos prioritário, através de venda

Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
	Atividade corrente	APL	Ramos das Forças Armadas

RESULTADOS

Concluída a alienação das aeronaves CASA C-212 100.

Concluída a alienação das aeronaves T-37.

Foi iniciado junto da NSPA, parceria D3, o processo de alienação de 6 lotes provenientes da frota de aeronaves Alpha Jet da Força Aérea.

Legenda

Tipo de ação – atividade corrente; atividade de manutenção; atividade periódica; projeto

Natureza das ações

AA – Avaliação e Análise; APL – Apoio Logístico; CAT – Conceção e Apoio Técnico; CII – Cooperação Institucional Internacional; CIN – Cooperação Institucional Nacional; CON – Consultadoria; DIV – Divulgação; ES – Estatutária; FOR – Formação.

Programa 17



**Qualidade e Ambiente
(Normalização e Catalogação)**

**Unidade
orgânica**

*Direção de Serviços de Qualidade e
Ambiente/Divisão de Normalização e Catalogação*

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
17-01	Elaboração dos Processos de Ratificação	Contribuir para a elaboração dos processos de ratificação, nomeadamente a sua publicação em DR	Ratificação dos STANAG
	Subações	Tipo	Natureza
		Atividade corrente	CIN
			Parceiros intervenientes
			DS/DGRDN, EMGFA e Ramos

RESULTADOS

Em 2018 foram elaborados e Ratificados a totalidade dos processos STANAG oriundos do EMGFA.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
17-02	Representação do Ministério da Defesa Nacional no âmbito das competências do Materiel Standardization Group (MSG), Materiel Standardization and Harmonization Team (MSHT) e do Joint Maintenance Committee (JMC)	Assegurar a representação do MDN nas reuniões dos Grupos de Trabalho [Materiel Standardization Group (MSG) e Materiel Standardization and Harmonization Team (MSHT) e do Joint Maintenance Committee (JMC)] no âmbito das suas competências específicas	Participar nas reuniões propostas
	Subações	Tipo	Natureza
		Atividade corrente	CII
			Parceiros intervenientes
			MDN

RESULTADOS

Em 2018 participou-se em todas as reuniões do MSG e MSHT (realizaram-se oito em 2018)) e numa da comissão Ad Hoc do EUROPEAN DEFENCE STANDARDIZATION STRATEGY Implementation Plan Team.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
17-03	Representação do Ministério da Defesa Nacional no âmbito das competências do Committee for Standardization (CS) da NATO e do Standardization Management Group (SMG)	Assegurar a representação do MDN nas reuniões do Committee for Standardization (CS) e do Standardization Management Group (SMG) no âmbito das suas competências específicas	Participar nas reuniões propostas
	Subações	Tipo	Natureza
		Atividade corrente	CII
			Parceiros intervenientes

RESULTADOS

Em 2018 participou-se numa reunião do CS (realizaram-se duas em 2018) e numa do SMG (realizaram-se 3 em 2018).

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
17-04	Assegurar a resposta aos documentos no âmbito dos grupos de trabalho MSG e MSHT	Assegurar a resposta em tempo às solicitações dos grupos de trabalho MSG e MSHT	Responder em tempo às solicitações dos MSG e MSHT
	Subações	Tipo	Natureza
		Atividade corrente	CAT
			Parceiros intervenientes

RESULTADOS

Foram dadas respostas às solicitações no âmbito dos grupos de trabalho dentro dos prazos previstos.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
17-05	Garantir a qualidade da Catalogação nacional (1)	Proceder à catalogação dos pedidos nacionais e internacionais dentro dos parâmetros temporais e definidos pelo Comité OTAN AC/135	Manter o número médio de dias de resposta a 75% dos pedidos de catalogação, quer nacionais, quer internacionais, em menos de 10 dias úteis
	Subações	Tipo	Natureza
		Atividade corrente	CIN/CII
			Parceiros intervenientes
			Secções de Catalogação dos Ramos das Forças Armadas; "National Codification Bureaux" (NCB) dos países estrangeiros

RESULTADOS

Durante o ano de 2018 foi obtido o resultado de 10 dias. O *software* de catalogação SPCAT II só permite calcular o tempo médio de resposta em intervalos de 10 dias (10, 20, 30, etc.). A meta de 10 dias foi atingida, no entanto, pode dizer-se que os objetivos foram ultrapassados, porquanto os 10 dias verificados dizem respeito a 100% dos pedidos de catalogação recebidos (e não a 75% como nos tínhamos proposto).

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
17-06	Garantir a qualidade da Catalogação nacional (2)	Proceder à catalogação dos pedidos nacionais e internacionais dentro dos parâmetros de qualidade definidos pelo Comité OTAN AC/135	Manter a percentagem de rejeições dos pedidos de catalogação solicitados pelos NCB's estrangeiros abaixo dos 20%
	Subações	Tipo	Natureza
		Atividade corrente	CIN/CII
			Parceiros intervenientes
			"National Codification Bureaux" (NCB) dos países estrangeiros

RESULTADOS

Resultado 11.86% de rejeições. Corresponde à média anual da soma dos dois semestres (1º semestre 6.19%; 2º semestre 17.53%).

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
17-07	Garantir a atribuição dos Códigos de Organização (CORG)	Proceder à atribuição de Código de Organização (CORG) dentro dos parâmetros de qualidade definidos pelo Comité OTAN AC/135	Proceder à atribuição dos Código de Organização (CORG) em menos de 15 dias uteis
	Subações	Tipo	Natureza
		Atividade corrente	CIN/CII
			Parceiros intervenientes
			Secções de Catalogação dos Ramos das Forças Armadas; "National Codification Bureaux" (NCB) dos países estrangeiros; Empresas e organizações nacionais

RESULTADOS

Resultado 7.8 dias. Resulta de 106 pedidos nacionais, com uma média de 8.3 dias e 66 pedidos internacionais [*National Codification Bureaux* (NCB) dos países estrangeiros], com uma média de 7.3 dias.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
17-08	Garantir os carregamentos SIG/DN	Proceder ao carregamento dos NNAs/NAPs ou pedido de evolução (NAPs-MD para NNA) em SIG/DN; proceder às alterações em SIG/DN dos NNAs/NAPs solicitadas pelos Ramos das Forças Armadas e Serviços de Identificação e Classificação de Material do EMGFA, IASFA e SG/MDN	Proceder ao carregamento de 99% dos NNAs/NAPs ou pedido de evolução (NAPs-MD para NNA) em SIG/DN e/ou proceder às alterações em SIG/DN dos NNAs/NAPs solicitadas, em menos de 3 dias úteis
	Subações	Tipo	Natureza
		Atividade corrente	CIN
			Parceiros intervenientes
			Secções de Catalogação dos Ramos das Forças

Armadas, Serviços
de Identificação e
Classificação de
Material do EMGFA,
IASFA e SG/MDN

RESULTADOS

Feitos carregamentos de 99% de NNA/SNAPS/Evoluções/Alterações em SIG/DN em menos de 1 dia.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
17-09	Traduzir para língua portuguesa o Manual de Catalogação OTAN (ACodP-1)	Proceder à tradução para língua portuguesa do Manual de Catalogação OTAN - ACodP-1 (903 páginas na versão de Jul17). Esta tradução irá permitir um maior entendimento dos aspetos técnicos da catalogação a todos os intervenientes do processo nas Forças Armadas portuguesas (Pessoal dos Ramos das Forças Armadas: Secções de Catalogação; Centros de Identificação e Classificação; Serviços de Identificação e Classificação de Material), traduzindo-se em aumento da qualidade dos pedidos de catalogação. Por outro lado, faz parte da matéria acordada com o Brasil, através do Memorando de Entendimento em catalogação	Proceder à tradução para língua portuguesa do Manual de Catalogação OTAN - ACodP-1 (903 páginas na versão de Jul17), até 30Jun18
Subações		Tipo	Natureza
		Projeto	CII
Parceiros intervenientes			

RESULTADOS

Tradução finalizada em Nov18. O Manual de Catalogação OTAN (ACodP-1) é um documento vivo (sofre alterações todos os 6 meses: Janeiro e Julho de todos os anos). Fruto da transformação em curso na catalogação OTAN, o ACodP-1 sofreu alterações substanciais durante o ano de 2018 (quer em Janeiro, quer em Julho), razão pela qual se achou conveniente não finalizar a tradução até Junho de 2018, mas antes proceder à tradução das alterações introduzidas na versão de Jul18. Assim, a tradução do ACodP-1

só foi finalizada em Novembro de 2018. Foram entregues cópias em versão digital ao AC/135 (para publicação on-line para toda a comunidade do Sistema OTAN de Catalogação) e ao NCB do Brasil, de acordo com o previsto no Memorando de Entendimento em Catalogação, assinado entre os dois países.

Legenda

Tipo de ação – atividade corrente; atividade de manutenção; atividade periódica; projeto

Natureza das ações

AA – Avaliação e Análise; APL – Apoio Logístico; CAT – Conceção e Apoio Técnico; CII – Cooperação Institucional Internacional; CIN – Cooperação Institucional Nacional; CON – Consultadoria; DIV – Divulgação; ES – Estatutária; FOR – Formação.

Programa 18



Gerir os Recursos Financeiros e Patrimoniais da DGRDN

**Unidade
orgânica**

*Direção de Serviços de Gestão Financeira e
Apoio/Divisão de Gestão Financeira e Patrimonial*

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
18-01	Gerir os recursos financeiros da DG	Otimização dos recursos financeiros afetos à DGRDN	Cumprimento atempado dos prazos, bem como as formalidades legais	
	Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
1.	Proceder à elaboração da proposta orçamental, integrando as várias fontes de financiamento – receitas gerais, próprias e investimento (orçamentos de Funcionamento, Antigos Combatentes, LPM, LIM, Receitas Próprias, Investimento, Polo NSPA, Infraestruturas NATO) de acordo com as orientações da DGO e plafond atribuído superiormente e acompanhar permanentemente os níveis da sua execução	Atividade de manutenção	APL	
2.	Acompanhamento da execução dos orçamentos financiados pela Lei do Serviço Militar (Dia da Defesa Nacional, CIOFE, Incentivos, PALOP's, OCRD, Recrutamento e Divulgação)			
3.	Gestão financeira e orçamental dos projetos do NATO Security Investment Programme (NSIP) e proceder à sua análise, acompanhamento e reporte no CIRIS			
4.	Proceder à preparação e acompanhamento das auditorias nacionais e internacionais (NATO)			
5.	Proceder ao fornecimento de dados financeiros para o reporte do SIOE, do Balanço Social, Plano de Atividades, Relatório de Atividades, QUAR, Rescisões e Aposentações			
6.	Preparar, elaborar e remeter à Secretaria-Geral do MDN os			

- elementos necessários para a elaboração da Conta de Gerência
7. Gerir a frota automóvel no Sistema de Gestão do Parque de Veículos do Estado (SGPVE) da ESPAP
 8. Levantamento, mapeamento e avaliação de processos no âmbito financeiro

RESULTADOS

A execução orçamental da DGRDN, em 2018, foi acompanhada pelo grupo de 7 técnicos da DGFP, através da análise detalhada dos mapas emitidos pelo Sistema Integrado de Gestão (SIG).

A DGRDN, relativamente ao ano de 2018, apresenta uma execução orçamental no montante de 134.038.240,08 €, o que representa 89,79 % de execução do orçamento total aprovado.

No que diz respeito ao orçamento de funcionamento/atividades da DGRDN, verificou-se uma execução total da despesa, no montante de 9.197.192,13 €, dos quais, 7.561.447,54 € decorrem das Receitas Gerais e os restantes 1.635.744,59 € das Receitas Próprias. Em termos percentuais as Receitas Gerais representam 82,21 % da execução total da despesa do orçamento de funcionamento e os restantes 17,79 % são relativos da execução das Receitas Próprias. Esta baixa execução do orçamento das receitas próprias deve-se por não ter sido arrecadada a totalidade da receita planeada para 2018.

O Departamento de Apoio aos Antigos Combatentes teve uma execução total de 838.663 €, o que em termos percentuais representa 96,30 % de execução face à dotação corrigida líquida de cativos.

A execução das atividades que decorrem do financiamento das verbas da Lei do Serviço Militar, designadamente, os encargos referentes à organização e realização do DDN totalizaram o montante de 763.888,64 € e o CIOFE o montante de 204.895,88 €, representando 79,84% e 97,26%, respetivamente. O apoio prestado aos Cidadãos Deficientes das Forças Armadas e dos Cidadãos dos PALOP's apresenta uma despesa no montante de 51.496,20 €, representando 99,95%.

As atividades do Turismo Militar tiveram uma execução de 82.877,81 €, representa 52,22%.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
18-02	Gerir os recursos patrimoniais da DG	Elaborar e manter atualizado o inventário do património afeto à DGRDN	Assegurar o normal funcionamento dos serviços
	Subações	Tipo	Natureza
			Parceiros intervenientes
	Assegurar a disponibilização e distribuição do imobilizado, de acordo com as necessidades de cada serviço	Atividade de manutenção	APL

RESULTADOS

Foi elaborado e atualizado o cadastro relativo ao imobilizado da DGRDN.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
18-03	Análise e Controlo da execução orçamental	Acompanhar e controlar a execução dos vários orçamentos	Garantir um acompanhamento permanente dos níveis de execução orçamental	
	Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
1.	Proceder à análise da informação financeira registada no Sistema Integrado de Gestão, SIG, alertando para eventuais incorreções nos lançamentos efetuados pela Secretaria-geral	Atividade de manutenção	APL	
2.	Preparar as propostas das alterações orçamentais, propostas de transição de saldos e propostas de abertura de crédito especial			
3.	Implementar o Sistema Integrado de Gestão Orçamental da DGRDN			
4.	Registar e controlar a execução dos projetos da NATO no CIRIS			
5.	Criar um sistema de informação e controlo interno da receita/despesa das verbas da Lei das Infraestruturas Militares (LIM)			
6.	Registar nominalmente as regularizações financeiras dos projetos da NATO em território nacional			
7.	Gerir o Fundo de Maneio			
8.	Verificar a conformidade jurídico-financeira dos documentos de despesa, promover o respetivo pagamento e executar a contabilização de todos os movimentos financeiros			
9.	Assegurar os procedimentos inerentes à cobrança e entrega das receitas próprias			
10.	Assegurar a execução financeira e o controlo dos orçamentos da LPM, LIM e Investimento			

11. Entrega do Imposto sobre o Valores Acrescentado dos Contratos de manutenção
12. Reembolso de Imposto sobre o Valor Acrescentado a fornecedores de Obras NATO
13. Gerir tarefas inerentes à contratação pública de bens e serviços, assegurando a gestão do aprovisionamento dos bens de consumo corrente
14. Acompanhar e controlar a execução do Plano de Deslocações na plataforma de controlo interno
15. Acompanhar e controlar a execução do Plano de Formação

RESULTADOS

Elaboração e análise de mapas financeiros de apoio à gestão;

Elaboração mensal dos Fundos Disponíveis no SIGO, *site* da DGO;

Elaboração dos mapas mensais sobre Pagamentos em atraso, no Site da DGO;

Elaboração mensal da Unidade de Tesouraria, no site da DGO;

Elaboração da previsão mensal da despesa numa perspetiva mensal, no site da DGO;

Criação de um sistema de informação e controlo interno da receita/despesa das verbas da Lei das Infraestruturas Militares (LIM).

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
18-04	Reportes Financeiros	Elaboração dos reportes referentes aos Serviços Integrados no site da Direção-Geral do Orçamento	Garantir um acompanhamento mensal dos Fundos Disponíveis, Pagamentos em Atraso, PME, Unidade de Tesouraria e Deslocações ao Estrangeiro, execução mensal e análise de desvios	
Subações		Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
1.	Gestão mensal do lançamento dos reportes financeiros no portal da DGO (Fundos Disponíveis, Previsão Mensal de Execução, Pagamentos em atraso e validação do SIPI)	Atividade de manutenção	APL	

2. Gestão anual no portal da DGO da Transição de saldos
3. Proceder trimestralmente ao acompanhamento e controlo dos encargos plurianuais na plataforma de reporte SCEP da DGO
4. Proceder ao acompanhamento e reporte mensal das deslocações e estadas em território nacional e internacional, assim como o reporte da unidade de tesouraria
5. Proceder ao fornecimento de dados financeiros para o reporte do SIOE

RESULTADOS

Acompanhamento mensal dos Fundos Disponíveis, pagamentos em atraso, unidade de Tesouraria, Deslocações ao estrangeiro (anual), execução mensal e análise de desvios.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
18-05	Gestão de economato	Disponibilização e distribuição atempada do material de escritório	Assegurar o normal funcionamento dos serviços
	Subações	Tipo	Natureza
			Parceiros intervenientes
	Distribuição e controlo dos artigos de consumo corrente, assegurando os níveis de stock	Atividade de manutenção	APL

RESULTADOS

Distribuição e controlo dos artigos de consumo corrente, assegurando os níveis de stock.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
18-06	Consultadoria	Elaborar informações, estudos e pareceres sobre assuntos que não se enquadrem nas ações previamente programadas pela DSGFA, nomeadamente funções consultivas, estudo e elaboração de pareceres	Apoio à gestão da DGRDN

técnico-jurídicos no âmbito
financeiro e patrimonial

Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
	Atividade corrente	CON	

RESULTADOS

Nada a referir.

Legenda

Tipo de ação – atividade corrente; atividade de manutenção; atividade periódica; projeto

Natureza das ações

AA – Avaliação e Análise; APL – Apoio Logístico; CAT – Conceção e Apoio Técnico; CII – Cooperação Institucional Internacional; CIN – Cooperação Institucional Nacional; CON – Consultadoria; DIV – Divulgação; ES – Estatutária; FOR – Formação.

Programa 19



Gerir os Recursos Humanos da DGRDN

**Unidade
orgânica**

*Direção de Serviços de Gestão Financeira e
Apoio/Divisão de Gestão de Recursos Humanos
e Apoio*

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
19-01	Gerir os Recursos Humanos afetos à DG	Contribuir para a prossecução da missão da DGRDN, garantindo o funcionamento do sistema de gestão e administração dos recursos humanos	Garantir o regular funcionamento da DGRDN através de uma gestão eficaz dos RH

Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
1. Assegurar os procedimentos relativos à administração do pessoal da DGRDN (executar os instrumentos relativos à constituição, modificação e extinção da relação jurídica de emprego)	Atividade corrente	APL	
2. Desmaterializar os processos individuais dos trabalhadores			

RESULTADOS

Desenvolvidos procedimentos para mobilidades internas e intercarreiras e respetivas consolidações. Foram geridas as situações de diferentes tipos de licenças e/ou comissões de serviço. Foi elaborado o mapa de pessoal e foram respondidas todas as solicitações no âmbito dos RH, pedidas por outros organismos do Estado. Foi prestada colaboração nos diversos instrumentos de gestão da Direção-Geral (Plano de Atividades, Relatório de Atividades, Relatório Sintético, Relatório de Autoavaliação).

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
19-02	Contribuir para o desenvolvimento e motivação dos trabalhadores da DGRDN	Potenciar o desenvolvimento pessoal e contribuir para o aumento do nível de motivação dos trabalhadores (formação)	Proporcionar o acesso à formação profissional

Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
1. Diagnosticar as necessidades de formação 2. Elaborar a proposta do Plano Anual de Formação 3. Gerir o Plano de formação 4. Promover a formação e aperfeiçoamento profissional do pessoal afeto à DGRDN	Atividade corrente	FOR	Toda a DGRDN; Direção-Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas (ex-Instituto Nacional de Administração)

RESULTADOS

Promoção e divulgação de oferta formativa e inscrição dos trabalhadores da DGRDN em formação.

Atualização da Base de Dados no âmbito da frequência de formação.

Foi criado um Grupo de Trabalho para a criação de modelos de questionários para levantamento das necessidades de formação.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
19-03	Sistema Integrado de Avaliação de Desempenho na Administração Pública (SIADAP)	Coordenação e monitorização do SIADAP 2 e 3 (participação coordenadora do GAT na elaboração do SIADAP 1 - QUAR)	Acompanhar processo de avaliação de desempenho de dirigentes e trabalhadores. Cumprimento dos prazos estipulados na lei

Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
	Atividade corrente	AA	Toda a DGRDN

RESULTADOS

Foram dados contributos para a elaboração do SIADAP 1 (QUAR).

SIADAP 2 e 3: foram desenvolvidos procedimentos de operacionalização das diferentes fases do processo de forma a cumprir os prazos legais.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
19-04	Modernização e simplificação administrativa da DGRDN	Estudar e implementar novos mecanismos organizacionais e de sistemas de informação, necessários à melhoria da eficiência e eficácia dos processos de funcionamento da DGRDN	Desburocratização e simplificação de procedimentos e processos administrativos

Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
1. Acompanhar as medidas de simplificação propostas pelas unidades orgânicas e aprovadas superiormente	Atividade corrente	CAT	Toda a DGRDN
2. Apoiar tecnicamente na área dos sistemas de informação			
3. Participação na iniciativa "Macroestrutura funcional para a classificação de documentos e para a interoperabilidade semântica entre os sistemas de informação na Administração Pública" e estabelecimento de prazos de conservação de documentos (Projeto MEF – DGLAB) (Participação do GAT)			

RESULTADOS

Durante o período em apreço foi prestada a colaboração a todos os serviços na exploração dos recursos informáticos existentes e procedeu-se a algumas melhorias com o objetivo de melhorar e aligeirar os processos de funcionamento da DGRDN.

Os projetos MEF (Macroestrutura funcional para a classificação de documentos e para a interoperabilidade semântica entre os sistemas de informação na Administração Pública) e ASIA (criação de um instrumento comum para a Administração Pública que determine os prazos de conservação e do destino final dos documentos) relativos à gestão documental da iniciativa da Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas, não tiveram desenvolvimento durante o ano de 2018, que envolvessem a participação da DGRDN (DGRHA e GAT).

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
19-05	Prestar informações que sejam solicitadas pelos diversos Serviços Centrais do MDN e Serviços da AP	Promover a divulgação das atividades da DGRDN ou de outras matérias ao nível dos RH's das FA de interesse para a comunidade; Colaborar com as demais entidades do Ministério na divulgação das suas atividades	Divulgação de informação relevante sobre a DGRDN e a Defesa Nacional

Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
Manter atualizado o sítio da DGRDN na Internet, com as informações relativas aos instrumentos de gestão e outras matérias relevantes	Atividade corrente	DIV	Toda a DGRDN

RESULTADOS

Prestação regular, trimestral, de informação respeitante ao SIOE na plataforma da DGAEP.
Prestação regular, anual, de informação respeitante ao RAF na plataforma do INA.
Prestação regular, mensal, respeitante às rescisões e aposentações, solicitada pela Secretaria-Geral do MDN.
Prestação regular, quadrimestral, de informação solicitada pela Secretaria-Geral do MDN.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
19-06	Consultadoria	Elaborar informações, estudos e pareceres sobre assuntos que não se enquadrem nas ações previamente programadas pela DSGFA, nomeadamente funções consultivas, estudo e elaboração de pareceres técnico-jurídicos no âmbito da relação jurídica de emprego público e recursos humanos, acompanhamento de inspeções e auditorias à Direção-Geral	Apoio à gestão da DGRDN

Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
	Atividade corrente	CON	

RESULTADOS

Elaboração de pareceres, informações, notas internas no âmbito de matérias diretamente relacionadas com os recursos humanos, nomeadamente, Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, Código do Trabalho, Estatuto do Pessoal Dirigente, Sistema Integrado de Avaliação do Desempenho na AP, Processo de Recrutamento e Seleção, Código dos Contratos Públicos, Leis do Orçamento do Estado e Leis de Execução Orçamental, e de outras matérias transversais à Direção-Geral, designadamente, Estatuto dos Militares das

Forças Armadas, Lei Orgânica de Bases da Organização das Forças Armadas, Lei de Defesa Nacional, Lei de Bases do Estatuto da Condição Militar, e demais legislação complementar da mesma natureza.

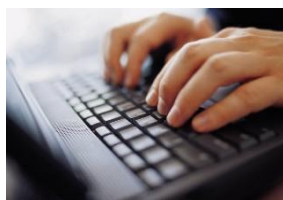
Legenda

Tipo de ação – atividade corrente; atividade de manutenção; atividade periódica; projeto

Natureza das ações

AA – Avaliação e Análise; APL – Apoio Logístico; CAT – Conceção e Apoio Técnico; CII – Cooperação Institucional Internacional; CIN – Cooperação Institucional Nacional; CON – Consultadoria; DIV – Divulgação; ES – Estatutária; FOR – Formação.

Programa 20



Acompanhar, analisar e controlar os Sistemas de Informação da DGRDN

Unidade orgânica

Direção de Serviços de Gestão Financeira e Apoio/Divisão de Gestão de Recursos Humanos e Apoio

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
20-01	Gestão e Controlo de Pessoal	Manter atualizada a base de dados de Recursos Humanos da DGRDN	Dar resposta às várias solicitações neste domínio
Subações		Tipo	Natureza
			Parceiros intervenientes
Garantir o funcionamento e a atualização da informação relativa aos trabalhadores		Atividade de manutenção	APL

RESULTADOS

Foram reportados dados no domínio dos recursos humanos da DGRDN, nomeadamente para o SIOE e para a preparação do Orçamento de Estado de 2019, através da utilização de uma base de dados interna.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
20-02	Sistema de Gestão Documental	Controlar a entrada e saída de documentos	Manter atualizado o registo de documentos
Subações		Tipo	Natureza
			Parceiros intervenientes
		Atividade de manutenção	APL

RESULTADOS

No ano de 2018 foram registadas na aplicação de Gestão Documental 21.109 entradas e 9.732 saídas.

Internamente a aplicação faz os encaminhamentos sem protocolos (só há documentos protocolados quando entregues a entidades externas em mão).

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
20-03	Sistema Integrado de Avaliação do Desempenho da Administração Pública (SIADAP) - informatização -	Planear e monitorizar o desempenho da organização, das unidades orgânicas e respetivos trabalhadores	Melhoria do desempenho, da qualidade dos serviços e harmonização da ação das unidades orgânicas, dirigentes e demais trabalhadores da DGRDN
	Subações	Tipo	Natureza
		Atividade de manutenção	Parceiros intervenientes
			DGRDN

RESULTADOS

No âmbito das atividades tendentes ao processo do SIADAP, foi possível aferir com exatidão o nível de concretização dos objetivos correspondentes a cada trabalhador.

Neste particular, e das atividades desenvolvidas, importa realçar a realização dos diversos relatórios de apoio de monitorização e acompanhamento do processo de avaliação do SIADAP, assim como, a implementação do sistema de alarmística, que visa apoiar os diversos intervenientes no processo na condução das respetivas das atividades.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
20-04	Base de Dados do Sistema de Informação de Organização do Estado (SIOE)	Recolher os dados relativos aos efetivos e prestadores de serviço na Administração Pública	Manter atualizado o sistema de dados pessoais e profissionais para tratamento estatístico na Direção-Geral da Administração e Emprego Público
	Subações	Tipo	Natureza
		Atividade de manutenção	Parceiros intervenientes
			APL

RESULTADOS

Prestação regular e em tempo de informação, de carácter trimestral, respeitante ao SIOE na plataforma da DGAEP.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
20-05	Gestão das Bases de Dados	Proceder à gestão das Bases de Dados em exploração	Desenvolver e administrar de modo centralizado as estratégias, procedimentos e práticas para o processo de gestão das bases de dados

Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
1. Garantir a integridade do sistema de informação	Atividade de manutenção	APL	
2. Garantir a otimização do acesso aos dados			
3. Definição da estratégia relativa aos procedimentos de segurança e restauro da informação			

RESULTADOS

Neste âmbito foram assegurados os procedimentos referentes à gestão dos sistemas de base de dados, nomeadamente a atualização e correção da informação e verificação da integridade dos dados, recorrendo a processos de comparação e cruzamento de informação.

Importa realçar, a atempada calendarização e verificação da integridade da informação que foi alvo de cópia de segurança.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
20-06	Desenvolvimento de soluções informáticas	Proceder à análise e ao desenvolvimento de soluções informáticas tendo por base as necessidades dos serviços	Dar resposta aos pedidos solicitados

Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
	Atividade de manutenção	APL	

RESULTADOS

No que respeita ao desenvolvimento de soluções informáticas, foram assegurados os procedimentos referentes à gestão dos sistemas de base de dados, nomeadamente a atualização e correção da informação e verificação da integridade dos dados, recorrendo a processos de comparação e cruzamento de informação.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
20-07	Gestão dos sistemas de informação	Disponibilizar os meios de tratamento automático de informação necessários ao funcionamento da Direcção-Geral, proceder ao desenvolvimento e atualização dos sistemas informáticos, assim como apoiar os seus utilizadores	Disponibilizar os meios de informação necessários ao bom funcionamento da DGRDN	
Subações		Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
1.	Garantir o funcionamento e a atualização das diversas aplicações informáticas	Atividade de manutenção	APL	Toda a DGRDN SG/MDN
2.	Prestar apoio e formação aos utilizadores			
3.	Manter atualizados e com uma elevada taxa de disponibilidade os serviços prestados online ao cidadão			

RESULTADOS

A ação em apreço reveste-se de importância estratégica uma vez que influencia claramente o regular funcionamento do organismo.

Nessa perspetiva, a infraestrutura é alvo de um investimento contínuo no que concerne à renovação do parque informático, designadamente através da aquisição de novos equipamentos e subsequente renovação dos equipamentos considerados obsoletos, de acordo com o plano estratégico definido pela DSGFA para 2018.

Legenda

Tipo de ação – atividade corrente; atividade de manutenção; atividade periódica; projeto

Natureza das ações

AA – Avaliação e Análise; APL – Apoio Logístico; CAT – Conceção e Apoio Técnico; CII – Cooperação Institucional Internacional; CIN – Cooperação Institucional Nacional; CON – Consultadoria; DIV – Divulgação; ES – Estatutária; FOR – Formação.

Programa 21



Análise Jurídica e Contratual no âmbito da DGRDN

**Unidade
orgânica**

Divisão de Análise Jurídica e Contratual

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
21-01	Contratação pública no âmbito da Defesa	Assegurar o apoio técnico-jurídico aos procedimentos de contratação pública	Conformidade legal e regularidade financeira dos procedimentos Execução da Lei de Programação Militar (LPM)	
Subações		Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
1.	Apoio técnico-jurídico à promoção e instrução de procedimentos de contratação pública relativos à aquisição de armamento e equipamentos militares, em particular os referentes a projetos inscritos nas capacidades da LPM	Projeto/atividade corrente	AA/CON	DSAE, DSQA, DSGFA, Ramos das FA
2.	Apoio técnico-jurídico à promoção e instrução de procedimentos que visam o desenvolvimento de projetos de I&D da Defesa			
3.	Apoio técnico-jurídico aos procedimentos de alienação e desmilitarização de material de guerra			
4.	Acompanhamento jurídico da execução dos contratos, incluindo gestão e liberação das garantias bancárias			
5.	Elaboração de pareceres sobre propostas de procedimentos de contratação pública a realizar pelos Ramos das Forças Armadas			

RESULTADOS

Em 2018, a DAJC apoiou a condução de 27 procedimentos de contratação pública, dos quais 5 concursos públicos, 7 consultas prévias, 13 ajustes diretos e 2 procedimentos de contratação excluída. De entre estes, destaca-se a integração na equipa de negociação para a aquisição da aeronave de transporte KC-390. O

apoio prestado inclui a elaboração e revisão das peças dos procedimentos, a participação nos júris, a elaboração de relatórios e informações e demais atos necessários.

No âmbito dos projetos de I&D de defesa, foi promovida a extensão do âmbito e/ou prazos de execução dos protocolos BMS (*Battle Management System*), Firend e Troante, através da elaboração/revisão das respetivas adendas.

Foram promovidos, em colaboração com a DSQA, 5 procedimentos de alienação de que resultou uma receita efetiva de 1,1M€ e concluída a adjudicação de dois contratos de desmilitarização de munições e explosivos provenientes das Forças Armadas.

Foram ainda instruídos 7 processos de liberação de cauções contratuais; estes processos transitaram em meados de Abril para a DSGFA.

Em estreita colaboração com a DSAE, foram elaboradas várias informações/pareceres relativos a 21 propostas de aquisições de equipamentos militares e serviços conexos oriundas dos Ramos das FA's, dos quais 17 novos processos iniciados e sujeitos a autorização ministerial em 2018 que globalmente totalizaram um investimento em capacidades militares na ordem dos 156M€.

No âmbito desta ação, destaca-se ainda a instrução de 5 processos de visto prévio, junto do Tribunal de Contas, todos eles concluídos com sucesso.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
21-02	Legislação e Regulamentos em matérias específicas	Assegurar o apoio jurídico à elaboração de projetos legislativos e de regulamentos	Atualização da legislação Harmonização dos procedimentos internos	
Subações		Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
1.	Participação na elaboração, revisão de legislação e regulamentos em áreas específicas tais como contratação pública no domínio da Defesa, atividade de indústria e comércio de produtos da Defesa, I&D, Qualidade e Ambiente	Projeto/atividade corrente	CAT/ CON	DSAE, DSQA
2.	Elaboração e apresentação de propostas de regulamentos internos tendo em vista a sistematização e harmonização de procedimentos de contratação pública ou similares no âmbito da DGRDN			

RESULTADOS

Assegurada a continuação do acompanhamento da avaliação da implementação da legislação e orientações/recomendações emanadas pela Comissão Europeia no que respeita aos contratos públicos nos domínios da defesa e segurança, designadamente através da representação e participação nos trabalhos do *Expert Group on Defence and Security Procurement*.

Colaboração e apoio ao processo de regulamentação relativo ao projeto SST ("SPACE SURVEILLANCE AND TRACKING").

Não foi possível avançar com a subação 2. em virtude da escassez de recursos e excessivo volume de trabalho nas restantes atividades.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
21-03	Consultadoria	Assegurar o apoio e tratamento técnico-jurídico de todos os assuntos remetidos pela Direção	Apoio à gestão da DGRDN, através de uma resposta atempada a todas as solicitações

Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
Elaboração de estudos, informações e pareceres técnico-jurídicos sobre assuntos, matérias e procedimentos administrativos da competência da DGRDN, que não se enquadrem nas ações 21-01 e 21-02	Atividade corrente	CON	

RESULTADOS

Foi dada resposta a 27 pedidos de colaboração em assuntos diversos, designadamente pareceres sobre projetos de despacho de delegação de competências e propostas de Protocolos, Memorandos de Entendimento e instrumentos afins.

Destaca-se o apoio ao Gabinete de SEXA o MDN e MNE no âmbito do processo de infração n.º Infração n.º 2017/2186 instaurado pela COMISSÃO EUROPEIA contra Portugal relativo ao procedimento de aquisição dos dois NPO.

Legenda

Tipo de ação – atividade corrente; atividade de manutenção; atividade periódica; projeto

Natureza das ações

AA – Avaliação e Análise; APL – Apoio Logístico; CAT – Conceção e Apoio Técnico; CII – Cooperação Institucional; CIN – Cooperação Institucional Nacional; CON – Consultadoria; DIV – Divulgação; ES – Estatutária; FOR – Formação.

Programa 22



**Gestão de Ativos do Estado
no âmbito da Defesa Nacional**

**Unidade
orgânica**

Divisão de Gestão de Ativos do Estado

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
22-01	Gestão, conservação e segurança do património imobiliário no âmbito da Defesa Nacional	Participar, colaborar e desenvolver estudos necessários à gestão, conservação e segurança do património imobiliário afeto à Defesa Nacional sem fins militares	Propor medidas de racionalização do património imobiliário afeto à Defesa Nacional sem fins militares

Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
1. Definir o projeto	Projeto	CAT	DSPM e DSIP
2. Conceber os instrumentos de recolha de informação			
3. Recolher, tratar e analisar os dados			
4. Elaborar o relatório			

RESULTADOS

Foi realizado um projeto com vista à identificação das necessidades de conservação e segurança do património da Defesa Nacional, devendo o mesmo, em momento posterior, levar à realização de um levantamento e caracterização das múltiplas situações nas infraestruturas das Forças Armadas. Com base na informação coligida, deveria ser realizado um referencial técnico e uma hierarquização dos vários tipos de intervenção em função da urgência, de modo a aferir a necessidade de capacitação destas infraestruturas por forma a garantir o cumprimento dos requisitos mínimos de segurança.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
22-02	Gestão da propriedade intelectual e industrial, detidos pelo Estado, no âmbito da Defesa Nacional	Elaborar informações, estudos e pareceres, que permitam a gestão da propriedade intelectual e industrial, detidos pelo Estado, ligados à área da Defesa Nacional	Propor medidas gestionárias referentes aos direitos de propriedade intelectual e industrial detidos pelo Estado relativos às atividades de Defesa Nacional

Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
1. Definir o projeto	Projeto	CAT	DSQA e DSGFA
2. Conceber os instrumentos de recolha de informação			
3. Recolher, tratar e analisar os dados			
4. Elaborar o relatório			

RESULTADOS

Foi realizado um levantamento e subsequente estudo da legislação nacional e internacional existente. Foram realizadas com diversas áreas da DGRDN reuniões com vista ao levantamento do “estado da arte” no que respeita às diversas especificidades e situações da propriedade intelectual e industrial detidas pelo Estado. Servindo como “case study” foi ainda realizado o processo de registo do logotipo do “Turismo Militar”.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
22-03	Assessoria Técnica e Consultadoria	Elaborar informações, estudos e pareceres, bem como preparar respostas a pedidos de informação, no âmbito das competências da Divisão	Produção de documentos de apoio à tutela política e à Direção da DGRDN

Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
	Atividade corrente	CAT/ CON	Preferencialmente: GabEPE e DSGFA Outras unidades orgânicas consideradas necessárias

RESULTADOS

Foram realizados inúmeros pareceres e informações relacionados com os ativos do Estado, nomeadamente na área das indústrias de defesa cuja atividade consiste na gestão de participações sociais detidas pelo Estado em sociedades ligadas direta ou indiretamente às atividades de defesa, como forma indireta de exercício de atividades económicas. Foram igualmente elaborados pareceres e informações relacionadas com o património do Estado afeto à Defesa Nacional, bem como ativos intangíveis como sejam a propriedade intelectual e industrial, detidos pelo Estado, no âmbito da Defesa Nacional.

Nota – justifica-se que o não cumprimento integral do programa desta área deve-se à criação da Divisão através do Despacho 5469/2018, 2018-06-04 (6 meses de existência).

Legenda

Tipo de ação – atividade corrente; atividade de manutenção; atividade periódica; projeto

Natureza das ações

AA – Avaliação e Análise; APL – Apoio Logístico; CAT – Conceção e Apoio Técnico; CII – Cooperação Institucional Internacional; CIN – Cooperação Institucional Nacional; CON – Consultadoria; DIV – Divulgação; ES – Estatutária; FOR – Formação.

Programa 23



**Estudos e Planeamento Estratégico
no âmbito da DGRDN**

*Gabinete de Estudos e Planeamento Estratégico
(Equipa Multidisciplinar)*

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
23-01	Assessoria técnica e Consultadoria	Coadjuvar o Diretor-geral no âmbito jurídico e financeiro, assegurando a intervenção em matérias transversais às várias áreas de atuação da DGRDN	Elaboração abrangente de documentos (estudos, projetos, pareceres) de apoio à Direção
	Subações	Tipo	Natureza
		Atividade corrente	CAT/ CON
			Parceiros intervenientes DGRDN e outros serviços externos

RESULTADOS

Elaborados documentos em matérias jurídicos/financeiras relativas à DGRDN, tais como pareceres, projetos, estudos e informações, destacando-se nomeadamente:

1. Contributos na elaboração do articulado da Lei de Programação Militar;
2. Contributos na elaboração do articulado e programação da Lei de Infraestruturas Militares;
3. Contributos para a análise e redação de normativos da Lei do Orçamento do Estado;
4. Contributos na análise de legislação a ser abrangida pelo Programa Revoga +
5. Contributos do ponto de vista jurídico-financeiro em matérias do âmbito orçamental da DGRDN
6. Apoio na elaboração das peças do procedimento do Concurso de Conceção para o Campus da Defesa.
7. Articulação e coordenação dos assuntos referentes à cooperação Bilateral e Multilateral no Domínio da Defesa no âmbito das atribuições da DGRDN.

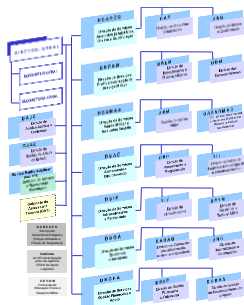
Legenda

Tipo de ação – atividade corrente; atividade de manutenção; atividade periódica; projeto

Natureza das ações

AA – Avaliação e Análise; APL – Apoio Logístico; CAT – Conceção e Apoio Técnico; CII – Cooperação Institucional Internacional; CIN – Cooperação Institucional Nacional; CON – Consultadoria; DIV – Divulgação; ES – Estatutária; FOR – Formação.

Programa 24



Coordenar a elaboração dos instrumentos de gestão estratégica da DGRDN e execução de matérias no âmbito organizacional

Gabinete de Assessoria Técnica ao Diretor

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado		
24-01	Controlo de Execução da Atividade da DGRDN	Elaborar e coordenar os instrumentos necessários ao controlo de execução da atividade da Direção-Geral, nomeadamente aqueles que estão previstos na legislação em vigor	Produzir Planos e Relatórios de Atividade e Balanço Social. QUAR		
Subações		Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes	
1.	Elaborar o Relatório de Atividades de 2017 (inclui Relatório de Auto-avaliação)	Atividade periódica	APL	Toda a DGRDN	
2.	Elaborar o Relatório Sintético 2017				
3.	Elaborar e coordenar o Plano de Atividades para 2019				
4.	Elaborar o Balanço Social de 2017				
5.	Monitorizar o QUAR 2018 e coordenar e elaborar o QUAR 2019 (SIADAP 1)				

RESULTADOS

Elaboração do Relatório de Atividades 2017 da DGRDN:

O Relatório de Atividades tem por objetivo descrever as realizações executadas pela organização e os desvios obtidos, bem como avaliar os resultados e estruturar a informação relevante daquilo que foi executado. Assim, nos termos do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 183/96, de 27 de setembro, elaborou-se com a participação das unidades orgânicas o Relatório de Atividades, que integrou o respetivo Relatório de Autoavaliação.

Elaboração do Plano de Atividades 2019 da DGRDN:

A DGPRM elabora anualmente o Plano de Atividades apoiado na gestão previsional das suas ações que se baseiam nas diversas atribuições do serviço. Este documento enquadra-se ainda no SIADAP 1 de acordo com a Lei nº 66-B/2007 de 28 de dezembro, especialmente na definição de objetivos estratégicos e das unidades orgânicas que se materializam em programas e ações.

Elaboração do Balanço Social 2017 da DGRDN:

O Balanço Social estabelece e destaca o que é fundamental na política de recursos humanos definida pela Direção. Analisa ainda retrospectivamente elementos estatísticos, estudá-los e possibilitar a tomada de decisão tendo em vista a gestão previsional de pessoal

Acompanhamento das monitorizações do QUAR 2018 e preparação do QUAR 2019. Destaca-se:

Conforme o previsto na Lei nº 66-B/2007, de 28 de dezembro, o QUAR (Quadro de Avaliação e Responsabilização) é desenvolvido anualmente, sendo elaborado de acordo com os contributos solicitados às unidades orgânicas da DGRDN, (definição de objetivos, metas e indicadores de medida associados e fontes de verificação de cada objetivo). A metodologia adotada para a monitorização do QUAR foi a mesma para a sua construção, pelo que se solicitou os contributos às diversas unidades orgânicas de forma a refletir o grau de cumprimento e os desvios de cada indicador.

Elaboração do Relatório Sintético 2017:

O Relatório Sintético a que se refere a alínea b) do n.º 1 do artigo 31.º da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro, na sua redação atual (SIADAP), traduz-se na avaliação do dirigente máximo do serviço (DG), o qual deve ser remetido ao respetivo membro do Governo, até 15 de abril de cada ano, e o qual deve incluir o conjunto de elementos que explicitem o grau de cumprimento dos compromissos constantes da carta de missão e outros elementos.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
24-02	Divulgar e produzir informação de interesse da DGRDN	Divulgar informações provenientes de outros Organismos da AP, meios de comunicação social e outros com importância para a DGRDN Dar a conhecer as atividades internas do serviço	Divulgação de informação relevante sobre a DGRDN e a Defesa Nacional

Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
1. Elaborar um «Guia Informativo» da DGRDN para dirigentes, trabalhadores e visitantes	Atividade corrente	DIV	Toda a DGRDN
2. Apoiar a DGRDN na elaboração de trabalhos específicos do âmbito organizacional (estudos, mapas, cronogramas, organogramas, estatísticas e outros)			
3. Participar na coordenação e organização de informação			

relevante para a Direção
(apresentações e outros)

4. Distribuir informação

RESULTADOS

Gestão do acervo de documentação especializada enviada a esta direção-geral e remetida ao GAT; difusão de informação especializada em matérias de defesa nacional e segurança, via correio eletrónico, à direção e às unidades orgânicas; divulgação de informações recolhidas através de imprensa escrita e outras fontes, nomeadamente páginas eletrónicas das seguintes estruturas: EMGFA, Exército, Marinha, Força Aérea, Polícia de Segurança Pública, Guarda Nacional Republicana, associações, revistas, clubes e blogues militares, sindicatos da administração pública, tribunais administrativos, comissão de defesa nacional, embaixadas/adidos militares, direções-gerais do MDN e de diversos departamentos governamentais que incidam nas áreas de avaliação, estudos, formação, planeamento e políticas públicas.

Apoio ao Diretor-Geral na preparação de documentos (intervenções, dissertações, apresentações) a realizar nas várias Instituições e outros, sobre diversas temáticas como “Os Recursos da Defesa Nacional” – Instituto de Defesa Nacional; o “Estatuto Militar das Forças Armadas” - na Faculdade de Direito de Lisboa; e ainda no âmbito das “Políticas de Pessoal para a Defesa Nacional” – no Instituto Universitário Militar.

Análise, preparação e continuação da elaboração de um estudo sobre os vários Instrumentos de Gestão na Função Pública, promovendo a sua aplicabilidade junto da Direção-geral de Recursos da Defesa Nacional, por forma a acompanhar o seu desempenho e crescimento.

Sem desenvolvimento durante o ano de 2018 a participação da DGRDN (DGRHA e GAT), nos projetos MEF (Macroestrutura funcional para a classificação de documentos e para a interoperabilidade semântica entre os sistemas de informação na Administração Pública) e ASIA (criação de um instrumento comum para a Administração Pública que determine os prazos de conservação e do destino final dos documentos) relativos à gestão documental da iniciativa da Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas.

Elaboração de trabalhos específicos do âmbito organizacional (atualização do organograma da DGRDN).

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
24-03	Estrutura de Pilotagem e Técnica no âmbito da Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária (ANSR)	Participar no projeto em que a Defesa Nacional integra a estrutura de pilotagem responsável pela avaliação e acompanhamento de várias ações que incorporam a Estratégia Nacional de Segurança Rodoviária (ENSR), bem como a estrutura técnica por si coordenada, na medida em que a ANSR considerou pertinente incluir no novo plano uma atividade que incida sobre “o ensino das matérias relacionadas com a segurança rodoviária junto das Forças Armadas”	Participação dos Ramos no projeto da ANSR, no sentido de organizar internamente em 2017 (aguardam-se diretivas) formação específica para os seus militares (e se possível civis) no âmbito da prevenção e segurança rodoviária, sob acompanhamento da DGRDN

Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
	Projeto	CAT	DSAEQ/DGRDN, ANSR, Dir. Geral Educação e Ramos

RESULTADOS

Sem desenvolvimento.

Legenda

Tipo de ação – atividade corrente; atividade de manutenção; atividade periódica; projeto

Natureza das ações

AA – Avaliação e Análise; APL – Apoio Logístico; CAT – Conceção e Apoio Técnico; CII – Cooperação Institucional Internacional; CIN – Cooperação Institucional Nacional; CON – Consultadoria; DIV – Divulgação; ES – Estatutária; FOR – Formação.

Programa 25



**Apoiar o Serviço de Assistência Religiosa
(Forças Armadas e de Segurança)**

*Serviço de Assistência Religiosa das Forças Armadas e das
Forças de Segurança*

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
25-01	Atividades do SARFAFS em Portugal	Apoiar o desenvolvimento das atividades necessárias à prossecução da ação do SARFAFS em Portugal	Realização de encontros, conferências, retiros, peregrinações, cursos de formação, campanhas de solidariedade e outros
	Subações	Tipo	Natureza
		Atividade corrente	CIN
			Parceiros intervenientes

RESULTADOS

Peregrinação Fátima a Pé; apoio às diversas peregrinações ciclomoteres ao Santuário de Fátima e a outros Santuários Nacionais, promovidas pelas capelanias dos Ramos e das Forças de Segurança; Apoio às peregrinações a pé a santuários promovidas pelas capelanias dos Ramos e das Forças de Segurança; Apoio nas unidades que promovem ações de apoio social; Realização da Peregrinação a Fátima pelas Forças Armadas e pelas Forças de Segurança; Encontro de Militares e civis da Família Militar; Dádivas de Sangue; apoio às áreas atingidas pelos incendiados.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
25-02	Atividade internacional do SARFAFS	Apoiar o desenvolvimento das atividades necessárias à prossecução da ação do SARFAFS no estrangeiro	Participação em peregrinações, encontros e reuniões de âmbito internacional
	Subações	Tipo	Natureza
		Atividade corrente	CII
			Parceiros intervenientes

RESULTADOS

Participação em Congressos de âmbito internacional; Participação da LX Peregrinação Militar Internacional a Lourdes; Participação nas reuniões preparatórias para a LXI PMI Lourdes: Realização de uma peregrinação à Terra Santa, e de uma Peregrinação aos locais santos do norte de Itália.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
25-03	Atividades editoriais do SARFAFS	Apoiar a publicação de edições do SARFAFS, nomeadamente o Jornal Centurião	Publicação do jornal "O Centurião", divulgação de atividades, elaboração de cartazes, produção de desdobráveis e outros. Além disso, manutenção e atualização do domínio e «website» do Ordinariato
Subações		Tipo	Natureza
		Atividade corrente	DIV
			Parceiros intervenientes

RESULTADOS

Publicação trimestral do Jornal "O Centurião", lançamento do Livro "Que tens a Ver Connosco"; apoio com o "Guia do Peregrino" para as atividades de Peregrinações à Terra Santa e aos locais santos do norte de Itália; Atualização da Pagina web "Ordinariato Castrense"

Legenda

Tipo de ação – atividade corrente; atividade de manutenção; atividade periódica; projeto

Natureza das ações

AA – Avaliação e Análise; APL – Apoio Logístico; CAT – Conceção e Apoio Técnico; CII – Cooperação Institucional Internacional; CIN – Cooperação Institucional Nacional; CON – Consultadoria; DIV – Divulgação; ES – Estatutária; FOR – Formação.

Programa 26



Fomentar a Educação Física e Desporto Militar

Comissão de Educação Física e Desporto Militar

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
26-01	Competições Desportivas Nacionais Militares	Estimular a prática de atividade física e promover o culto da camaradagem entre os elementos dos Ramos das Forças Armadas e Forças de Segurança, organizando e coordenando a realização de Competições Desportivas Nacionais Militares, em diversificadas modalidades desportivas	Fomentar a amizade, camaradagem e espírito de corpo aliados ao desenvolvimento de uma cultura desportiva. Elevado índice competitivo e técnico que permita a constituição de Seleções Nacionais Militares	
Subações		Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
1.	I Jogos Nacionais Militares, 19 a 23 de março (Marinha)	Atividade corrente	CIN	Ramos/FS
2.	XLIX Campeonato Nacional Militar de Tiro, 22 a 25 de maio (Polícia de Segurança Pública)			
3.	IX Campeonato Nacional Militar de Voleibol de Praia, 09 a 13 de julho, (Força Aérea)			
4.	XLI Campeonato Nacional Militar de Orientação, 15 a 19 de outubro (Exército)			
5.	XL Campeonato Nacional Militar de Corta-Mato, 23 de novembro (Guarda Nacional Republicana)			

RESULTADOS

I Jogos Nacionais Militares, organizados pela Marinha no Centro de Educação Física da Armada, na Base Naval de Lisboa, no Alfeite, de 19 a 23 de março, integraram competições de BTT, Corrida de Estrada, Futsal e Natação, a par de um seminário “Educação Física e Desporto nas Forças Armadas e forças de segurança”. Participaram a Marinha, Exército, Força Aérea, Guarda Nacional Republicana e Polícia de Segurança Pública.

XLIX Campeonato Nacional Militar de Tiro, organizado pela Polícia de Segurança Pública, na Unidade Especial de Polícia e Centro Desportivo Nacional do Jamor, de 5 a 8 de junho, com a participação da Marinha, Exército, Força Aérea, Guarda Nacional Republicana e Polícia de Segurança Pública.

IX Campeonato Nacional Militar de Voleibol de Praia, organizado pela Força Aérea, no Depósito Geral de Material da Força Aérea, em Alverca, de 11 a 13 de julho, com a participação da Marinha, Força Aérea e Polícia de Segurança Pública.

XL Campeonato Nacional Militar de Corta-Mato, organizado pela Guarda Nacional Republicana, na Escola da Guarda, em Queluz, em 3 e 4 de outubro, com a participação da Marinha, Exército, Força Aérea, Guarda Nacional Republicana e Polícia de Segurança Pública.

XLI Campeonato Nacional Militar de Orientação, organizado pelo Exército, no Regimento de Infantaria Nº14, em Viseu, de 9 a 11 de outubro, com a participação da Marinha, Exército, Força Aérea, Guarda Nacional Republicana e Polícia de Segurança Pública.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
26-02	Política Desportiva Militar	Continuar o estudo e elaboração de legislação e regulamentos que permita uma uniformização do sistema desportivo militar, assim como promover a divulgação da Educação Física e Desporto Militar	Uniformidade nas políticas desportivas dos Ramos e nos regulamentos desportivos, fomentando a evolução dos quadros e a modernização do desporto, assente numa política coerente e sustentada de divulgação
Subações		Tipo	Natureza
		Atividade corrente	CAT
			Parceiros intervenientes
			Ramos

RESULTADOS

Consolidação dos regulamentos desportivos adstritos ao desporto militar assim como a elaboração e divulgação do Anuário da CEFDM como veículo promocional e de divulgação das competições desportivas militares.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
26-03	Competições Desportivas Mundiais de Desporto Militar	Promover o reforço da confiança e coesão no seio dos militares, potenciar o incremento da aptidão física e motivação, aumentar a atratividade do serviço militar, potenciar a interligação cultural, e proporcionar o contacto com elementos de Forças Armadas de outros países, nomeadamente através da participação em Competições Desportivas Mundiais e Torneios Internacionais de Desporto Militar	Fomentar o espírito cooperativo e de sã convivência entre as FA dos diferentes países

Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
Participação nos III Jogos Mundiais de Cadetes, 28 de abril a 06 de maio, Jacarta / Indonésia	Atividade corrente	CII	

RESULTADOS

Participação não realizada por cancelamento dos III Jogos Mundiais de Cadetes pelo país organizador.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
26-04	Conselho Internacional de Desporto Militar (CISM)	Coordenar a ação da delegação portuguesa junto do Conselho Internacional do Desporto Militar (CISM)	Manter a cooperação no âmbito das atribuições de um país membro do CISM

Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
1. Participação na 73ª Assembleia Geral do CISM, 16 a 24 de abril a 06 de maio, Punta Cana / Republica Dominicana	Atividade corrente	CII	
2. Participação na Conferência Europeia 2018 do CISM Europa, 08 a 11 de outubro, Bucareste / Roménia			

RESULTADOS

Participação da CEFDM (um elemento), em representação nacional, na 73ª Assembleia Geral do CISM, realizada em Punta Cana / Republica Dominicana, de 16 a 23 de abril.

Participação da CEFDM (um elemento), em representação nacional, na Conferência Europeia do CISM, realizada em Sofia / Bulgária, de 18 a 21 de setembro.

Legenda

Tipo de ação – atividade corrente; atividade de manutenção; atividade periódica; projeto

Natureza das ações

AA – Avaliação e Análise; APL – Apoio Logístico; CAT – Conceção e Apoio Técnico; CII – Cooperação Institucional Internacional; CIN – Cooperação Institucional Nacional; CON – Consultadoria; DIV – Divulgação; ES – Estatutária; FOR – Formação.

ANEXOS

Execução Orçamental da DGRDN
Siglas/Acrónimos/Abreviaturas
Balanço Social

Execução Orçamental da DGRDN

			Receita Quot. NATO				02.01.15	236	006.005		1 000,00	1 000,00					150,00	850,00		850,00	
			Receita Quot. NATO				02.02.10	236	006.005		2 000,00	2 000,00	1 247,53	1 247,53	247,53	1 000,00	247,53	300,00	452,47	247,53	1 700,00
			Receita Quot. NATO				02.02.11	236	006.005		3 000,00	3 000,00	382,15	382,15	382,15		382,15	450,00	2 167,85	382,15	2 550,00
			Receita Quot. NATO				02.02.13	236	006.005		30 000,00	30 000,00	20 680,47	20 680,47	20 620,47	60,00	20 620,47	7 500,00	1 819,53	20 620,47	22 500,00
			Receita Quot. NATO				02.02.15.B0.00	236	006.005		2 000,00	2 000,00						300,00	1 700,00		1 700,00
			Receita Quot. NATO				02.02.16	236	006.005		1 000,00	1 000,00						150,00	850,00		850,00
			Receita Quot. NATO				02.02.17.B0.A0	236	006.005		2 500,00	2 500,00	1 000,00	1 000,00	111,91	888,09	111,91	375,00	1 125,00	111,91	2 125,00
			Receita Quot. NATO				02.02.20.A0.C0	236	006.005		10 000,00	10 000,00						2 500,00	7 500,00		7 500,00
			Receita Quot. NATO				02.02.25	236	006.005		50 000,00	50 000,00						7 500,00	42 500,00		42 500,00
			Receita Quot. NATO				07.01.07.A0.B0	236	006.005			4 000,00	3 690,00	3 690,00	3 690,00		3 690,00		310,00	3 690,00	4 000,00
			Receita Quot. NATO				07.01.14.00.00	236	006.005		22 653 786,00	22 649 786,00	22 380 707,96	21 958 067,08	20 989 638,75	1 391 069,21	20 989 638,75		269 078,04	20 989 638,75	22 649 786,00
			Receita Quot. NATO				Resultado				22 770 286,00	22 770 286,00	22 413 541,54	21 990 900,66	21 020 411,29	1 393 130,25	21 020 411,29	20 420,00	336 324,46	21 020 411,29	22 749 866,00
			Receita Quot. NATO		Resu						22 770 286,00	22 770 286,00	22 413 541,54	21 990 900,66	21 020 411,29	1 393 130,25	21 020 411,29	20 420,00	336 324,46	21 020 411,29	22 749 866,00
			Receita Quot. NATO	Resu							22 770 286,00	22 770 286,00	22 413 541,54	21 990 900,66	21 020 411,29	1 393 130,25	21 020 411,29	20 420,00	336 324,46	21 020 411,29	22 749 866,00
		Result									22 770 286,00	22 770 286,00	22 413 541,54	21 990 900,66	21 020 411,29	1 393 130,25	21 020 411,29	20 420,00	336 324,46	21 020 411,29	22 749 866,00
50.04.00	DIRECÇÃO-G	54.00	DGRDN PIDDAC	1350	123	30.111	01.02.04	000	006.007.06710.00001		30 000,00	30 000,00	940,74	940,74	940,74		940,74	26 859,00	2 200,26	940,74	3 141,00
			DGRDN PIDDAC				02.01.02	000	006.007.06710.00001		5 000,00	5 000,00	49,27	49,27	49,27		49,27	4 508,00	442,73	49,27	492,00
			DGRDN PIDDAC				02.02.03	000	006.007.06710.00001		130 000,00	130 000,00	5 762,55	5 762,55	5 762,55		5 762,55	117 197,00	7 040,45	5 762,55	12 803,00
			DGRDN PIDDAC				02.02.10	000	006.007.06710.00001		5 000,00	5 000,00	270,99	270,99	270,99		270,99	4 508,00	221,01	270,99	492,00
			DGRDN PIDDAC				02.02.13	000	006.007.06710.00001		30 000,00	30 000,00	2 764,93	2 764,93	2 714,93	50,00	2 714,93	27 045,00	190,07	2 714,93	2 955,00
			DGRDN PIDDAC				06.02.03	000	006.007.06710.00001			82 000,00	81 835,95	81 835,95	81 835,95		81 835,95		164,05	81 835,95	82 000,00
			DGRDN PIDDAC				07.01.10.A0.B0	000	006.007.06710.00001		800 000,00	718 000,00	579 767,72	579 767,72	579 767,72		579 767,72	100 000,00	38 232,28	579 767,72	618 000,00
			DGRDN PIDDAC				Resultado				1 000 000,00	1 000 000,00	671 392,15	671 392,15	671 342,15	50,00	671 342,15	280 117,00	48 490,85	671 342,15	719 883,00
			DGRDN PIDDAC			Resu					1 000 000,00	1 000 000,00	671 392,15	671 392,15	671 342,15	50,00	671 342,15	280 117,00	48 490,85	671 342,15	719 883,00
			DGRDN PIDDAC	Resu							1 000 000,00	1 000 000,00	671 392,15	671 392,15	671 342,15	50,00	671 342,15	280 117,00	48 490,85	671 342,15	719 883,00
		Result									1 000 000,00	1 000 000,00	671 392,15	671 392,15	671 342,15	50,00	671 342,15	280 117,00	48 490,85	671 342,15	719 883,00
Resultado											149 281 866,00	171 740 136,00	146 523 803,28	146 034 119,00	144 984 118,46	1 539 684,82	134 038 240,08	2 605 096,00	22 611 236,72	144 987 492,75	169 135 040,00



MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL
M.1 - Controlo Orçamental - Despesa Mensal

Entidade: DGRDN
Exercício: 2018
Mês(es): Janeiro..Dezembro
Período da Gerência: 01-01-2018 a 31-12-2018
Divisão: LIKE 13*, # - LIKE 13*, Não atribuído
Centro Financeiro: 1350.10 - Turismo Militar
Orgânica Interna: Todas
Classificação Orgânica: Todas
Fonte de Financiamento: Todas

FV

Unidade monetária: EURO

Actividade (1)	Classificação Económica		Dotações corrigidas (4)	Cativos ou Congelamentos (5)	Compromissos Assumidos			Despesas pagas			Saldos			Grau de execução orçamental das despesas (15)=(11)/(4)x100
	Código (2)	Descrição (3)			No Período (6)	Em Períodos anteriores (7)	Total (8)=(6)+(7)	No Período (9)	Em Períodos anteriores (10)	Total (11)=(9)+(10)	Dotação não comprometida (12)=(4)-(5)-(8)	Dotação por pagar (13)=(4)-(5)-(11)	Compromissos por pagar (14)=(8)-(11)	
256	02.02.20.C0.00	Outros	14 200,00		12 877,81		12 877,81	12 877,81		12 877,81	1 322,19	1 322,19		90,69%
256	04.07.01	Instituições s/ fins lucrativos	295 000,00	215 000,00	70 000,00		70 000,00	70 000,00		70 000,00	10 000,00	10 000,00		23,73%
256	06.02.02	Activos incorpóreos	300,00								300,00	300,00		
256	07.01.08.A0.B0	Software inform-Administ Central-Estado-Outros	49 200,00								49 200,00	49 200,00		
Total			358 700,00	215 000,00	82 877,81		82 877,81	82 877,81		82 877,81	60 822,19	60 822,19		23,11%

-

04 de fevereiro de 2019

-

-

-

-



MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL
M.1 - Controlo Orçamental - Despesa Mensal

Entidade: DGRDN
Exercício: 2018
Mês(es): Janeiro..Dezembro
Período da Gerência: 01-01-2018 a 31-12-2018
Divisão: LIKE 13*, # - LIKE 13*, Não atribuído
Centro Financeiro: 1353.00 - Receita Quot. NATO
Orgânica Interna: Todas
Classificação Orgânica: Todas
Fonte de Financiamento: Todas

FV

Unidade monetária: EURO

Actividade (1)	Classificação Económica		Dotações corrigidas (4)	Cativos ou Congelamentos (5)	Compromissos Assumidos			Despesas pagas			Saldos			Grau de execução orçamental das despesas (15)=(11)/(4)x100
	Código (2)	Descrição (3)			No Período (6)	Em Períodos anteriores (7)	Total (8)=(6)+(7)	No Período (9)	Em Períodos anteriores (10)	Total (11)=(9)+(10)	Dotação não comprometida (12)=(4)-(5)-(8)	Dotação por pagar (13)=(4)-(5)-(11)	Compromissos por pagar (14)=(8)-(11)	
236	01.02.04	Ajudas de custo	15 000,00	1 195,00	5 720,48		5 720,48	5 720,48		5 720,48	8 084,52	8 084,52		38,14%
236	02.01.15	Prémios, condecorações e ofertas	1 000,00	150,00							850,00	850,00		
236	02.02.10	Transportes	2 000,00	300,00	247,53		247,53	247,53		247,53	1 452,47	1 452,47		12,38%
236	02.02.11	Representação dos serviços	3 000,00	450,00	382,15		382,15	382,15		382,15	2 167,85	2 167,85		12,74%
236	02.02.13	Deslocações e estadas	30 000,00	7 500,00	20 620,47		20 620,47	20 620,47		20 620,47	1 879,53	1 879,53		68,73%
236	02.02.15.B0.00	Formação - Outras	2 000,00	300,00							1 700,00	1 700,00		
236	02.02.16	Seminários, exposições e similares	1 000,00	150,00							850,00	850,00		
236	02.02.17.B0.A0	Publicidade em território nacional	2 500,00	375,00	111,91		111,91	111,91		111,91	2 013,09	2 013,09		4,48%
236	02.02.20.A0.C0	Outros trab. espec. - Outros	10 000,00	2 500,00							7 500,00	7 500,00		
236	02.02.25	Outros serviços	50 000,00	7 500,00							42 500,00	42 500,00		
236	07.01.07.A0.B0	Impressoras / Fotocopiadoras / Scanner	4 000,00		3 690,00		3 690,00	3 690,00		3 690,00	310,00	310,00		92,25%
236	07.01.14.00.00	Investimentos militares - Adm Central Estado	22 649 786,00		20 989 638,75		20 989 638,75	20 989 638,75		20 989 638,75	1 660 147,25	1 660 147,25		92,67%
Total			22 770 286,00	20 420,00	21 020 411,29		21 020 411,29	21 020 411,29		21 020 411,29	1 729 454,71	1 729 454,71		92,32%

04 de fevereiro de 2019



MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL
M.1 - Controlo Orçamental - Despesa Mensal

Entidade: DGRDN
Exercício: 2018
Mês(es): Janeiro..Dezembro
Período da Gerência: 01-01-2018 a 31-12-2018
Divisão: LIKE 13*, # - LIKE 13*, Não atribuído
Centro Financeiro: 1354.00 - DGRDN PIDDAC
Orgânica Interna: Todas
Classificação Orgânica: Todas
Fonte de Financiamento: Todas

FV

Unidade monetária: EURO

Actividade (1)	Classificação Económica		Dotações corrigidas (4)	Cativos ou Congelamentos (5)	Compromissos Assumidos			Despesas pagas			Saldos			Grau de execução orçamental das despesas (15)=(11)/(4)x100
	Código (2)	Descrição (3)			No Período (6)	Em Períodos anteriores (7)	Total (8)=(6)+(7)	No Período (9)	Em Períodos anteriores (10)	Total (11)=(9)+(10)	Dotação não comprometida (12)=(4)-(5)-(8)	Dotação por pagar (13)=(4)-(5)-(11)	Compromissos por pagar (14)=(8)-(11)	
000	01.02.04	Ajudas de custo	30 000,00	26 859,00	940,74		940,74	940,74		940,74	2 200,26	2 200,26		3,14%
000	02.01.02	Combustíveis e lubrificantes	5 000,00	4 508,00	49,27		49,27	49,27		49,27	442,73	442,73		0,99%
000	02.02.03	Conservação de bens	130 000,00	117 197,00	5 762,55		5 762,55	5 762,55		5 762,55	7 040,45	7 040,45		4,43%
000	02.02.10	Transportes	5 000,00	4 508,00	270,99		270,99	270,99		270,99	221,01	221,01		5,42%
000	02.02.13	Deslocações e estadas	30 000,00	27 045,00	2 714,93		2 714,93	2 714,93		2 714,93	240,07	240,07		9,05%
000	06.02.03	Outras Desp.Correntes - Diversas - Outras	82 000,00		81 835,95		81 835,95	81 835,95		81 835,95	164,05	164,05		99,80%
000	07.01.10.A0.B0	Eq Básico-Admin Central-Estado-Outros	718 000,00	100 000,00	579 767,72		579 767,72	579 767,72		579 767,72	38 232,28	38 232,28		80,75%
Total			1 000 000,00	280 117,00	671 342,15		671 342,15	671 342,15		671 342,15	48 540,85	48 540,85		67,13%

-

04 de fevereiro de 2019

-

-

-

-



MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL
M.1 - Controlo Orçamental - Despesa Mensal

Entidade: DGRDN
Exercício: 2018
Mês(es): Janeiro..Dezembro
Período da Gerência: 01-01-2018 a 31-12-2018
Divisão: 1350 - Recursos Defesa Nacional
Centro Financeiro: 1350.07 - PALOP's
Orgânica Interna: Todas
Classificação Orgânica: Todas
Fonte de Financiamento: Todas

FV

Unidade monetária: EURO

Actividade (1)	Classificação Económica		Dotações corrigidas (4)	Cativos ou Congelamentos (5)	Compromissos Assumidos			Despesas pagas			Saldos			Grau de execução orçamental das despesas (15)=(11)/(4)x100
	Código (2)	Descrição (3)			No Período (6)	Em Períodos anteriores (7)	Total (8)=(6)+(7)	No Período (9)	Em Períodos anteriores (10)	Total (11)=(9)+(10)	Dotação não comprometida (12)=(4)-(5)-(8)	Dotação por pagar (13)=(4)-(5)-(11)	Compromissos por pagar (14)=(8)-(11)	
256	02.01.05	Alimentação-Refeições confeccionadas	33 500,00		33 489,00		33 489,00	33 489,00		33 489,00	11,00	11,00		99,97%
256	02.02.01	Encargos das instalações	18 020,00		18 007,20		18 007,20	18 007,20		18 007,20	12,80	12,80		99,93%
Total			51 520,00		51 496,20		51 496,20	51 496,20		51 496,20	23,80	23,80		99,95%

04 de fevereiro de 2019



MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL
M.1 - Controlo Orçamental - Despesa Mensal

Entidade: DGRDN
Exercício: 2018
Mês(es): Janeiro..Dezembro
Período da Gerência: 01-01-2018 a 31-12-2018
Divisão: LIKE 13* - LIKE 13*
Centro Financeiro: 1350.11 - OCRD
Orgânica Interna: Todas
Classificação Orgânica: Todas
Fonte de Financiamento: Todas

FV

Unidade monetária: EURO

Actividade (1)	Classificação Económica		Dotações corrigidas (4)	Cativos ou Congelamentos (5)	Compromissos Assumidos			Despesas pagas			Saldos			Grau de execução orçamental das despesas (15)=(11)/(4)x100
	Código (2)	Descrição (3)			No Período (6)	Em Períodos anteriores (7)	Total (8)=(6)+(7)	No Período (9)	Em Períodos anteriores (10)	Total (11)=(9)+(10)	Dotação não comprometida (12)=(4)-(5)-(8)	Dotação por pagar (13)=(4)-(5)-(11)	Compromissos por pagar (14)=(8)-(11)	
256	01.02.04	Ajudas de custo	2 000,00								2 000,00	2 000,00		
256	02.01.02	Combustíveis e lubrificantes	1 500,00								1 500,00	1 500,00		
256	02.01.08.C0.00	Material de Escritório - Outros	1 500,00		582,45		582,45	582,45		582,45	917,55	917,55		38,83%
256	02.02.10	Transportes	1 000,00								1 000,00	1 000,00		
256	02.02.20.C0.00	Outros	15 000,00		6 140,00		6 140,00	6 140,00		6 140,00	8 860,00	8 860,00		40,93%
256	07.01.07.A0.B0	Impressoras / Fotocopiadoras / Scanner	12 500,00		12 287,21		12 287,21	12 287,21		12 287,21	212,79	212,79		98,30%
Total			33 500,00		19 009,66		19 009,66	19 009,66		19 009,66	14 490,34	14 490,34		56,75%

04 de fevereiro de 2019



MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL
M.1 - Controlo Orçamental - Despesa Mensal

Entidade: DGRDN
Exercício: 2018
Mês(es): Janeiro..Dezembro
Período da Gerência: 01-01-2018 a 31-12-2018
Divisão: LIKE 13* - LIKE 13*
Centro Financeiro: 1350.09 - Polo NAMSA
Orgânica Interna: Todas
Classificação Orgânica: Todas
Fonte de Financiamento: Todas

FV

Unidade monetária: EURO

Actividade (1)	Classificação Económica		Dotações corrigidas (4)	Cativos ou Congelamentos (5)	Compromissos Assumidos			Despesas pagas			Saldos			Grau de execução orçamental das despesas (15)=(11)/(4)x100
	Código (2)	Descrição (3)			No Período (6)	Em Períodos anteriores (7)	Total (8)=(6)+(7)	No Período (9)	Em Períodos anteriores (10)	Total (11)=(9)+(10)	Dotação não comprometida (12)=(4)-(5)-(8)	Dotação por pagar (13)=(4)-(5)-(11)	Compromissos por pagar (14)=(8)-(11)	
256	01.01.09	Pessoal em qualquer outra situ	35 000,00		34 720,44		34 720,44	34 720,44		34 720,44	279,56	279,56		99,20%
256	01.01.12	Suplementos e prémios	7 900,00		7 316,52		7 316,52	7 316,52		7 316,52	583,48	583,48		92,61%
256	01.01.14.SF.00	Subsídio de Férias	3 504,00		3 503,08		3 503,08	3 503,08		3 503,08	0,92	0,92		99,97%
256	01.01.14.SN.00	Subsídio de Natal	3 504,00		3 503,08		3 503,08	3 503,08		3 503,08	0,92	0,92		99,97%
256	01.02.04	Ajudas de custo	900,00								900,00	900,00		
256	01.02.08	Ab-Sub abonos de fixação, residência alojamento	107 312,00		105 181,12		105 181,12	105 181,12		105 181,12	2 130,88	2 130,88		98,01%
256	01.03.05.A0.A0	Contrib p/segurança social-CaixaGeral Aposentações	11 648,00		11 647,72		11 647,72	11 647,72		11 647,72	0,28	0,28		100,00%
256	02.01.02	Combustíveis e lubrificantes	1 000,00		989,94		989,94	989,94		989,94	10,06	10,06		98,99%
256	02.01.04	Limpeza e higiene	200,00		10,50		10,50	10,50		10,50	189,50	189,50		5,25%
256	02.01.08.A0.00	Material de Escritório - Papel	180,00								180,00	180,00		
256	02.01.08.B0.00	Material de Escritório - Consumíveis de impressão	180,00								180,00	180,00		
256	02.01.15	Prémios, condecorações e ofertas	270,00		45,00		45,00	45,00		45,00	225,00	225,00		16,67%
256	02.01.21	Outros bens	600,00		392,70		392,70	392,70		392,70	207,30	207,30		65,45%
256	02.02.03	Conservação de bens	1 400,00		515,44		515,44	515,44		515,44	884,56	884,56		36,82%
256	02.02.09.B0.00	Comunicações fixas de dados	300,00								300,00	300,00		
256	02.02.09.D0.00	Comunicações móveis	600,00		550,00		550,00	550,00		550,00	50,00	50,00		91,67%
256	02.02.09.F0.00	Out Serv Comunicações	25,00								25,00	25,00		
256	02.02.10	Transportes	800,00								800,00	800,00		
256	02.02.11	Representação dos serviços	1 400,00		440,97		440,97	440,97		440,97	959,03	959,03		31,50%
256	02.02.12.B0.00	Seguros-Outras	800,00		368,51		368,51	368,51		368,51	431,49	431,49		46,06%
256	02.02.13	Deslocações e estadas	3 000,00		2 990,36		2 990,36	2 990,36		2 990,36	9,64	9,64		99,68%
256	02.02.25	Outros serviços	4 000,00		3 910,91		3 910,91	3 910,91		3 910,91	89,09	89,09		97,77%
256	04.09.03	Resto mundo-Países terceiros e organizações intern	105 900,00	40 000,00	65 875,00		65 875,00	65 875,00		65 875,00	25,00	25,00		62,20%
256	07.01.08.A0.B0	Software inform-Administ Central-Estado-Outros	20,00								20,00	20,00		
256	07.01.09.A0.B0	Eq administrativo-Admin Central-Estado-Outros	150,00		74,90		74,90	74,90		74,90	75,10	75,10		49,93%
256	07.01.10.A0.B0	Eq Básico-Admin Central-Estado-Outros	80,00								80,00	80,00		
256	07.01.11.A0.00	Ferramentas Utensílios - Adm Central - Estado	150,00		75,00		75,00	75,00		75,00	75,00	75,00		50,00%
Total			290 823,00	40 000,00	242 111,19		242 111,19	242 111,19		242 111,19	8 711,81	8 711,81		83,25%

04 de fevereiro de 2019



MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL
M.1 - Controlo Orçamental - Despesa Mensal

Entidade: DGRDN
Exercício: 2018
Mês(es): Janeiro..Dezembro
Período da Gerência: 01-01-2018 a 31-12-2018
Divisão: LIKE 13* - LIKE 13*
Centro Financeiro: 1351.00 - LPM
Orgânica Interna: Todas
Classificação Orgânica: Todas
Fonte de Financiamento: Todas

FV

Unidade monetária: EURO

Actividade (1)	Classificação Económica		Dotações corrigidas (4)	Cativos ou Congelamentos (5)	Compromissos Assumidos			Despesas pagas			Saldos			Grau de execução orçamental das despesas (15)=(11)/(4)x100
	Código (2)	Descrição (3)			No Período (6)	Em Períodos anteriores (7)	Total (8)=(6)+(7)	No Período (9)	Em Períodos anteriores (10)	Total (11)=(9)+(10)	Dotação não comprometida (12)=(4)-(5)-(8)	Dotação por pagar (13)=(4)-(5)-(11)	Compromissos por pagar (14)=(8)-(11)	
125	01.02.04	Ajudas de custo	280 000,00		196 445,18		196 445,18	196 445,18		196 445,18	83 554,82	83 554,82		70,16%
125	02.01.02	Combustíveis e lubrificantes	3 000,00		2 997,63		2 997,63	2 997,63		2 997,63	2,37	2,37		99,92%
125	02.02.07	Locação de bens de defesa	60 915 000,00		60 914 994,94		60 914 994,94	60 914 994,94		60 914 994,94	5,06	5,06		100,00%
125	02.02.10	Transportes	10 000,00		9 986,74		9 986,74	9 986,74		9 986,74	13,26	13,26		99,87%
125	02.02.11	Representação dos serviços	100 000,00		49 991,15		49 991,15	49 991,15		49 991,15	50 008,85	50 008,85		49,99%
125	02.02.13	Deslocações e estadas	480 000,00		353 214,71		353 214,71	353 214,71		353 214,71	126 785,29	126 785,29		73,59%
125	02.02.14.D0.00	Outros estudos, pareceres, projetos e consultado	250 000,00		249 923,50		249 923,50	249 923,50		249 923,50	76,50	76,50		99,97%
125	02.02.15.B0.00	Formação - Outras	50 000,00		49 901,81		49 901,81	49 901,81		49 901,81	98,19	98,19		99,80%
125	02.02.19.A0.B0	Assistência Técnica – Outros	10 000,00		9 925,36		9 925,36	9 925,36		9 925,36	74,64	74,64		99,25%
125	02.02.20.A0.C0	Outros trab. espec. - Outros	39 717 641,00		36 151 802,11		36 151 802,11	36 151 802,11		36 151 802,11	3 565 838,89	3 565 838,89		91,02%
125	02.02.20.C0.00	Outros	1 277 274,00								1 277 274,00	1 277 274,00		
125	02.02.25	Outros serviços	50 000,00		49 928,00		49 928,00	49 928,00		49 928,00	72,00	72,00		99,86%
125	04.03.01.27.91	Transf. Cor - Marinha	318 727,00		248 875,91		248 875,91	248 875,91		248 875,91	69 851,09	69 851,09		78,08%
125	04.03.01.27.92	Transf. Cor - Exército	285 908,00		133 482,21		133 482,21	133 482,21		133 482,21	152 425,79	152 425,79		46,69%
125	04.03.01.27.93	Transferências Correntes Administração Central	124 950,00		124 950,00		124 950,00	124 950,00		124 950,00				100,00%
125	04.07.01	Instituições s/ fins lucrativos	4 587 708,00		2 446 093,16		2 446 093,16	2 446 093,16		2 446 093,16	2 141 614,84	2 141 614,84		53,32%
125	04.09.03	Resto mundo-Países terceiros e organizações intern	826 000,00		682 655,77		682 655,77	682 655,77		682 655,77	143 344,23	143 344,23		82,65%
125	07.01.14.00.00	Investimentos militares - Adm Central Estado	202 107,00		201 607,00		201 607,00	201 607,00		201 607,00	500,00	500,00		99,75%
125	08.03.01.27.91	Transf. Cap - Marinha	6 500 000,00		6 500 000,00		6 500 000,00	6 500 000,00		6 500 000,00				100,00%
Total			115 988 315,00		108 376 775,18		108 376 775,18	108 376 775,18		108 376 775,18	7 611 539,82	7 611 539,82		93,44%

-
04 de fevereiro de 2019

-
-

-
-



MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL
M.1 - Controlo Orçamental - Despesa Mensal

Entidade: DGRDN
Exercício: 2018
Mês(es): Janeiro..Dezembro
Período da Gerência: 01-01-2018 a 31-12-2018
Divisão: LIKE 13* - LIKE 13*
Centro Financeiro: 1352.00 - LPIM
Orgânica Interna: Todas
Classificação Orgânica: Todas
Fonte de Financiamento: Todas

FV

Unidade monetária: EURO

Actividade (1)	Classificação Económica		Dotações corrigidas (4)	Cativos ou Congelamentos (5)	Compromissos Assumidos			Despesas pagas			Saldos			Grau de execução orçamental das despesas (15)=(11)/(4)x100
	Código (2)	Descrição (3)			No Período (6)	Em Períodos anteriores (7)	Total (8)=(6)+(7)	No Período (9)	Em Períodos anteriores (10)	Total (11)=(9)+(10)	Dotação não comprometida (12)=(4)-(5)-(8)	Dotação por pagar (13)=(4)-(5)-(11)	Compromissos por pagar (14)=(8)-(11)	
125	07.01.14.00.00	Investimentos militares - Adm Central Estado	4 640 156,00								4 640 156,00	4 640 156,00		
258	04.03.01.27.92	Transf. Cor - Exército	176 998,00		176 997,00		176 997,00	176 997,00		176 997,00	1,00	1,00		100,00%
258	07.01.14.A0.00	Investimentos militares - Adm Central Estado	122 510,00								122 510,00	122 510,00		
258	08.03.01.27.90	Transf. Cap - EMGFA	1 600 000,00		1 600 000,00		1 600 000,00	1 600 000,00		1 600 000,00				100,00%
258	08.03.01.27.91	Transf. Cap - Marinha	454 202,00		454 201,66		454 201,66	454 201,66		454 201,66	0,34	0,34		100,00%
258	08.03.01.27.92	Transf. Cap - Exército	27 205,00		27 204,66		27 204,66	27 204,66		27 204,66	0,34	0,34		100,00%
258	08.03.01.27.93	Transferências de Capital Administração Central	454 202,00		454 201,66		454 201,66	454 201,66		454 201,66	0,34	0,34		100,00%
Total			7 475 273,00		2 712 604,98		2 712 604,98	2 712 604,98		2 712 604,98	4 762 668,02	4 762 668,02		36,29%

-

04 de fevereiro de 2019

-

-

-

-



MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL
M.1 - Controlo Orçamental - Despesa Mensal

Entidade: DGRDN
Exercício: 2018
Mês(es): Janeiro..Dezembro
Período da Gerência: 01-01-2018 a 31-12-2018
Divisão: LIKE 13* - LIKE 13*
Centro Financeiro: 1350.05 - Incentivos
Orgânica Interna: Todas
Classificação Orgânica: Todas
Fonte de Financiamento: Todas

Unidade monetária: EURO														
Actividade (1)	Classificação Económica		Dotações corrigidas (4)	Cativos ou Congelamentos (5)	Compromissos Assumidos			Despesas pagas			Saldos			Grau de execução orçamental das despesas (15)=(11)/(4)x100
	Código (2)	Descrição (3)			No Período (6)	Em Períodos anteriores (7)	Total (8)=(6)+(7)	No Período (9)	Em Períodos anteriores (10)	Total (11)=(9)+(10)	Dotação não comprometida (12)=(4)-(5)-(8)	Dotação por pagar (13)=(4)-(5)-(11)	Compromissos por pagar (14)=(8)-(11)	
Total			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		

-
04 de fevereiro de 2019

-
-

-
-



MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL
M.1 - Controlo Orçamental - Despesa Mensal

Entidade: DGRDN
Exercício: 2018
Mês(es): Janeiro..Dezembro
Período da Gerência: 01-01-2018 a 31-12-2018
Divisão: LIKE 13* - LIKE 13*
Centro Financeiro: 1350.01 - DGRDN (atividades)
Orgânica Interna: Todas
Classificação Orgânica: Todas
Fonte de Financiamento: Todas

FV

Unidade monetária: EURO

Actividade (1)	Classificação Económica		Dotações corrigidas (4)	Cativos ou Congelamentos (5)	Compromissos Assumidos			Despesas pagas			Saldos			Grau de execução orçamental das despesas (15)=(11)/(4)x100
	Código (2)	Descrição (3)			No Período (6)	Em Períodos anteriores (7)	Total (8)=(6)+(7)	No Período (9)	Em Períodos anteriores (10)	Total (11)=(9)+(10)	Dotação não comprometida (12)=(4)-(5)-(8)	Dotação por pagar (13)=(4)-(5)-(11)	Compromissos por pagar (14)=(8)-(11)	
256	07.01.07.A0.C0	Eq informática-Admin Central-Estado-Outros	29 172,00		29 162,07		29 162,07	29 162,07		29 162,07	9,93	9,93		99,97%
256	07.01.08.A0.B0	Software inform-Administ Central-Estado-Outros	66 678,00		41 550,86		41 550,86	41 550,86		41 550,86	25 127,14	25 127,14		62,32%
256	07.01.09.A0.B0	Eq administrativo-Admin Central-Estado-Outros	1 400,00		438,00		438,00	438,00		438,00	962,00	962,00		31,29%
256	07.01.10.A0.B0	Eq Básico-Admin Central-Estado-Outros	8 700,00		4 944,60		4 944,60	4 944,60		4 944,60	3 755,40	3 755,40		56,83%
258	01.02.04	Ajudas de custo	30 000,00	2 389,00	3 701,87		3 701,87	3 701,87		3 701,87	23 909,13	23 909,13		12,34%
258	02.01.02	Combustíveis e lubrificantes	5 000,00	750,00	443,03		443,03	443,03		443,03	3 806,97	3 806,97		8,86%
258	02.01.21	Outros bens	45 000,00	2 250,00	9 816,22		9 816,22	9 816,22		9 816,22	32 933,78	32 933,78		21,81%
258	02.02.03	Conservação de bens	405 000,00	103 500,00	23 515,06		23 515,06	23 515,06		23 515,06	277 984,94	277 984,94		5,81%
258	02.02.10	Transportes	5 000,00	750,00	1 042,76		1 042,76	1 042,76		1 042,76	3 207,24	3 207,24		20,86%
258	02.02.11	Representação dos serviços	5 000,00	750,00							4 250,00	4 250,00		
258	02.02.13	Deslocações e estadas	60 000,00	12 000,00	16 281,99		16 281,99	16 281,99		16 281,99	31 718,01	31 718,01		27,14%
258	02.02.17.B0.A0	Publicidade em território nacional	3 000,00	450,00	1 781,86		1 781,86	1 781,86		1 781,86	768,14	768,14		59,40%
258	02.02.20.A0.C0	Outros trab. espec. - Outros	292 000,00	79 000,00	108 590,50		108 590,50	108 590,50		108 590,50	104 409,50	104 409,50		37,19%
258	02.02.20.E0.00	Outros Trabalhos Especializados - Outros	123 000,00								123 000,00	123 000,00		
258	02.02.25	Outros serviços	60 000,00	6 000,00	33 677,45		33 677,45	33 677,45		33 677,45	20 322,55	20 322,55		56,13%
258	06.02.01	Impostos e taxas	230 000,00		220 572,83		220 572,83	220 572,83		220 572,83	9 427,17	9 427,17		95,90%
258	07.01.07.A0.C0	Eq informática-Admin Central-Estado-Outros	5 000,00		2 293,95		2 293,95	2 293,95		2 293,95	2 706,05	2 706,05		45,88%
258	07.01.09.A0.B0	Eq administrativo-Admin Central-Estado-Outros	12 000,00								12 000,00	12 000,00		
258	07.01.10.A0.B0	Eq Básico-Admin Central-Estado-Outros	400 000,00		150 424,02		150 424,02	150 424,02		150 424,02	249 575,98	249 575,98		37,61%
258	07.01.14.00.00	Investimentos militares - Adm Central Estado	500 000,00		204 479,67		204 479,67	204 479,67		204 479,67	295 520,33	295 520,33		40,90%
957	06.02.03.R0.00	Outras Desp.Correntes - Diversas - Outras -Reserva	881 355,00	881 355,00										
Total			20 480 672,00	1 629 907,00	9 193 322,70		9 193 322,70	9 193 322,70		9 193 322,70	9 657 442,30	9 657 442,30		44,89%

04 de fevereiro de 2019



MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL
M.1 - Controlo Orçamental - Despesa Mensal

Entidade: DGRDN
Exercício: 2018
Mês(es): Janeiro..Dezembro
Período da Gerência: 01-01-2018 a 31-12-2018
Divisão: LIKE 13* - LIKE 13*
Centro Financeiro: 1350.08 - Estação Ibéria NATO
Orgânica Interna: Todas
Classificação Orgânica: Todas
Fonte de Financiamento: Todas

FV

Unidade monetária: EURO

Actividade (1)	Classificação Económica		Dotações corrigidas (4)	Cativos ou Congelamentos (5)	Compromissos Assumidos			Despesas pagas			Saldos			Grau de execução orçamental das despesas (15)=(11)/(4)x100
	Código (2)	Descrição (3)			No Período (6)	Em Períodos anteriores (7)	Total (8)=(6)+(7)	No Período (9)	Em Períodos anteriores (10)	Total (11)=(9)+(10)	Dotação não comprometida (12)=(4)-(5)-(8)	Dotação por pagar (13)=(4)-(5)-(11)	Compromissos por pagar (14)=(8)-(11)	
256	01.01.09	Pessoal em qualquer outra situ	409 063,00		402 664,26		402 664,26	402 664,26		402 664,26	6 398,74	6 398,74		98,44%
256	01.01.12	Suplementos e prémios	92 021,00		89 387,03		89 387,03	89 387,03		89 387,03	2 633,97	2 633,97		97,14%
256	01.01.14.SF.00	Subsídio de Férias	42 356,00		41 600,92		41 600,92	41 600,92		41 600,92	755,08	755,08		98,22%
256	01.01.14.SN.00	Subsídio de Natal	42 356,00		41 679,11		41 679,11	41 679,11		41 679,11	676,89	676,89		98,40%
256	01.02.03	Alimentação e alojamento	60 805,00		60 792,68		60 792,68	60 792,68		60 792,68	12,32	12,32		99,98%
256	01.02.04	Ajudas de custo	4 243,00		4 242,96		4 242,96	4 242,96		4 242,96	0,04	0,04		100,00%
256	01.03.03	Subsídio familiar a crianças e jovens	1 461,00		1 459,20		1 459,20	1 459,20		1 459,20	1,80	1,80		99,88%
256	01.03.05.A0.A0	Contrib p/segurança social-CaixaGeral Aposentações	130 700,00		130 699,90		130 699,90	130 699,90		130 699,90	0,10	0,10		100,00%
256	01.03.05.A0.B0	Contrib para segurança social - Segurança Social	9 354,00		5 941,73		5 941,73	5 941,73		5 941,73	3 412,27	3 412,27		63,52%
256	01.03.10.P0	Parentalidade	4 200,00		3 888,71		3 888,71	3 888,71		3 888,71	311,29	311,29		92,59%
Total			796 559,00		782 356,50		782 356,50	782 356,50		782 356,50	14 202,50	14 202,50		98,22%

-
04 de fevereiro de 2019
-
-

-
-



MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL
M.1 - Controlo Orçamental - Despesa Mensal

Entidade: DGRDN
Exercício: 2018
Mês(es): Janeiro..Dezembro
Período da Gerência: 01-01-2018 a 31-12-2018
Divisão: LIKE 13* - LIKE 13*
Centro Financeiro: 1350.04 - Divulgação
Orgânica Interna: Todas
Classificação Orgânica: Todas
Fonte de Financiamento: Todas

Unidade monetária: EURO														
Actividade (1)	Classificação Económica		Dotações corrigidas (4)	Cativos ou Congelamentos (5)	Compromissos Assumidos			Despesas pagas			Saldos			Grau de execução orçamental das despesas (15)=(11)/(4)×100
	Código (2)	Descrição (3)			No Período (6)	Em Períodos anteriores (7)	Total (8)=(6)+(7)	No Período (9)	Em Períodos anteriores (10)	Total (11)=(9)+(10)	Dotação não comprometida (12)=(4)-(5)-(8)	Dotação por pagar (13)=(4)-(5)-(11)	Compromissos por pagar (14)=(8)-(11)	
256	01.02.04	Ajudas de custo	1 000,00							1 000,00	1 000,00			
256	02.01.18	Livros e documentação técnica	100,00							100,00	100,00			
256	02.02.14.B0.00	Estudos, pareceres,projectos-Outros	5 000,00		4 920,00		4 920,00	4 920,00		4 920,00	80,00	80,00	98,40%	
256	07.01.08.A0.B0	Software inform-Administ Central-Estado-Outros	15 425,00		14 870,08		14 870,08	14 870,08		14 870,08	554,92	554,92	96,40%	
Total			21 525,00		19 790,08		19 790,08	19 790,08		19 790,08	1 734,92	1 734,92	91,94%	

-
04 de fevereiro de 2019

-

-

-

-



MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL
M.1 - Controlo Orçamental - Despesa Mensal

Entidade: DGRDN
Exercício: 2018
Mês(es): Janeiro..Dezembro
Período da Gerência: 01-01-2018 a 31-12-2018
Divisão: LIKE 13* - LIKE 13*
Centro Financeiro: 1350.03 - DDN
Orgânica Interna: Todas
Classificação Orgânica: Todas
Fonte de Financiamento: Todas

Unidade monetária: EURO														
Actividade	Classificação Económica		Dotações corrigidas	Cativos ou Congelamentos	Compromissos Assumidos			Despesas pagas			Saldos			Grau de execução orçamental das despesas
	Código	Descrição			No Período	Em Períodos anteriores	Total	No Período	Em Períodos anteriores	Total	Dotação não comprometida	Dotação por pagar	Compromissos por pagar	
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)=(6)+(7)	(9)	(10)	(11)=(9)+(10)	(12)=(4)-(5)-(8)	(13)=(4)-(5)-(11)	(14)=(8)-(11)	(15)=(11)/(4)x100
256	01.02.04	Ajudas de custo	157 432,00	4 000,00	134 429,38		134 429,38	134 429,38		134 429,38	23 002,62	23 002,62		85,39%
256	02.01.02	Combustíveis e lubrificantes	2 400,00		256,93		256,93	256,93		256,93	2 143,07	2 143,07		10,71%
256	02.01.08.C0.00	Material de Escritório - Outros	4 000,00								4 000,00	4 000,00		
256	02.01.15	Prémios, condecorações e ofertas	3 000,00		2 999,23	2 999,23	2 999,23	2 999,23		2 999,23	0,77	0,77		99,97%
256	02.01.21	Outros bens	14 150,00		11 064,03	11 064,03	11 064,03	11 064,03		11 064,03	3 085,97	3 085,97		78,19%
256	02.02.03	Conservação de bens	27 367,00		21 708,08	21 708,08	21 708,08	21 708,08		21 708,08	5 658,92	5 658,92		79,32%
256	02.02.08	Locação de outros bens	2 000,00		413,28	413,28	413,28	413,28		413,28	1 586,72	1 586,72		20,66%
256	02.02.09.A0.00	Acessos à internet	4 000,00		1 898,05	1 898,05	1 898,05	1 898,05		1 898,05	2 101,95	2 101,95		47,45%
256	02.02.09.F0.00	Out Serv Comunicações	30 000,00		16 514,93	16 514,93	16 514,93	16 514,93		16 514,93	13 485,07	13 485,07		55,05%
256	02.02.10	Transportes	489 500,00		399 639,17	399 639,17	399 639,17	399 639,17		399 639,17	89 860,83	89 860,83		81,64%
256	02.02.13	Deslocações e estadas	119 380,00		81 283,27	81 283,27	81 283,27	81 283,27		81 283,27	34 096,73	34 096,73		68,09%
256	02.02.15.B0.00	Formação - Outras	4 000,00		2 694,00	2 694,00	2 694,00	2 694,00		2 694,00	1 306,00	1 306,00		67,35%
256	02.02.20.E0.00	Outros Trabalhos Especializados - Outros	25 500,00		16 928,20	16 928,20	16 928,20	16 928,20		16 928,20	8 571,80	8 571,80		66,39%
256	02.02.25	Outros serviços	23 000,00		21 841,54	21 841,54	21 841,54	21 841,54		21 841,54	1 158,46	1 158,46		94,96%
256	07.01.07.A0.B0	Impressoras / Fotocopiadoras / Scanner	225,00		222,63	222,63	222,63	222,63		222,63	2,37	2,37		98,95%
256	07.01.07.A0.C0	Eq informática-Admin Central-Estado-Outros	24 720,00		24 713,16	24 713,16	24 713,16	24 713,16		24 713,16	6,84	6,84		99,97%
256	07.01.08.A0.B0	Software inform-Administ Central-Estado-Outros	15 280,00		15 156,04	15 156,04	15 156,04	15 156,04		15 156,04	123,96	123,96		99,19%
256	07.01.09.A0.B0	Eq administrativo-Admin Central-Estado-Outros	7 800,00		5 982,72	5 982,72	5 982,72	5 982,72		5 982,72	1 817,28	1 817,28		76,70%
256	07.01.10.A0.B0	Eq Básico-Admin Central-Estado-Outros	7 000,00		6 144,00	6 144,00	6 144,00	6 144,00		6 144,00	856,00	856,00		87,77%
Total			960 754,00		4 000,00	763 888,64		763 888,64	763 888,64		763 888,64	192 865,36	192 865,36	

04 de fevereiro de 2019



MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL
M.1 - Controlo Orçamental - Despesa Mensal

Entidade: DGRDN
Exercício: 2018
Mês(es): Janeiro..Dezembro
Período da Gerência: 01-01-2018 a 31-12-2018
Divisão: LIKE 13* - LIKE 13*
Centro Financeiro: 1350.02 - Dep. Apoio Ant.Comb.
Orgânica Interna: Todas
Classificação Orgânica: Todas
Fonte de Financiamento: Todas

Unidade monetária: EURO														
Actividade	Classificação Económica		Dotações corrigidas	Cativos ou Congelamentos	Compromissos Assumidos			Despesas pagas			Saldos			Grau de execução orçamental das despesas
	Código	Descrição			No Período	Em Períodos anteriores	Total	No Período	Em Períodos anteriores	Total	Dotação não comprometida	Dotação por pagar	Compromissos por pagar	
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)=(6)+(7)	(9)	(10)	(11)=(9)+(10)	(12)=(4)-(5)-(8)	(13)=(4)-(5)-(11)	(14)=(8)-(11)	(15)=(11)/(4)x100
256	02.01.21	Outros bens	500,00		123,00		123,00	123,00		123,00	377,00	377,00		24,60%
256	02.02.09.C0.00	Comunicações fixas de voz	2 591,00								2 591,00	2 591,00		
256	02.02.09.F0.00	Out Serv Comunicações	15 355,00		15 354,90		15 354,90	15 354,90		15 354,90	0,10	0,10		100,00%
256	02.02.11	Representação dos serviços	10 500,00		7 825,00		7 825,00	7 825,00		7 825,00	2 675,00	2 675,00		74,52%
256	02.02.13	Deslocações e estadas	6 500,00		4 369,27		4 369,27	4 369,27		4 369,27	2 130,73	2 130,73		67,22%
256	02.02.16	Seminários, exposições e similares	445,00		405,00		405,00	405,00		405,00	40,00	40,00		91,01%
256	02.02.18	Vigilância e segurança	6 900,00	6 300,00	416,72		416,72	416,72		416,72	183,28	183,28		6,04%
256	02.02.20.C0.00	Outros	14 500,00		13 105,01		13 105,01	13 105,01		13 105,01	1 394,99	1 394,99		90,38%
256	02.02.25	Outros serviços	13 400,00		12 087,82		12 087,82	12 087,82		12 087,82	1 312,18	1 312,18		90,21%
256	04.07.01	Instituições s/ fins lucrativos	860 352,00	421 852,00	438 037,04		438 037,04	438 037,04		438 037,04	462,96	462,96		50,91%
256	04.09.03	Resto mundo-Países terceiros e organizações intern	2 500,00	2 500,00										
256	05.08.03	Outras	68 000,00		46 939,24		46 939,24	46 939,24		46 939,24	21 060,76	21 060,76		69,03%
258	04.03.05	Adm Cent-Serviços e Fundos Autónomos	300 000,00		300 000,00		300 000,00	300 000,00		300 000,00				100,00%
Total			1 301 543,00	430 652,00	838 663,00		838 663,00	838 663,00		838 663,00	32 228,00	32 228,00		64,44%

04 de fevereiro de 2019



MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL
M.1 - Controlo Orçamental - Despesa Mensal

Entidade: DGRDN
Exercício: 2018
Mês(es): Janeiro..Dezembro
Período da Gerência: 01-01-2018 a 31-12-2018
Divisão: LIKE 13* - LIKE 13*
Centro Financeiro: 1350.06 - CIOFE
Orgânica Interna: Todas
Classificação Orgânica: Todas
Fonte de Financiamento: Todas

FV

Unidade monetária: EURO

Actividade (1)	Classificação Económica		Dotações corrigidas (4)	Cativos ou Congelamentos (5)	Compromissos Assumidos			Despesas pagas			Saldos			Grau de execução orçamental das despesas (15)=(11)/(4)x100
	Código (2)	Descrição (3)			No Período (6)	Em Períodos anteriores (7)	Total (8)=(6)+(7)	No Período (9)	Em Períodos anteriores (10)	Total (11)=(9)+(10)	Dotação não comprometida (12)=(4)-(5)-(8)	Dotação por pagar (13)=(4)-(5)-(11)	Compromissos por pagar (14)=(8)-(11)	
256	01.02.04	Ajudas de custo	735,00		313,33		313,33	313,33		313,33	421,67	421,67		42,63%
256	02.01.08.C0.00	Material de Escritório - Outros	100,00		35,67		35,67	35,67		35,67	64,33	64,33		35,67%
256	02.01.21	Outros bens	500,00		149,12		149,12	149,12		149,12	350,88	350,88		29,82%
256	02.02.13	Deslocações e estadas	596,00		579,40		579,40	579,40		579,40	16,60	16,60		97,21%
256	02.02.15.B0.00	Formação - Outras	6 150,00		2 410,80		2 410,80	2 410,80		2 410,80	3 739,20	3 739,20		39,20%
256	02.02.20.C0.00	Outros	1 500,00		688,80		688,80	688,80		688,80	811,20	811,20		45,92%
256	05.08.03	Outras	200 235,00		199 932,36		199 932,36	199 932,36		199 932,36	302,64	302,64		99,85%
256	07.01.09.A0.B0	Eq administrativo-Admin Central-Estado-Outros	850,00		786,40		786,40	786,40		786,40	63,60	63,60		92,52%
Total			210 666,00		204 895,88		204 895,88	204 895,88		204 895,88	5 770,12	5 770,12		97,26%

-

04 de fevereiro de 2019

-

-

-

-

Siglas/Acrónimos/Abreviaturas

SIGLAS/ACRÓNIMOS/ABREVIATURAS**DESCRIÇÃO****Estrutura orgânica da Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional (DGRDN)**

CEFDM	Comissão de Educação Física e Desporto Militar
DADAQ	Divisão de Alienação, Desmilitarização, Ambiente e Qualidade
DAE	Divisão de Assuntos Estatutários
DAJC	Divisão de Análise Jurídica e Contratual
DASADMAC	Divisão de Assuntos Sociais e Apoio aos Deficientes Militares e Antigos Combatentes
DDM	Divisão dos Deveres Militares
DEQ	Divisão de Ensino e Qualificação
DGAE	Divisão de Gestão de Ativos do Estado
DGFP	Divisão de Gestão Financeira e Patrimonial
DGRHA	Divisão de Gestão de Recursos Humanos e Apoio
DIE	Divisão de Infraestruturas
DIL	Divisão de Indústria, Logística e Investigação e Desenvolvimento
DIRP	Divisão de Incentivos e Reinserção Profissional
DNC	Divisão de Normalização e Catalogação
DPP	Divisão de Planeamento e Programação
DPTM	Divisão de Património e Turismo Militar
DREM	Divisão de Recrutamento e Efetivos Militares
DSAE	Direção de Serviços de Armamento e Equipamento
DSAEQ	Direção de Serviços dos Assuntos Estatutários, Ensino e Qualificação
DSGFA	Direção de Serviços de Gestão Financeira e Apoio
DSIP	Direção de Serviços de Infraestruturas e Património
DSM	Divisão de Saúde Militar
DSPSM	Direção de Serviços da Profissionalização do Serviço Militar
DSQA	Direção de Serviços de Qualidade e Ambiente
DSSMAS	Direção de Serviços de Saúde Militar e Assuntos Sociais
GAT	Gabinete de Assessoria Técnica ao DG
Gab EPE (equipa multidisciplinar)	Gabinete de Estudos e Planeamento Estratégico
SARFAFS	Serviço de Assistência Religiosa das Forças Armadas e das Forças de Segurança

Outras Siglas/Acrónimos/Abreviaturas utilizadas

AA	Avaliação e Análise
A3ES	Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior
AMN	Autoridade Marítima Nacional
ANACOM	Autoridade Nacional de Comunicações
ANPC	Autoridade Nacional de Proteção Civil
ANQEP	Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional
ANSR	Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária
APA	Agência Portuguesa do Ambiente

APL	Apoio Logístico
AT	Autoridade Tributária e Aduaneira
BA 4	Base Aérea Nº 4 (Açores)
BTID	Base Tecnológica e Industrial de Defesa
BUD	Balcão Único da Defesa (DGRDN)
CANEC	Comissão de Acompanhamento da Nova Estrutura de Comandos (NATO)
CAT	Conceção e Apoio Técnico
CBRNMedWG	Chemical, Biological, Radiation and Nuclear Medical Working Group
CCAAC	Conselho Consultivo de Apoio aos Antigos Combatentes
CCADFA	Conselho Consultivo para os Assuntos dos Deficientes das Forças Armadas
CGA	Caixa Geral de Aposentações
CIG	Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género
CII	Cooperação Institucional Internacional
CIMM	Comité Internacional da Medicina Militar
CIN	Cooperação Institucional Nacional
CIOFE	Centro de Informação e Orientação para a Formação e o Emprego (DGRDN)
CIRIS	Sistema de Informação de Programas de Investimento da NATO
CISM	Conselho Internacional de Desporto Militar
CISMIL (EMGFA)	Centro de Informações e Segurança Militares
CM	Colégio Militar
CMO	Câmara Municipal de Oeiras
CNA	Comissão Nacional de Acompanhamento (antigos combatentes)
CNQ	Catálogo Nacional de Qualificações
CNRIPD	Conselho Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência
COARM	Grupo de Trabalho da União Europeia sobre Exportações de Armas Convencionais
COMEDS	Committee of the Chiefs of Military Medical Services
CON	Consultadoria
CORG	Código da Organização
CPLP	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
CS	Committee for Standardization
CVP	Cruz Vermelha Portuguesa
DEL NATO	Delegação Portuguesa junto da Organização do Tratado do Atlântico Norte
DFA	Deficiente das Forças Armadas
DDN	Dia da Defesa Nacional
DGAE	Direção-Geral das Atividades Económicas
DGERT	Direção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho
DGES	Direção-Geral do Ensino Superior
DGO	Direção-Geral do Orçamento
DGPE	Direção-Geral de Política Externa
DGPDN	Direção-Geral de Política da Defesa Nacional
DGS	Direção-Geral de Saúde
DGT	Direção-Geral do Território
DGTF	Direção-Geral do Tesouro e Finanças
DIRSAM (EMGFA)	Direção de Saúde Militar
DIV	Divulgação

ECAA	Estrutura Coordenadora dos Assuntos Ambientais do Ministério da Defesa Nacional
ECQDN	Estrutura Coordenadora da Qualidade para a Defesa Nacional
EDA	European Defense Agency
EDP	Energias de Portugal
EINATO	Estação Ibéria NATO
EMAS	Sistema Comunitário de Ecogestão e Auditoria
EMEs	Estabelecimentos Militares de Ensino
EMFAR	Estatuto dos Militares das Forças Armadas
EMGFA	Estado-Maior General das Forças Armadas
ENDEF	Estratégia Nacional para a Deficiência
ENSR	Estratégia Nacional de Segurança Rodoviária
EPM	Enterprise Project Management
ES	Estatutária
ESPAP	Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública
ESSM	Escola Serviço Saúde Militar
FA	Forças Armadas
FOR	Formação
FSM (CPLP)	Fórum de Saúde Militar da CPLP
GQAR	Governmental Quality Assurance Representative
GGQ	Garantia Governamental da Qualidade
HFAR	Hospital das Forças Armadas
IASFA	Instituto de Ação Social das Forças Armadas
I&D	Investigação e Desenvolvimento
IdD	Indústrias de Defesa
ID&I (Defesa)	Investigação, Desenvolvimento e Inovação
IDN	Instituto de Defesa Nacional
INEM	Instituto Nacional de Emergência Médica
INFARMED	Autoridade Nacional do Medicamento e Produtos de Saúde
JMC	Joint Maintenance Committee
LEAN (Técnicas)	Utilização na organização das melhores práticas de aperfeiçoamento contínuo e de eliminação de desperdício visando uma otimização de serviços e obtenção da melhor eficiência
LIM	Lei das Infraestruturas Militares
LPM	Lei de Programação Militar
LSM	Lei do Serviço Militar
LTFP	Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas
MAI	Ministério da Administração Interna
MCTES	Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior
MDN	Ministério da Defesa Nacional
ME	Ministério da Educação
MEDSTDWG	Medical Standardization Working Group
MEF	Macroestrutura Funcional (interoperabilidade semântica na Administração Pública – DGLAB)
MF	Ministério das Finanças
MNE	Ministério dos Negócios Estrangeiros
MS	Ministério da Saúde

MSG MSHT	Ad Hoc EDA Materiel Standardization Group Materiel Standardization Harmonization Team
NATO (OTAN)	North Atlantic Treaty Organization / Organização do Tratado Atlântico Norte (OTAN)
NATO AC/135 NATO ACodP-1 NATO AQAP NATO NCIA	NATO Allied Committee 135 (Catalogação) NATO Allied Codification Publication No. 1 Allied Quality Assurance Publications NATO Communications and Information Agency
NCB NCGP NCISS	National Codification Bureaux (NATO) NATO Committee on Gender Perspectives NATO Communications and Information Systems School
NSIP NSPA	NATO Security Investment Programme NATO Support and Procurement Agency
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
OCRD ONGs	Órgão Central de Recrutamento e Divulgação Organizações Não Governamentais
PAA PADM	Plano de Ação Ambiental (da Diretiva Ambiental) Plano de Ação para Apoio aos Deficientes Militares
PCB	Bifenilos Policlorados (produtos químicos incluídos no Inventário Nacional de PCB – Agência Portuguesa do Ambiente)
PCM PJM PME PNA (RCSNU)	Presidência do Conselho de Ministros Polícia Judiciária Militar Plano Mensal de Execução Plano Nacional de Ação para implementação da RCSNU 1325
POL NATO PPCACDFA	Depósitos (combustíveis) Programa para a Prevenção dos Comportamentos Aditivos e Combate às Dependências nas Forças Armadas
QNQ QP QUAR	Quadro Nacional de Qualificações Quadros Permanentes Quadro de Avaliação e Responsabilização
RC RCSNU	Regime de Contrato Resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas n.º 1325
REACH	Registo, Avaliação e Autorização de Substâncias Químicas
REPER EU	Representação Permanente de Portugal junto da União Europeia
RETURMIL	Rede de Turismo Militar
RIPSM	Regulamento de Incentivos à Prestação de Serviço Militar
RNA RV RVCC	Rede Nacional de Apoio (antigos combatentes) Regime de Voluntariado Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (Sistema Nacional de)
SCEP	Sistema Central de Encargos Plurianuais (DGO)

SCTN	Sistema Científico e Tecnológico Nacional
SG/MDN	Secretaria-Geral do Ministério da Defesa Nacional
SGPVE	Sistema de Gestão do Parque de Veículos do Estado
SIADAP	Sistema Integrado de Gestão e Avaliação do Desempenho na Administração Pública
SICAD (MS)	Serviço de Intervenção de Comportamentos Aditivos e Dependências
SIGDN	Sistema Integrado de Gestão da Defesa
SIIE	Sistema de Informação dos Imóveis do Estado
SINAVE	Sistema Nacional de Vigilância Epidemiológica
SIOE	Sistema de Informação da Organização do Estado
SIPI	Sistema de Informação dos Projetos de Investimento (DGO)
SIPORG	Sistema Informático para Operações de Recrutamento Geral
SMG	Standardization Management Group
SNPC	Serviço Nacional de Proteção Civil
SNQ	Sistema Nacional de Qualificações
SSM	Sistema de Saúde Militar
STANAG	Standardization Agreement
TC	Tribunal de Contas
TM	Turismo Militar
UE	União Europeia
UEFISM	Unidade de Ensino, Formação e Investigação da Saúde Militar
U/E/O	Unidade/Estabelecimento/Órgão
UMT (EMGFA)	Unidade Militar de Toxicologia
UNL/FCT	Universidade Nova de Lisboa/Faculdade de Ciências e Tecnologia
UO	Unidade Orgânica
UTITA (EMGFA)	Unidade de Tratamento Intensivo de Toxicodependência e Alcoolismo
ZAA	Zona Aérea dos Açores

Balanço Social

BALANÇO SOCIAL

2018

Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional



REPÚBLICA
PORTUGUESA

DEFESA NACIONAL

Ficha Técnica

Título – Balanço Social 2018 da DGRDN
Data de finalização – Março de 2019
Coordenação – Gabinete de Assessoria Técnica
Colaboração [Fonte dos dados de RH e Financeiros]
– Direção de Serviços de Gestão Financeira e Apoio
Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
Av. Ilha da Madeira, 1 – 4º Piso 1400-204 Lisboa
Tel.: (21)3028500
Fax: (21)3027221
E-mail: dgrdn@defesa.pt
URL: <http://www.portugal.gov.pt>

ÍNDICE

Nota de apresentação ... 3

RECURSOS HUMANOS

EFETIVOS, VÍNCULOS E ESTRUTURA ORGÂNICA ... 5

ESTRUTURA ETÁRIA E DE ANTIGUIDADE ... 9

ESTRUTURA HABILITACIONAL ... 11

MOBILIDADE DO PESSOAL ... 13

MODALIDADE DE HORÁRIO E ASSIDUIDADE ... 16

REMUNERAÇÕES E ENCARGOS COM PESSOAL ... 18

HIGIENE E SEGURANÇA ... 20

FORMAÇÃO PROFISSIONAL ... 21

RELAÇÕES PROFISSIONAIS ... 24

PERFIL DOS RECURSOS HUMANOS DA DGRDN ... 25

Anexos

Anexo 1 – Índices de Gestão de Pessoal ... 26

Anexo 2 – Formulário/Mapas anexos ao DL nº 190/96, de 9 de outubro ... 29

NOTA DE APRESENTAÇÃO

Leve é a tarefa quando muitos dividem o trabalho (Homero, poeta épico da Grécia Antiga)

A elaboração do Balanço Social como instrumento de gestão para todos os serviços da Administração Pública Central, Regional e Local que tenham um mínimo de 50 trabalhadores, foi determinado de forma inequívoca pelo Decreto-Lei nº. 190/96, de 9 de outubro (*vide* quadros oficiais, Anexo 2).

Em cumprimento do referido diploma e sua execução, nomeadamente no apuramento dos dados estatísticos formais solicitados, o documento produzido/organizado pela Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional (DGRDN), serviço central do Ministério da Defesa Nacional criado pelo Decreto Regulamentar nº 8/2015, de 31 de julho, informa, analisa e compara dados sobre a sua situação socioprofissional, tendo em vista obter o melhoramento qualitativo das funções realizadas, quantitativos e estabelecer possíveis projeções.

Revelam-se deste modo os elementos respeitantes a 2018 no âmbito dos recursos humanos da DGRDN, que têm como objetivo planear, melhor coordenar e racionalizar os meios existentes. Os indicadores expostos permitirão apoiar e suportar tomadas de decisão futuras nesta área.

A continuação de uma política de pessoal sustentada no avanço organizacional em geral e no papel de dirigentes e trabalhadores em particular, tem-se manifestado pragmaticamente em:

- Melhoramento das condições gerais de trabalho, mormente nas instalações e equipamentos;
- Valorização das pessoas atendendo ao acesso à formação profissional como incentivo e aumento da motivação;
- Gestão e racionalização eficiente dos encargos com pessoal, considerando as verdadeiras necessidades de funcionamento.

Resumem-se os mais importantes resultados e indicadores no âmbito dos RH em 2018, relativamente a 2017:

Em 31 de dezembro o número de trabalhadores era de **258 efetivos** (+1,2%). Exercendo «funções técnicas» encontravam-se 194 pessoas. O **índice de tecnicidade** foi de **44,2%** (-3,6%).

Em relação à estrutura etária, a **idade média** do pessoal da direção-geral aumentou ligeiramente para **47,2 anos**. A **taxa de emprego jovem** (menos de 25 anos), foi de **1,9%** (-0,5%). A **taxa de envelhecimento (25,1%)** aumentou 2,8% (idade igual/superior a 55 anos).

O tempo de **antiguidade** na Administração Pública é de **23 anos** de serviço.

O **índice de formação superior** manteve-se idêntico (**57%**). O grupo de trabalhadores com ensino até 9 anos diminuiu 1% (7%) e o secundário/bacharelato aumentou 1% (36%).

Verificou-se a descida do indicador da **rotatividade de efetivos** em menos 0,04 pontos **(0,79)**. Esta taxa, a maior valor absoluto (entre 0 e 1) corresponde a diminuição da mobilidade externa. Os **índices de entradas e saídas** constatados, respetivamente **14,3%** (+3,8%) e **13,2%** (+2,7%) confirma a relativa mobilidade de pessoal durante o ano, requerendo controlo e ponderação no acolhimento dos novos trabalhadores e sua adaptação às funções. A **taxa de cobertura** ou compensação entradas/saídas foi de **109%**.

A **taxa de absentismo (2,4%)** foi análoga à verificada em 2017, bem como a assiduidade geral dos trabalhadores: 97,6% (presenças).

A **taxa de encargos sociais** registada de **4,1%**, cresceu 0,6%.

O nº de ações formativas frequentadas pelo pessoal da direção-geral foi de 280 (+79). Durante 2018 o **índice de participação** na formação **(41,8%)** decresceu ligeiramente 3,2%, apesar do encargo global com a formação ter crescido significativamente (+68,3%), o que não é contraditório considerando o elevado aumento do nº de ações e horas de participação.

Em forma de epílogo, a análise geral dos índices e taxas alcançados, demonstram que a política de gestão de pessoal na DGRDN, tem sido suportada positivamente, envolvendo todos os dirigentes e trabalhadores, no sentido de reforçar a motivação e melhoria do desempenho individual e coletivo do serviço.

Lisboa, 12 de março de 2019



Alberto Rodrigues Coelho
Diretor-geral
(assinatura digitalizada)

RECURSOS HUMANOS **EFETIVOS, VÍNCULOS E ESTRUTURA ORGÂNICA**

Em 31 de dezembro de 2018 a Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional (DGRDN) apresentava na efetividade de funções **258 trabalhadores**, distribuindo-se por dois grandes grupos de pessoal: **civil (50,4%)** e **militar (49,6%)** (Figura 1). Relativamente a 2017 verificou-se um aumento de 3 pessoas (1,2%).

Na **análise por género**, 165 trabalhadores eram do sexo masculino (50 civis – 19,4%, e 115 militares – 44,6%) e 93 do sexo feminino (80 civis – 31%, e 13 militares – 5%) equivalendo à **taxa de masculinização** de **64%** e **taxa de feminização** de **36%** (Gráfico 1; Anexo 2, quadro 1).

**Dados
Retrospectivos**

2015
234

2016
255

2017
255

Em relação à **distribuição dos trabalhadores por Grupos Profissionais** (Figura 1) ocupavam cargos de Direção (superior e intermédia) 25 dirigentes (9,7%). O Grupo de Pessoal Técnico Superior e Assistente Técnico abrange 194 trabalhadores (75,2%) (incluindo os militares com estatuto equivalente), o Grupo de Pessoal Informático integra 7 trabalhadores (2,7%) e o Grupo de Pessoal Assistente Operacional, 32 efetivos (12,4%) (englobando militares com funções análogas)¹.

As seguintes **taxas de pessoal** resultam da divisão profissional através da análise do grupo/cargo/carreira (detalhe em Anexo 2, quadro 1), e distribui os recursos humanos da DGRDN:

- dirigente superior 1º grau – 1 (0,39%)
- dirigente superior 2º grau – 2 (0,77%)
- dirigente intermédio 1º grau – 6 (2,4%)
- dirigente intermédio 2º grau – 16 (6,2%)
- técnico superior – 66 (25,6%)
- assistente técnico – 26 (10%)
- assistente operacional – 14 (5,4%)
- informático – 7 (2,7%)
- forças armadas/oficiais, sargentos, praças (excluindo dirigentes) – 120 (46,5%)

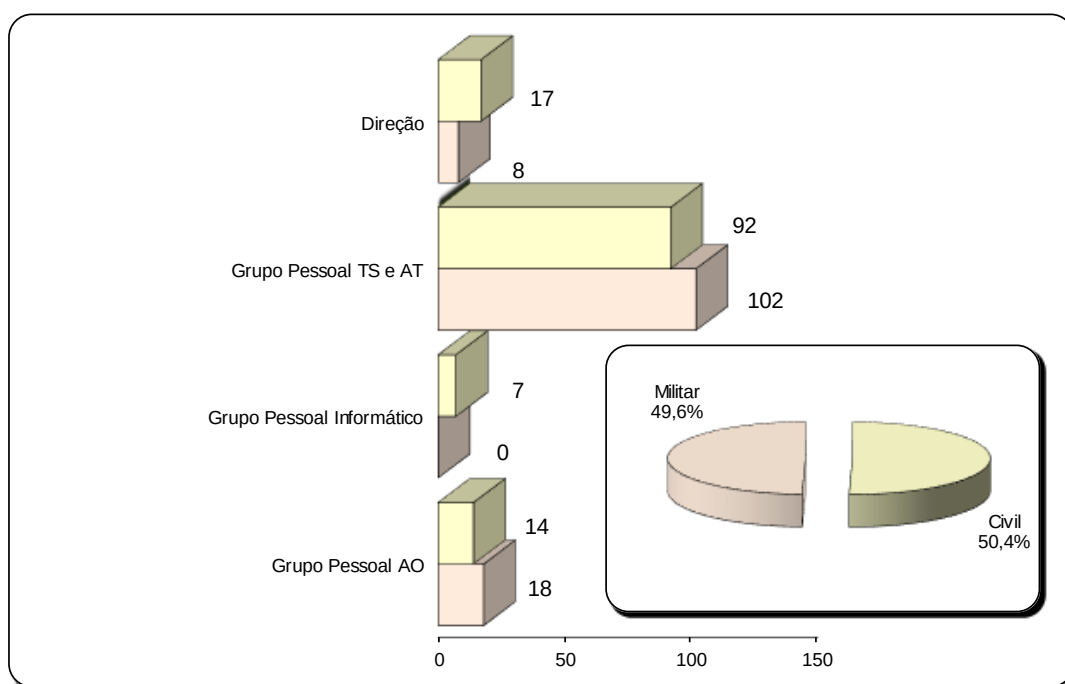
¹ Foram integrados no quadro da Figura 1 como exercendo funções de TS, AT e AO, 1 oficial, 17 sargentos e 6 praças, provenientes da Estação Ibérica NATO (IENATO) como desempenhando as correspondentes competências de TS, AT e AO, quando as funções desempenhadas são de carácter militar.

Considerando os cargos dirigentes o **índice de enquadramento** foi de **9,7%** (Gráfico 1). O **enquadramento feminino** apresentava **3,9%** (no grupo dirigente – 40%).

O **índice de tecnicidade** (sentido restrito) (**44,2%**), abrange todos os trabalhadores na carreira técnica superior e militares equivalentes no desempenho do mesmo tipo de funções (Gráfico 1).

Figura 1

Distribuição de Efetivos (Pessoal civil e militar)



Grupos/Cargos/Carreiras	Pessoal Civil			Pessoal Militar/Militarizado					TOTAL	
	DGRDN	Outros	SubTOT	MAR	EXE	FAP	GNR	SubTOT		
Direção superior	2		2			1		1	3	1,2%
Direção intermédia	15		15	3	2	2		7	22	8,5%
Direção	17	0	17	3	2	3	0	8	25	9,7%
Técnico superior	66		66	7	23	18		48	114	44,2%
Assistente técnico	26		26	17	16	21		54	80	31,0%
Grupo Pessoal TS e AT	92	0	92	24	39	39	0	102	194	75,2%
Informático	7		7					0	7	2,7%
Grupo Pessoal Informático	7	0	7	0	0	0	0	0	7	2,7%
Assistente operacional	14		14	10	7	1		18	32	12,4%
Grupo Pessoal AO	14	0	14	10	7	1	0	18	32	12,4%
Total	130	0	130	37	48	43	0	128	258	100,0%
%	50,4%	0,0%	50,4%	14,3%	18,6%	16,7%	0,0%	49,6%	100,0%	

Apresenta-se seguidamente as **taxas de pessoal** apuradas com origem na distribuição dos efetivos segundo a **modalidade de vinculação**:

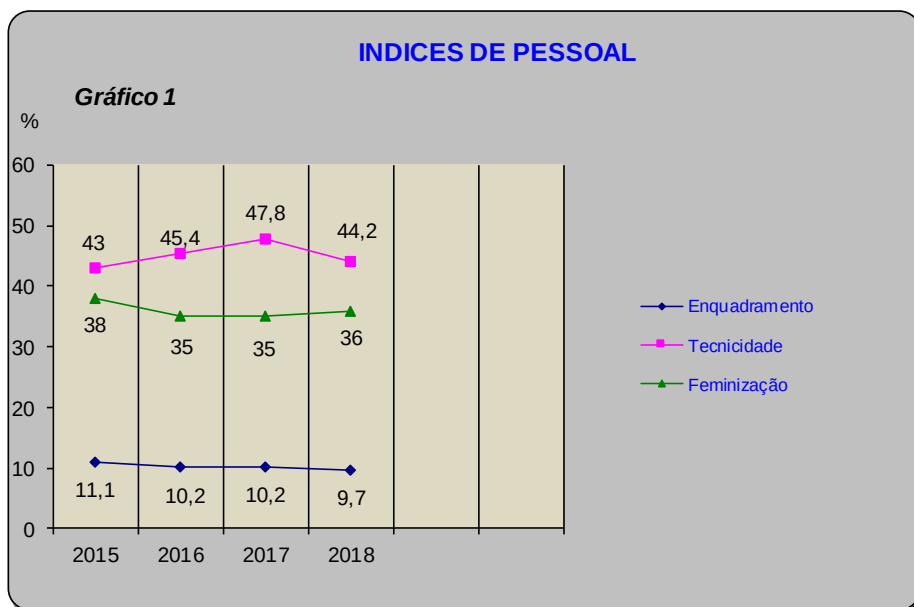
Nomeação definitiva – 97 (37,5%)

Contrato de Trabalho em Funções Públicas por tempo indeterminado – 113 (43,8%)

Contrato de Trabalho em Funções Públicas a termo resolutivo certo – 23 (9%)

Comissão de Serviço no âmbito da LTFP – 25 (9,7%)

A direção-geral detinha no exercício de funções, 4 trabalhadores portadores de deficiência (3 técnicos superiores e 1 militar) (Anexo 2, quadro 6).



A organização dos recursos humanos pela estrutura da DGRDN expressa-se na Figura 2². Excluindo a Direção (como unidade orgânica), a Direção de Serviços de Profissionalização do Serviço Militar (DSPSM) apresenta o maior número absoluto de trabalhadores (59; 22,8%), seguido pela Direção de Serviços de Gestão Financeira e Apoio (DSGFA) (44; 17%) e Direção de Serviços de Infraestruturas e Património (DSIP) (25; 6,5%).

O pessoal dos grupos técnicos predomina na DSGFA (25) e DSSMAS (15).

Os trabalhadores assistentes operacionais desempenham funções quase unicamente na DSGFA (11).

² (1) Inclui 24 militares da EINATO (1 Oficial, 17 Sargentos, e 6 Praças)

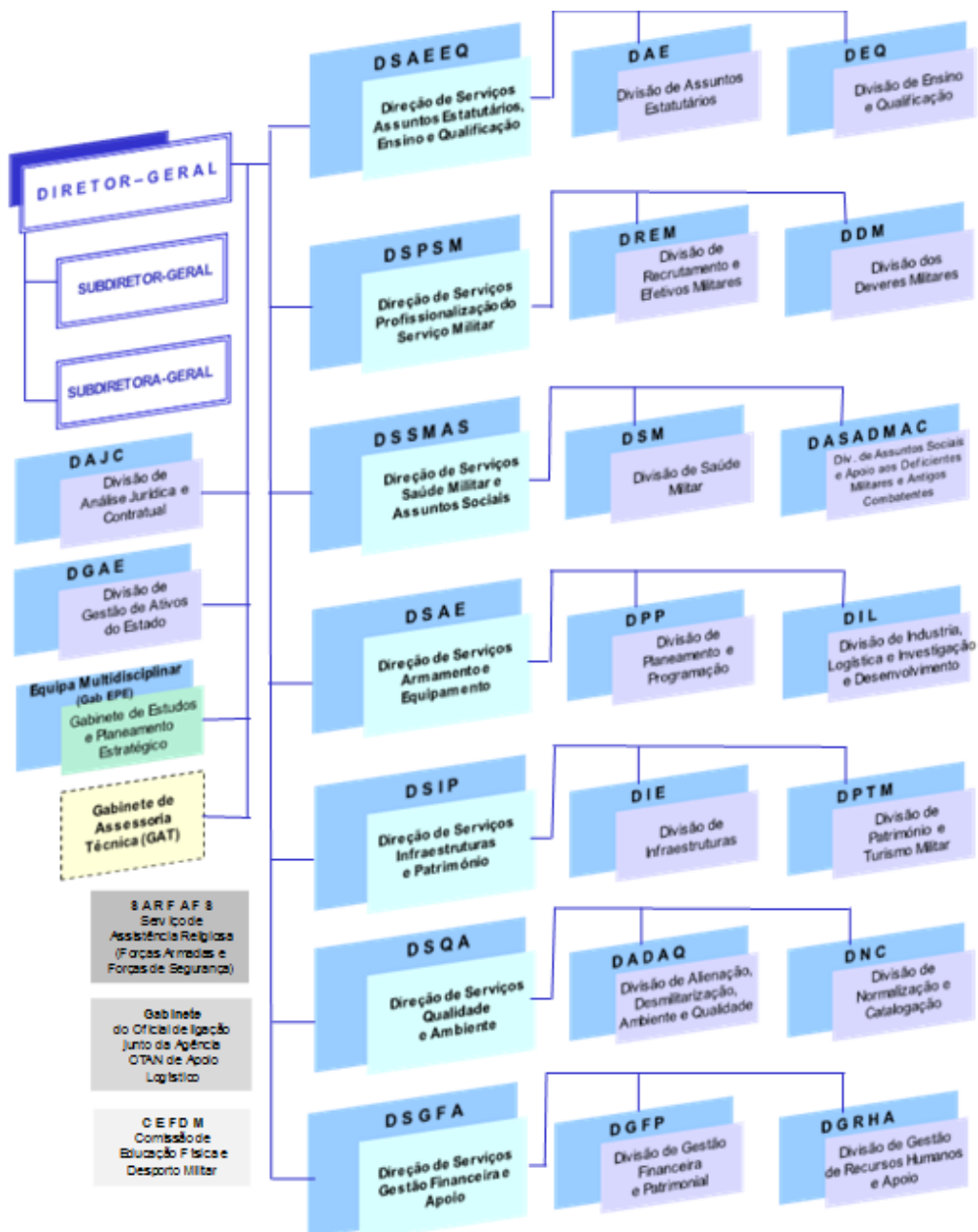
(2) Inclui 1 militar oficial-general

(3) Inclui 7 militares oficiais superiores

Figura 2
Distribuição de Efetivos pela Estrutura Orgânica

Grupos/Cargos/Carreiras	DIR (1)	DSAEQ	DSPSM	DSSMAS	DSAE	DSIP	DSQA	DSGFA	DAJC	DGAE	GABEPE	GABOTAN	SARFAFS	GAT	CEFD	Total
Direção superior (2)	3															3
Direção intermédia (3)		3	3	3	3	2	3	3	1	1						22
Direção	3	3	3	3	3	2	3	3	1	1	0	0	0	0	0	25
Técnico superior	3	9	11	10	2	12	3	11	1				1	3		66
Assistente técnico	1	1	2	5		1	1	14	1							26
Grupo Pessoal TS e AT	4	10	13	15	2	13	4	25	2	0	0	0	1	3	0	92
Informático	1		1		1			4								7
Grupo Pessoal Informático	1	0	1	0	1	0	0	4	0	0	0	0	0	0	0	7
Assistente operacional	2		1					11								14
Grupo Pessoal AO	2	0	1	0	0	0	0	11	0	0	0	0	0	0	0	14
Oficiais	9	1	14	3	7	6	5					1			2	48
Sargentos	20		16	2	1	4	9	1					1			54
Praças	6		11										1			18
Grupo Pessoal Militar	35	1	41	5	8	10	14	1	0	0	0	1	2	0	2	120
Total	45	14	59	23	14	25	21	44	3	1	0	1	3	3	2	258

Organograma da DGRDN

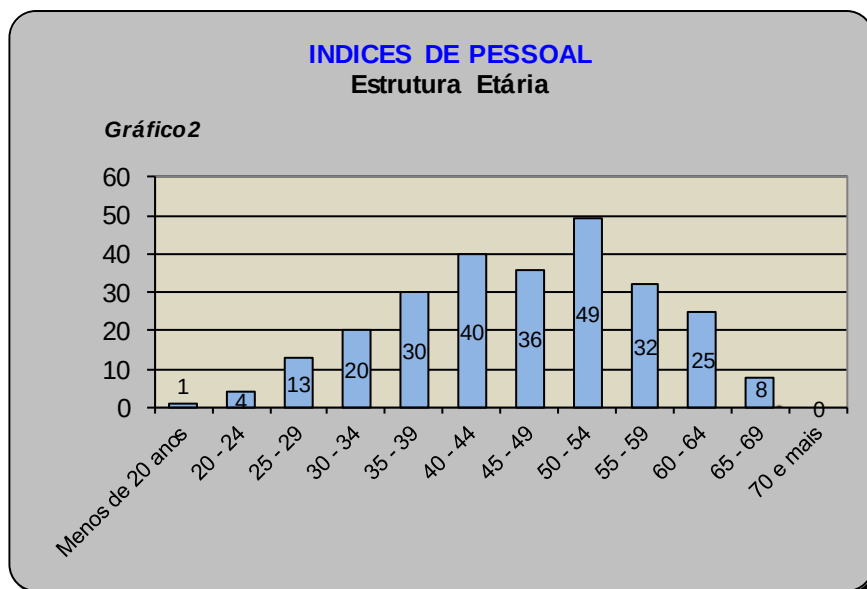


RECURSOS HUMANOS **ESTRUTURA ETÁRIA E DE ANTIGUIDADE**

A **idade média** dos trabalhadores da direção-geral situa-se nos **47,2 anos** (detalhe em Anexo 2, quadro 2 e Gráfico 2).

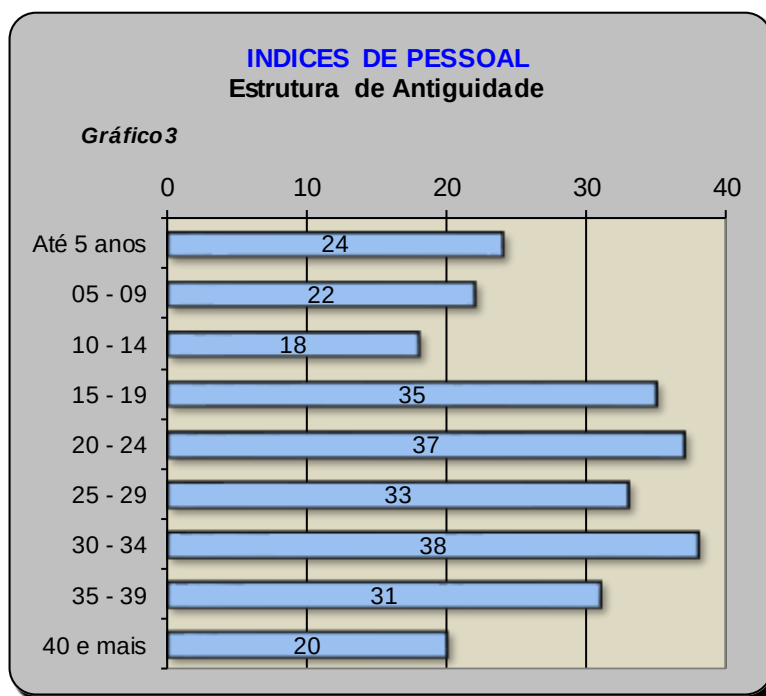
Analisando por género, nos homens a média de idades é de 45,2 anos e nas mulheres de 49,2 anos.

O grupo etário predominante permanece entre os 50 e 54 anos (19%), seguido pelo dos 40 aos 44 anos de idade (15,5%) e do grupo dos 45 aos 49 anos (14%), determinando 48,5% das pessoas da DGRDN.



Verifica-se que a **taxa de emprego jovem** no grupo etário inferior aos 25 anos é de **1,9%** (Gráfico 2). Este indicador mantém a tendência decrescente dos últimos anos (2016 – 3,1%; 2017 – 2,4%) inferindo-se que continua a diminuir o número de trabalhadores jovens, segundo a aplicação deste critério.

Consequentemente, no conjunto de idades igual ou superior a 55 anos, destaca-se a **taxa de envelhecimento** de **25,1%** (2016 – 19,6%; 2017 – 22,3%).



O **nível médio de antiguidade** das pessoas que trabalham na DGRDN é de aproximadamente **23 anos** (detalhe em Anexo 2, quadro 3 e Gráfico 3).

O grupo de pessoal de antiguidade no intervalo dos 30 aos 34 anos de serviço persiste como o mais significativo (14,7%), bem como do escalão entre os 20 e 24 anos (14,3%) (Gráfico 3).

No serviço, a antiguidade dos trabalhadores do sexo feminino, é de 23,3 anos e dos homens 22,7 anos.

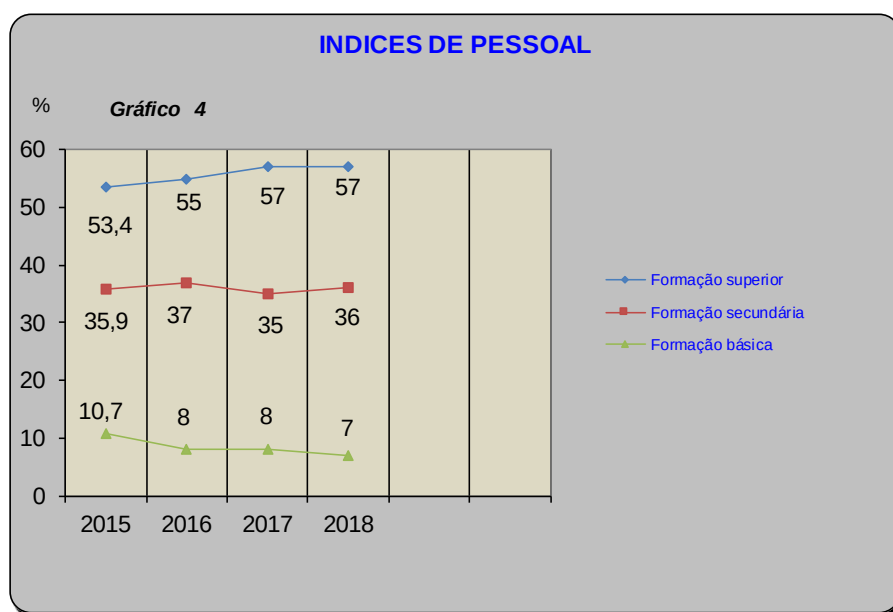
RECURSOS HUMANOS **ESTRUTURA HABILITACIONAL**

Analisando a estrutura de habilitações dos trabalhadores da DGRDN observam-se diferentes indicadores nesta área (detalhe em Anexo 2, quadro 4, Gráfico 4 e Figura 3).

Relativamente ao grau académico de nível superior o serviço possuía 104 licenciados, 39 mestres e 4 doutorados que desempenhavam funções de direção e/ou técnicas. O **índice de formação superior** foi de **57%**.

A **taxa de formação secundária** é de **36%** e a **taxa de formação básica** de **7%**.

A caracterização do nível habitacional por grupos profissionais/carreiras ilustra-se na Figura 3.

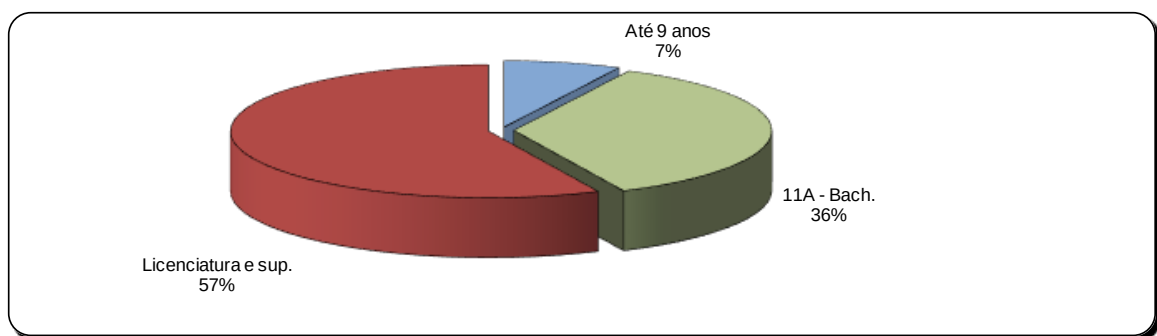


No contexto da escolaridade por género, 33,4% dos efetivos homens possui formação superior (86) e 30,6% o ensino básico/secundário (79).

A taxa de formação superior nas mulheres é de 23,6% (61). Detêm o ensino básico/secundário 12,4% das trabalhadoras (32).

Figura 3
Habilitações Literárias

Grupos/Cargos/Carreiras	Até 9 anos		11A - Bach.		Licenciatura e sup.		Total	
Dirigentes		0,0%		0,0%	25	100,0%	25	9,7%
Técnico Superior		0,0%	3	4,5%	63	95,5%	66	25,6%
Assistente Técnico	2	7,7%	23	88,5%	1	3,8%	26	10,1%
Assistente Operacional	12	85,7%	2	14,3%		0,0%	14	5,4%
Informático		0,0%	2	28,6%	5	71,4%	7	2,7%
Militares	5	4,2%	62	51,7%	53	44,2%	120	46,5%
Total	19	7,4%	92	35,7%	147	57,0%	258	100,0%

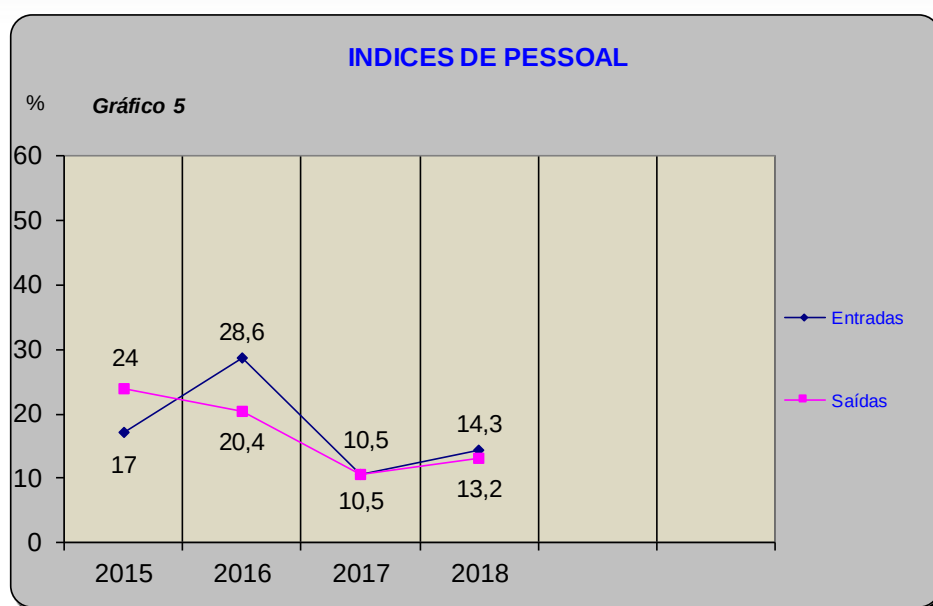


RECURSOS HUMANOS **MOBILIDADE DO PESSOAL**

Regressaram ou foram admitidos na DGRDN no período de 1 de janeiro e 31 de dezembro de 2018, **37 trabalhadores** (25 homens e 12 mulheres), equivalendo a um **índice de entradas** de **14,3%**. A divisão por grupos, cargos e carreiras foi a seguinte (Anexo 2, quadro 7, Gráfico 5):

- Dirigente intermédio 1º grau – 2 (5,4 %)
- Dirigente intermédio 2º grau – 5 (13,5%)
- Técnico superior – 5 (13,5%)
- Assistente técnico – 3 (8,1%)
- Assistente operacional – 1 (2,7%)
- Militares (oficiais, sargentos, praças) – 21 (56,8%)

Conforme o modo de ocupação do posto de trabalho ou modalidade de vinculação, 1 trabalhador entrou por *procedimento concursal*, 6 por *mobilidade*, 7 em *comissão de serviço* e 23 em *outras situações* (p. e. militares).



Saíram da direção-geral em 2018, **34 trabalhadores** (25 homens e 9 mulheres), correspondendo ao **índice de saídas** de **13,2%** (Gráfico 5).

Considerando os *nomeados* ou em *comissão de serviço*, 8 concluíram a devida comissão e 11 em *outras situações*, designadamente militares que voltaram ao ramo (detalhe em Anexo 2, quadro 8). Caracteriza-se em seguida por grupos, cargos e carreiras:

- Dirigente intermédio 1º grau – 4 (21%)
- Dirigente intermédio 2º grau – 4 (21%)
- Militares (oficiais, sargentos, praças) – 11 (58%)

Relativamente à saída de contratados (Contrato de Trabalho em Funções Públicas e Contrato de Trabalho no âmbito do Código de Trabalho), 1 trabalhador aposentou-se, 6 por *mobilidade* e 8 *outra situação* (Anexo 2, quadro 9). Destaca-se a seguinte distribuição:

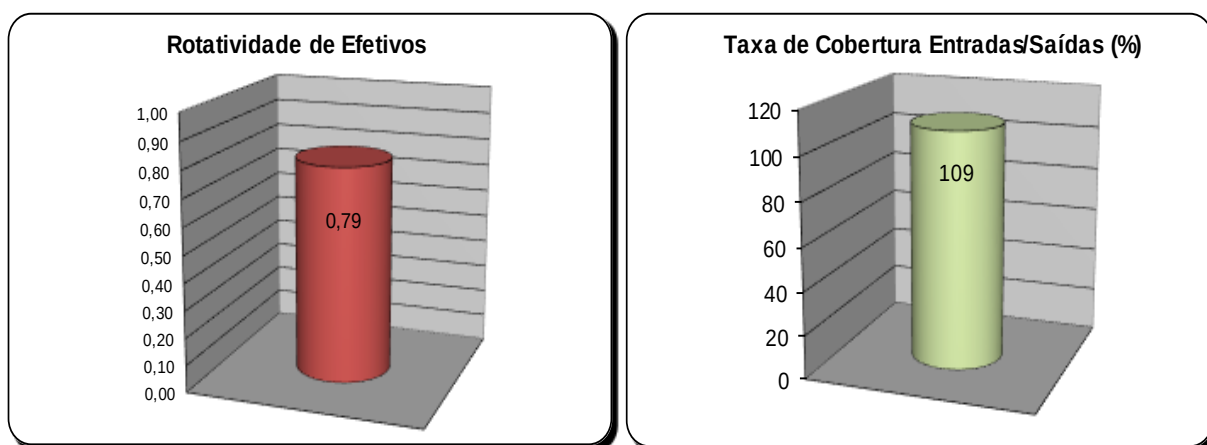
- Técnico superior – 8 (53,4%)
- Assistente técnico – 1 (6,6%)
- Assistente operacional – 2 (13,3%)
- Militares (oficiais, sargentos, praças) – 4 (26,7%)

Constata-se um incremento positivo de 3 pessoas na correspondência entre entradas e saídas no que respeita à movimentação de pessoal (Figura 4).

Assim a **taxa de cobertura** foi de **109%** (avalia em que proporção a entrada de funcionários cobre a saída, refletindo o acréscimo ou diminuição do número de RH existente).

O **índice de rotatividade de efetivos** assinalou o valor **0,79** (0 = máxima; 1 = nula).

Figura 4
Movimentos de Pessoal



Dados retrospectivos

Rotatividade de efetivos		Taxa de cobertura	
2016	2017	2016	2017
0,71	0,83	140%	100%

Considerando a dificuldade de recrutamento (Anexo 2, quadro 10), verificou-se a existência de 1 trabalhador em “procedimento concursal improcedente”.

No que refere à contagem das mudanças de situação dos trabalhadores (detalhe em Anexo 2, quadro 11), 93 tiveram “alteração obrigatória do posicionamento remuneratório” (44 homens e 49 mulheres).

RECURSOS HUMANOS **MODALIDADE DE HORÁRIO E ASSIDUIDADE**

A distribuição dos trabalhadores do serviço segundo as **modalidades de horário de trabalho** apresentam-se em seguida (detalhe em Anexo 2, quadro 12):

- Rígido – 4 (1,5%)
- Flexível – 175 (67,9%)
- Jornada contínua – 27 (10,4%)
- Trabalho por turnos (militares EINATO) – 24 (9,3%)
- Isenção de horário – 28 (10,9%)

Em relação à caracterização dos trabalhadores pelo **período normal de trabalho** (PNT) no desempenho das suas funções, destaca-se (detalhe em Anexo 2, quadro 13):

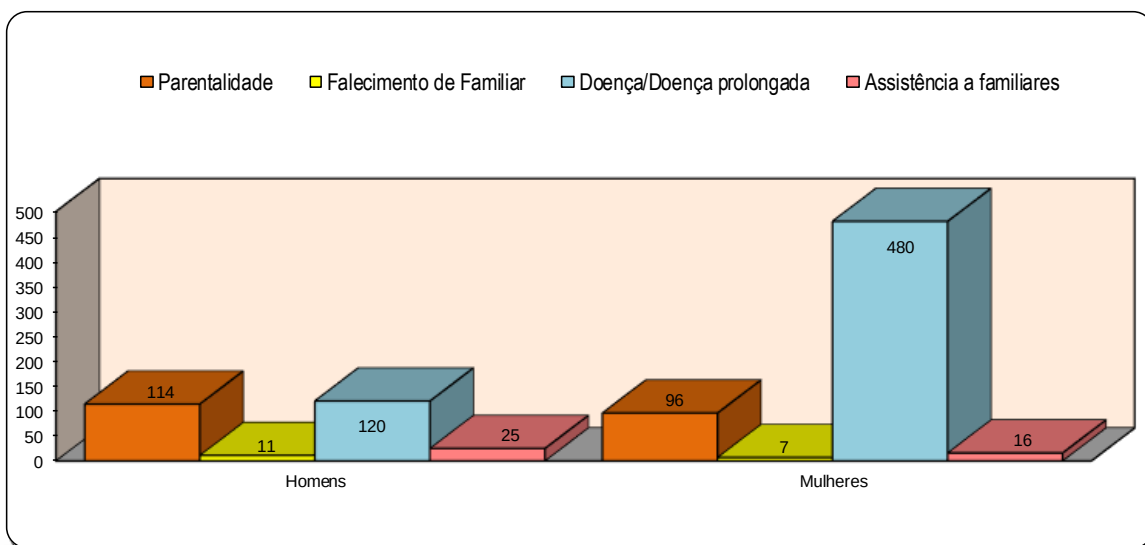
- Tempo completo de 35 h/semana – 231 (89,5%)
- Tempo parcial de 30 h/semana (jornada contínua) – 27 (10,5%)

Relativamente às modalidades de **trabalho suplementar** durante 2018, registam-se no total 4.511 h nas carreiras de assistente técnico/assistente operacional (diurno: assistente técnico – 19:30 h; assistente operacional – 3.628:30 h; trabalho em dias de descanso semanal obrigatório: assistente técnico – 52 h; assistente operacional – 811 h) (detalhe em Anexo 2, quadro 14).

A **taxa de absentismo** na DGRDN em 2018 manteve-se idêntica à de 2017, **2,4%** (Anexo 2, quadro 15, Figura 5 e Gráfico 6). O **índice de presença** fixou-se em **97,6%**. Por género, nos trabalhadores do sexo masculino verificou-se um absentismo de 1% e nos trabalhadores do sexo feminino 4,8%.

Figura 5
Assiduidade

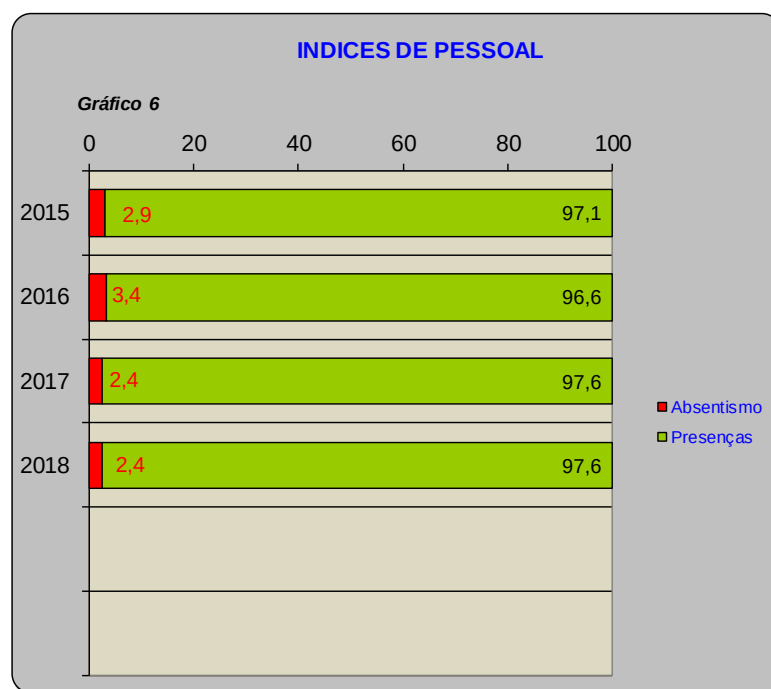
Tipo de Ausências	Homens		Mulheres		Total	
Casamento	15	100,0%	0	0,0%	15	1,1%
Parentalidade	114	54,3%	96	45,7%	210	15,2%
Falecimento de Familiar	11	61,1%	7	38,9%	18	1,3%
Doença/Doença prolongada	120	20,0%	480	80,0%	600	43,4%
Assistência a familiares	25	61,0%	16	39,0%	41	3,0%
Acidente serviço/Doença profissional	0	0,0%	312	100,0%	312	22,6%
Trabalhador estudante	35	45,5%	42	54,5%	77	5,6%
Com perda vencimento	20	100,0%	0	0,0%	20	1,4%
Outras	28,5	31,5%	62	68,5%	90,5	6,5%
Total de dias de Faltas [DF]	368,5	26,6%	1015	73,4%	1383,5	100,0%
Total de Trabalhadores [NT]	165	64,0%	93	36,0%	258	100,0%
Dias de Trabalho [DT] (NT*228)	37 620	64,0%	21 204	36,0%	58 824	100,0%
Taxa de Absentismo (DF/DT*100)	1,0%		4,8%		2,4%	



Relativamente ao tipo de ausências, as faltas por *doença ou doença prolongada* (43,4%), *acidente em serviço/doença profissional* (22,6%) e *parentalidade* (15,2%) são as que evidenciam maior significado.

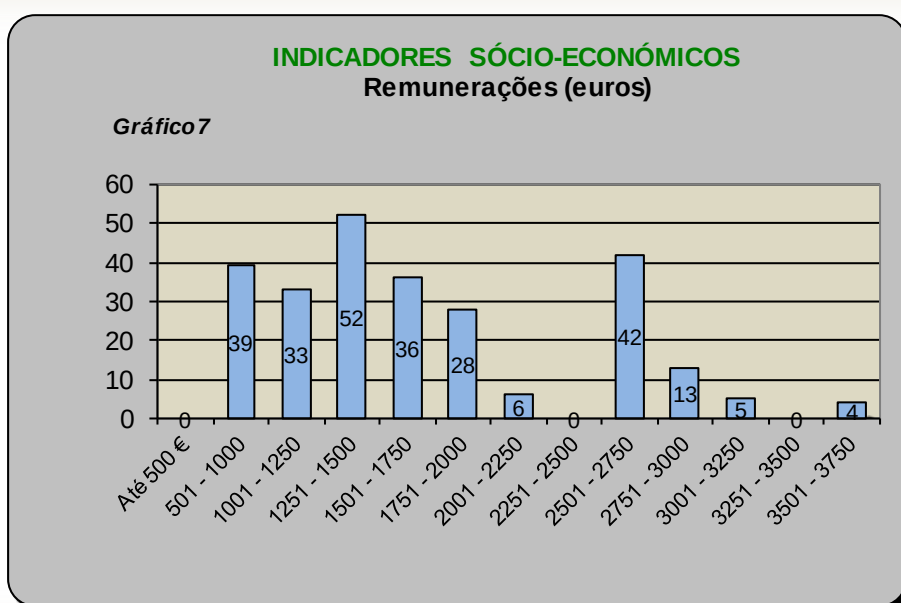
Considerando os grupos profissionais que registaram maior número de ausências: Técnico Superior (664 dias), Assistente Técnico (246,5 dias) e Assistente Operacional (214,5 dias).

Não se apuraram faltas injustificadas.



REMUNERAÇÕES E ENCARGOS COM PESSOAL

A **estrutura remuneratória** do pessoal da DGRDN a 31 de dezembro de 2018 distribuía-se entre os grupos salariais “501 e 1.000 €” (vencimento mínimo: masculino 583,58 €; feminino 607,53 €) e “entre 3.501 e 3.750 €” (vencimento máximo: masculino 3.734,06 €; feminino 3.173,95 €) (detalhe em Anexo 2, quadro 17, Gráfico 7). Assinala-se que o escalão remuneratório mais frequente (moda) situa-se entre 1.251 € e 1.500 € que inclui 20% dos trabalhadores vinculados ao serviço (total 52 - 69% homens e 31% mulheres). O **leque salarial líquido (6,4)** continuou a decrescer (- 0,3% face a 2017).



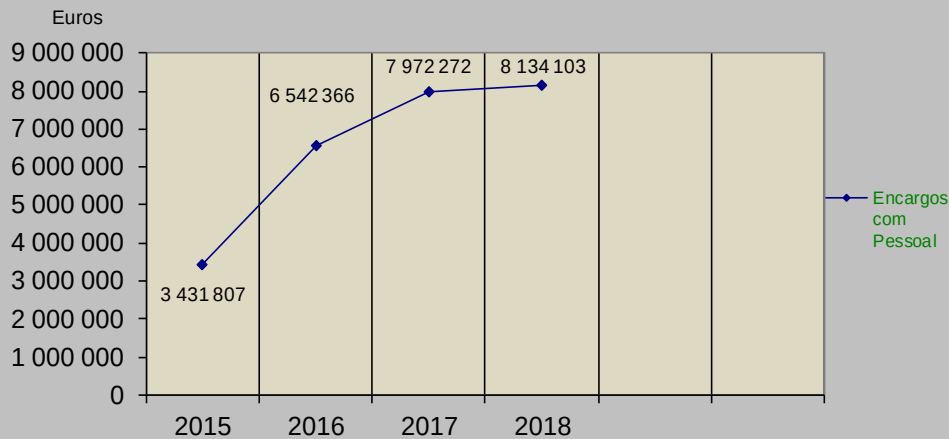
Em 2018 os **encargos com pessoal** determinaram uma despesa de 8.134.103,01 € (detalhe em Anexo 2, quadro 18 e Gráfico 8). Na globalidade estes custos reúnem parcelas como a *remuneração base, suplementos remuneratórios, prestações sociais, benefícios sociais e Outros encargos com pessoal*.

Estes valores refletiram um aumento de aproximadamente 2% em relação a 2017. Salienta-se que desde 2016 foram assumidos encargos com a remuneração dos militares que exercem funções na DGRDN, decorrente da aplicação do art. 147.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas - EMFAR (Decreto-Lei n.º 90/2015, de 29 de maio), bem como as obrigações orçamentais do serviço com a Segurança Social e a CGA.

Contribuíram principalmente para este total os gastos em remunerações (5.469.786,92 € - 67, 2%), suplementos remuneratórios (962.192,67 € - 11,8%), prestações sociais (227.141,40 € - 2,8%), benefícios sociais (3.184,30 € - 0,04%) e outros encargos com pessoal tais como indemnizações, compensações, abonos, aposentação e segurança social (1.471.798,52 € - 18,1%).

INDICADORES SÓCIO-ECONÓMICOS

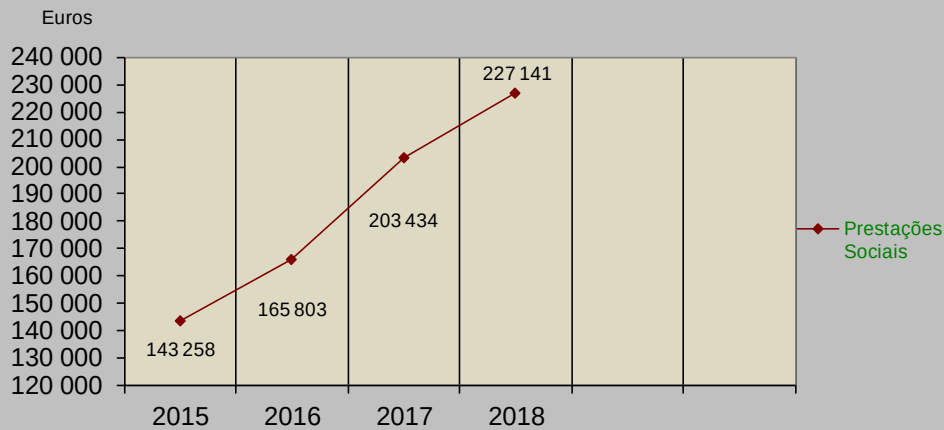
Gráfico 8



Relativamente à divisão entre os encargos com prestações sociais e o total de despesa com a remuneração base, a **taxa de encargos sociais** foi de **4,1%** (aumento de 0,6% comparativamente a 2017) (Anexo 2, quadro 18.2).

INDICADORES SÓCIO-ECONÓMICOS

Gráfico 9



Caracterizam-se os principais tipos de despesa, nomeadamente os **suplementos remuneratórios** (*trabalho suplementar, trabalho em dias de descanso semanal, complementar e feriados, ajudas de custo, representação, secretariado e outros suplementos*) e os encargos com **prestações sociais** que reúne custos referentes a *subsídios no âmbito da proteção da parentalidade, abono de família e subsídio de refeição* (Anexo 2, quadro 18.1 e 18.2, Gráfico 9).

HIGIENE E SEGURANÇA

No que respeita aos **acidentes de trabalho** (AT) havidos em serviço (2018) verificaram-se (detalhe Anexo 2, quadro 19):

No local de trabalho

- Nº total de acidentes – 2 (feminino)
- Nº de AT com baixa (superior a 30 dias) – 2 (feminino)
- Nº de dias de trabalho perdidos – 128 (feminino)

Em itinerário/deslocação

- Nº total de acidentes – 1 (feminino)
- Nº de AT com baixa (superior a 30 dias) – 1 (feminino)
- Nº de dias de trabalho perdidos - 184 (femininos)

Constata-se assim que a **taxa de acidentes de trabalho** foi de **1,2%** (mais duas situações que em 2017 – 0,8%).

Verificou-se uma ocorrência de **incapacidade permanente (parcial)** (Anexo 2, quadro 20). Anota-se a realização de 34 exames médicos periódicos no âmbito da **medicina no trabalho** (Anexo 2, quadro 22). Realizaram-se 3 reuniões da **comissão de segurança e saúde no trabalho** (Anexo 2, quadro 23) e um trabalhador foi reintegrado com alteração das funções exercidas, em resultado de acidente de trabalho/doença profissional (Anexo 2, quadro 24).

Ocorreram 2 ações de formação e sensibilização em matéria de segurança e saúde no trabalho (Anexo 2, quadro 25) abrangendo 10 trabalhadores.

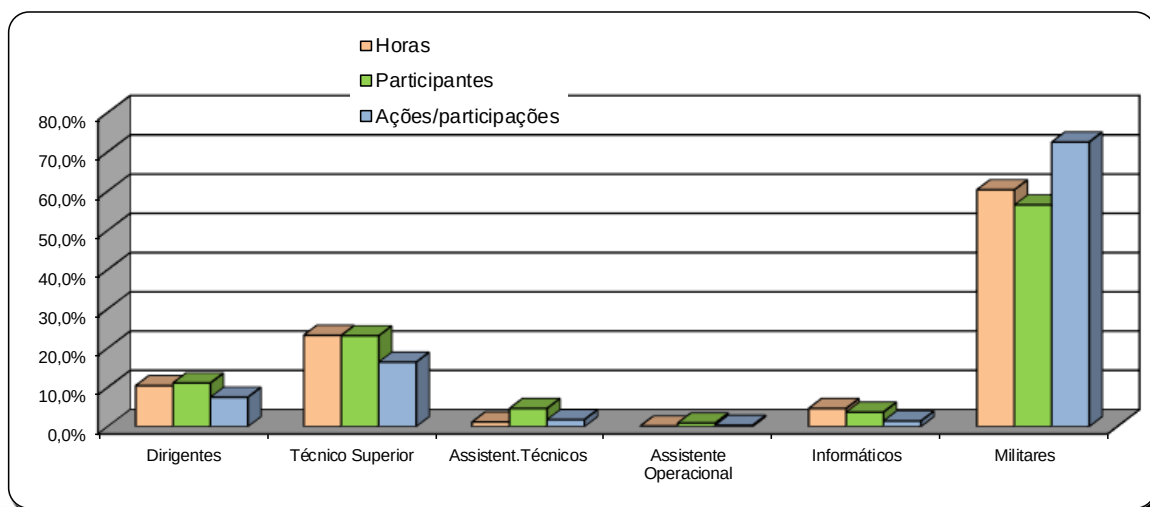
FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Facultar o desenvolvimento das pessoas a nível pessoal e profissional tem sido e manteve-se no quadro de uma política de formação própria da DGRDN.

Neste sentido a formação tem sido considerada um investimento no capital humano do serviço. Procura-se primeiro um efetivo diagnóstico de necessidades que procura no seu objetivo compatibilizar as carências detetadas com a motivação e interesses dos trabalhadores.

Grupos/Cargos/Carreiras	Participantes		Ações/participações		Horas		Custos
Dirigentes	12	11,1%	21	7,5%	552	10,4%	
Técnico Superior	25	23,1%	46	16,4%	1230	23,3%	
Assistente Técnico	5	4,6%	5	1,8%	63	1,2%	
Assistente Operacional	1	0,9%	1	0,4%	7	0,1%	
Informático	4	3,7%	4	1,4%	245	4,6%	
Militares	61	56,5%	203	72,5%	3190	60,3%	
Total	108	100,0%	280	100,0%	5 287	100,0%	81 302 €

Figura 6
Formação
Profissional

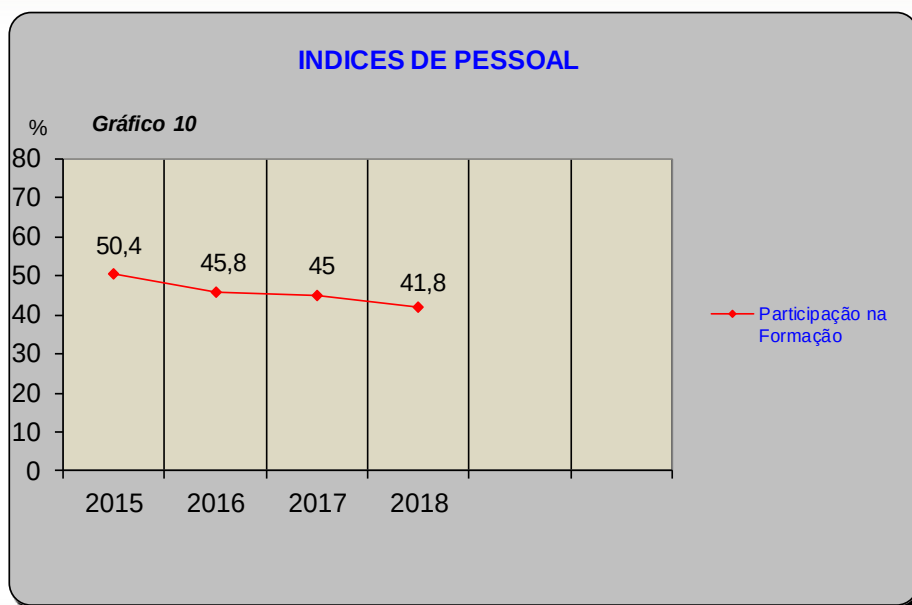


Durante 2018 foram frequentadas 280 ações (exclusivamente externas) e 108 o nº de participantes (detalhe em Anexo 2, quadros 27 a 30, Figura 6 e Gráfico 10). O **índice de participação** na formação profissional foi de **41,8%**³ (- 3,2%).

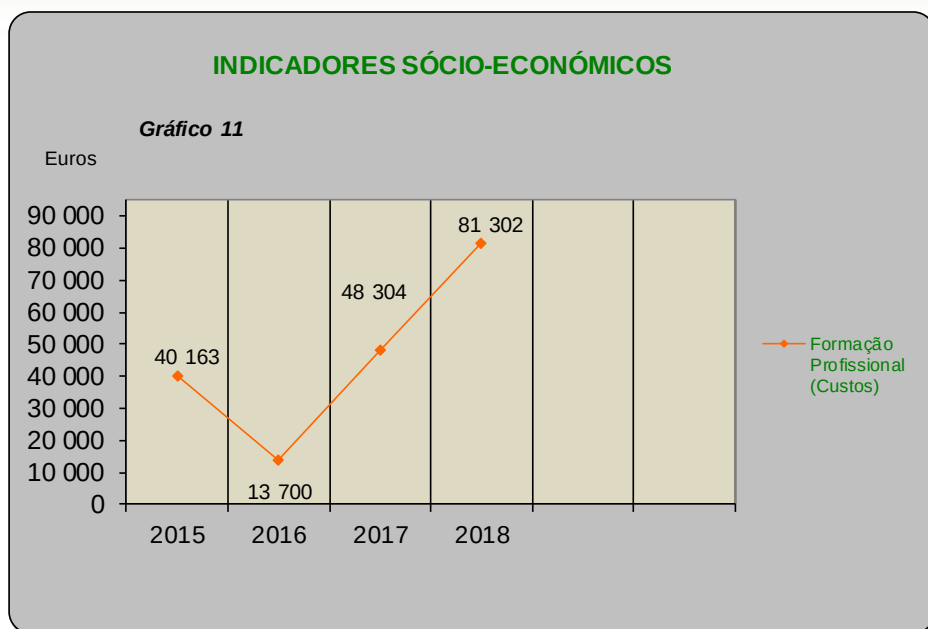
³ Nota – Balanço Social 2017: neste indicador, onde se lê «60,7% (+15%)», deve ler-se «45% (-0,8%)» (pág. 21).

Relativamente à distribuição das horas de formação despendidas, pelos grupos profissionais/cargos/carreiras, destacam-se primeiro os militares (60,3%), seguido dos técnicos superiores (23,3%) e dirigentes (10,4%) (Figura 6).

Em relação às participações/ações frequentadas destacam-se os militares (72,5%), os técnicos superiores (16,4%) e os dirigentes (7,5%) (Figura 6). No respeitante aos formandos o nº mais elevado de participantes pertenceu ao grupo de militares (56,5%), seguidamente aos técnicos superiores (23,1%) e dirigentes (11,1%) (Figura 6).



A maioria das ações de formação, 246 (87,8%) foi de curta duração (inferior a 30 horas), seguida de 30 participações/ações de 30 a 59 horas (10,7%), 3 ações de 60 a 119 horas (1%) e 1 participação igual ou superior a 120 h (0,35%) (Anexo 2, quadro 27).



Em 2018 a *taxa de investimento em formação* foi de **1%**, um incremento de 0,4% em relação a 2017. O custo absoluto situou-se em 81.302 € (+ 68,3%) dado que aumentou o número de ações frequentadas (+79) e respetivas horas de formação (+ 1.169 h) (Gráfico 11).

Observando ainda outros encargos, destacam-se os seguintes indicadores: o **custo médio (despesa) da formação por participante situou-se em 752 €** e o **custo médio por trabalhador em 315 €**, valores superiores a 2017 acompanhando o aumento geral deste encargo/investimento.

RELAÇÕES PROFISSIONAIS

A **taxa de sindicalização** em 2018 foi de **1,2%** (Anexo 2, quadro 31). Decresceu para 3 o número de trabalhadores sindicalizados (5 em 2017).

Quanto à disciplina, não se registaram processos transitados ou instaurados.

PERFIL DOS RECURSOS HUMANOS DA DGRDN

Síntese dos fatores diferenciadores da **representação profissional do pessoal da DGRDN**:



- Grupo de pessoal – civil (50,4%);
- Grupos profissionais (dominantes) – militar (46,5%) e técnico superior (25,6%);
- Tipo de funções exercidas (dominância) – técnicas (75,2%);
- Modalidade de vinculação – contrato de trabalho em Funções Públicas por tempo indeterminado – (43,8%);
- Colocação das pessoas pela estrutura orgânica – DSPSM (22,8%);
- Sexo – masculino (64%);
- Idade – média 47,2 anos;
(grupo etário dominante: 50 a 54 anos – 19%)
- Antiguidade na AP – 23 anos (média);
- Habilitações – formação superior (57%);
- Assiduidade – 5,3 dias/faltas (média absentismo/trabalhador);
- Formação profissional – 20,5 h (média horas de formação/trabalhador).

ANEXO 1

Índices de Gestão de Pessoal

PRINCIPAIS INDICES DE GESTÃO DE PESSOAL UTILIZADOS NO BALANÇO SOCIAL DA DGRDN

índice de enquadramento (pessoal dirigente / total de efetivos, x 100)

taxa de pessoal técnico superior (técnicos superiores / total de efetivos, x 100)

taxa de pessoal assistente técnico (assistentes técnicos / total de efetivos, x 100)

taxa de pessoal assistente operacional (assistentes operacionais / total de efetivos, x 100)

taxa de pessoal informático (informáticos / total de efetivos, x 100)

taxa de pessoal das Forças Armadas (militares / total de efetivos, x 100)

taxa de pessoal com nomeação definitiva (Nº trabalhadores com ND / total de efetivos, x 100)

taxa de pessoal com contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado
(Nº trabalhadores com CTFPTI / total de efetivos, x 100)

taxa de pessoal com contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo
(Nº trabalhadores com CTFPTRC / total de efetivos, x 100)

taxa de pessoal em comissão de serviço (Nº trabalhadores em CS / total de efetivos, x 100)

taxa de feminização (Nº de efetivos do sexo feminino / total de efetivos, x 100)

taxa de masculinização (Nº de efetivos do sexo masculino / total de efetivos, x 100)

índice de tecnicidade - sentido restrito (grupo de pessoal técnico superior + militares equiparados /
efetivos globais, x 100)

idade média (soma das idades dos trabalhadores 31 de dezembro / total de efetivos, x 100)

taxa de emprego jovem (total efetivos < 25 anos / efetivos globais, x 100)

taxa de envelhecimento (total efetivos => 55 anos / efetivos globais, x 100)

antiguidade média (soma das antiguidades dos trabalhadores 31 de dezembro / total de efetivos, x
100)

índice de formação superior (licenciatura+mestrado+doutoramento / total de efetivos, x 100)

índice de formação secundária (11º ano+12º ano / total de efetivos, x 100)

índice de formação básica (4º ano+6ºano+9º ano / total de efetivos, x 100)

índice de entradas (Nº de admissões / total de efetivos, x 100)

índice de saídas (N° de saídas / total de efetivos, x 100)

índice de rotatividade ou “turn-over” – a rotação máxima de efetivos equivale ao índice 0 e a rotação nula ao índice 1 (efetivo final a 31 Dez / efetivo inicial a 1 Jan + entradas + saídas)

taxa de cobertura – compensação entradas/saídas (total de admissões / total de saídas, x 100)

taxa de absentismo (total dias de ausência [sem férias] / 228 dias úteis x efetivos, x 100) (2018)

leque salarial ilícido (maior remuneração base ilícida / menor remuneração base ilícida)

taxa de encargos sociais (total encargos com prestações sociais / total encargo remuneração base, x 100)

taxa de acidentes de trabalho (N° de acidentes de trabalho / total de efetivos, x 100)

índice de participação na formação interna/externa (N° de participantes em ações / total de efetivos, x 100)

taxa de investimento na formação (total despesa em formação / total encargos com pessoal, x 100)

taxa de sindicalização (N° de trabalhadores sindicalizados / total de efetivos, x 100)

ANEXO 2

Mapas previstos no Decreto-Lei 190/96, de 9 de outubro
(modelo/formulário da DGAEP)

BALANÇO SOCIAL

Decreto-Lei nº 190/96, de 9 de Outubro

2018

IDENTIFICAÇÃO DO SERVIÇO / ENTIDADE

Código SIOE: 875792095

Ministério: da Defesa Nacional

Serviço / Entidade: Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional

NÚMERO DE PESSOAS EM EXERCÍCIO DE FUNÇÕES NO SERVIÇO (Não incluir Prestações de Serviços)

Em 1 de Janeiro de 2018 255

Em 31 de Dezembro de 2018 258

Nota: Em caso de processo de fusão/reestruturação da entidade existente a 31/12/2018, indicar o critério adotado para o registo dos dados do Balanço Social 2018 na folha "Criterio"

Contato(s) do(s) responsável(eis) pelo preenchimento

Nome Luís Pinheiro

Tel: 213027284

E-mail: luis.mpinheiro@defesa.pt

Data fev/19

Notas Explicativas:

Em caso de processo de fusão/reestruturação da entidade existente a 31/12/2018 deverá ser indicado o critério adotado para o registo dos dados do Balanço Social 2018.

Por exemplo: caso de uma entidade que resulta da fusão de 2 entidades, em que a nova entidade iniciou o seu funcionamento a 1 de junho 2018:

Deverá registrar os dados da entidade nova referente ao período de 1 junho a 31 dezembro, especificando em baixo na descrição da entidade a data de início da nova entidade e o número de trabalhadores em exercício de funções nessa data, em substituição do n.º de trabalhadores a 1 de janeiro 2018 na folha de identificação.

Caso este critério não seja aplicável para algum dos quadros, deverá também ser descrita neste campo de descrição o critério adotado.

Critério adotado (descrição da entidade):

[illegible]

BALANÇO SOCIAL 2018

ÍNDICE DE QUADROS

CAPÍTULO 1 - RECURSOS HUMANOS

[Quadro 1: Contagem dos trabalhadores por grupo/cargo/carreira, segundo a modalidade de vinculação e género, em 31 de dezembro](#)

[Quadro 2: Contagem dos trabalhadores por grupo/cargo/carreira, segundo o escalão etário e género, em 31 de dezembro](#)

[Quadro 3: Contagem dos trabalhadores por grupo/cargo/carreira, segundo o nível de antiguidade e género, em 31 de dezembro](#)

[Quadro 4: Contagem dos trabalhadores por grupo/cargo/carreira, segundo o nível de escolaridade e género, em 31 de dezembro](#)

[Quadro 5: Contagem dos trabalhadores estrangeiros por grupo/cargo/carreira, segundo a nacionalidade e género, em 31 de dezembro](#)

[Quadro 6: Contagem de trabalhadores portadores de deficiência por grupo/cargo/carreira, segundo o escalão etário e género, em 31 de dezembro](#)

[Quadro 7: Contagem dos trabalhadores admitidos e regressados durante o ano, por grupo/cargo/carreira e género, segundo o modo de ocupação do posto de trabalho ou modalidade de vinculação](#)

[Quadro 8: Contagem das saídas de trabalhadores nomeados ou em comissão de serviço, por grupo/cargo/carreira, segundo o motivo de saída e género](#)

[Quadro 9: Contagem das saídas de trabalhadores contratados, por grupo/cargo/carreira, segundo o motivo de saída e género](#)

[Quadro 10: Contagem dos postos de trabalho previstos e não ocupados durante o ano, por grupo/cargo/carreira, segundo a dificuldade de recrutamento](#)

[Quadro 11: Contagem das mudanças de situação dos trabalhadores, por grupo/cargo/carreira, segundo o motivo e género](#)

[Quadro 12: Contagem dos trabalhadores por grupo/cargo/carreira, segundo a modalidade de horário de trabalho e género, em 31 de dezembro](#)

[Quadro 13: Contagem dos trabalhadores por grupo/cargo/carreira, segundo o período normal de trabalho \(PNT\) e género, em 31 de dezembro](#)

[Quadro 14: Contagem das horas de trabalho suplementar durante o ano, por grupo/cargo/carreira, segundo a modalidade de prestação do trabalho e género](#)

[Quadro 14.1: Contagem das horas de trabalho nocturno, normal e suplementar durante o ano, por grupo/cargo/carreira, segundo o género](#)

[Quadro 15: Contagem dos dias de ausências ao trabalho durante o ano, por grupo/cargo/carreira, segundo o motivo de ausência e género](#)

[Quadro 16 : Contagem dos trabalhadores em greve durante o ano, por escalão de PNT e tempo de paralisação](#)

CAPÍTULO 2 - REMUNERAÇÕES E ENCARGOS

[Quadro 17: Estrutura remuneratória, por género](#)

[Quadro 18: Total dos encargos anuais com pessoal](#)

[Quadro 18.1: Suplementos remuneratórios](#)

[Quadro 18.2: Encargos com prestações sociais](#)

[Quadro 18.3: Encargos com benefícios sociais](#)

CAPÍTULO 3 - HIGIENE E SEGURANÇA

[Quadro 19: Número de acidentes de trabalho e de dias de trabalho perdidos com baixa durante o ano, por género](#)

[Quadro 20: Número de casos de incapacidade declarados durante o ano, relativamente aos trabalhadores vítimas de acidente de trabalho](#)

[Quadro 21: Número de situações participadas e confirmadas de doença profissional e de dias de trabalho perdidos durante o ano](#)

[Quadro 22: Número e encargos das actividades de medicina no trabalho ocorridas durante o ano](#)

[Quadro 23: Número de intervenções das comissões de segurança e saúde no trabalho ocorridas durante o ano, por tipo](#)

[Quadro 24: Número de trabalhadores sujeitos a acções de reintegração profissional em resultado de acidentes de trabalho ou doença profissional durante o ano](#)

[Quadro 25: Número de acções de formação e sensibilização em matéria de segurança e saúde no trabalho](#)

[Quadro 26: Custos com a prevenção de acidentes e doenças profissionais durante o ano](#)

CAPÍTULO 4 - FORMAÇÃO PROFISSIONAL

[Quadro 27: Contagem relativa a participações em acções de formação profissional durante o ano, por tipo de acção, segundo a duração](#)

[Quadro 28: Contagem relativa a participações em acções de formação durante o ano, por grupo/cargo/carreira, segundo o tipo de acção](#)

[Quadro 29: Contagem das horas dispendidas em formação durante o ano, por grupo/cargo/carreira, segundo o tipo de acção](#)

[Quadro 30: Despesas anuais com formação](#)

CAPÍTULO 5 - RELAÇÕES PROFISSIONAIS

[Quadro 31: Relações profissionais](#)

[Quadro 32: Disciplina](#)

Quadro 1: Contagem dos trabalhadores por grupo/cargo/carreira, segundo a modalidade de vinculação e género, em 31 de dezembro

[illegible]

Forças Armadas - Sargento b)			47	6						1												48	6	54
Forças Armadas - Praça b)			10							7	1											17	1	18
Polícia Judiciária																						0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Oficial																						0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Chefe de Polícia																						0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Agente																						0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Oficial																						0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Sargento																						0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Guarda																						0	0	0
Serviço Estrangeiros Fronteiras																						0	0	0
Guarda Prisional																						0	0	0
Outro Pessoal de Segurança c)																						0	0	0
Bombeiro																						0	0	0
Polícia Municipal																						0	0	0
Total	0	0	88	9	0	0	0	0	43	70	19	4	0	0	15	10	0	0	0	0	0	165	93	258

Prestações de Serviços	M	F	Total
Tarefa			0
Avença			0
Total	0	0	0

NOTAS:

Os totais dos quadros 1, 2, 3, 4, 12, 13 e 17 devem ser iguais, por grupo/cargo/carreira e por género.

a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis nº 2/2004, de 15 de janeiro e 51/2005, de 30 e Agosto e republicado pela Lei nº 64/2011, de 22 de Dezembro);

b) Postos das carreiras militares dos três ramos das Forças Armadas (Exército, Marinha e Força Aérea);

c) Registar outro pessoal de segurança não considerado nas carreira ou grupos anteriores, incluindo os trabalhadores pertencentes aos corpos especiais SIS (Serviço de Informações de Segurança) e SIED (Serviço de Informações Estratégicas de Defesa);

d) Não considerar os trabalhadores ausentes há mais de 6 meses e os trabalhadores que estão em licença sem vencimento a 31 de dezembro.

Quadro 3: Contagem dos trabalhadores por grupo/cargo/carreira, segundo o nível de antiguidade e género, em 31 de dezembro

SE Células a vermelho - Totais não estão iguais aos do Quadro1

Grupo/cargo/carreira/ Tempo de serviço	até 5 anos		5 - 9		10 - 14		15 - 19		20 - 24		25 - 29		30 - 34		35 - 39		40 ou mais anos		TOTAL		TOTAL
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	
Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos																			0	0	0
Dirigente superior de 1º grau a)																	1		1	0	1
Dirigente superior de 2º grau a)		1													1				1	1	2
Dirigente intermédio de 1º grau a)					1								2		1	1		1	4	2	6
Dirigente intermédio de 2º grau a)			1				1	2	4		1	1	2	3				1	9	7	16
Dirigente intermédio de 3º grau e seguintes a)																			0	0	0
Técnico Superior	4	4	5	3		7	4	7	2	7	3	1	4	5	1	3		6	23	43	66
Assistente técnico, técnico de nível intermédio, pessoal administrativo	1			1	1			4	3	5		1	1	1		4		4	6	20	26
Assistente operacional, operário, auxiliar					1	2	1	1	1		1			1		1	4	1	8	6	14
Aprendizes e praticantes																			0	0	0
Informático							1		3		2	1							6	1	7
Magistrado																			0	0	0
Diplomata																			0	0	0
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - assistente de residência																			0	0	0
Pessoal de Inspeção																			0	0	0
Pessoal de Investigação Científica																			0	0	0
Docente Ensino Universitário																			0	0	0
Docente Ensino Superior Politécnico																			0	0	0
Educ.Infância e Doc. do Ens. Básico e Secundário																			0	0	0
Médico																			0	0	0
Enfermeiro																			0	0	0
Téc. Diagnóstico e Terapêutica																			0	0	0
Técnico Superior de Saúde																			0	0	0
Chefia Tributária																			0	0	0
Pessoal de Administração Tributária																			0	0	0
Pessoal Aduaneiro																			0	0	0
Conservador e Notário																			0	0	0
Oficial dos Registos e do Notariado																			0	0	0
Oficial de Justiça																			0	0	0
Forças Armadas - Oficial b)	7	2	4	1			3		2	2	10	1	5		9		2		42	6	48
Forças Armadas - Sargento b)			2		5		6	2	6	1	6	3	13		10				48	6	54

Forças Armadas - Praça b)	5		4	1	1		3		1		2		1					17	1	18	
Polícia Judiciária																		0	0	0	
Polícia de Segurança Pública - Oficial																		0	0	0	
Polícia de Segurança Pública - Chefe de Polícia																		0	0	0	
Polícia de Segurança Pública - Agente																		0	0	0	
Guarda Nacional Republicana - Oficial																		0	0	0	
Guarda Nacional Republicana - Sargento																		0	0	0	
Guarda Nacional Republicana - Guarda																		0	0	0	
Serviço Estrangeiros Fronteiras																		0	0	0	
Guarda Prisional																		0	0	0	
Outro Pessoal de Segurança c)																		0	0	0	
Bombeiro																		0	0	0	
Polícia Municipal																		0	0	0	
Total	17	7	16	6	9	9	19	16	22	15	25	8	28	10	22	9	7	13	165	93	258

NOTAS:
Os totais dos quadros 1, 2, 3, 4, 12, 13 e 17 devem ser iguais, por grupo/cargo/carreira e por género.
A antiguidade reporta-se ao tempo de serviço na Administração Pública.

a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis nº 2/2004, de 15 de janeiro e 51/2005, de 30 e Agosto e republicado pela Lei nº 64/2011, de 22 de Dezembro);

b) Postos das carreiras militares dos três ramos das Forças Armadas (Exército, Marinha e Força Aérea);

c) Registar outro pessoal de segurança não considerado nas carreira ou grupos anteriores, incluindo os trabalhadores pertencentes aos corpos especiais SIS (Serviço de Informações de Segurança) e SIED (Serviço de Informações Estratégicas de Defesa);

d) Não considerar os trabalhadores ausentes há mais de 6 meses e os trabalhadores que estão em licença sem vencimento a 31 de dezembro.

SE Células a vermelho - Totais não
estão iguais aos do Quadro1

SE Células a vermelho - Totais não
estão iguais aos do Quadro1

Guarda Nacional Republicana - Sargento																					0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Guarda																					0	0	0
Serviço Estrangeiros Fronteiras																					0	0	0
Guarda Prisional																					0	0	0
Outro Pessoal de Segurança c)																					0	0	0
Bombeiro																					0	0	0
Polícia Municipal																					0	0	0
Total	0	0	2	4	2	1	8	2	13	18	54	7	0	0	54	50	30	9	2	2	165	93	258

Grupo/cargo/carreira / Habilitação Literária	Menos de 4 anos de escolaridade		4 anos de escolaridade		6 anos de escolaridade		9.º ano ou equivalente		11.º ano		12.º ano ou equivalente		Bacharelato		Licenciatura		Mestrado		Doutoramento		TOTAL		Total
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	
Tarefa																					0	0	0
Avença																					0	0	0
Total	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

NOTAS:
Os totais dos quadros 1, 2, 3, 4, 12, 13 e 17 devem ser iguais, por grupo/cargo/carreira e por género.

a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis nº 2/2004, de 15 de janeiro e 51/2005, de 30 e Agosto e republicado pela Lei nº 64/2011, de 22 de Dezembro);

b) Postos das carreiras militares dos três ramos das Forças Armadas (Exército, Marinha e Força Aérea);

c) Registar outro pessoal de segurança não considerado nas carreira ou grupos anteriores, incluindo os trabalhadores pertencentes aos corpos especiais SIS (Serviço de Informações de Segurança) e SIED (Serviço de Informações Estratégicas de Defesa);

d) Não considerar os trabalhadores ausentes há mais de 6 meses e os trabalhadores que estão em licença sem vencimento a 31 de dezembro.

Quadro 5: Contagem dos trabalhadores estrangeiros por grupo/cargo/carreira, segundo a nacionalidade e género, em 31 de dezembro

Grupo/cargo/carreira Proveniência do trabalhador	União Europeia		CPLP		Outros países		TOTAL		Total
	M	F	M	F	M	F	M	F	
Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos							0	0	0
Dirigente superior de 1º grau a)							0	0	0
Dirigente superior de 2º grau a)							0	0	0
Dirigente intermédio de 1º grau a)							0	0	0
Dirigente intermédio de 2º grau a)							0	0	0
Dirigente intermédio de 3º grau e seguintes a)							0	0	0
Técnico Superior							0	0	0
Assistente técnico, técnico de nível intermédio, pessoal administrativo							0	0	0
Assistente operacional, operário, auxiliar							0	0	0
Aprendizes e praticantes							0	0	0
Informático							0	0	0
Magistrado							0	0	0
Diplomata							0	0	0
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - assistente de residência							0	0	0
Pessoal de Inspeção							0	0	0
Pessoal de Investigação Científica							0	0	0
Docente Ensino Universitário							0	0	0
Docente Ensino Superior Politécnico							0	0	0
Educ.Infância e Doc. do Ens. Básico e Secundário							0	0	0
Médico							0	0	0
Enfermeiro							0	0	0
Téc. Diagnóstico e Terapêutica							0	0	0
Técnico Superior de Saúde							0	0	0
Chefia Tributária							0	0	0
Pessoal de Administração Tributária							0	0	0
Pessoal Aduaneiro							0	0	0
Conservador e Notário							0	0	0
Oficial dos Registos e do Notariado							0	0	0
Oficial de Justiça							0	0	0
Forças Armadas - Oficial b)							0	0	0
Forças Armadas - Sargento b)							0	0	0
Forças Armadas - Praça b)							0	0	0
Polícia Judiciária							0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Oficial							0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Chefe de Polícia							0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Agente							0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Oficial							0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Sargento							0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Guarda							0	0	0
Serviço Estrangeiros Fronteiras							0	0	0
Guarda Prisional							0	0	0
Outro Pessoal de Segurança c)							0	0	0
Bombeiro							0	0	0
Polícia Municipal							0	0	0
Total	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Prestações de Serviços / Proveniência do trabalhador	União Europeia		CPLP		Outros países		TOTAL		Total
	M	F	M	F	M	F	M	F	
Tarefa							0	0	0
Avença							0	0	0
Total	0	0	0	0	0	0	0	0	0

NOTAS:
CPLP - Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
 Considerar o total de trabalhadores estrangeiros, **não naturalizados**, em efectividade de funções no serviço em 31 de Dezembro, de acordo com a naturalidade;
 a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis nº 2/2004, de 15 de janeiro e 51/2005, de 30 e Agosto e republicado pela Lei nº 64/2011, de 22
 b) Postos das carreiras militares dos três ramos das Forças Armadas (Exército, Marinha e Força Aérea);
 c) Registar outro pessoal de segurança não considerado nas carreira ou grupos anteriores, incluindo os trabalhadores pertencentes aos corpos especiais SIS (Serviço de Infrc
 Informações Estratégicas de Defesa);
 d) Não considerar os trabalhadores ausentes há mais de 6 meses e os trabalhadores que estão em licença sem vencimento a 31 de dezembro.

Quadro 6: Contagem de trabalhadores portadores de deficiência por grupo/cargo/carreira, segundo o escalão etário e gênero, em 31 de dezembro

[illegible]

Quadro 7: Contagem dos trabalhadores admitidos e regressados durante o ano, por grupo/cargo/carreira e género, segundo o modo de ocupação do posto de trabalho ou modalidade de vinculação

[illegible]

Pessoal Aduaneiro															0	0	0
Conservador e Notário															0	0	0
Oficial dos Registos e do Notariado															0	0	0
Oficial de Justiça															0	0	0
Forças Armadas - Oficial b)													7	1	7	1	8
Forças Armadas - Sargento b)													6	4	6	4	10
Forças Armadas - Praça b)													3		3	0	3
Polícia Judiciária															0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Oficial															0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Chefe de Polícia															0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Agente															0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Oficial															0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Sargento															0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Guarda															0	0	0
Serviço Estrangeiros Fronteiras															0	0	0
Guarda Prisional															0	0	0
Outro Pessoal de Segurança c)															0	0	0
Bombeiro															0	0	0
Polícia Municipal															0	0	0
Total	1	0	0	0	1	5	0	0	5	2	0	0	18	5	25	12	37

Prestações de Serviços (Modalidades de vinculação)	M	F	Total
Tarefa			0
Avença			0
Total	0	0	0

Notas:

Considerar o total de efectivos admitidos pela 1ª vez ou regressados ao serviço entre 1 de Janeiro e 31 de Dezembro inclusive;

* Curso de Estudos Avançados em Gestão Pública. No caso de órgãos autárquicos considere, ainda, os formandos do CEAGPA;

a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis nº 2/2004, de 15 de janeiro e 51/2005, de 30 e Agosto e republicado pela Lei nº 64/2011, de 22 de Dezembro);

b) Postos das carreiras militares dos três ramos das Forças Armadas (Exército, Marinha e Força Aérea);

c) Registar outro pessoal de segurança não considerado nas carreira ou grupos anteriores, incluindo os trabalhadores pertencentes aos corpos especiais SIS (Serviço de Informações de Segurança) e SIED (Serviço de Informações Estratégicas de Defesa);

Quadro 8: Contagem das saídas de trabalhadores nomeados ou em comissão de serviço, por grupo/cargo/carreira, segundo o motivo de saída e gênero

[illegible]

Polícia de Segurança Pública - Oficial																						0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Chefe de Polícia																						0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Agente																						0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Oficial																						0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Sargento																						0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Guarda																						0	0	0
Serviço Estrangeiros Fronteiras																						0	0	0
Guarda Prisional																						0	0	0
Outro Pessoal de Segurança c)																						0	0	0
Bombeiro																						0	0	0
Polícia Municipal																						0	0	0
Total	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	6	2	11	0	17	2	19

NOTAS:

Incluir todos os trabalhadores em regime de Nomeação ao abrigo do art. 8º e em Comissão de Serviço ao abrigo do art. 9º da LTFP, aprovada em anexo à Lei nº 35/2014, de 20 de junho

a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis nº 2/2004, de 15 de janeiro e 51/2005, de 30 e Agosto e republicado pela Lei nº 64/2011, de 22 de Dezembro);

b) Postos das carreiras militares dos três ramos das Forças Armadas (Exército, Marinha e Força Aérea);

c) Registar outro pessoal de segurança não considerado nas carreira ou grupos anteriores, incluindo os trabalhadores pertencentes aos corpos especiais SIS (Serviço de Informações de Segurança) e SIED (Serviço de Informações Estratégicas de Defesa);

Quadro 9: Contagem das saídas de trabalhadores contratados, por grupo/cargo/carreira, segundo o motivo de saída e gênero

Grupo/cargo/carreira/ Motivos de saída (durante o ano)	Morte		Caducidade (termo)		Reforma/ /Aposentação		Limite de idade		Conclusão sem sucesso do período experimental		Revogação (cessação por mútuo acordo)		Resolução (por iniciativa do trabalhador)		Denúncia (por iniciativa do trabalhador)		Despedimento por inadaptação		Despedimento colectivo		Despedimento extinção do posto de trabalho		por Mobilidade		Cedência		Outras situações		TOTAL		Total
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	
Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos																													0	0	0
Dirigente superior de 1º grau a)																													0	0	0
Dirigente superior de 2º grau a)																													0	0	0
Dirigente intermédio de 1º grau a)																													0	0	0
Dirigente intermédio de 2º grau a)																													0	0	0
Dirigente intermédio de 3º grau e seguintes a)																													0	0	0
Técnico Superior																							1	3			3	1	4	4	8
Assistente técnico, técnico de nível intermédio, pessoal administrativo																													0	1	1
Assistente operacional, operário, auxiliar							1																					0	2	2	
Aprendizes e praticantes																													0	0	0
Informático																													0	0	0
Magistrado																													0	0	0
Diplomata																													0	0	0
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - assistente de residência																													0	0	0
Pessoal de Inspeção																													0	0	0
Pessoal de Investigação Científica																													0	0	0
Docente Ensino Universitário																													0	0	0
Docente Ensino Superior Politécnico																													0	0	0
Educ.Infância e Doc. do Ens. Básico e Secundário																													0	0	0
Médico																													0	0	0
Enfermeiro																													0	0	0
Téc. Diagnóstico e Terapêutica																													0	0	0
Técnico Superior de Saúde																													0	0	0
Chefia Tributária																													0	0	0
Pessoal de Administração Tributária																													0	0	0
Pessoal Aduaneiro																													0	0	0
Conservador e Notário																													0	0	0
Oficial dos Registos e do Notariado																													0	0	0
Oficial de Justiça																													0	0	0
Forças Armadas - Oficial b)																													0	0	0
Forças Armadas - Sargento b)																													0	0	0
Forças Armadas - Praça b)																												4	4	0	4
Polícia Judiciária																													0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Oficial																													0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Chefe de Polícia																													0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Agente																													0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Oficial																													0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Sargento																													0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Guarda																													0	0	0
Serviço Estrangeiros Fronteiras																													0	0	0
Guarda Prisional																													0	0	0
Outro Pessoal de Segurança c)																													0	0	0

Quadro 10: Contagem dos postos de trabalho previstos e não ocupados durante o ano, por grupo/cargo/carreira, segundo a dificuldade de recrutamento

Grupo/cargo/carreira/ Dificuldades de recrutamento	Não abertura de procedimento concursal	Impugnação do procedimento concursal	Falta de autorização da entidade competente	Procedimento concursal improcedente	Procedimento concursal em desenvolvimento	Total
Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos						0
Dirigente superior de 1º grau a)						0
Dirigente superior de 2º grau a)						0
Dirigente intermédio de 1º grau a)						0
Dirigente intermédio de 2º grau a)						0
Dirigente intermédio de 3º grau e seguintes a)						0
Técnico Superior				1		1
Assistente técnico, técnico de nível intermédio, pessoal administrativo						0
Assistente operacional, operário, auxiliar						0
Aprendizes e praticantes						0
Informático						0
Magistrado						0
Diplomata						0
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - assistente de residência						0
Pessoal de Inspeção						0
Pessoal de Investigação Científica						0
Docente Ensino Universitário						0
Docente Ensino Superior Politécnico						0
Educ.Infância e Doc. do Ens. Básico e Secundário						0
Médico						0
Enfermeiro						0
Téc. Diagnóstico e Terapêutica						0
Técnico Superior de Saúde						0
Chefia Tributária						0
Pessoal de Administração Tributária						0
Pessoal Aduaneiro						0
Conservador e Notário						0
Oficial dos Registos e do Notariado						0
Oficial de Justiça						0
Forças Armadas - Oficial b)						0
Forças Armadas - Sargento b)						0
Forças Armadas - Praça b)						0
Polícia Judiciária						0
Polícia de Segurança Pública - Oficial						0
Polícia de Segurança Pública - Chefe de Polícia						0
Polícia de Segurança Pública - Agente						0
Guarda Nacional Republicana - Oficial						0
Guarda Nacional Republicana - Sargento						0
Guarda Nacional Republicana - Guarda						0
Serviço Estrangeiros Fronteiras						0
Guarda Prisional						0
Outro Pessoal de Segurança c)						0
Bombeiro						0
Polícia Municipal						0
Total	0	0	0	1	0	1

Notas:

- Para cada grupo, cargo ou carreira, indique o número de postos de trabalho previstos no mapa de pessoal, mas não ocupados durante o ano, por motivo de:

- não abertura de procedimento concursal, por razões imputáveis ao serviço;
- impugnação do procedimento concursal, devido a recurso com efeitos suspensivos ou anulação do procedimento;
- recrutamento não autorizado por não satisfação do pedido formulado à entidade competente;
- procedimento concursal improcedente, deserto, inexistência ou desistência dos candidatos aprovados;
- procedimento concursal em desenvolvimento.

a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis nº 2/2004, de 15 de janeiro e 51/2005, de 30 e Agosto e republicado pela Lei nº 64/2011, de 22 de Dezembro);

b) Postos das carreiras militares dos três ramos das Forças Armadas (Exército, Marinha e Força Aérea);

c) Registar outro pessoal de segurança não considerado nas carreira ou grupos anteriores, incluindo os trabalhadores pertencentes aos corpos especiais SIS (Serviço de Informações de Segurança) e SIED (Serviço de Informações Estratégicas de Defesa);

Quadro 11: Contagem das mudanças de situação dos trabalhadores, por grupo/cargo/carreira, segundo o motivo e género

[illegible]

Chefia Tributária											0	0	0
Pessoal de Administração Tributária											0	0	0
Pessoal Aduaneiro											0	0	0
Conservador e Notário											0	0	0
Oficial dos Registos e do Notariado											0	0	0
Oficial de Justiça											0	0	0
Forças Armadas - Oficial b)											0	0	0
Forças Armadas - Sargento b)											0	0	0
Forças Armadas - Praça b)											0	0	0
Polícia Judiciária											0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Oficial											0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Chefe de Polícia											0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Agente											0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Oficial											0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Sargento											0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Guarda											0	0	0
Serviço Estrangeiros Fronteiras											0	0	0
Guarda Prisional											0	0	0
Outro Pessoal de Segurança c)											0	0	0
Bombeiro											0	0	0
Polícia Municipal											0	0	0
Total	0	0	44	49	0	0	0	0	0	0	44	49	93

NOTAS:

(1) e (2) - Artigos 156º, 157º e 158 da LTFP, aprovada em anexo à Lei nº 35/2014, de 20 de junho

(3) - Artigo 99º da LTFP, aprovada em anexo à Lei nº 35/2014, de 20 de junho

a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis nº 2/2004, de 15 de janeiro e 51/2005, de 30 e Agosto e republicado pela Lei nº 64/2011, de 22 de Dezembro);

b) Postos das carreiras militares dos três ramos das Forças Armadas (Exército, Marinha e Força Aérea);

c) Registrar outro pessoal de segurança não considerado nas carreira ou grupos anteriores, incluindo os trabalhadores pertencentes aos corpos especiais SIS (Serviço de Informações de Segurança) e SIED (Serviço de Informações Estratégicas de Defesa);

Quadro 12: Contagem dos trabalhadores por grupo/cargo/carreira, segundo a modalidade de horário de trabalho e género, em 31 de dezembro

SE Células a vermelho - Totais não estão iguais aos do Quadro1

Grupo/cargo/carreira	Rígido		Flexível		Desfasado		Jornada contínua		Trabalho por turnos		Específico (*)		Isenção de horário		TOTAL		Total
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	
Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos															0	0	0
Dirigente superior de 1º grau a)													1		1	0	1
Dirigente superior de 2º grau a)													1	1	1	1	2
Dirigente intermédio de 1º grau a)													4	2	4	2	6
Dirigente intermédio de 2º grau a)													9	7	9	7	16
Dirigente intermédio de 3º grau e seguintes a)															0	0	0
Técnico Superior			22	27			1	16							23	43	66
Assistente técnico, técnico de nível intermédio, pessoal administrativo			4	16			2	2					2		6	20	26
Assistente operacional, operário, auxiliar	4		4	2				4							8	6	14
Aprendizes e praticantes															0	0	0
Informático			4	1			2								6	1	7
Magistrado															0	0	0
Diplomata															0	0	0
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - assistente de residência															0	0	0
Pessoal de Inspeção															0	0	0
Pessoal de Investigação Científica															0	0	0
Docente Ensino Universitário															0	0	0
Docente Ensino Superior Politécnico															0	0	0
Educ.Infância e Doc. do Ens. Básico e Secundário															0	0	0
Médico															0	0	0
Enfermeiro															0	0	0
Téc. Diagnóstico e Terapêutica															0	0	0
Técnico Superior de Saúde															0	0	0
Chefia Tributária															0	0	0
Pessoal de Administração Tributária															0	0	0
Pessoal Aduaneiro															0	0	0
Conservador e Notário															0	0	0
Oficial dos Registos e do Notariado															0	0	0
Oficial de Justiça															0	0	0
Forças Armadas - Oficial b)			41	5						1			1		42	6	48
Forças Armadas - Sargento b)			33	4					15	2					48	6	54

Forças Armadas - Praça b)			11	1					6						17	1	18
Polícia Judiciária															0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Oficial															0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Chefe de Polícia															0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Agente															0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Oficial															0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Sargento															0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Guarda															0	0	0
Serviço Estrangeiros Fronteiras															0	0	0
Guarda Prisional															0	0	0
Outro Pessoal de Segurança c)															0	0	0
Bombeiro															0	0	0
Polícia Municipal															0	0	0
Total	4	0	119	56	0	0	5	22	21	3	0	0	16	12	165	93	258

NOTAS:

Os totais dos quadros 1, 2, 3, 4, 12, 13 e 17 devem ser iguais, por grupo/cargo/carreira e por género.

(*) Artigo 110º da LTFP, aprovada em anexo à Lei nº 35/2014, de 20 de junho

- a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis nº 2/2004, de 15 de janeiro e 51/2005, de 30 e Agosto e republicado pela Lei nº 64/2011, de 22 de Dezembro);
- b) Postos das carreiras militares dos três ramos das Forças Armadas (Exército, Marinha e Força Aérea);
- c) Registar outro pessoal de segurança não considerado nas carreira ou grupos anteriores, incluindo os trabalhadores pertencentes aos corpos especiais SIS (Serviço de Informações de Segurança) e SIED (Serviço de Informações Estratégicas de Defesa);
- d) Considerar a meia jornada (Lei 84/2015, de 7/08)

Quadro 13: Contagem dos trabalhadores por grupo/cargo/carreira, segundo o período normal de trabalho (PNT) e género, em 31 de dezembro

SE Células a vermelho - Totais não
estão iguais aos do Quadro1

[illegible]

Forças Armadas - Sargento b)	48	6																48	6	54
Forças Armadas - Praça b)	17	1																17	1	18
Polícia Judiciária																		0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Oficial																		0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Chefe de Polícia																		0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Agente																		0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Oficial																		0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Sargento																		0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Guarda																		0	0	0
Serviço Estrangeiros Fronteiras																		0	0	0
Guarda Prisional																		0	0	0
Outro Pessoal de Segurança c)																		0	0	0
Bombeiro																		0	0	0
Polícia Municipal																		0	0	0
Total	160	71	0	0	0	0	5	22	0	0	0	0	0	0	0	0	0	165	93	258

NOTAS:

Os totais dos quadros 1, 2, 3, 4, 12, 13 e 17 devem ser iguais, por grupo/cargo/carreira e por género.

Indique para cada um dos horários de trabalho semanal, assinalados ou a assinalar, o **número de trabalhadores** que o praticam;

PNT - Número de horas de trabalho semanal em vigor no serviço, fixado ou autorizado por lei. No mesmo serviço pode haver diferentes períodos normais de trabalho;

(*) - Trabalho a tempo parcial, meia jornada ou outro regime: indicar o número de horas de trabalho semanais, se inferior ao praticado a tempo completo;

Quando existirem mais do que 3 horários a tempo parcial (incompletos) deve optar por estabelecer escalões em cada uma das células abertas de modo a contemplar todos os horários incompletos.

a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis nº 2/2004, de 15 de janeiro e 51/2005, de 30 e Agosto e republicado pela Lei nº 64/2011, de 22 de Dezembro);

b) Postos das carreiras militares dos três ramos das Forças Armadas (Exército, Marinha e Força Aérea);

c) Registar outro pessoal de segurança não considerado nas carreira ou grupos anteriores, incluindo os trabalhadores pertencentes aos corpos especiais SIS (Serviço de Informações de Segurança) e SIED (Serviço de Informações Estratégicas de Defesa);

d) Não considerar os trabalhadores ausentes há mais de 6 meses e os trabalhadores que estão em licença sem vencimento a 31 de dezembro.

Quadro 14: Contagem das horas de trabalho suplementar durante o ano, por grupo/cargo/carreira, segundo a modalidade de prestação do trabalho e género

Grupo/cargo/carreira/ Modalidade de prestação do trabalho suplementar	Trabalho suplementar diurno		Trabalho suplementar noturno		Trabalho em dias de descanso semanal obrigatório		Trabalho em dias de descanso semanal complementar		Trabalho em dias feriados		TOTAL		TOTAL
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	
Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos											0:00	0:00	0:00
Dirigente superior de 1º grau a)											0:00	0:00	0:00
Dirigente superior de 2º grau a)											0:00	0:00	0:00
Dirigente intermédio de 1º grau a)											0:00	0:00	0:00
Dirigente intermédio de 2º grau a)											0:00	0:00	0:00
Dirigente intermédio de 3º grau e seguintes a)											0:00	0:00	0:00
Técnico Superior											0:00	0:00	0:00
Assistente técnico, técnico de nível intermédio, pessoal administrativo	19:30				45:00	7:00					64:30	7:00	71:30
Assistente operacional, operário, auxiliar	3601:30	27:00			811:00						4412:30	27:00	4439:30
Aprendizes e praticantes											0:00	0:00	0:00
Informático											0:00	0:00	0:00
Magistrado											0:00	0:00	0:00
Diplomata											0:00	0:00	0:00
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - assistente de residência											0:00	0:00	0:00
Pessoal de Inspeção											0:00	0:00	0:00
Pessoal de Investigação Científica											0:00	0:00	0:00
Docente Ensino Universitário											0:00	0:00	0:00
Docente Ensino Superior Politécnico											0:00	0:00	0:00
Educ.Infância e Doc. do Ens. Básico e Secundário											0:00	0:00	0:00
Médico											0:00	0:00	0:00
Enfermeiro											0:00	0:00	0:00
Téc. Diagnóstico e Terapêutica											0:00	0:00	0:00
Técnico Superior de Saúde											0:00	0:00	0:00
Chefia Tributária											0:00	0:00	0:00
Pessoal de Administração Tributária											0:00	0:00	0:00
Pessoal Aduaneiro											0:00	0:00	0:00
Conservador e Notário											0:00	0:00	0:00
Oficial dos Registos e do Notariado											0:00	0:00	0:00
Oficial de Justiça											0:00	0:00	0:00
Forças Armadas - Oficial b)											0:00	0:00	0:00
Forças Armadas - Sargento b)											0:00	0:00	0:00
Forças Armadas - Praça b)											0:00	0:00	0:00
Polícia Judiciária											0:00	0:00	0:00
Polícia de Segurança Pública - Oficial											0:00	0:00	0:00
Polícia de Segurança Pública - Chefe de Polícia											0:00	0:00	0:00
Polícia de Segurança Pública - Agente											0:00	0:00	0:00
Guarda Nacional Republicana - Oficial											0:00	0:00	0:00
Guarda Nacional Republicana - Sargento											0:00	0:00	0:00
Guarda Nacional Republicana - Guarda											0:00	0:00	0:00
Serviço Estrangeiros Fronteiras											0:00	0:00	0:00
Guarda Prisional											0:00	0:00	0:00
Outro Pessoal de Segurança c)											0:00	0:00	0:00
Bombeiro											0:00	0:00	0:00
Polícia Municipal											0:00	0:00	0:00
Total	3621:00	27:00	0:00	0:00	856:00	7:00	0:00	0:00	0:00	0:00	4477:00	34:00	4511:00

NOTAS:

Considerar o total de horas suplementares/extraordinárias efectuadas pelos trabalhadores do serviço entre 1 de janeiro e 31 de dezembro, nas situações identificadas;

O trabalho suplementar diurno e noturno só contempla o trabalho suplementar efectuado em dias normais de trabalho (primeiras 2 colunas).

As 3 colunas seguintes são específicas para o trabalho suplementar em dias de descanso semanal obrigatório, complementar e feriados.

a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis nº 2/2004, de 15 de janeiro e 51/2005, de 30 e Agosto e republicado pela Lei nº 64/2011, de 22 de Dezembro);

b) Postos das carreiras militares dos três ramos das Forças Armadas (Exército, Marinha e Força Aérea);

c) Registar outro pessoal de segurança não considerado nas carreira ou grupos anteriores, incluindo os trabalhadores pertencentes aos corpos especiais SIS (Serviço de Informações de Segurança) e SIED (Serviço de Informações Estratégicas de Defesa);

Quadro 14.1: Contagem das horas de trabalho nocturno, normal e suplementar durante o ano, por grupo/cargo/carreira, segundo o género

Grupo/cargo/carreira/ Horas de trabalho noturno	Trabalho nocturno normal		Trabalho nocturno suplementar		TOTAL		TOTAL
	M	F	M	F	M	F	
Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos					0:00	0:00	0:00
Dirigente superior de 1º grau a)					0:00	0:00	0:00
Dirigente superior de 2º grau a)					0:00	0:00	0:00
Dirigente intermédio de 1º grau a)					0:00	0:00	0:00
Dirigente intermédio de 2º grau a)					0:00	0:00	0:00
Dirigente intermédio de 3º grau e seguintes a)					0:00	0:00	0:00
Técnico Superior					0:00	0:00	0:00
Assistente técnico, técnico de nível intermédio, pessoal administrativo					0:00	0:00	0:00
Assistente operacional, operário, auxiliar					0:00	0:00	0:00
Aprendizes e praticantes					0:00	0:00	0:00
Informático					0:00	0:00	0:00
Magistrado					0:00	0:00	0:00
Diplomata					0:00	0:00	0:00
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - assistente de residência					0:00	0:00	0:00
Pessoal de Inspeção					0:00	0:00	0:00
Pessoal de Investigação Científica					0:00	0:00	0:00
Docente Ensino Universitário					0:00	0:00	0:00
Docente Ensino Superior Politécnico					0:00	0:00	0:00
Educ.Infância e Doc. do Ens. Básico e Secundário					0:00	0:00	0:00
Médico					0:00	0:00	0:00
Enfermeiro					0:00	0:00	0:00
Téc. Diagnóstico e Terapêutica					0:00	0:00	0:00
Técnico Superior de Saúde					0:00	0:00	0:00
Chefia Tributária					0:00	0:00	0:00
Pessoal de Administração Tributária					0:00	0:00	0:00
Pessoal Aduaneiro					0:00	0:00	0:00
Conservador e Notário					0:00	0:00	0:00
Oficial dos Registos e do Notariado					0:00	0:00	0:00
Oficial de Justiça					0:00	0:00	0:00
Forças Armadas - Oficial b)					0:00	0:00	0:00
Forças Armadas - Sargento b)					0:00	0:00	0:00
Forças Armadas - Praça b)					0:00	0:00	0:00
Polícia Judiciária					0:00	0:00	0:00
Polícia de Segurança Pública - Oficial					0:00	0:00	0:00
Polícia de Segurança Pública - Chefe de Polícia					0:00	0:00	0:00
Polícia de Segurança Pública - Agente					0:00	0:00	0:00
Guarda Nacional Republicana - Oficial					0:00	0:00	0:00
Guarda Nacional Republicana - Sargento					0:00	0:00	0:00
Guarda Nacional Republicana - Guarda					0:00	0:00	0:00
Serviço Estrangeiros Fronteiras					0:00	0:00	0:00
Guarda Prisional					0:00	0:00	0:00
Outro Pessoal de Segurança c)					0:00	0:00	0:00
Bombeiro					0:00	0:00	0:00
Polícia Municipal					0:00	0:00	0:00
Total	0:00	0:00	0:00	0:00	0:00	0:00	0:00

NOTAS:
 Considerar o total de horas efectuadas pelos trabalhadores do serviço entre 1 de janeiro e 31 de dezembro, nas situações identificadas;
 Este quadro refere-se apenas a trabalho nocturno. Para o preenchimento da coluna “trabalho nocturno suplementar” neste quadro deve-se considerar o trabalho suplementar efectuado em dias normais e em dias de descanso semanal obrigatório, complementar e feriados.
 a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis nº 2/2004, de 15 de janeiro e 51/2005, de 30 e Agosto e republicado pela Lei nº 64/2011, de 22 de Dezembro);
 b) Postos das carreiras militares dos três ramos das Forças Armadas (Exército, Marinha e Força Aérea);
 c) Registar outro pessoal de segurança não considerado nas carreira ou grupos anteriores, incluindo os trabalhadores pertencentes aos corpos especiais SIS (Serviço de Informações de Segurança) e SIED (Serviço de Informações Estratégicas de Defesa);

Quadro 15: Contagem dos dias de ausências ao trabalho durante o ano, por grupo/cargo/carreira, segundo o motivo de ausência e género

Grupo/cargo/carreira/ Motivos de ausência	Casamento		Protecção na parentalidade		Falecimento de familiar		Doença		Por acidente em serviço ou doença profissional		Assistência a familiares		Trabalhador-estudante		Por conta do período de férias		Com perda de vencimento		Cumprimento de pena disciplinar		Greve		Injustificadas		Outros		Total		TOTAL
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	
Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos																											0,0	0,0	0,0
Dirigente superior de 1º grau a)																											0,0	0,0	0,0
Dirigente superior de 2º grau a)																											0,0	0,0	0,0
Dirigente intermédio de 1º grau a)								5,0																	0,5		0,5	5,0	5,5
Dirigente intermédio de 2º grau a)																									1,0	2,5	1,0	2,5	3,5
Dirigente intermédio de 3º grau e seguintes a)																											0,0	0,0	0,0
Técnico Superior	10,0		28,0	96,0			16,0	252,0		184,0		16,0	17,0		3,0										8,5	33,5	79,5	584,5	664,0
Assistente técnico, técnico de nível intermédio, pessoal administrativo						5,0		12,0		128,0	2,0		18,0	42,0			20,0									19,5	40,0	206,5	246,5
Assistente operacional, operário, auxiliar					10,0			201,0																	1,0	2,5	11,0	203,5	214,5
Aprendizes e praticantes																											0,0	0,0	0,0
Informático							37,0	10,0																	2,0	1,0	39,0	11,0	50,0
Magistrado																											0,0	0,0	0,0
Diplomata																											0,0	0,0	0,0
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - assistente de residência																											0,0	0,0	0,0
Pessoal de Inspeção																											0,0	0,0	0,0
Pessoal de Investigação Científica																											0,0	0,0	0,0
Docente Ensino Universitário																											0,0	0,0	0,0
Docente Ensino Superior Politécnico																											0,0	0,0	0,0
Educ.Infância e Doc. do Ens. Básico e Secundário																											0,0	0,0	0,0
Médico																											0,0	0,0	0,0
Enfermeiro																											0,0	0,0	0,0
Téc. Diagnóstico e Terapêutica																											0,0	0,0	0,0
Técnico Superior de Saúde																											0,0	0,0	0,0
Chefia Tributária																											0,0	0,0	0,0
Pessoal de Administração Tributária																											0,0	0,0	0,0
Pessoal Aduaneiro																											0,0	0,0	0,0
Conservador e Notário																											0,0	0,0	0,0
Oficial dos Registos e do Notariado																											0,0	0,0	0,0
Oficial de Justiça																											0,0	0,0	0,0
Forças Armadas - Oficial b)	5,0		86,0		1,0	2,0	61,0				23,0														14,5		190,5	2,0	192,5
Forças Armadas - Sargento b)							6,0																		1,0		7,0	0,0	7,0
Forças Armadas - Praça b)																											0,0	0,0	0,0
Polícia Judiciária																											0,0	0,0	0,0
Polícia de Segurança Pública - Oficial																											0,0	0,0	0,0
Polícia de Segurança Pública - Chefe de Polícia																											0,0	0,0	0,0
Polícia de Segurança Pública - Agente																											0,0	0,0	0,0
Guarda Nacional Republicana - Oficial																											0,0	0,0	0,0
Guarda Nacional Republicana - Sargento																											0,0	0,0	0,0
Guarda Nacional Republicana - Guarda																											0,0	0,0	0,0

Quadro 16 : Contagem dos trabalhadores em greve durante o ano, por escalão de PNT e tempo de paralisação

Identificação da greve		
Data	Âmbito (escolher da lista em baixo)	
dd-mm-aaaa		
PNT (*)	Nº de trabalhadores em greve	Duração da paralisação (em hh/mm)
35 horas		
40 horas		
42 horas		
Trabalho a tempo parcial (**)		
Outros		
Total	0	0:00

Substituir dd-mm-aaaa pelo dia, mês e ano respectivo da greve

(*) Período Normal de Trabalho

Clicar em cima das células a amarelo na seta à direita para escolher o item correspondente da lista de valores disponível

(**) Artigo 68º da LTFP, aprovada em anexo à Lei nº 35/2014, de 20 de junho; Lei n.º 84/2015, de 7 de agosto

Identificação da greve		
Data	Âmbito (escolher da lista em baixo)	
dd-mm-aaaa		
PNT (*)	Nº de trabalhadores em greve	Duração da paralisação (em hh/mm)
35 horas		
40 horas		
42 horas		
Trabalho a tempo parcial (**)		
Outros		
Total	0	0:00

Substituir dd-mm-aaaa pelo dia, mês e ano respectivo da greve

(*) Período Normal de Trabalho

Clicar em cima das células a amarelo na seta à direita para escolher o item correspondente da lista de valores disponível

(**) Artigo 68º da LTFP, aprovada em anexo à Lei nº 35/2014, de 20 de junho; Lei n.º 84/2015, de 7 de agosto

Identificação da greve		
Data	Âmbito (escolher da lista em baixo)	
dd-mm-aaaa		
PNT (*)	Nº de trabalhadores em greve	Duração da paralisação (em hh/mm)
35 horas		
40 horas		
42 horas		
Trabalho a tempo parcial (**)		
Outros		
Total	0	0:00

Substituir dd-mm-aaaa pelo dia, mês e ano respectivo da greve

(*) Período Normal de Trabalho

Clicar em cima das células a amarelo na seta à direita para escolher o item correspondente da lista de valores disponível

(**) Artigo 68º da LTFP, aprovada em anexo à Lei nº 35/2014, de 20 de junho; Lei n.º 84/2015, de 7 de agosto

Identificação da greve		
Data	Âmbito (escolher da lista em baixo)	
dd-mm-aaaa		
PNT (*)	Nº de trabalhadores em greve	Duração da paralisação (em hh/mm)
35 horas		
40 horas		
42 horas		
Trabalho a tempo parcial (**)		
Outros		
Total	0	0:00

Substituir dd-mm-aaaa pelo dia, mês e ano respectivo da greve

(*) Período Normal de Trabalho

Clicar em cima das células a amarelo na seta à direita para escolher o item correspondente da lista de valores disponível

(**) Artigo 68º da LTFP, aprovada em anexo à Lei nº 35/2014, de 20 de junho; Lei n.º 84/2015, de 7 de agosto

Identificação da greve		
Data	Âmbito (escolher da lista em baixo)	
dd-mm-aaaa		
PNT (*)	Nº de trabalhadores em greve	Duração da paralisação (em hh/mm)
35 horas		
40 horas		
42 horas		
Trabalho a tempo parcial (**)		
Outros		
Total	0	0:00

Substituir dd-mm-aaaa pelo dia, mês e ano respectivo da greve

(*) Período Normal de Trabalho

Clicar em cima das células a amarelo na seta à direita para escolher o item correspondente da lista de valores disponível

Quadro 17: Estrutura remuneratória, por género

A - Remunerações mensais ilíquidas (brutas)

Mês de referência: Dezembro

(Indicar o Nº de trabalhadores de acordo com a respectiva posição remuneratória, independentemente de terem ou não recebido a remuneração ou outros abonos no mês de Dezembro)

Género / Escalão de remunerações	Número de trabalhadores		
	Masculino	Feminino	Total
Até 500 €			0
501-1000 €	21	18	39
1001-1250 €	16	17	33
1251-1500 €	36	16	52
1501-1750 €	22	14	36
1751-2000€	20	8	28
2001-2250 €	4	2	6
2251-2500 €			0
2501-2750 €	29	13	42
2751-3000 €	9	4	13
3001-3250 €	4	1	5
3251-3500 €			0
3501-3750 €	4		4
3751-4000 €			0
4001-4250 €			0
4251-4500 €			0
4501-4750 €			0
4751-5000 €			0
5001-5250 €			0
5251-5500 €			0
5501-5750 €			0
5751-6000 €			0
Mais de 6000 €			0
Total	165	93	258

NOTAS:

- Deve indicar o número de trabalhadores em cada escalão por género;
- O total do quadro 17 deve ser igual ao total dos quadros 1, 2, 3, 4, 12 e 13, por género;
- Não considerar os trabalhadores ausentes há mais de 6 meses e os trabalhadores que estão em licença;
- Remunerações mensais ilíquidas (brutas): Considerar remuneração mensal base ilíquida mais :
- Não incluir prestações sociais, subsídio de refeição e outros benefícios sociais;
- Não considerar o duodécimo do subsídio de natal.

B - Remunerações máximas e mínimas dos trabalhadores a tempo completo

Período de referência: mês de Dezembro

Remuneração (€)	Euros	
	Masculino	Feminino
Mínima (€)	583,58 €	607,53 €
Máxima (€)	3 734,06 €	3 173,95 €

NOTA:

Na remuneração deve incluir o valor (euros) das remunerações, mínima e máxima;
Reportar a remuneração mensal base ilíquida mais os suplementos regulares e/ou adicionais/ referencia

Quadro 18: Total dos encargos anuais com pessoal

Encargos com pessoal	Valor (Euros)
Remuneração base (*)	5 469 786,92 €
Suplementos remuneratórios	962 192,67 €
Prémios de desempenho	
Prestações sociais	227 141,40 €
Benefícios sociais	3 184,30 €
Outros encargos com pessoal (**)	1 471 798,52 €
Total	8 134 103,81 €

Nota:

Não incluir prestadores de serviços.

(*) - incluindo o subsídio de férias e o subsídio de Natal.

(**) registar:

- as indemnizações por férias não gozadas;
- as compensações por caducidade dos contratos dos trabalhadores saídos;
- os encargos da entidade patronal com a CGA e a Segurança Social;
- os abonos pagos ao trabalhador a aguardar aposentação até que a pensão passe a ser paga pela entidade competente.

Quadro 18.1: Suplementos remuneratórios

Suplementos remuneratórios	Valor (Euros)
Trabalho suplementar (diurno e nocturno)	20 751,95 €
Trabalho normal nocturno	
Trabalho em dias de descanso semanal, complementar e feriados (*)	6 703,43 €
Isenção de horário de trabalho	
Disponibilidade permanente	
Outros regimes especiais de prestação de trabalho (**)	
Risco, penosidade e insalubridade	
Fixação na periferia	
Trabalho por turnos	
Abono para falhas	
Participação em reuniões	
Ajudas de custo	325 412,63 €
Representação	88 149,11 €
Secretariado	1 632,82 €
Outros suplementos remuneratórios (***)	519 542,73 €
Total	962 192,67 €

Nota:

(*) - caso não tenha sido incluído em trabalho suplementar (diurno e nocturno);

(**) - incluir também tempo prolongado na carreira médica e suplemento de comando;

(***) - incluir também o subsidio de residência.

Quadro 18.2: Encargos com prestações sociais

Prestações sociais	Valor (Euros)
Subsídios no âmbito da protecção da parentalidade (maternidade, paternidade e adopção)	20 438,75 €
Abono de família	5 766,88 €
Subsídio de educação especial	
Subsídio mensal vitalício	
Subsídio para assistência de 3ª pessoa	
Subsídio de funeral	
Subsídio por morte	
Acidente de trabalho e doença profissional	
Subsídio de desemprego	
Subsídio de refeição	200 935,77 €
Outras prestações sociais	
Total	227 141,40 €

Quadro 18.3: Encargos com benefícios sociais

Benefícios de apoio social	Valor (Euros)
Grupos desportivos/casa do pessoal	
Refeitórios	
Subsídio de frequência de creche e de educação pré-escolar	
Colónias de férias	
Subsídio de estudos	
Apoio socio-económico	
Outros benefícios sociais	3 184,30 €
Total	3 184,30 €

Quadro 19: Número de acidentes de trabalho e de dias de trabalho perdidos com baixa durante o ano, por gênero

Acidentes de trabalho		No local de trabalho						In itinere					
		Total	Inferior a 1 dia (sem dar lugar a baixa)	1 a 3 dias de baixa	4 a 30 dias de baixa	Superior a 30 dias de baixa	Mortal	Total	Inferior a 1 dia (sem dar lugar a baixa)	1 a 3 dias de baixa	4 a 30 dias de baixa	Superior a 30 dias de baixa	Mortal
Nº total de acidentes de trabalho (AT) ocorridos no ano de referência	M	0						0					
	F	2				2		1				1	
Nº de acidentes de trabalho (AT) com baixa ocorridos no ano de referência	M	0						0					
	F	2				2		1				1	
Nº de dias de trabalho perdidos por acidentes ocorridos no ano	M	0						0					
	F	128				128		184				184	
Nº de dias de trabalho perdidos por acidentes ocorridos em anos anteriores	M	0						0					
	F	0						0					

Notas:

Considerar os acidentes de trabalho registrados num auto de notícia.

O "Nº total de acidentes" refere-se ao total de ocorrências, com baixa, sem baixa e mortais. O "Nº de acidentes com baixa" exclui os mortais. Excluir os acidentes mortais no cálculo dos dias de trabalho perdidos na sequência de acidentes de trabalho.

Quadro 20: Número de casos de incapacidade declarados durante o ano, relativamente aos trabalhadores vítimas de acidente de trabalho

Casos de incapacidade	Nº de casos
Casos de incapacidade permanente:	1
- absoluta	
- parcial	1
- absoluta para o trabalho habitual	
Casos de incapacidade temporária e absoluta	
Casos de incapacidade temporária e parcial	
Total	1

Quadro 21: Número de situações participadas e confirmadas de doença profissional e de dias de trabalho perdidos durante o ano

Doenças profissionais		Nº de casos	Nº de dias de ausência
Código(*)	Designação		

Nota:

(*) - Conforme lista constante do DR nº 6/2001, de 3 de Maio, actualizado pelo DR nº 76/2007, de 17 de Julho.

Quadro 22: Número e encargos das actividades de medicina no trabalho ocorridas durante o ano

Actividades de medicina no trabalho	Número	Valor (Euros)
Total dos exames médicos efectuados:	34	0,00 €
Exames de admissão	0	0,00 €
Exames periódicos	34	0,00 €
Exames ocasionais e complementares	0	0,00 €
Exames de cessação de funções	0	0,00 €
Despesas com a medicina no trabalho (*)		0,00 €
Visitas aos postos de trabalho	0	

Nota:

(*) incluir os montantes pagos aos médicos, enfermeiros, outros técnicos de saúde e técnicos de higiene e segurança no trabalho que prestaram serviço durante o ano, desde que não tenham sido contabilizados no quadro 1. ("pessoas ao serviço em 31 de Dezembro"), as despesas efectuadas com a aquisição de medicamentos, meios auxiliares de diagnóstico, exames médicos e todo e qualquer gasto relacionado com a medicina do trabalho, à exceção dos montantes investidos em infraestruturas.

Quadro 23: Número de intervenções das comissões de segurança e saúde no trabalho ocorridas durante o ano, por tipo

Segurança e saúde no trabalho Intervenções das comissões	Número
Reuniões da Comissão	3
Visitas aos locais de trabalho	0
Outras	0

Quadro 24: Número de trabalhadores sujeitos a acções de reintegração profissional em resultado de acidentes de trabalho ou doença profissional durante o ano

Segurança e saúde no trabalho Acções de reintegração profissional	Número
Alteração das funções exercidas	1
Formação profissional	0
Adaptação do posto de trabalho	0
Alteração do regime de duração do trabalho	0
Mobilidade interna	0

Nota:

Artigo 23º do Decreto-Lei nº 503/99, de 20 de Novembro, alterado pelo Decreto-Lei nº 50-C/2007, de 6 de Março e pela Lei nº 64-A/2008, de 31 de Dezembro.

Quadro 25: Número de acções de formação e sensibilização em matéria de segurança e saúde no trabalho

Segurança e saúde no trabalho Acções de formação	Número
Acções realizadas durante o ano	2
Trabalhadores abrangidos pelas acções realizadas	10

Quadro 26: Custos com a prevenção de acidentes e doenças profissionais durante o ano

Segurança e saúde no trabalho Custos	Valor (Euros)
Encargos de estrutura de medicina e segurança no trabalho (a)	0,00 €
Equipamento de protecção (b)	0,00 €
Formação em prevenção de riscos (c)	0,00 €
Outros custos com a prevenção de acidentes e doenças profissionais (d)	0,00 €

Nota:

(a) Encargos na organização dos serviços de segurança e saúde no trabalho e encargos na organização / modificação dos espaços de trabalho

(b) Encargos na aquisição de bens ou equipamentos

(c) Encargos na formação, informação e consulta

(d) Incluir única e exclusivamente os encargos com a criação e manutenção de estruturas destinadas à medicina do trabalho e à segurança do trabalhador no exercício da sua profissão.

Quadro 27: Contagem relativa a participações em acções de formação profissional durante o ano, por tipo de acção, segundo a duração

Tipo de acção/duração	Menos de 30 horas	De 30 a 59 horas	de 60 a 119 horas	120 horas ou mais	Total
Internas					0
Externas	246	30	3	1	280
Total	246	30	3	1	280

Notas:

Relativamente às acções de formação profissional realizadas durante o ano e em que tenham participado os efectivos do serviço, considerar como:

- acção interna, organizada pela entidade;
- acção externa, organizada por outras entidades;

- N.º de participações = n.º trabalhadores na acção 1 + n.º trabalhadores na acção 2 +...+ n.º trabalhadores na acção n (exemplo: se o mesmo trabalhador participou em 2 acções diferentes ou iguais com datas diferentes, conta como 2 participações);

Quadro 28: Contagem relativa a participações em acções de formação durante o ano, por grupo/cargo/carreira, segundo o tipo de acção

Grupo/cargo/carreira/ Nº de participações e de participantes	Acções internas	Acções externas	TOTAL	
	Nº de participações	Nº de participações	Nº de participações (*)	Nº de participantes (**)
Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos			0	
Dirigente superior de 1º grau a)			0	
Dirigente superior de 2º grau a)			0	
Dirigente intermédio de 1º grau a)		6	6	4
Dirigente intermédio de 2º grau a)		15	15	8
Dirigente intermédio de 3º grau e seguintes a)			0	
Técnico Superior		46	46	25
Assistente técnico, técnico de nível intermédio, pessoal administrativo		5	5	5
Assistente operacional, operário, auxiliar		1	1	1
Aprendizes e praticantes			0	
Informático		4	4	4
Magistrado			0	
Diplomata			0	
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - administrativo			0	
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - operacional			0	
Pessoal de Inspeção			0	
Pessoal de Investigação Científica			0	
Docente Ensino Universitário			0	
Docente Ensino Superior Politécnico			0	
Educ. Infância e Doc. do Ens. Básico e Secundário			0	
Médico			0	
Enfermeiro			0	
Téc. Diagnóstico e Terapêutica			0	

Técnico Superior de Saúde			0	
Chefia Tributária			0	
Pessoal de Administração Tributária			0	
Pessoal Aduaneiro			0	
Conservador e Notário			0	
Oficial dos Registos e do Notariado			0	
Oficial de Justiça			0	
Forças Armadas - Oficial b)		96	96	33
Forças Armadas - Sargento b)		67	67	19
Forças Armadas - Praça b)		40	40	9
Polícia Judiciária			0	
Polícia de Segurança Pública - Oficial			0	
Polícia de Segurança Pública - Chefe de Polícia			0	
Polícia de Segurança Pública - Agente			0	
Guarda Nacional Republicana - Oficial			0	
Guarda Nacional Republicana - Sargento			0	
Guarda Nacional Republicana - Guarda			0	
Serviço Estrangeiros Fronteiras			0	
Guarda Prisional			0	
Outro Pessoal de Segurança c)			0	
Bombeiro			0	
Polícia Municipal			0	
Total	0	280	280	108
Totais devem ser iguais aos do Q. 27				

- Notas:**
- (*) - N.º de participações = n.º trabalhadores na acção 1 + n.º trabalhadores na acção 2 +...+ n.º trabalhadores na acção n (exemplo: se o mesmo trabalhador participou em 2 acções diferentes ou iguais com datas diferentes, conta como 2 participações);
- (**) - Considerar o total de trabalhadores que, em cada grupo/cargo/carreira, participou em pelo menos 1 acção de formação (exemplo: se o mesmo trabalhador participou em 2 acções diferentes ou iguais com datas diferentes, conta apenas como 1 participante);
- a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis nº 2/2004, de 15 de janeiro e 51/2005, de 30 e Agosto e republicado pela Lei nº 64/2011, de 22 de Dezembro);
- b) Postos das carreiras militares dos três ramos das Forças Armadas (Exército, Marinha e Força Aérea);
- c) Registar outro pessoal de segurança não considerado nas carreira ou grupos anteriores, incluindo os trabalhadores pertencentes aos corpos especiais SIS (Serviço de Informações de Segurança) e SIED (Serviço de Informações Estratégicas de Defesa);

Quadro 29: Contagem das horas dispendidas em formação durante o ano, por grupo/cargo/carreira, segundo o tipo de acção

Grupo/cargo/carreira/ dEpendidas	Horas	Horas dEpendidas em acções internas	Horas dEpendidas em acções externas	Total de horas em acções de formação
Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos				0:00
Dirigente superior de 1º grau a)				0:00

Dirigente superior de 2º grau a)			0:00
Dirigente intermédio de 1º grau a)		147:00	147:00
Dirigente intermédio de 2º grau a)		405:00	405:00
Dirigente intermédio de 3º grau e seguintes a)			0:00
Técnico Superior		1230:00	1230:00
Assistente técnico, técnico de nível intermédio, pessoal administrativo		63:00	63:00
Assistente operacional, operário, auxiliar		7:00	7:00
Aprendizes e praticantes			0:00
Informático		245:00	245:00
Magistrado			0:00
Diplomata			0:00
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - administrativo			0:00
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - operacional			0:00
Pessoal de Inspeção			0:00
Pessoal de Investigação Científica			0:00
Docente Ensino Universitário			0:00
Docente Ensino Superior Politécnico			0:00
Educ.Infância e Doc. do Ens. Básico e Secundário			0:00
Médico			0:00
Enfermeiro			0:00
Téc. Diagnóstico e Terapêutica			0:00
Técnico Superior de Saúde			0:00
Chefia Tributária			0:00
Pessoal de Administração Tributária			0:00
Pessoal Aduaneiro			0:00
Conservador e Notário			0:00
Oficial dos Registos e do Notariado			0:00
Oficial de Justiça			0:00
Forças Armadas - Oficial b)		1813:00	1813:00
Forças Armadas - Sargento b)		845:00	845:00
Forças Armadas - Praça b)		532:00	532:00
Polícia Judiciária			0:00
Polícia de Segurança Pública - Oficial			0:00

Polícia de Segurança Pública - Chefe de Polícia			0:00
Polícia de Segurança Pública - Agente			0:00
Guarda Nacional Republicana - Oficial			0:00
Guarda Nacional Republicana - Sargento			0:00
Guarda Nacional Republicana - Guarda			0:00
Serviço Estrangeiros Fronteiras			0:00
Guarda Prisional			0:00
Outro Pessoal de Segurança c)			0:00
Bombeiro			0:00
Polícia Municipal			0:00

Notas:
Considerar as horas despendidas por todos os efectivos do serviço em cada um dos tipos de acções de formação realizadas durante o ano;
a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis nº 2/2004, de 15 de janeiro e 51/2005, de 30 e Agosto e republicado pela Lei nº 64/2011, de 22 de Dezembro);
b) Postos das carreiras militares dos três ramos das Forças Armadas (Exército, Marinha e Força Aérea);
c) Registar outro pessoal de segurança não considerado nas carreira ou grupos anteriores, incluindo os trabalhadores pertencentes aos corpos especiais SIS (Serviço de Informações de Segurança) e SIED (Serviço de Informações Estratégicas de Defesa);

Quadro 30: Despesas anuais com formação

Tipo de acção/valor	Valor (Euros)
Despesa com acções internas	
Despesa com acções externas	81 301,88 €
Total	81 301,88 €

Notas:
i) Considerar as despesas efectuadas durante ano em actividades de formação e suportadas pelo orçamento da entidade;

Quadro 31: Relações profissionais

Relações profissionais	Número
Trabalhadores sindicalizados	3
Elementos pertencentes a comissões de trabalhadores	0
Total de votantes para comissões de trabalhadores	0

Quadro 32: Disciplina

Disciplina	Número
Processos transitados do ano anterior	0
Processos instaurados durante o ano	0
Processos transitados para o ano seguinte	0
Processos decididos - total:	0
* Arquivados	0
* Repreensão escrita	0
* Multa	0
* Suspensão	0
* Demissão (1)	0
* Despedimento por facto imputável ao trabalhador (2)	0
* Cessação da comissão de serviço	0

Notas:

(1) - para trabalhadores Nomeados

(2) - para trabalhadores em Contratos de Trabalho em Funções Públicas

